

Ana Paula Pires António Paulo Duarte Bruno Cardoso Reis

A Inserção Internacional das Pequenas Potências: Primeira Guerra Mundial



INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

A Inserção Internacional das Pequenas Potências: Primeira Guerra Mundial

Ana Paula Pires
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis

Instituto da Defesa Nacional
Lisboa – 2019

TÍTULO
**A Inserção Internacional das Pequenas Potências:
Primeira Guerra Mundial**

© Instituto da Defesa Nacional, 2019

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio,
sem autorização do Editor

FOTO DA CAPA: Europeana Collections [website] |
Archives départementales du Haut-Rhin, 1 | L'Allemagne et ses alliés |
Carte postale d'Auguste à sa femme | Front

PAGINAÇÃO E IMPRESSÃO: Pentaedro, Lda.

ISBN: 978-972-9393-43-3
Depósito legal: 452542/19

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Introdução	9
<i>Ana Paula Pires, António Paulo Duarte, Bruno Cardoso Reis</i>	
Pequenas Potências e Grandes Guerras na História e Segurança Internacional	19
<i>Bruno Cardoso Reis</i>	
Exercício Comparativo: os Pequenos Beligerantes na Primeira Guerra Mundial	39
<i>António Paulo Duarte</i>	
A África Oriental e a Grande Guerra: Encontros Culturais Civis e Militares Moçambique (1914-1918)	133
<i>Ana Paula Pires</i>	
Conclusão	177
<i>Ana Paula Pires, António Paulo Duarte, Bruno Cardoso Reis</i>	
Notas biográficas	185

Agradecimentos

Para a consecução desta obra foi muito relevante o apoio dado à pesquisa bibliográfica por parte de alguns dos estagiários do Instituto da Defesa Nacional, pelo que, e procurando não esquecer algum, se deixa aqui o agradecimento a todos os que com o seu trabalho, para esta contribuíram, referindo-se os seus nomes: Madalena Guerra, João Luce, Frederico Benvinda, Sofia Macedo, Miguel Pinto, Mónica de Oliveira, Pedro Pires, Catarina Mendes, José Matos Soares e Raquel Pinto.

Introdução

Ana Paula Pires
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis

O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” visa estudar o protagonismo das pequenas potências, como Portugal, na guerra de 1914-1918. Este projeto foi promovido pelo Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e contou com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional, procurando oferecer um novo ângulo de análise quer relativamente ao estudo geral da Primeira Guerra Mundial, quer da participação de Portugal.

Com efeito, o tiro inicial de tão imensa conflagração é produzido por um modesto agente ligado a um pequeno Estado: falamos de Gravilo Prinzip, o atirador de Sarajevo, que ao assassinar o Arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa, desencadeou a crise que levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Outra pequena potência, a Bélgica, é também fundamental para a mundialização do conflito, oferecendo à Grã-Bretanha o argumento decisivo para a sua entrada na contenda ao recusar o ultimato do II Reich e ao assumir uma postura beligerante, fazendo com que Berlim quebrasse o vínculo que a obrigava a respeitar a neutralidade belga, acabaria por legitimar a intervenção britânica, dando-lhe igualmente um argumento moral inexcusável.

O projeto de investigação, na origem da presente obra, relaciona dois ângulos de análise: (1) O papel de Portugal como pequena potência na Primeira Guerra Mundial e, como essa experiência pode servir de contributo para a reflexão e a ação dos decisores nacionais hoje em dia; (2) A experiência beligerante das pequenas potências, numa leitura comparada, de forma a realçar elementos que melhor permitam compreender o papel destes atores no sistema internacional. As duas dimensões interagem, permitindo aprofundar as interpretações que poderiam ser extraídas da investigação e as conclusões que desta se poderiam inferir. No quadro deste projeto havia ainda objetivos secundários a alcançar, nomeadamente: (1) o estudo dos processos de modernização militar das pequenas potências no quadro da sua inserção no sistema

internacional e no contexto de crises e conflitos internacionais, de forma a aprofundar a questão da participação portuguesa na Grande Guerra e os mecanismos pelos quais pode Portugal enviar forças expedicionárias modernas para teatros de guerra sofisticados e profundamente exigentes em termos bélicos, contribuindo adicionalmente para a formulação de hipóteses teóricas que expliquem de forma mais ampla e abrangente o uso das Forças Armadas, nestas conjunturas, pelos países de pequena e média dimensão; (2) este estudo visa também contribuir para aprofundar o conhecimento que campos como as Relações Internacionais, os Estudos de Segurança, a Estratégia e a História Internacional têm do papel dos pequenos Estados na vida internacional, e que possam servir para um mais lato conhecimento, não só dos mecanismos de inserção destas entidades na vida internacional mas também para uma mais profunda compreensão da História de Portugal neste período.

O projeto de investigação teve a duração de cinco anos, de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018, acompanhando a evocação do centenário da Primeira Guerra Mundial, e para além da investigação desenvolvida pelos investigadores associados ao projeto, permitiu levar a cabo encontros com outros investigadores para debate e troca de ideias. Contemplou vários seminários, ciclos de conferências e *workshops*, assim como a publicação de obras temáticas coletivas. Ao longo destes cinco anos foram assim desenvolvidas diversas atividades. No que respeita a seminários foram realizados os seguintes:

- 1) Seminário Internacional “O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal”, realizado no Instituto da Defesa Nacional, a 27 de fevereiro de 2018.
- 2) Seminário Internacional “1917: o ano decisivo na Primeira Guerra Mundial?”, realizado no Instituto da Defesa Nacional, a 5 de dezembro de 2017.
- 3) Seminário Internacional “Entering the First World War”, realizado no Instituto da Defesa Nacional, a 30 de março de 2016.
- 4) Seminário Internacional “Small Power is a Power? The Role and Resilience of Small and Medium Powers During the Great War, 1914-1918”, realizado no Instituto da Defesa Nacional, nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2014.

Os seminários tiveram dois focos, aqueles já expressos como relativos ao próprio projeto, como atrás já foi referido. Uns debatiam o problema de Portugal na Primeira Guerra Mundial, causas, desenvolvimentos coevos e consequências. Outros tinham um foco comparativo e enquadravam a experiência nacional no contexto de outras experiências de pequenos beligerantes. Os títulos são por si elucidativos.

Foi organizado igualmente um ciclo de conferências tendo por temática a Primeira Guerra Mundial. O Ciclo de Conferências “Portugal na Grande Guerra”, que se realizou no Instituto da Defesa durante o ano de 2015, com quatro conferências subsequentemente discriminadas (datas, conferencistas, temas):

- i. 28 de janeiro de 2015, com Pedro Aires Oliveira e Bruno Cardoso Reis, com o tema “Portugal na Grande Guerra – A Posição de Portugal no Mundo”;
- ii. 11 de fevereiro de 2015, com Javier Ponce Marrero, subordinada ao tema “España en la Primera Guerra Mundial: ¿Neutralidad?”.
- iii. 23 de abril de 2015, com Daniela Luigia Caglioti, com uma conferência sobre “War and citizenship. Enemy aliens and the redrawing of the boundaries of citizenship in World War I”.
- iv. 29 de setembro de 2015, com Brendan Simms, com o tema: “Hitler and the First World War”.

Tal qual os seminários, este ciclo permitiu momentos de debate sobre os temas do projeto de investigação com o propósito de aprofundar o conhecimento da realidade histórica da Primeira Guerra Mundial.

Um *workshop* internacional foi efetuado igualmente: “O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra: Comparação Portugal-Brasil”, realizado no Instituto da Defesa Nacional, a 8 de abril de 2015. O seu mais amplo propósito foi o de uma troca de conhecimentos entre historiadores portugueses e brasileiros envolvidos no estudo deste tema.

O projeto de investigação resultou em diversas publicações, que também elas se enquadram nos dois ângulos de análise principais do projeto: mais centradas na experiência portuguesa da Primeira Guerra Mundial ou com um enfoque mais comparativo. No que se refere ao primeiro ângulo de análise é de salientar a publicação dos números temáticos da revista *Nação e Defesa* n.º 139, dedicado a “Portugal na Grande Guerra” (2014) e n.º 145, intitulado “Leituras da Grande Guerra” (2016). Obras de cunho comparativo, decorrentes das atividades do projeto, foram publicadas na coleção *IDN Cadernos* n.º 18, com o tema “Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918” (2015); n.º 22, intitulado “Entering the First World War” (2017).

Importa sublinhar que este projeto de investigação se insere nos grandes objetivos do Instituto da Defesa Nacional (s.d.), concretamente: “o IDN tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa”. De acordo com a visão: “constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e defesa

nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate, divulgação e produção doutrinária; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa, constituindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade”. Pensar estrategicamente significa ler a realidade à luz de uma ótica englobante, alargada, transversal e global (Coutau-Bégarie, 1999, pp. 403-407) – holística – que visa sobrepujar as resistências e oposições com que cada ator coletivo se defronta. Ademais, a estratégia pensa prospetivamente. Visa agir no presente para edificar o futuro. Parte da visão do futuro para o presente (Duarte, 2013, pp. 55-56). É por isso que a estratégia tem na dimensão militar apenas uma das suas dimensões (Coutau-Bégarie, 1999, pp. 416-417). Hoje, pensa a questão conflitual numa visão englobante, multidimensional e multinível. E nesse sentido, são fundamentais os estudos que mobilizam a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, sendo que no contexto da presente obra nos importa sobretudo a ligação entre a Estratégia, a História e as Relações Internacionais. Ora, exatamente por essa razão, é de grande relevância para o estudo e a compreensão da realidade presente e futura das pequenas potências, o conhecimento que se adquira sobre o seu protagonismo no contexto da Primeira Guerra Mundial. Mais concretamente, o protagonismo das pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918 pode ser elucidativo a dois níveis: o histórico, dada a possível influência da Primeira Guerra Mundial na evolução deste tipo de entidades; e o teórico, considerando os contributos que este tipo de estudo pode trazer para o conhecimento geral das pequenas potências. A disciplina de Relações Internacionais, que emerge dominada pelo “realismo” logo após o termo Segunda Guerra Mundial, tem tendido a ver as pequenas potências como atores de poder muito limitado. E portanto, tradicionalmente, concentrou-se nas grandes potências, aqueles que parecem dominar a realidade internacional, embora em anos mais recentes algumas mudanças se tenham verificado. Este é o tema axial do primeiro capítulo desta obra. O modo como a academia das Relações Internacionais vai observando e, ao que parece, mais valorizando o papel das pequenas potências no sistema internacional.

Desde 1914, o número de atores internacionais aumentou consideravelmente.¹ Se algo há que a história contemporânea parece evidenciar, é que as pequenas potências parecem ter bem mais poder do que uma leitura apressada

¹ Por exemplo, há uma plêiade de grupos terroristas, nem todos com uma efetiva capacidade de provocar a perturbação do sistema internacional. O Departamento de Estado dos EUA indicava em 18 de setembro de 2018, 66 organizações terroristas internacionais – contabilizadas pelos autores. Ver US Department of State (s.d.).

da realidade parece indiciar, como veremos, sublinhamos de novo, na revisão da literatura relevante no capítulo seguinte e ao longo desta obra.

Portugal é uma pequena potência. Em população e em dimensão terrestre, sem dúvida que o será a nível global, com cerca de 10 milhões habitantes e 92.000 km². Em termos demográficos e territoriais, a sua posição põe-no a meio da tabela no conjunto dos Estado mundiais, mas claramente não nas grandes potências.² Não obstante, o Estado português é um dos mais antigos do globo, podendo traçar uma história ininterrupta de oito séculos, até à sua fundação no século XII. Foi o primeiro império do que alguns denominam de Era Gâmica – o período da hegemonia europeia no globo, que dura, grosso modo, de 1500 a 1950. Foi também o último dos impérios coloniais europeus do século XX a descolonizar, em 1975. Ou seja, Portugal parece mostrar de forma paradigmática que uma pequena potência não está condenada à irrelevância ou à eterna pequenez. Portugal nestes primeiros séculos da sua história também ilustra a dificuldade de definir uma pequena potência – um tema que nos ocupará no início do próximo capítulo. Desde logo há que ter presente a complexidade da geografia política medieva, feita de reinos, ducados, condados, cidades livres, confederações, etc., sem uma hierarquia precisa de poder. Muitas das atuais potência europeias não passavam de reinos e impérios fragmentados politicamente, com um poder régio fraco e, por isso, concentrado no essencial ainda em centralizar o poder e a controlar efetivamente o território e as populações sob sua soberania nominal. Na realidade, Portugal seria um Estado de dimensões razoáveis relativamente ao resto da Europa no século XIV, e sobretudo um Estado fortemente centralizado quando comparado com outras entidades políticas da Europa.³ Em suma o conceito de pequena potência é sempre um conceito relacional, portanto depende do contexto histórico concreto. O que dizer então do contexto histórico concreto desta obra?

A Primeira Guerra Mundial, a *Urkatastrophe des 20. Jahrhunderts* – a catástrofe seminal do século XX – é vista como a fundadora da contemporaneidade, um momento charneira decisivo da história dos últimos 100 anos. A sua longa sombra – *The Long Shadow* – ainda hoje se estende pela Europa e pelo mundo sob múltiplas formas positivas e negativas.⁴ A Primeira Guerra Mundial foi paradoxalmente a última grande guerra imperialista da Europa e a

² Em termos demográficos, e de acordo, por exemplo, com os dados retirados da CIA The World Factbook, Portugal está na 81.^a posição em termos demográficos. Ver sobre este assunto CIA (s.d.a). Em termos de dimensão terrestre, Portugal, de acordo com a CIA The World Factbook, está em 111.^o lugar. Ver sobre este assunto CIA (s.d.b).

³ Sobre este assunto, veja-se por exemplo, Duarte (2003, pp. 89-167).

⁴ Título de um interessante livro de David Reynolds (2013) que estuda e diseca o impacto da Primeira Guerra Mundial na história posterior da Europa, no essencial.

primeira guerra em que a defesa do direito, da legalidade internacional e da democracia se configurou como motivo axial da contenda por parte de um dos lados (Henig, 2010, pp. 12-23; Payne, 2011, p. 24). Na realidade, a multiplicação de pequenos Estados no sistema internacional começa com o termo da Primeira Guerra Mundial e com o princípio da segurança coletiva que dela nasce e inverte de certo modo a evolução, que à altura se via como natural, de progressiva redução do tablado internacional a meia dúzia de superpoderes, produto da criação de vastos impérios globais.⁵ Calcula Charles Tilly (1994, p. 42) que, cerca do ano 1000, a Europa comportaria 1.000 entidades políticas e que por volta de 1500 rondaria as 200 unidades políticas, atores que se poderiam configurar hoje como Estados. Esta mesma Europa estava reduzida a 21 unidades independentes – incluindo-se aqui o Império Otomano – em 1900, num mundo quase que completamente partilhado por algumas soberanias imperiais europeias. Destas unidades independentes, poder-se-iam considerar como seis grandes potências – Alemanha, Áustria-Hungria, França, Grã-Bretanha, Itália e Rússia. Só 13 países seriam assim considerados como pequenas potências – Portugal, Holanda, Bélgica, Suíça, Dinamarca, Suécia, Noruega, Sérvia, Montenegro, Grécia, Albânia, Roménia e Bulgária.⁶ Dois aspetos muito relevantes poderiam ser adicionados a esta realidade: (1) com poucas exceções, o centro da Europa e todo o espaço central do continente europeu só comportava grandes potências, à exceção da Suíça, do Luxemburgo, Bélgica e Holanda; a grande maioria dos pequenos Estados europeus estava em regiões periféricas da Europa, metade deles concentrados nos Balcãs – Sérvia, Montenegro, Albânia, Grécia, Bulgária e Roménia, 6 em 13 – a que se deve adicionar a Escandinávia e a Península Ibérica; (2) a maioria destes Estados, de novo, com relevância para os Balcãs, tinha independências e soberanias muito recentes – a independência mais antiga dos Balcãs era a da Grécia, datada de 1831, que em 1914, ainda nem cem anos tinha; formalmente, a grande maioria dos Estados balcânicos só eram soberanos desde 1878; Estados com existência contínua desde a Idade Média seriam os casos da Dinamarca, Portugal e Suécia, e desde o século XVI, os Países Baixos. Cem anos depois do final da Primeira Guerra Mundial, em 2018, existem cerca de 40 Estados soberanos na Europa, dependendo de onde se define a fronteira do continente europeu.⁷

⁵ Esta visão era particularmente forte na geopolítica alemã. Vejam-se a conceção de pan-ideias e sua relação com as quatro pan-regiões em que se deveria organizar o mundo na geopolítica de Karl Haushofer (Losano, 2009, pp. 276-277).

⁶ Estes dados foram extraídos de vários livros de atlas históricos. Veja-se por exemplo, Hughes e Philpott (2005, p. 3).

⁷ Obviamente, baseamos este número na visualização de mapas em atlas políticos da Europa contemporânea.

Este período é, portanto, altamente relevante para o estudo das pequenas potências, dos limites e das possibilidades do seu poder. Uma guerra que começa por ter um cunho imperialista, e em que existem numerosos projetos de carácter expansivo, todavia fina-se pela afirmação dos pequenos Estados e dos pequenos poderes.⁸ Estamos a falar assim de um momento charneira na história da humanidade. Eis a relevância do estudo da Primeira Guerra Mundial para a interpelação do poder das pequenas potências e do poder de Portugal em particular.

O projeto de investigação na origem desta obra permite, ademais, introduzir uma questão relevante para o Portugal contemporâneo como ator estratégico no quadro internacional: o seu papel no contexto das crises e das guerras interestatais comparando as suas capacidades e as suas vulnerabilidades, as suas opções, os seus sucessos e fracassos com os de outras pequenas potências. O foco do estudo tem em consideração a ideia de que Portugal é no quadro internacional uma pequena potência e procurar compreender a partir da experiência do país na Primeira Guerra Mundial, a relevância do seu papel no quadro de uma vasta transição de poder. Mais concretamente o foco desta obra será um estudo comparativo com a experiência que outras pequenas potências beligerantes antes, durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. Este estudo permitirá perceber melhor o que de original teve a experiência nacional e o que foi comum à vivência de outras pequenas potências participantes na Grande Guerra de 1914-1918.

Esta leitura comparativa permite também observar que certos traços, considerados peculiares da experiência portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial, tal como são hoje descritos pela historiografia – a tensão entre a guerra civil larvar interna e a intervenção beligerante externa – não são afinal tão originais assim, sendo, por exemplo, como iremos ver adiante em maior detalhe, a vivência da beligerância grega quase tão ou mais paroxística do que a nacional. Na realidade, em muitas das experiências de beligerância das pequenas potências observam-se de forma mais ou menos virulenta, tensões entre as dinâmicas políticas internas e os processos de política externa. Concretamente, como irá a presente obra analisar estas diferentes temáticas?

Esta obra encontra-se organizada em três capítulos. O primeiro capítulo oferece uma definição operativa de pequena potência e uma breve síntese da literatura sobre as pequenas potências nas grandes guerras na história e na segurança internacional, argumentando que a Primeira Guerra Mundial

⁸ Um dos mais notáveis estudos sobre os programas e objetivos políticos e estratégicos das grandes potências, e não só, porquanto também trata por exemplo da Bélgica, durante a Primeira Guerra Mundial, é o trabalho de Georges-Henri Soutou (1989).

representa a paradoxal vitória das pequenas potências e que este tema tem sido muito insuficientemente explorada nas obras publicadas sobre esta temática. O segundo capítulo desenvolve um exercício comparativo do papel das pequenas potências durante a Primeira Guerra Mundial. Começa por procurar distinguir o que seria uma pequena potência em 1914, quando comparada com as grandes potências, com base em três indicadores: a demografia – incluindo-se aqui a capacidade de levantar a força militar –, a economia e o desenvolvimento cultural. Seguidamente estuda o papel de cada uma das pequenas potências beligerantes, no desencadear e no decurso da guerra, assim como no seu desfecho, de uma forma comparativa. O terceiro capítulo analisa a Primeira Guerra Mundial na África Oriental, com particular atenção à forma como o conflito foi vivido pela população civil e o seu impacto nas sociedades africanas dessa região.

Bibliografia

- Central Intelligence Agency (CIA), s.d.a. The World Factbook. Country Comparison: Population. *CIA* [online]. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html> [Consultado em 26 de setembro de 2016].
- Central Intelligence Agency (CIA), s.d.b. The World Factbook. Country Comparison: Area. *CIA* [online]. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html> [Consultado em 26 de setembro de 2016].
- Coutau-Bégarie, H., 1999. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Duarte, A. P., 2013. Estratégia: Origem e Fundamento. *Nação e Defesa*, n.º 136, pp. 34-65.
- Henig, R., 2010. *The League of Nations*. Series edited by Alan Sharp, *Makers of the Modern World: The Peace Conferences of 1919-1923 and their Aftermath*. London: Haus Publishing.
- Hughes, M. e Philpott, W. J., eds., 2005. *The Palgrave Concise Historical Atlas of The First World War*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan.
- Instituto da Defesa Nacional, s.d.. Apresentação. *Instituto da Defesa Nacional* [online]. Disponível em Instituto da Defesa Nacional http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf [Consultado em 28 de setembro de 2016].
- Losano, M. G., 2009. Karl Haushofer (1869-1946). O Pai da Geopolítica das Ditaduras Europeias. *Geopolítica*, 3, pp. 271-299.
- Payne, S. G., 2011. *Civil Europe in War, 1905-1949*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Reynolds, D., 2013. *The Long Shadow. The Great War and the Twentieth Century*. New York, London: Simon & Schuster.
- Soutou, G. H., 1989. *L'Or et le Sang. Les buts économiques de la Première Guerre Mondiale*. Paris: Fayard.
- Tilly, C., 1994. *Coercion, Capital and European States. AD. 990-1992*. Cambridge, Oxford: Blackwell.
- US Department of State, s.d.. Foreign Terrorist Organizations. *US Department of State* [online]. Disponível em <https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm> [Consultado em 18 de setembro de 2018].
- United Nations, s.d.. Growth in United Nations membership, 1945-present. *United Nations* [online]. Disponível em <http://www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html> [Consultado em 18 de setembro de 2018].

Pequenas Potências e Grandes Guerras na História e Segurança Internacional

Bruno Cardoso Reis

Introdução

A Primeira Guerra Mundial é tradicionalmente vista e analisada como uma guerra massiva entre grandes potências. No entanto, um dos aspetos indispensáveis para lhe dar uma dimensão verdadeiramente global é que também envolveu um número muito significativo de pequenas e médias potências como beligerantes. Na verdade, em 1918, praticamente todas as pequenas potências no mundo eram beligerantes neste conflito que, tendo começado na Europa, se tinha tornado verdadeiramente global. Só permaneceram neutros durante toda a guerra de 1914-1918: Argentina, Chile, Dinamarca, Países Baixos, Noruega, Espanha, Venezuela, Suécia, Suíça.

Importa esclarecer que não nos iremos focar nas pequenas potências que permaneceram neutras, como é costume nos estudos sobre pequenas potências em grandes guerras. Embora seja possível argumentar que os verdadeiros vencedores da Primeira Guerra Mundial foram os países que conseguiram ficar à margem da grande guerra. É certo que mesmo os neutros durante a guerra de 1914-1918 não tenham conseguido escapar inteiramente aos efeitos negativos do conflito mundial numa economia cada vez mais globalizada – da fome e escassez de outros bens essenciais até à inflação. Mas os países neutros foram pelo menos poupados à mobilização e às baixas em combate, ou à ocupação militar estrangeira. E os países neutros foram, efetivamente, por regra, pequenas potências. Mas neste volume iremos focar-nos genericamente nas pequenas potências que se envolveram ativamente no conflito de 1914-1918, como a Sérvia, a Bélgica, e Portugal, trazendo para a análise do caso português este ângulo de análise dos limites e possibilidade de ação de pequenas potências numa grande guerra.

Mesmo tendo em conta que muitas destas pequenas e médias potências foram beligerantes mais formais do que efetivos, ainda assim o seu contributo para o esforço de guerra, nomeadamente ao nível económico, nem por isso foi irrelevante. Aliás, algumas destas pequenas ou médias potências sendo de pequenas dimensões na Europa eram grandes Estados coloniais com milhões de quilómetros quadrados em África, como era o caso, desde logo, de Portugal, mas também da Bélgica. O que nos remete para o problema crucial da definição do que é uma pequena potência, em que claramente dimensão territorial não é tudo.

Como definir, então, de acordo com a literatura uma pequena potência? A definição, já clássica, que nos parece mais pertinente, e por isso continua a ser muito citada e usada, acentua o aspeto decisivo da dimensão relacional deste conceito e é de Erling Bjøl. Nela Bjøl (1971, p. XIII) afirma: “por si só, o conceito de Estado [ou potência] pequeno não significa nada. Um Estado apenas é pequeno na relação com um maior. A Bélgica pode ser uma potência pequena em relação à França, mas o Luxemburgo é potência pequena em relação à Bélgica e a França é uma potência pequena em relação aos EUA. Para ser de qualquer uso analítico, pequena potência deve ser considerado como uma abreviatura para relativamente pequeno nas suas relações com Estados-maiores”. Pequena em relação a quê? Fraca em relação a quem? Estas parecem ser as questões cruciais na definição de pequena potência que vêm sendo colocadas desde obras pioneiras como a já citada, ou de David Vital (1971) ou de Michael Handel (1990). Qualquer tentativa, portanto, de quantificar de forma rígida e *a priori* o que seja uma pequena potência parece-me destinada a fracassar. A resposta parece-nos estar na conceção relacional do poder, uma potência é pequena relativamente às grandes potências, e todas as que aqui nos ocuparão cabem claramente nesta definição (Long, 2017). Tal como Handel (1990) consideramos particularmente inútil o conceito de potência média, que é totalmente dependente de uma definição subjetiva dos limites de pequena potência, do nosso ponto de vista existem pequenas potências ou grandes potências, quando muito serão de considerar grandes potências emergentes.

A questão da dimensão de uma potência tem, portanto, menos que ver com uma questão de tamanho, e mais com uma questão de capacidade de controlo, de extração sustentável de recursos significativos e da sua gestão e projeção eficaz nas relações com outras potências rivais. Ora a este respeito e voltando ao tema específico que aqui nos interessa faz sentido ver numa grande guerra o teste último de poder, das possibilidades e dos limites da projeção de poder de uma pequena potência. Por outro lado, uma grande guerra é também uma forma especialmente relacional de conflito, trata-se de uma guerra entre múltiplas potências, numa relação não só de conflito com o bloco oposto, mas também de cooperação, competição e negociação com o próprio bloco.

O nosso ponto de partida é a constatação de que um dos resultados mais paradoxais, inesperados e interessantes da Primeira Grande Guerra é o de que ela resultou numa vitória das pequenas potências. Mesmo as pequenas potências do lado derrotado – concretamente a Bulgária – sobreviveram à guerra, enquanto as três grandes potências perdedoras e uma grande potência do lado vencedor entraram em colapso como resultado da Primeira Guerra Mundial e, ou desapareceram, ou emergiram dela fortemente amputadas.

As pequenas potências ganharam no sentido de que atingiram vários dos seus objetivos estratégicos, mas também de que a nova ordem internacional saída da Primeira Guerra Mundial assentou em regras e em instituições mais favoráveis às pequenas potências. Um facto que ajuda a explicar a resiliência e a expansão do número das pequenas potências neste e noutros conflitos que se seguiram ao longo dos últimos cem anos: o direito de conquista ficou fundamentalmente limitado, se não anulado, pelo princípio da autodeterminação e da resolução dos conflitos por instituições multilaterais permanentes. Como refere Ikenberry, a nova ordem internacional saída da Primeira Guerra Mundial é a mais ambiciosa transformação da política internacional alguma vez tentada num pós-guerra, o que justifica que também a imensa controvérsia que gera. Mas raramente é sublinhado o facto de que as pequenas potências foram as grandes beneficiadas dessa transformação (Ikenberry, 2000, p. 117). Paradoxalmente, apesar dos dados empíricos apontarem no sentido de a Primeira Guerra Mundial ser uma vitória das pequenas potências, a historiografia sobre o conflito tem estado com pouca atenção aos Estados beligerantes mais fracos e a esta performance paradoxal, continuando implícita ou explicitamente a considerá-las irrelevantes.

Assistimos, é certo, a um esforço recente e louvável para alargar o âmbito do estudo da Primeira Guerra Mundial, sobretudo em termos temáticos, mas também em termos geográficos. Mas não se verificou uma revisão das leituras canónicas gerais da Primeira Grande Guerra, que continua a ser vista quase exclusivamente em termos das ações das grandes potências. É verdade que algumas das obras mais recentes apontam no sentido da necessidade de repensar esta leitura canónica, mas não o fazem relativamente ao impacto das pequenas potências na Primeira Guerra Mundial.¹

Ao notarmos este enviesamento de análise na vasta literatura existente sobre o conflito no sentido de se focarem sobretudo nas grandes potências na Grande Guerra não estamos evidentemente a afirmar que não existem obras sobre as pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918. Estamos sim a sublinhar que as obras sobre cada uma das pequenas potências beligerantes existem sobretudo nas respetivas línguas nacionais, o que desde logo lhes limita o impacto, e que mesmo obras de referência em inglês sobre países tão claramente importantes na Grande Guerra como a Sérvia ou Bélgica elas próprias sublinham precisamente o limitado impacto dos estudos sobre estas pequenas potências na narrativa dominante sobre a Primeira Guerra Mundial (Cornwall, 2007, p. VII; Schaedrijver, 2010, p. 386). Sobretudo, o que nos

¹ Para uma discussão mais detalhada e referências bibliográficas pertinentes veja-se, por exemplo, Duarte e Reis (2014). Ver também a última seção deste texto.

importa é destacar a falta de uma análise de conjunto e uma comparação sistemática do protagonismo das pequenas potências beligerantes na Grande Guerra que permita uma revisão da leitura geral que fazemos sobre o conflito global de 1914-1918. Há obras que parecem aproximar-se disso mas não o fazem verdadeiramente, como veremos na revisão mais detalhada de alguma literatura específica sobre estes temas.

O nosso argumento não é, evidentemente, que as grandes potências foram irrelevantes na Grande Guerra. Naturalmente, elas tiveram um papel muito importante, incontornável. O que questionamos é um foco praticamente exclusivo nas grandes potências na literatura geral sobre a Primeira Guerra Mundial, como se as demais fossem completamente irrelevantes. Parece haver, hoje, como veremos adiante, mais disponibilidade para focar atenção em atores não estatais, do que em Estados com um poder limitado. Isso não nos parece fazer sentido; ser uma grande potência não é o mesmo que ser onipotente, ser uma pequena potência não é o mesmo que ser impotente, irrelevante.

Estamos cientes de que a tarefa de defender o argumento de que as pequenas potências tiveram um grande impacto na Primeira Grande Guerra não é fácil. Iremos fundamentar esta tese ao longo de toda esta obra, e qualificá-la quando necessária. Mas no caso da presente obra e do projeto que lhe deu origem parece-nos que esta perspetiva – de olhar para a Grande Guerra a partir do ângulo dos desafios que colocou às pequenas potências – dá um contributo indispensável para melhor enquadrar a análise do caso português. É neste quadro dos obstáculos e dos resultados obtidos por outras pequenas potências beligerantes que melhor podemos e devemos avaliar a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, olhando para outros Estados relativamente próximos a Portugal em termos de capacidades, recursos, tropas mobilizáveis. Esse é o objetivo do capítulo seguinte desta obra da autoria de António Paulo Duarte.

Este é um tema tanto mais relevante quanto o empenho de Portugal nesta campanha envolveu um número de tropas e de baixas comparável às chamadas guerras coloniais ou do ultramar de 1961-1974, que têm merecido muito mais atenção pública e estudo por causa da sua proximidade a nós no tempo.²

Como foi possível a algumas destas pequenas potências atingirem todos ou muitos dos seus principais objetivos estratégicos, quando quatro grandes potências não resistiram aos efeitos da Primeira Guerra Mundial? Esta será

² A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial custou a Portugal cerca de 7.500 mortos (Fraga, 2010, p. 522), as campanhas em África de 1961-1975, cerca de 8 mil mortos (EME, 1988, pp. 264-266).

uma grande questão que irá atravessar todo este volume, não ao ponto de anular outras questões relevantes, mas dando-lhe uma certa linha condutora. Mas antes de avançarmos para os capítulos seguintes será importante: primeiro, concretizar um pouco melhor alguns dados que justificam a ideia algo paradoxal de que a Primeira Guerra Mundial foi uma grande guerra global ganha por pequenas potências e perdida pelas grandes potências que dominavam o sistema internacional; depois, focar a nossa atenção na revisão da literatura existente sobre o tema das pequenas potências na política e na segurança internacional, assim como da quase total ausência deste ângulo de análise a respeito da Primeira Guerra Mundial.

1. Cemitério de Grandes Impérios, Incubadora de Pequenas Potências

Nunca é demais repetir este dado fundamental: quatro das seis grandes potências que iniciaram a Primeira Guerra Mundial entraram em colapso em 1917-18. Entre as grandes potências que iniciaram o conflito global em 1914 apenas sobreviveram e alcançaram alguns dos seus grandes objetivos estratégicos a França e a Grã-Bretanha – ou mais precisamente o império francês e o império britânico, pois todas as grandes potências nesta época eram também grandes impérios. Mesmo a Grã-Bretanha e a França tiveram de limitar as suas ambições e aceitar novos condicionamentos à sua ação por pressão da potência emergente dos EUA. A intervenção norte-americana na Grande Guerra, em 1917-18, foi decisiva não só para o desfecho do conflito, mas também para moldar a ordem internacional que dela emergiu. Ora, a postura e os objetivos estratégicos dos Estados Unidos da América, fixados nos famosos 14 pontos do presidente Woodrow Wilson, estavam muito marcados, ainda, pelas frustrações e queixas do seu primeiro século de existência como pequena potência. Se os Estados Unidos da América já não eram uma pequena potência, em 1918, em parte ainda viam o mundo com esses olhos.

Quais foram as grandes potências que pereceram com a Grande Guerra? Desde logo, a grande potência emergente que era o Império Alemão (II Reich). Fundado em 1870, pelo sangue e pelo ferro de guerras sucessivas, era liderado pela dinastia prussiana dos Hohenzollern, e era o Estado beligerante militarmente mais poderoso em 1914; nem por isso deixou de entrar em colapso em novembro de 1918. Claro que a Alemanha não desapareceu, mas o grande e ambicioso império global do Kaiser Guilherme II foi substituído pela bem mais modesta República de Weimar, amputada de territórios importantes na Europa, desprovida do seu império colonial, e limitada a forças armadas de não mais de 100 mil homens. Depois, também o colossal Império Russo dos Romanov começou a cair, em março de 1917, e entrou em completo colapso

numa guerra civil prolongada a partir do final de 1917. Do cadáver do Império Russo emergiram vários Estados. O mais importante Estado sucessor da Rússia czarista foi o primeiro regime comunista no mundo. A União Soviética foi fundada em 1922, mas era uma versão significativamente amputada em território, enfraquecida e isolada da velha Rússia. *Last, but not least*, desapareceu o Império Austro-Húngaro a última encarnação dos sucessivos Estados liderados durante séculos pela dinastia dos Habsburgo, e o mesmo sucedeu com o Império Otomano, ambos entraram em colapso no final de 1918. Significativamente, do ponto de vista do nosso argumento, dos territórios destes impérios surgiram oito novas pequenas potências na Europa: Finlândia, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Checoslováquia, Áustria, Hungria.

Em contraste, as duas pequenas potências mais diretamente envolvidas nas origens da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia e a Bélgica, saíram reforçadas. Renasceram, em 1918, das ruínas de uma ocupação prolongada, que foi total no caso do território sérvio e quase total no território belga. Conseguiram manter um governo de união nacional e uma força combatente durante todo o período da guerra. Mais, estas pequenas potências com um papel chave na origem da Primeira Guerra Mundial não só recuperaram o seu território, como alcançaram os seus principais objetivos estratégicos e viram o seu território alargado e o seu estatuto internacional reforçado. No caso da Sérvia, da Primeira Guerra Mundial resultou a construção de uma Grande Sérvia nos territórios eslavos do sul do império Habsburgo, uma Jugoslávia que viria também ela a colapsar, mas apenas em 1991. No caso da Bélgica, verificou-se uma expansão, se bem que menos significativa, quer do seu território europeu, quer do seu território africano.³

Bruxelas atingiu sobretudo um objetivo central: uma forte afirmação de que a violação do seu território, da sua neutralidade e do tratado que garantia a sua independência, teria potencialmente custos muito elevados, mesmo para uma grande potência como a Alemanha. Este triunfo da pequena potência belga face à invasão alemã foi um triunfo das pequenas potências em geral.

Do desfecho da Primeira Guerra Mundial resultou, portanto, um reforço do regime jurídico internacional que garantia os direitos das pequenas potências. Da Paz de Versalhes resultou também a criação de uma instituição multilateral permanente global, a Sociedade das Nações, que visava defender o novo direito internacional e garantir que a voz das pequenas potências eram ouvida na política internacional. Não por acaso, a Bélgica foi eleita, logo em 1920, para o Conselho permanente da recém-criada Sociedade das Nações – antecessor

³ Sobre as consequências da Primeira Guerra Mundial, e para uma síntese, ver Hughes e Philpott (2005, pp. 93-96). Ver também Reynolds (2013).

do atual Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Portugal, num falhanço expetável mas não menos custoso na época, não conseguiu atingir esse grande objetivo. Nem todas as pequenas potências podiam estar representadas no Conselho, mas o governo português achava que Portugal deveria ser eleito pois tinha enviado dezenas de milhares de homens para a Frente Ocidental e tinha um importante império colonial. Não foi eleito. Foi o novo regime autoritário português, que acabou por alcançar, em 1933, esse objetivo da eleição de Portugal para o Conselho da Sociedade das Nações (Saraiva, 2014, pp. 18-20). Mas Portugal sempre fez parte, qual prémio de compensação, da influente Comissão da Sociedade das Nações encarregue de questões coloniais. Mais, Portugal tinha muito que perder, fundamentalmente o seu vasto império africano ou parte dele, e isso não sucedeu. Provavelmente na nova ordem mais favorável às pequenas potências europeias, que resultou da pressão dos Estados Unidos da América, talvez não tivesse perdido território de qualquer forma. Mas não se sabia isso em 1916. Ironicamente, portanto, Portugal pareceu menos vitorioso porque todas as pequenas potências ganharam alguma coisa.

Apesar da relativa frustração nas desmesuradas expectativas dos líderes republicanos portugueses, a nova ordem internacional saída da Primeira Guerra Mundial foi claramente mais favorável à jovem república portuguesa. A partir de 1918, efetivamente, normalizou-se a existência de regimes republicanos na sociedade dos Estados europeus. A Europa passou, em 1910, de três repúblicas: Portugal, Suíça, França; para 14 em 1918, quando a estas se juntaram: Alemanha, Áustria, Checoslováquia, Polónia, Finlândia, Letónia, Lituânia, Estónia, União Soviética e Albânia.

Talvez o caso mais revelador desta mudança sobre o que era o regime político normal na Europa como resultado da Primeira Guerra Mundial seja o caso da Finlândia. Tendo o Estado finlandês declarado a sua independência no quadro do colapso do império russo, em 1917, escolheu a monarquia como regime e elegeu um príncipe alemão como soberano. Era isso o normal na Europa até 1918. Mas o normal mudou nesse ano, levando a Finlândia a mudar a sua decisão *in extremis*, no final de 1918, pondo de lado a monarquia e assumindo-se como uma república, tendo em conta o novo contexto global e a preferência do poderoso presidente Wilson dos Estados Unidos da América pelas pequenas repúblicas.

O regime republicano português deixou de ser um relativo pária internacional como resultado deste primeiro conflito mundial. A não ter sido assim, o pronunciamento militar do 28 de Maio de 1926, fundamentalmente conservador e liderado por um general conspirador monárquico, Sinel de Cordes, teria provavelmente resultado no fim, não apenas da Primeira República, mas do

próprio regime republicano em Portugal. Ora, apesar de se ter verificado uma forte viragem conservadora, consolidada por Salazar, o regime republicano foi mantido.⁴ Se a Primeira República Portuguesa caiu, em parte, por causa do elevado custo da participação portuguesa na Grande Guerra de 1914-1918, o regime republicano em Portugal sobreviveu também, em parte, graças a esse conflito global e à transformação que daí resultou da república num regime político normal na Europa.

Ainda mais impressionante foi o caso da Bulgária, a única pequena potência a entrar no conflito do lado das Potências Centrais, que acabaram derrotadas. A Bulgária, apesar de uma pequena perda de território, sobreviveu ao conflito mundial com a sua independência intacta. A regra noutros grandes conflitos entre grandes potências tinha sido o da conquista e anexação de pequenos Estados derrotados. Com o desfecho da Primeira Guerra Mundial isso já não foi assim, algo de fundamental tinha mudado na ordem internacional.⁵

A legitimação da vitória dos Aliados passou pela rejeição da famosa afirmação do chanceler alemão Bethmann-Hollweg ao embaixador britânico em Berlim, durante a crise de julho de 1914, de que o Tratado de Londres de 1839, que garantia a segurança e neutralidade de uma pequena potência como a Bélgica, era “um mero pedaço de papel”. Em reação a isso a propaganda aliada deu grande destaque à rejeição desta lógica de *Machtpolitik* e à afirmação da solidariedade para com a pequena Bélgica, para com a pequena Sérvia, vítimas injustiçadas da ambição de poderosos impérios agressivamente militaristas. Toda esta propaganda acabou por ter consequências políticas, sobretudo quando os Estados Unidos da América pegaram no tema para legitimar a sua entrada no conflito e a sua agenda transformadora da ordem internacional. Daqui resultou, não só a criação, já referida, de uma primeira instituição multilateral permanente, mas também a afirmação, como base legitimadora da nova ordem internacional, do princípio da autodeterminação dos povos. Este princípio novo, ainda que qualificado e imperfeitamente aplicado, em todo o caso significava a rejeição do tradicional direito de conquista como base da ordem internacional, e portanto um reforço significativo dos meios políticos de defesa das pequenas potências face às grandes potências. Esta tendência culminará no chamado Pacto de Paris de 1929, o acordo Kellog-Briand sobre

⁴ Sobre o papel de Sinel de Cordes e em geral sobre a conspiração que leva ao 28 de Maio de 1926, veja-se por exemplo, Afonso (2000).

⁵ A única exceção a esta regra seria o caso do Montenegro, uma segunda monarquia sérvia que, no entanto, já tinha concordado voluntariamente com a fusão com a Sérvia, embora os termos em que isso seria feito acabaram por não ser cumpridos por razões complexas e laterais ao nosso tema. Sobre este tema, veja-se o capítulo seguinte.

a rejeição do direito dos Estados a usar a guerra como um instrumento estatal normal. Sabemos que tudo isto não impediu a Segunda Guerra Mundial, e que durante muito tempo quer a Sociedade das Nações, quer o Pacto de Paris de 1929 foram vistos como completos falhanços. Mas a tendência na bibliografia mais recente tem sido para questionar esta afirmação apontando para o seu impacto a médio e longo prazo, com o aprofundamento da norma que proíbe a guerra de conquista e a anexação unilateral de territórios, retomada e reforçada com a Carta das Nações Unidas de 1945, e que se mantém como um dos princípios fundamentais do sistema internacional até ao presente (Hathaway e Shapiro, 2017).

Em suma, parece inquestionável que o final da Primeira Guerra Mundial resultou numa ordem internacional muito mais favorável, do que qualquer outra anteriormente existente, à independência e à margem de ação internacional das pequenas potências. Se a Primeira Guerra Mundial está na base de alguns dos aspetos cruciais na política internacional no século que se seguiu, um deles é certamente o de ser o primeiro grande cemitério de grandes potências imperiais, inaugurando um século que seria fértil na queda de grandes impérios. Outro impacto crucial da Primeira Guerra Mundial, intimamente relacionado com o anterior, é o de que este conflito mundial esteve na origem de uma tendência ao longo deste último século para a proliferação de pequenas potências, que começou na Europa em 1918, e depois se irá difundir pelo mundo. E que explica que dos cerca de 30 Estados soberanos em 1900, tenhamos passado para cerca de 55 em 1945, e cerca de 193 no início do século XXI.⁶ É este facto que torna indispensável para compreender melhor a política internacional contemporânea uma maior atenção à análise da estratégia das pequenas potências.

2. Choque de Literaturas: Diplomacia das Pequenas Potências e Grande Guerra de Grandes Potências

O estudo das grandes potências tem tradicionalmente dominado não apenas o estudo da Primeira Guerra Mundial, mas também o estudo da política internacional e mais ainda da segurança internacional, o eixo central tradicional do estudo da história e da teoria das relações internacionais. Este dado fundamental da literatura sobre estes temas é natural se tivermos em conta que a teoria dominante no campo da segurança internacional, o Realismo, tem como ponto de partida que o que conta essencialmente na segurança interna-

⁶ Hoje, a Organização das Nações Unidas conta com 193 Estados. Veja-se United Nations (s.d.a). Em 1946, as Nações Unidas contavam com 55 membros. Veja-se United Nations (s.d.b).

cional é o nível de poder, nomeadamente poder material e poder militar. Parece lógica a dedução, a partir daí, que o que conta, sobretudo, são as grandes potências. Daqui também resulta a ideia feita de que as pequenas potências, por regra, não se envolvem em grandes guerras, pelo contrário procuram evitá-las a todo o custo, ou são vítimas irrelevantes quando o fazem.

As pequenas potências têm, portanto, ocupado um nicho muito específico no campo também muito específico do estudo da diplomacia. São, aliás, os próprios autores de referência neste campo que sublinham o impacto limitado da literatura que produzem na disciplina e o muito que falta fazer (Beyer, s.d.; Cooper e Shaw, 2012, p. 9).

A sua relativa expansão em tempos mais recentes não tem ido para além destes limites, nomeadamente no sentido de olhar com maior atenção para os desafios e possibilidade do protagonismo deste tipo de Estados como beligerantes em grandes guerras. De estudos clássicos como o de Rothstein (1968) sobre a estratégia de alianças até aos mais recentes de Hänggi (1998) sobre pequenos Estados e inter-regionalismo entre a Europa e Ásia ou de Hey (2003) sobre a política externa dos pequenos Estados, o enfoque nas relações diplomáticas mantém-se, mesmo que se alargue à dimensão económica da política externa, ou se centre mais nos estudos do papel das pequenas potências dinâmicas regionais multilaterais (Selwyn, 1975; Katzentstein, 1985; Breuning, 1995). Sempre foram escassas as análises mais gerais da atuação externa das pequenas potências, desde os textos clássicos de Keohane (1969) e Vital (1967; 1971), a que se pode acrescentar, ainda sem o mesmo impacto, textos mais recentes de Elman (1995, pp. 171-217), de Long (2017) e de Thorhallsson (2006, pp. 7-31).

Especialmente interessantes na abordagem genérica do impacto dos pequenos Estados nas relações internacionais estão os volumes que olham para as pequenas potências em termos do seu relacionamento com as grandes potências. O que torna estas obras especialmente interessantes é o facto de se focarem na forma como as pequenas potências podem agir eficazmente contra os interesses de grandes potências. De facto, tem havido uma interessante tendência para repensar a conceção de poder considerando as limitações de poder das grandes potências e a autonomia e a capacidade de ação das pequenas potências e mesmo de atores não estatais relativamente às grandes potências. Talvez as obras mais reveladoras e com mais impacto nesta corrente sejam a editada por Williams, Lobell e Jess (2012) e o mais recente trabalho de T.V. Paul (2018), que se focam nos limites impostos à capacidade de ação das pequenas potências.

Um ponto central que podemos retirar desta literatura é que uma grande potência não é a onipotência e uma pequena potência não é sinónimo de

completa ausência de poder. É verdade que uma primeira vaga pioneira de estudos de pequenas potências deu alguma atenção aos grandes conflitos mundiais. Porém, focou-se especificamente no estudo das potências neutras, ou seja, precisamente naquelas que não participaram no conflito. É nomeadamente o caso do trabalho pioneiro muito influente, e ainda hoje muito citado, de Annette Fox (1959) sobre as pequenas potências neutras na Segunda Guerra Mundial. Mais do que a exceção que confirmava a regra, mesmo estes estudos situavam-se no quadro da percepção dominante de que as pequenas potências não combatem em grandes guerras a não ser que sejam forçadas a isso, e seriam por natureza pacíficas e preferencialmente neutras.⁷

Temos efetivamente alguns escassos estudos, que ilustram perfeitamente o que se pode alcançar se não se ignorar o impacto de pequenas potências na segurança regional e global, nomeadamente estudos pioneiros de David Vital (1967) focados em Israel e, estudos mais recentes de T.V. Paul (2014) focados no Paquistão.

Porém, ambos os países são frequentemente apresentados como excepcionais. Ainda que sejam, de forma muito clara, relativamente mais pequenos do que os seus vizinhos, possuem capacidades militares muito significativas, sobretudo quando se tornaram potências nucleares. Embora nada impeça que uma pequena potência seja uma potência nuclear, a conclusão mais frequente tem sido a de que este facto remete Israel e o Paquistão para o estatuto inteiramente subjetivo das potências médias e não das pequenas potências (Cooper e Shaw, 2012, pp. 1-19).

Ora, teria sido mais lógico apontar que Israel e o Paquistão ao se terem tornado Estados nucleares, são uma demonstração de que, fazendo o máximo uso do seu potencial humano e tecnológico, mesmo uma potência relativamente pequena pode tornar-se muito poderosa, inclusive militarmente. Mas esse reconhecimento perturbaria a tendência do estudo das pequenas potências para se focar na sua ação diplomática pacífica bilateral ou multilateral; levaria a questionar a presunção implícita ou explícita destes estudos de que a relevância das pequenas potências se situa num contexto de paz e cooperação; e obrigaria também a rever a ideia feita de que num conflito armado só as grandes potências são relevantes.

Mas estes estudos são realmente a exceção que confirma a regra da quase total ausência de estudos sobre a beligerância de pequenas potências em guerras. Não é, portanto, de estranhar que o estudo da Primeira Guerra Mundial se tenha focado de forma tão acentuada na atuação das grandes potências.

⁷ Ver também Kruzell e Haltzel (1984) e Neuhold e Thalberg (1989).

3. Pequenas Potências e os Estudos sobre a Primeira Guerra Mundial

Quando os historiadores se esforçam por identificar um tema debate central nos debates históricos sobre a Primeira Guerra Mundial, o que é mais frequentemente destacado é saber qual das grandes potências envolvidas foi a principal culpada pelo conflito de 1914-1918. Este é um debate que passou por sucessivas vagas historiográficas. Uma primeira vaga logo nas décadas seguintes ao conflito, uma segunda fase em torno das teses de Fritz Fischer na década de 1960, e uma terceira mais recente coincidindo com o centenário da Primeira Guerra Mundial. E se neste último debate, em particular, surgiu uma contestação do peso tradicional da tese de que a principal responsabilidade ou mesmo culpabilidade na origem do conflito seria da Alemanha, foi sobretudo no sentido de apontar, em alternativa, para outras grandes potências. Um caso particularmente eloquente é o de Sean Mckmeekin (2011) que defende a necessidade de reequacionar as ações da Rússia czarista e a aponta como uma das grandes responsáveis pelo conflito, mas ao defender este argumento também deixa claro quão irrelevante lhe parecem as pequenas potências: “seria *naïf* acreditar que a Rússia realmente entrou numa guerra, em 1914, para defender a Sérvia. As Grandes Potências não mobilizam, por regra, exércitos de milhões para proteger a integridade territorial de pequenos Estados-satélites”. É pertinente o argumento de que nenhuma potência se envolve numa grande guerra apenas por razões humanitárias ou de solidariedade, mas isto não significa que uma pequena potência como a Sérvia não possa conhecer e manipular habilmente os receios, ambições e as percepções da elite de uma grande potência para a convencer que defender os sérvios era um interesse vital da Rússia, crucial para manter a sua credibilidade, estatuto e interesses nos Balcãs (Mckmeekin, 2011, p. 323).

Talvez a única exceção parcial de algum impacto seja a obra recente de Chris Clark (2013), empenhada em dar o devido peso aos múltiplos atores da crise de 1914. Clark investe mais do que é normal em incluir também as pequenas potências, em particular a Sérvia e a Bélgica. Mas, de acordo com o tema da sua obra, apenas se foca na crise que leva à guerra. E outros *best-sellers* recentes sobre o conflito mundial, por exemplo de Max Hastings (2014) ou de Margaret Macmillan (2014), esses pouco ou nada se afastam do tradicional enfoque quase exclusivo nas grandes potências beligerantes.⁸

Já o esforço de renovação da *Cambridge History of the First World War* (Winter, 2014) centra-se na multiplicação de abordagens e de temas, e não tanto na diversificação regional, mantendo o enfoque nas grandes potências beligerantes embora em função de novos ângulos temáticos. A *International Encyclope-*

⁸ Para o desenvolvimento deste ponto ver Duarte e Reis (2014, pp.100-123).

dia of the First World War tem potencialmente um impacto mais positivo do ponto de vista da agenda de investigação que aqui nos ocupa. Contém uma abundante oferta de entradas sobre todas as pequenas potências envolvidas no conflito. No entanto, pela sua própria natureza enciclopédica, não pode avançar no sentido daquilo que aqui nos importa, um repensar sistemático do impacto das pequenas potências na Grande Guerra.⁹

A obra mais promissora do ponto de vista da análise do papel das pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918 foi publicada em 2016, coeditada por três professores da National University of Ireland: Gearóid Barry, Enrico Dal Lago e Róisín Healy. Esta é uma obra muito interessante e pioneira, mas apesar do título tem prioridades e uma delimitação de objeto diferentes das do presente volume. Efetivamente uma leitura atenta mostra que *Small Nations and Colonial Peripheries in World War I* ao procurar responder a múltiplas questões importantes acaba por apostar numa grande dispersão temática e geográfica. Mais, a insistência numa dimensão interconectada leva-a a situar-se não ao nível dos pequenos Estados, mas do conceito bem mais difuso de pequenas nações (*small nations*), nomeadamente sem Estado, como a Catalunha, Irlanda, ou a Polónia. Opta também por analisar o impacto genético da Grande Guerra em países neutros multiétnicos como a Suíça ou a Espanha, ou em territórios sob domínio colonial como a Tunísia ou a Argélia. O facto de se apostar na inclusão das periferias coloniais e vários tipos de territórios dependentes em África – mais concretamente Argélia, Tunísia e Tanzânia –, e na Europa – Irlanda, Polónia – torna, em última análise ainda mais difícil o exercício de análise que aqui nos interessa. Esta abordagem pode até reforçar a ideia de que as pequenas potências eram atores com autonomia nula ou mesmo muito limitada.

Claro está que esta abordagem mais periférica, interconectada e subalterna à Primeira Guerra Mundial merece alguma atenção. Tanto assim que lhe dedicamos também algum espaço nesta obra, sobretudo na parte do presente livro que se foca no impacto da guerra na África Oriental. O que nos parece evidente é que o foco nos nativos das colónias ou nas minorias nacionais na Europa não pode constituir o eixo central da análise quando se procura analisar a beligerância das pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918. Um ponto importante, porém, que a obra *Small Nations and Colonial Peripheries in World War I* tende a sublinhar, e que converge com a nossa agenda de investigação, é a de que mesmo atores aparentemente muito fracos, mesmo atores não-estatais, têm alguma margem de manobra, alguma capacidade de ação e autonomia. E que, mesmo que uma grande guerra por vezes acentue

⁹ Ver Janz e Apostolopoulos (2017).

algumas das limitações dos atores mais fracos, noutros casos também potencia as suas oportunidades de ação, por poderem aproveitar o enfraquecimento mútuo das grandes potências. O que esta interessante obra claramente não oferece, nem pretende oferecer, é uma releitura sistemática do papel e dos desafios específicos das pequenas potências beligerantes numa grande guerra. Esse é um tema que continua a não ter a análise que merece. Na verdade, as pequenas potências beligerantes na grande guerra estão totalmente ausentes dos capítulos de *Small Nations and Colonial Peripheries in World War I*. Ao contrário do que o título poderia levar a pensar não existe nada nesta obra sobre Portugal, Bélgica, Sérvia ou Bulgária na Grande Guerra (Barry, Dal Lago e Healy, 2016).

Tardiamente e depois de este texto já estar concluído, após anos de pesquisa sobre o tema, encontramos um *paper* de Tim Sweijs (2010) sobre o papel das pequenas potências nas origens da Primeira Guerra Mundial, que converge com alguns dos argumentos que desenvolvemos aqui.¹⁰ É a exceção que confirma a regra, e que mais uma vez mostra que o tema merece uma atenção que até agora não tem tido.

O que falta, portanto, é uma análise que vá para além do âmbito nacional ou local ou sub-estatal, e, olhe, sistematicamente e de um ponto de vista comparativo para as estratégias dos Estados relativamente mais fracos aos desafios de se ser uma pequena potência numa grande guerra.

Conclusão

Em conclusão, pode parecer evidente que uma grande guerra como a Primeira Guerra Mundial é sobretudo uma questão de grandes potências. Iremos procurar mostrar neste livro que não é assim. Desde logo, a maior parte dos beligerantes na Primeira Guerra Mundial eram pequenas potências. Depois, nas origens da Primeira Guerra Mundial esteve uma crise e uma escalada que tiveram um protagonismo ativo fundamental de duas pequenas potências: a Sérvia e a Bélgica. Ora uma grande guerra implica necessariamente uma escalada, e uma guerra mundial implica obrigatoriamente uma globalização do conflito. Estes processos de escalada e de globalização do conflito tiveram de passar, necessariamente, por um envolvimento crescente de pequenas potências visto que todas ou quase todas as principais grandes potências estavam envolvidas no conflito desde os primeiros meses da guerra.¹¹

¹⁰ Ver também Reis (2014).

¹¹ A única exceção que confirma a regra são os Estados Unidos da América que apenas entram no conflito em 1917 e estavam então a emergir como uma grande potência.

Mais, num conflito generalizado entre dois blocos de grandes potências como a Primeira Guerra Mundial, muito equilibradas nas suas enormes capacidades, mas que mutuamente se anulam ou quase, passa a ser vital para as grandes potências em confronto contar com o apoio do maior número possível de pequenas potências. Potências que podem ser relativamente fracas, mas que podem suplementar com os seus recursos, os seus homens, as suas localizações estratégicas aquilo que falta aos dois blocos em que se dividiram as grandes potências. O que significa que, no momento e no lugar certos, a beligerância de uma pequena potência pode permitir, potencialmente, desequilibrar um choque armado entre dois blocos e alcançar a vitória.

Neste esforço de captação de pequenas potências os Aliados foram muito mais eficazes do que os Impérios Centrais. As grandes potências aliadas tinham, deste ponto de vista, a vantagem geopolítica do controlo dos oceanos. Os Aliados tinham também a vantagem de uma propaganda eficaz, que apresentou os Impérios Centrais como hostis aos direitos, e mesmo à independência, das pequenas potências. As vitórias fáceis da Alemanha sobre a Bélgica e, um pouco mais difícil, da Áustria-Hungria sobre a Sérvia, tiveram um custo político muito elevado, nomeadamente na eficácia da sua diplomacia face às demais pequenas potências. Mais, o esforço da Alemanha para alterar esta situação e mobilizar potências como o Japão e o México para o seu lado, nomeadamente em antecipação de uma possível beligerância dos Estados Unidos da América ao lado dos Aliados, acabaram por precipitar a entrada dos norte-americanos na guerra. Este é mais um exemplo de como potências relativamente fracas podem ter um impacto importante, decisivo mesmo, nas dinâmicas de uma grande guerra.

A Primeira Guerra Mundial também é um exemplo de que as pequenas potências podem ser atores internacionais agressivos. Elas podem ser iniciadoras de grandes guerras, podem ser beligerantes ativos nelas, por muito arriscado e improvável que isso nos pareça *a priori*, acontece. Consequentemente há que perceber como e porquê as pequenas potências entram num jogo de alto risco deste tipo. Este é um paradoxo ainda em grande medida inexplorado, mas que começou a ser desenvolvido em trabalhos pioneiros. O já citado T.V. Paul, que foi quem mais específica e detalhadamente lidou com os paradoxos da iniciação de conflitos armados por pequenas potências. Nesse contexto Paul identificou como essenciais os seguintes pontos:

1. Os líderes da pequena potência acreditarem que uma estratégia militar limitada terá sucesso;
2. O Estado mais fraco julga possuir grandes capacidades militares ofensivas que levam os seus líderes a acreditar que podem vencer uma potência mais forte, mas menos preparada e menos bem equipada, se tomarem a iniciativa de iniciar o conflito;

3. Os líderes de uma pequena potência acreditam que a sua aliança com uma grande potência lhes dará vantagem numa escalada do conflito com um adversário mais forte;
4. Um grupo militarista inseguro assume o controlo [...] e procura consolidar a sua posição mediante uma guerra que facilite a mobilização popular independentemente dos custos a ela associados.

Parece-nos evidente que todos ou quase todos estes fatores merecem ser explorados no contexto da análise das pequenas potências beligerantes na Grande Guerra de 1914-1918.

Estranhamente, em Portugal raramente se tem pensado nestes temas. A única exceção significativa é um texto pioneiro de Carlos Gaspar (1998). Talvez porque durante séculos a posse de um vasto império colonial levou as elites portuguesas a pensar no Estado português mais como uma grande do que como uma pequena potência. Até 1975 era um *slogan* da cultura política portuguesa que Portugal não era um país pequeno. Em todo o caso, a política externa e de defesa portuguesa raramente tem sido pensado nestes termos. Em 1914, Portugal tinha efetivamente dificuldade em pensar-se como uma pequena potência, como um Estado fraco, o que ajuda a explicar os objetivos e expectativas irrealistas das elites governativas portuguesas quando decidiram embarcar na beligerância durante a Primeira Guerra Mundial.

Há cem anos, aquando da Grande Guerra de 1914-18, Portugal tinha o argumento de que ter um grande império em África iludia o país quanto às suas reais capacidades de projeção de poder no exterior. Ora, mesmo na época em que Portugal tinha um grande império, era assim mais no papel do que na prática, considerando que tinha grandes dificuldades em ocupar e controlar efetivamente os territórios vastos que lhe foram atribuídos no mapa de África. Hoje já não existe essa desculpa para ignorar o facto de que Portugal é uma pequena potência. Ser uma pequena potência não é sinónimo de impotência, no entanto, aponta para desafios específicos que importa analisar e enfrentar, como procuramos fazer neste livro.

O que isto também significa é que faz pouco sentido avaliar a performance de Portugal na Primeira Guerra Mundial tendo por referência o desempenho das grandes potências militares da época. O que é fundamental é perceber a ação portuguesa em comparação com países de dimensões e capacidades, dificuldades e desafios semelhantes aos de Portugal. Só no contexto de uma análise sistemática das pequenas potências na Grande Guerra de 1914-1918, pode a ação de Portugal ser devidamente avaliada. E, com esse ângulo da análise, das pequenas potências numa grande guerra, o estudo da beligerância portuguesa poderá dar um contributo inovador para a literatura sobre a Primeira Guerra Mundial.

Bibliografia

- Afonso, A., 2000. *História de uma Conspiração: Sinel de Cordes e o 28 de Maio*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Barry, G., Dal Lago, E. e Healy, R., eds., 2016. *Small Nations and Colonial Peripheries in World War I*. Leiden: Brill.
- Beyer, J. L., s.d.. Annotated Bibliography on Diplomacy of Small States. Disponível em <http://archive1.diplomacy.edu/SmallStates/Resources/display.asp?Topic=Bibliography> [Consultado em 17 de março de 2013].
- Bjøl, E., 1971. The Small State In International Politics. In A. Schou e A.O. Brundland, eds., *Small States in International Relations*. New York: Wiley & Sons, p. xiii.
- Breuning, M., 1995. Words and Deeds: Foreign Assistance Rhetoric and Policy Behavior in the Netherlands, Belgium, and the United Kingdom. *International Studies Quarterly*, 39 (2), pp. 235-254.
- Cooper, T. e Shaw, M., eds., 2012. *The Diplomacies of Small States: Between Vulnerability and Resilience*. Londres: Palgrave.
- Cornwall, M., 2007. Introduction. In Andrej Mitrovic, *Serbia's Great War 1914-1918*. Londres: Hurst.
- Elman, M. F., 1995. The foreign policies of small states: challenging neorealism in its own backyard. *British Journal of Political Science*, 25 (2), pp. 171-217.
- Estado-Maior do Exército (EME), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1975)*. 1.º Volume, Enquadramento Geral. Lisboa: Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África.
- Fox, A. B., 1959. *The power of small states: diplomacy in World War II*. Chicago: University of Chicago Press.
- Fraga, L. A., 2010. Portugal e a Grande Guerra. Balanço e Estatísticas. In Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Portugal na Grande Guerra (1914-1918)*. Matosinhos: Quidnovi, pp. 520-525.
- Gaspar, C., 1998. Os pequenos Estados no sistema internacional. *I Encuentro Peninsular de Historia de las Relaciones Internacionales*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, pp.113-162.
- Hanspeter, L. e Thalberg, H., 1989. *The European Neutrals in International Affairs*. S/l: Wilhelm Braumüller.
- Hänggi, H., 1998. *Small State as a Third State: Switzerland and Asia-Europe Inter-Regionalism*. St. Gallen: Institut für Politikwissenschaft.
- Handel, M. I., 1990. *Weak States in the International System*. London: Routledge.

- Hastings, M., 2014. *Catástrofe 1914: a Europa vai à Guerra*. Amadora: Vogais.
- Hathaway, O. A. e Scott, J. S., 2017. *The Internationalists: How a Radical Plan to Outlaw War Remade the World*. New York: Simon & Schuster.
- Hey, J., 2003. *Small States in World Politics: Explaining Foreign Policy Behavior*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Hughes, M. e Philpott, W. J., 2005. *The Palgrave Concise Historical Atlas of the First World War*. Basingstokes: Palgrave Macmillan.
- Ikenberry, G. J., 2000. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton U.P.
- Janz, O. e Apostolopoulos, N., eds., 2017. *International Encyclopedia of the First World War*. Project 1914-1918-online. Version 1.0. Last updated 08 January 2017. Disponível em 1914-1918-ONLINE: <http://www.1914-1918-online.net/index.html> [Consultado em 28 de outubro de 2018].
- Katzenstein P., 1985. *Small States in World Markets: Industrial Policy in Europe*. Ithaca: Cornell UP.
- Keohane, R., 1969. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. *International Organization*, 23 (2), pp 291-310.
- Kruzal, J. e Haltzel, M., 1989. Between the Blocs: Problems and Prospects for Europe's Neutral and Nonaligned States. Cambridge: Cambridge U. P.
- Long, T., 2017. Small States, Great Power? Gaining Influence Through Intrinsic, Derivative, and Collective Power. *International Studies Review*, 19 (2), pp.185-205.
- MacMillan, M., 2014. *A Guerra que Acabou com a Paz*. Lisboa: Temas e Debates.
- Mckmeekin, S., 2011. *The Russian origins of the First World War*. Cambridge MA: The Belknap Press.
- Paul, T. V., 2018. *Restraining Great Powers: Soft Balancing from Empires to the Global Era*. New Haven: Yale U.P.
- Paul, T. V., 2014. *The Warrior State: Pakistan in the Contemporary World*. Oxford: Oxford U.P.
- Reis, B. C., 2014. Portugal e as Pequenas Potências na Grande Guerra de 1914-1918. *Relações Internacionais*, N.º 42, pp. 35-61.
- Rothstein, R. L., 1968. *Alliances and Small Powers*. New York: Columbia University Press.
- Reynolds, D., 2013. *The Long Shadow: The Great War and the Twentieth Century*. London: Simon & Schuster.
- Saraiva, M. E., 2014. Portugal e a Sociedade das Nações: o Papel do Multilateralismo na Política Externa Portuguesa. In A. P. Pires, A. C. Pinto, A. P. Duarte, B. C.

Reis, M. F. Rollo, coord., *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 9-24. Disponível em Instituto da Defesa Nacional: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1351&cod=27#sthash.QFl-3qlxZ.dpbs> [Consultado em 11 de novembro de 2018].

- Selwyn, P., 1975. *Development Policy in Small Countries*. London: Croom Helm.
- Sweijts, T., 2010. The Role of Small Powers in the Outbreak of Great Power War. *The Hague Centre for Strategic Studies* [online], December 1st, 9:45. Disponível em https://hcass.nl/sites/default/files/files/reports/01.12_.2010_-_The_Role_of_Small_Powers_.pdf [Consultado em 20 de novembro de 2018].
- Schaepdrijver, S., 2010. Belgium. In A. Horne, ed., *A Companion to World War I*. Oxford: Wiley, pp. 386-402.
- Thorhallsson, B., 2006. The Size of States in the European Union: Theoretical and Conceptual Perspectives. *Journal of European Integration*, 28 (1), pp. pp.7-31.
- United Nations, s.d.a. Member States. *United Nations* [online]. Disponível em <http://www.un.org/en/member-states/> [Consultado em 15 de novembro de 2017].
- United Nations, s.d.b. Growth in United Nations membership, 1945-present. *United Nations* [online]. Disponível em <http://www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html> [Consultado em 15 de novembro de 2018].
- Vital, D., 1971. *The Survival of Small States: Studies in Small Power, Great Power Conflict*. London: Oxford UP.
- Vital, D., 1967. *The Inequality of States: a Study of Small Power in International Relations*. Oxford: Oxford U.P.
- Williams, K. P., e Lobell, S. E., e Jesse N.G., eds., 2012. *Beyond Great Powers and Hegemons: Why Secondary States Support, Follow or Challenge*. Stanford: Stanford U.P.
- Winter, J., ed., 2014. *The Cambridge History of the First World War*. Cambridge: Cambridge U.P., 3 vols.

Exercício Comparativo: os Pequenos Beligerantes na Primeira Guerra Mundial

António Paulo Duarte

Introdução

O presente capítulo procura olhar de forma mais precisa para a contribuição dos pequenos Estados, para o esforço de guerra geral, quer comparando-os entre si, quer cotejando-os em termos proporcionais com o das grandes potências, permitindo igualmente que se possa refletir um pouco sobre a participação portuguesa na conflagração.

Interessa começar por delimitar o que são grandes, médias e pequenas potências, de forma a enquadrar o que se entenderá aqui por pequenos Estados e a assegurar que a comparação se baseia em realidades similares, de forma a tornar mais consequente a apreciação que no final do texto se fará sobre o seu esforço de guerra e o seu contributo para o resultado da contenda. Para distinguir os pequenos dos médios e grandes beligerantes, no essencial, incidir-se-á sobre dimensões materiais – a dimensão territorial, a população, e a economia – e como se verá, não será fácil chegar a realidades facilmente equiparáveis. Assume-se neste campo que se enquadra Portugal no campo dos pequenos Estados, não dos médios Estados, apesar da sua suposta dimensão territorial.¹

¹ Com as suas colónias ultramarinas, Portugal teria uma dimensão territorial bem maior que a Áustria-Hungria, e seria tão vasto como o Império Alemão – se este incluísse os seus territórios coloniais. Estamos a falar de Estados que detinham soberania sobre territórios com cerca de 2,5 milhões de Km² – basta fazer a contabilização, em dimensões, dos diversos territórios sobre soberania de Portugal e da Alemanha. Todavia Portugal continuaria a ter uma pequena população, tendo em consideração que os territórios sobre soberania nacional eram parcamente povoados. Em 1914, as colónias nacionais contribuiriam, estima-se, com cerca de 9 milhões de habitantes para a população nacional: Moçambique 3,5 milhões de habitantes, Angola 4,5 milhões de habitantes, e por último, Guiné portuguesa com 800 mil habitantes, tantos como a Índia francesa e portuguesa. Seguimos os dados em Jeferson (1914, pp. 411-412). Observe-se que este autor considera que estes dados se baseiam em informação pouco credível, como em geral todos os dados de que se dispunha então para a Ásia e a África. No conjunto está-se a falar, para Portugal, de uma população de 15 milhões de habitantes. A Alemanha contava com cerca de 68 milhões de habitantes – excluindo o quantitativo colonial respetivo – e a Áustria-Hungria com cerca de 51 milhões de habitantes, 5 e 4 vezes mais habitantes respetivamente. Sobre os dados demográficos europeus, ver os quadros 1 e 2, subcapítulo 1. Segundo Jeferson (1914, p. 412), só o Tanganica, a principal colónia alemã em África, tinha cerca de 11 milhões de habitantes, tantos como todo o ultramar português. No capítulo subsequente, Ana Paula Pires refere que Moçambique teria por essa época apenas 2,8 milhões de habitantes.

Este texto começará por levantar o esforço de guerra dos pequenos Estados. Procurará, por um lado, enquadrar o esforço de guerra dos pequenos Estados no contexto da natureza da mobilização nacional que caracteriza a Primeira Guerra Mundial e os seus efeitos nos principais beligerantes. Por outro lado, visa avaliar o nível de esforço bélico que cada pequeno Estado desenvolveu, comparando os pequenos Estados entre si. Esta leitura permite também avaliar qual o esforço bélico de Portugal no contexto de outros países com a sua dimensão.

Não basta olhar para esse esforço bélico para se ter uma visão global e integrada do papel dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial. É necessário analisar a forma como os pequenos beligerantes participaram na contenda e porque se resolveram a nesta participar, quer lançando-se na conflagração, quer perdurando, ou não, a sua intervenção até ao seu desenrolar final, no fundo, aprofundar as características e os propósitos que guiaram estes Estados ao longo da violenta porfia. Não obstante, mais do que desenvolver uma narrativa dos acontecimentos, por que cada pequena nação passou ao longo da luta, analisar-se-á alguns pressupostos-base que a investigação revelou carregarem tanto similaridades como diferenças, e que são basilares no desenrolar da intervenção de cada um dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial e funcionam como traves mestras para sustentar a teoria explicativa que possibilitará a leitura da realidade concreta que cada um viveu como beligerante nesse conflito global. Esta parte do capítulo é a trave mestra da análise e a base fundamental para o desenvolvimento da explicação sobre o papel dos pequenos Estados durante a Primeira Guerra Mundial e a sua não despreciada relevância.

O capítulo apresenta também, em cada um dos subcapítulos, uma reflexão sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, lendo-a à luz dos pressupostos-base que sustentam a leitura, a descrição e a explicação do papel dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial, enquadrando assim a relativa relevância da intervenção portuguesa no contexto do papel dos outros pequenos beligerantes para o esforço bélico geral da conflagração.

Considerando que este capítulo se assume como um exercício comparativo, interessa realçar o interesse do comparativismo na história, em particular, e nas ciências sociais, em geral, para o conhecimento da realidade histórico-social concreta. A comparação é um ato do pensamento. Porém o comparativismo enquanto prática científica é um fenómeno recente, tendo os primeiros estudos comparativistas sido elaborados nos fins do século XIX e nos princípios do século XX, e mais no campo daquilo a que hoje se denomina de ciências sociais, do que da história. Esta, enclausurada nas histórias nacionais e na

singularidade e particularidade do fenómeno histórico, pouco relevância dava à comparação sistémica das realidades históricas (Theml e Bustamante, 2007, pp. 2 e 6; Florindo, 2013, pp. 381-382). Com efeito, só quando os historiadores saltaram da história nacional e dos acontecimentos políticos para as histórias da civilização e para os factos sociais e económicos, se tornou evidente a validade da comparação na ciência histórica (Theml e Bustamante, 2007, p. 3; Florindo, 2013, pp. 382-383). Para Marc Bloch, o comparativismo oferecia à história um instrumento de análise que permitia-lhe ombrear com o método científico-experimental e dispor em consequência de uma ferramenta essencial para lidar com os problemas da explicação (Florindo, 2013, p. 383).

O comparativismo possibilita ler fenómenos históricos que se desenvolvem em momentos temporais e em espaços distintos, no quadro de uma grelha de análise estruturada, com vista a realçar as suas semelhanças e as diferenças, e consequentemente, a encontrar elementos para explicar e teorizar sobre o objeto em estudo. Propicia uma leitura crítica do real ao permitir olhá-lo a partir de vários ângulos de observação, e com base em uma pluralidade de experiências específicas, ampliando simultaneamente a sensibilidade de quem analisa para evitar o anacronismo de pensar o tempo segundo o “eterno presente” (Theml e Bustamante, 2007, pp. 11-14). É uma ferramenta de “questionamento do real” a partir do “confronto de múltiplos focos de análise” (Florindo, 2013, p. 386) que facilita “a criação de um campo de exercício de experimentação comparada” (Theml e Bustamante, 2007, p. 13). O aprofundamento multifocal permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização, a singularidade (Theml e Bustamante, 2007, p. 15), mas também observar o que é similar e recorrente, permitindo assim descobrir as diferenças e as semelhanças entre as formações sociais (Florindo, 2013, p. 387).

Não há, pelo menos do conhecimento do autor, muitos estudos que desenvolvem uma leitura comparativa sobre a ação dos países beligerantes na Primeira Guerra Mundial. A plêiade de obras historiográficas sobre a Primeira Guerra Mundial focam-se ou em temáticas específicas ou no papel singular de cada Estado ou de cada aliança, raramente desenvolvendo uma leitura paralela entre vários e diversos países, a não ser e de forma indireta, quando analisam dinâmicas recíprocas.² Dois estudos, pelo menos, escapam a esta dinâmica geral e entram profundamente no comparativismo.

² Sobre historiografia da Primeira Guerra Mundial e para uma visão sintética, veja-se por exemplo, Duarte e Reis (2014, pp. 100-122).

Gonçalo Curado (2017) desenvolveu um estudo paralelo sobre a entrada dos países do sul da Europa na Primeira Guerra Mundial – Espanha, Itália, Grécia e Portugal – partindo de seis fatores que a historiografia internacional identificava como promotores da intervenção de um Estado no conflito: 1) sistema de alianças; 2) militarismo; 3) nacionalismo; 4) imperialismo; 5) pressão mediática e opinião pública; 6) ação dos decisores políticos. O autor dissecou as dinâmicas intervencionistas de cada um destes vetores no desencadear da beligerância, acabando por observar que estando todos presentes, de Estado para Estado, estiveram-no de forma diversa e com um peso distinto.

Outro estudo, de Tim Szejis (2010), analisa por sua vez o papel dos pequenos Estados na eclosão da Primeira Guerra Mundial, a partir de conceitos já clássicos no que se refere às teorias de relações internacionais, principalmente de cunho realista e neorealista: 1) polarização; 2) cooperação ou rivalidade; 3) prejuízo e acaso; 4) equilíbrio e desequilíbrio. Saliencia o autor, ao completar o seu raciocínio, a relevância em não observar os pequenos Estados isoladamente, mas no contexto de um todo, e ressaltando a relevância dos mecanismos de interação que existem entre os múltiplos atores de um sistema internacional. Como ver-se-á subsequentemente, interação é um dos elementos chave para entender a relevância do papel dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial e em todas as guerras.

O estudo do papel e da relevância dos pequenos Estados durante a Primeira Guerra Mundial tem no comparativismo uma ferramenta analítica preciosa porquanto ao pôr a realidade concreta de cada um em confronto, permitirá dilucidar aquilo que lhe será comum e aquilo que lhes é distinto e ajudar a elaborar teorias explicativas sobre a natureza do objeto em foco: a do pequeno Estado no sistema internacional no quadro de uma grande conflagração global. É preciso contudo aclarar de forma evidente qual o objeto de estudo, para que a comparação não caia no absurdo de comparar o que não é comparável, a despeito de alguns autores assumirem que “comparar o incomparável” pode igualmente ser de maior pertinência para o conhecimento da realidade. Não se pretende seguir este caminho, mas ao longo do texto comparar, de algum modo, realidades comparáveis. Nesse sentido, interessa delimitar o que se considera como pequeno Estado durante a Primeira Guerra Mundial, distinguindo-o de médios Estados e de grandes potências. O subcapítulo subsequente trata da mobilização dos Estados durante a Primeira Guerra Mundial, em particular, daqueles que se consideram como pequenos Estados. Este subcapítulo permitirá constituir a grelha analítica com a qual suportar a ideia de quais são e como se caracterizam os pequenos Estados no período da Primeira Guerra Mundial, com base em dinâmicas demográficas e económicas, na medida em que estas têm um suporte material que permite uma melhor dis-

tinção entre os diversos atores. Assegurando uma formulação mais precisa sobre quais são os pequenos Estados durante a Primeira Guerra Mundial, pode-se de seguida passar a uma leitura daquilo que foi similar e daquilo que foi distinto na sua atuação durante a grande confrontação global de 1914-1918 e que constitui o principal corpo temático deste texto.

1. Grandes, Médias e Pequenas Potências na Primeira Guerra Mundial

Interessa talvez começar por esclarecer aquilo que deveria caracterizar uma grande, de uma média e de uma pequena potência, aquando da Primeira Guerra Mundial. Esta distinção dificilmente pode ser absoluta, porquanto a natureza fluída da história modifica necessariamente os pressupostos sobre os quais se alicerçam as interpretações sobre a realidade.

Acresce ademais que o poder, um conceito intensamente debatido e ainda hoje, com uma definição contestada (Hoffman, 2007, p. 148), veja-se o que sobre ele se refere no primeiro capítulo desta obra, é ele próprio, dizem os teóricos, melhor definido no quadro de uma relação, não sendo em consequência um dado absoluto: o poder refere-se a relações humanas, por isso é esquivo e difícil de delimitar (Nye, 2012, pp. 15 e 23; Hoffman, 2007, p. 149). Obviamente, o poder tem de alicerçar-se em realidades concretas e materiais, ou pelo menos, materializáveis, que possam capacitar o ator para transformar o mundo segundo os seus critérios e os seus interesses, que como se sabe, é uma das definições de poder mais correntes. Na realidade, o poder só existe em interação, visto só ser concretizável se de alguma maneira afeta a realidade concreta em que se vive, e deriva dessa dinâmica a natureza relacional do poder, porquanto só existe de facto se tiver efeito real na vida do conjunto em que ele intervém. O seu sucesso depende do efeito que o poder de cada ator tem nos outros atores do sistema em consideração, e esse efeito é o consenso possível que resulta da dialogia dos equilíbrios e desequilíbrios, tanto intrínsecos a cada agente, quanto gerados pela interação de cada um dos intervenientes. Esta dinâmica explicita melhor a materialização do poder, que não deriva apenas de dados materiais puros, mas igualmente do impacto das forças simbólicas que podem ser postas ao serviço de um ator – o que explica que um autor divida o poder em três dimensões, *hard power* (coercivo), *soft power* (persuasivo) e *smart power* (inteligente) (Nye, 2012, pp. 21-132) – e são convertíveis e materializáveis em vantagens estratégicas, na medida em que condicionam ou reduzem o poderio do(s) oponente(s).³ Isso explica igualmente que o poder, em potência, é ele

³ Outro autor refere que o poder pode ser distinguido por três dimensões, a da decidir ou impor uma decisão, que se pode correlacionar com a coerciva, a de definir uma agenda, o que

próprio um poder, porquanto existindo, mesmo que não se mova, pelo facto de existir, já condiciona a ação alheia. Todavia, raramente se dá o devido valor a este poder em potência, conquanto ele seja tão poderoso, ou mais até, que o poder em ação, na medida em que se expressa pelos constrangimentos que o que é exterior a si a assume face a este poderio em potência, que acaba por condicionar os oponentes, sem contudo, alguma vez ter de agir, porquanto os outros autocondicionam-se em frente a ele. Nye (2012, pp. 31-32, 34 e 39) define essa forma de poder como “moldar as preferências” e “cooptação”. O poder, sendo assim expresso em dados concretos e em efeitos reais na vida concreta de quem sofre o seu impacto, não é porém apenas resultado de dados materiais brutos, mas de materialização também de dinâmicas simbólicas coadjuvadas a materialidades concretas e à sua manipulação.

Com base nestes pressupostos, torna-se imperativo olhar para os atores que intervieram na conflagração, e a partir do seu esforço bélico e do sucesso relativo deste, procurar substanciar aqueles que podem e devem ser olhados como grandes potências, daqueles que devem ser vistos como médias potências, e dos que só podem ser encaixados no quadro das pequenas potências.

Porém, dirá o potencial leitor do texto, de há muito tais categorias podem ser descortinadas na galáxia bibliográfica sobre a Primeira Guerra Mundial. Sem dúvida, concorda-se com essa observação, mas na verdade raramente os autores de essa multiplicidade de textos procuraram averiguar da fundamentação das categoriais que aplicavam a cada um dos Estados, limitando-se a aceitar como válidas aquelas que a tradição e os seus pré-conceitos consideravam como corretas. Ora, o propósito deste subcapítulo é tentar verificar, com base em alguns critérios fundamentados, se de facto os beligerantes são efetivamente caracterizados de acordo com uma grelha que valida a posição hierárquica no sistema internacional em que são inseridos habitualmente nas obras sobre a Primeira Guerra Mundial. Como parece óbvio, nem sempre o critério que define a posição em que uma potência é inserida pelos seus pares deriva de critérios científicos, resultando sim, muitas das vezes, de interessada e ponderada diplomacia.

Uma grelha de análise que, julga-se, parece particularmente precisa, para aferir da posição internacional de cada um dos beligerantes na Primeira Guerra Mundial, que deriva da teoria da estratégia, é aquela que se baseia naquilo que se define como “potencial estratégico”, isto é, o conjunto de meios/recursos com os quais um Estado – ou um outro qualquer poder – pode contar

a aproximaria da persuasão, e finalmente, o de influenciar as consciências, para o qual muito útil seria a combinação dos anteriores e que o relacionaria com o poder inteligente – para estas dimensões do poder segue-se Hoffman (2007, p. 149).

para efetivar a sua ação no sistema internacional e alcançar os seus fitos. Esta grelha é habitualmente composta por dimensões materiais – economia, finanças, demografia e população, território, forças militares – e imateriais – estrutura da governação, vontade nacional e coesão nacional (Couto, 1988, pp. 242 e 256). Uma dimensão que nem sempre aparece mas que o novo pensamento sobre a globalização tem vindo a acentuar é a dimensão cultural, o peso internacional da língua e a difusão da sua produção cultural (Palmeira, 2016, pp. 93 e 187-189). A despeito de muito provavelmente, considerando as dinâmicas globalizantes existentes em 1914, o poder gerado pela cultura não ser tão relevante como na globalização interconectada, em rede, comunicacional, contemporânea, pode ser interessante incluí-la nesta grelha de análise para aferir algum do peso maior ou menor dos pequenos beligerantes, e da sua influência e seus efeitos no quadro estratégico da Primeira Guerra Mundial.

1.1. Mobilização Demográfica e Definição de Potência

A Primeira Guerra Mundial caracterizou-se, para os contemporâneos, como uma guerra de mobilização das massas, dado o maciço levantamento da população masculina para servir as forças armadas de cada um dos beligerantes. Com efeito, diz Jay Winter (2004, p. 1075), “a grande guerra foi um conflito revolucionário, em parte por que entre 1914 e 1918, a proporção da população masculina com a idade entre os 15 e os 49 anos, posta em uniforme atingiu níveis jamais alcançados num conflito militar de longa duração. O nível de participação militar alcançou cerca de 50% da população masculina em idade de levantar armas”.

No que respeita ao potencial estratégico nacional interessa talvez começar por observar os quantitativos de população e os níveis de mobilização masculina em idade militar para aferir o posicionamento de cada Estado no quadro das grandes, médias ou pequenas potências – em parênteses apresentam-se outros dados, quando a data disponível é muito discrepante, entre várias fontes.

Quadro 1 – Mobilização Demográfica Nacional das Potências Aliadas 1914-1918

Estados	População (em milhões de habitantes)	Mobilizados (em milhões)	Mortos (militares)
Rússia	175	18,1 (13)	1,8 milhões
França	39,7	7,9	1,375 milhões (1,4 milhões)
Grã-Bretanha e Império Britânico	46,2 400	9	900 mil (910 a 950 mil)
Itália	35,3	5,6	580 mil
Estados Unidos da América	99	4,3	114 mil
Japão	53,4	0,800	900 (2 mil)
Roménia	7,6	1	250 mil
Sérvia	4,3	0,750 (1)	278 mil
Bélgica	7,8	0,365 (0,380)	39 mil (41 mil)
Grécia	4,6	0,355 (0,200)	26 mil
Portugal	5,6	0,100	7,2 mil
Montenegro	0,5	0,050	3 mil

Fontes: para os mobilizados e os mortos Winter (2004, p. 1077); em parênteses, quando os dados são discrepantes com os primeiros Hughes e Philpott (2005, p. 101) e Prost (2014, pp. 5-6); para a população Jefferson (1914, pp. 404, 409 e 411).

Quadro 2 – Mobilização Demográfica Nacional das Potências Centrais 1914-1918

Estados	População (em milhões de habitantes)	Mobilizados (em milhões)	Mortos (militares)
Alemanha	68	13,2	2 milhões
Áustria-Hungria	50,7	9	1,1 milhões (1,2 milhões)
Império Otomano	23,5	3	800 mil (400 mil)
Bulgária	4,8	0,400 (0,950)	87,5 mil (49 mil)

Fontes: para os mobilizados e os mortos Winter (2004, p. 1077); em parênteses, quando os dados são discrepantes com os primeiros Hughes e Philpott (2005, p. 101) e Prost (2014, pp. 5-6); para a população Jefferson (1914, pp. 404, 409 e 411).

Este quadro demográfico merece alguns reparos importantes. A população calculada para 1914, de acordo com um geógrafo coevo, Mark Jefferson, apoiado por indicações de outras fontes mais recentes, é uma estimativa, provavelmente bastante correta, dado o desenvolvimento existente em muitas das sociedades europeias no que se refere às computações estatísticas (Jefferson, 1914, pp. 409-410). Não obstante, em geral, os dados dos últimos censos derivavam do início da década, e, por exemplo, no caso específico da Rússia, mesmo de fins do século XIX (1897) (Jefferson, 1914, p. 410). A evolução do quantitativo populacional é dinâmico, ainda mais no início do século XX na Europa, onde ainda se refletia o impressionante crescimento demográfico europeu produzido ao longo do século XIX. Com efeito, em 1914, o quantitativo de populações de origem europeia no mundo, rondava os 35% da população mundial – 460 milhões de europeus, a que se poderiam juntar 100 milhões de norte-americanos, não se incluindo nesta contabilização os 10 milhões de afro-americanos, havendo ainda espalhados pela América Latina e pela África larga dezenas de milhões de outros tantos migrantes de origem europeia, para uma população mundial de 1,8 bilhões de habitantes (Jefferson, 1914, p. 413). O geógrafo coevo, já mencionado, que este texto segue, efetua no mesmo uma análise da tendência de crescimento demográfico da Europa até 1920, no qual se observava um ritmo de crescimento elevado para a maioria dos países europeus, com a exceção da França. O texto, como deverá parecer óbvio, foi escrito antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial e de acordo com a prospectiva do autor, o geógrafo Mark Jefferson, todos os países europeus manteriam um elevado crescimento demográfico, passando o Império Alemão, por exemplo, de 68 milhões de habitantes para 73,5 milhões em 1920 (Jefferson, 1914, p. 409). Os quadros servem antes de mais como um indicativo geral, uma aproximação de elevada precisão, contudo, sobre a dimensão populacional de cada um dos países beligerantes e o seu potencial peso relativo no cômputo geral.

O que nos dizem então os quadros em termos do potencial peso relativo de cada país no sistema internacional?

Só um dos países beligerantes referidos ultrapassa os 100 milhões de habitantes, a Rússia. O Império Britânico suplanta claramente a Rússia em termos demográficos, com 400 milhões de habitantes, mas o grande esforço de guerra da Grã-Bretanha por si só é muitíssimo mais relevante que o do Império como um todo, ou por outras palavras, o Império Britânico coadjuva com algum esforço adicional a colossal mobilização da metrópole. Esta, com efeito mobiliza pelo menos 6,2 milhões dos 9 milhões de soldados que combateram pelo Império Britânico (Hughes e Philpott, 2005, p. 101), e mesmo destes, uma proporção ingente resulta do esforço de guerra do Canadá – 7,7

milhões de habitantes em 1914 com cerca de 624 mil mobilizados –, da Austrália – 4,4 milhões de habitantes, com cerca de 413 mil mobilizados – e da Nova Zelândia – 1,1 milhões de habitantes, com cerca de 128,5 mil mobilizados⁴.

Quatro beligerantes ultrapassam os 50 milhões de habitantes, os Estados Unidos da América, com cerca de 99 milhões de habitantes, o Império Alemão, com cerca de 68 milhões de habitantes, o Japão com 53 milhões de habitantes e a Áustria-Hungria com cerca de 51 milhões de habitantes. A Grã-Bretanha estava próxima, com cerca de 46 milhões de habitantes. Todavia, pode ser incluída nos Estados com mais de 50 milhões de habitantes se a ela juntarmos os domínios do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia, em razão da população desses territórios ser maioritariamente composta por nativos de língua inglesa, muito correlacionados com a metrópole e a terra-mãe. Nesse sentido, estaríamos a falar de uma entidade estatal e nacional com cerca de 59 milhões de habitantes. Por sua vez, dado o crescimento populacional dos Estados Unidos da América, em 1917, quando este país entra na contenda, já ultrapassaria os 100 milhões de habitantes – segundo os cálculos de Mark Jefferson (1914, p. 404) seriam 109 milhões de habitantes⁵.

Subsequentemente aparecem-nos os países abaixo dos 40 milhões mas acima dos 30 milhões. Estão nestes casos, a França com 39 milhões de habitantes em 1914 e a Itália com 35 milhões de habitantes. A França estava muito próxima dos 40 milhões de habitantes, todavia Mark Jefferson nos seus cálculos prospectivos só a fazia chegar aos 40 milhões de habitantes em 1918 (Jefferson, 1914, p. 409), considerando as baixíssimas taxas de crescimento que esse país tinha e tivera ao longo de todo o século XIX.

O Império Otomano formaria um novo nível, com uma população estimada de cerca de 23 milhões de habitantes, por conseguinte, no horizonte entre os 30 milhões e os 20 milhões de habitantes.

Por último vem um rol de beligerantes abaixo dos 10 milhões de habitantes – Bélgica, Roménia, Portugal, Bulgária, Grécia, Sérvia e Montenegro.

⁴ Para a população, dados de Jefferson (1914, pp. 404 e 411); para os mobilizados, dados de Hughes e Philpott (2005, p. 81). A Índia contribui também com cerca de 1,45 milhões de mobilizados (*Idem*, p. 81).

⁵ Todavia, uma informação mais atual, encontrada em U.S. Census Bureau (2018; 2000), consultada em 14 de junho de 2018, dão para os EUA, em 1914, 99 milhões de habitantes, tal qual referido por Mark Jefferson, mas tão só 103,3 milhões de habitantes para 1917. É plausível que a Primeira Guerra Mundial ao constranger a navegação e ao impor a mobilização maciça dos beligerantes tenham condicionado um dos vetores essenciais de crescimento da população dos EUA, a emigração.

Pode-se, em termos demográficos, distinguir assim cinco níveis:

- 1) Com mais de 100 milhões de habitantes: Império Russo e Estados Unidos da América (desde 1915).
- 2) Entre os 100 milhões e os 50 milhões de habitantes: Império Alemão, Grã-Bretanha com os seus domínios autónomos, Japão e Áustria-Hungria.
- 3) Entre os 50 milhões e os 25 milhões de habitantes: França e Itália.
- 4) Entre os 25 milhões e os 10 milhões de habitantes: Império Otomano.
- 5) Abaixo dos 10 milhões de habitantes: Bélgica, Roménia, Portugal, Bulgária, Grécia, Sérvia e Montenegro.

Genericamente poder-se-ia agora definir, de entre estes Estados, quais seriam incorporados nas grandes, médias e pequenas potências. Assim, nas grandes potências seriam considerados os Estados com mais de 50 milhões de habitantes, médias potências, todos aqueles entre os 10 milhões e 50 milhões de habitantes, e as pequenas potências todos os restantes Estados abaixo dos 10 milhões de habitantes.

Todavia, se olharmos para o contributo de cada um para o esforço de guerra, esta primeira análise tem variadíssimas discrepâncias. Todos os pequenos países tiveram um contributo para o esforço de guerra das respetivas alianças muito maior do que o Japão, se medido em número de mortos. Com efeito, para uma população de 53 milhões de habitantes, o Japão mobilizou apenas 800 mil combatentes e teve tão só cerca de 900 mortos – ou 2 000 noutros dados –, por comparação, por exemplo, como a Sérvia, que com uns parcos 4 milhões de habitantes, mobilizou quase tantos ou mais soldados que o primeiro país e sofreu quase 300 mil mortos (militares).

Igualmente, a Rússia, a Áustria-Hungria e os Estados Unidos tiveram um contributo para o esforço de guerra comum, no que se refere aos respetivos aliados, muito menor do que aquele que teve a França e a Grã-Bretanha, ou a Alemanha, se medido em número de mortos pela população total. Efetivamente, a Alemanha e a França terão sido, dos grandes beligerantes, aqueles que mais mobilizaram a população masculina entre os 15 e os 49 anos de idade, cerca de 80% da qual foi uniformizada (Winter, 2004, p. 1175). Como veremos mais adiante, poucos ou nenhum dos pequenos beligerantes terá alcançado os níveis de mobilização da França e da Alemanha, e isso por óbvias razões que mais adiante serão desenvolvidas. Por enquanto interessa salientar que por pequenos beligerantes julgamos poder considerar os países com menos de 10 milhões de habitantes.

1.2 Poderio Económico e Definição de Grande Potência

Vários elementos terão, em cada caso particular, contribuído para que uma grande ou média potência não virtualizasse ao máximo o seu potencial, mas isso significa igualmente que é preciso ter algum cuidado em atribuir um estatuto de grande potência aos Estados com base apenas no critério demográfico. Isso não significa que o quadro demográfico não seja relevante, mas deve ser combinado com pelo menos mais dois elementos de análise: a dimensão económico-industrial e a dimensão imaterial da cultura/vontade coletiva/governança.

O levantamento do produto nacional dos Estados só na década de 30 do século XX teve, nos Estados Unidos da América, os seus primeiros estudiosos (Karabell, 2014, p. 91). Porém, outros tantos dados de carácter económico eram já utilizados no século XIX para aferir da pujança da economia e do rendimento nacional nos diversos países europeus. Um exercício sobre o poderio das grandes potências em termos económicos foi apresentado por Paul Kennedy (1988) no seu já clássico estudo sobre a *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, fundamentalmente com base na dimensão industrial-produtiva dos principais poderes europeus e dos Estados Unidos da América. Vejamos os dados para as grandes potências, em 1914, que o autor apresenta:

Quadro 3 – Rendimento Nacional, População e Produto Nacional Bruto *per capita* em 1914

Países	Rendimento Nacional (milhões de dólares)	População (em milhões de habitantes)	Produto Nacional Bruto <i>per capita</i> (dólares)
Estados Unidos da América	37	98	377
Grã-Bretanha	11	45	244
França	6	39	153
Japão	2	55	36
Alemanha	12	65	184
Itália	4	37	108
Rússia	7	171	41
Áustria-Hungria	3	52	57

Fonte: Kennedy (1988, p. 269).

Estes dados evidenciam obviamente uma discrepância, quando comparados com o esforço de guerra; os Estados Unidos da América, a maior de todas as

potências tem um esforço de guerra muito menor que o da França, Alemanha ou Grã-Bretanha, mas tal, é sabido, deve-se à tardia entrada deste país na conflagração e de a sua efetiva participação se ter dado basicamente nos últimos seis meses da mesma, tendo o seu 1º exército só sido ativado em agosto de 1918; com efeito, aquando da ofensiva de primavera alemã, o general John Pershing, comandante supremo das forças norte-americanas na Europa, aceitou, em nome do esforço comum, que unidades divisionais e de corpo de exército fossem integradas nos exércitos franceses e britânicos.⁶ Mas, ainda assim, esta situação é um belo exemplo de que o poder pode agir mesmo nas condições em que para ter efeito basta existir: a entrada dos Estados Unidos da América na guerra, não só galvanizou a vontade de resistência dos seus aliados e a sua resiliência, ao mesmo tempo que, pelo facto de estar presente, demonstrou aos alemães, fracassadas as ofensivas da primavera de 1918 com que o II Reich tinha procurado alcançar uma decisão favorável para a contenda, lhes restava assumir a derrota, o que aconteceu em setembro desse ano.

Em termos de rendimento nacional, podem-se distinguir talvez dois grupos, o primeiro com rendimentos acima dos 100 dólares, e que poderíamos considerar como sendo os países mais industrializados e mais desenvolvidos. Os segundos, abaixo dos 100 dólares, ainda seriam no essencial países relativamente atrasados, com uma forte componente rural e tradicional na economia. Os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a Alemanha, França e em parte a Itália tinham já desenvolvido vastos setores industriais e científico-tecnológicos. Por comparação, a Rússia, a Áustria-Hungria e o Japão ainda estavam a iniciar um processo de industrialização. Isto é conhecido no caso particular dos dois países europeus. Ambos teriam zonas já muito desenvolvidas, às quais se juntavam ainda vastos territórios de economia e sociedade tradicional (Kennedy, 1988, pp. 198-249).

Considerando estes dois elementos, rendimento nacional e produto bruto *per capita*, onde se situariam os pequenos países da Europa?

⁶ Para uma síntese sobre o papel dos Estados Unidos da América, veja-se Hughes e Philpott (2005, p. 88).

Quadro 4 – Produto Nacional Bruto e Produto Nacional Bruto *per capita* na Europa Ocidental em 1914

Países	Produto Nacional Bruto	Produto Nacional Bruto <i>per capita</i>
Áustria	19 572	2 876
Bélgica	30 300	3 923
Dinamarca	12 405	4 110
Finlândia	6 108	2 001
França	134 230	3 236
Alemanha	202 207	3 059
Itália	95 413	2 543
Países Baixos	24 281	3 868
Noruega	6 111	2 472
Suécia	17 543	3 100
Suíça	16 496	4 233
Reino Unido	226 864	4 927
Irlanda	-	-
Grécia	8 208	1 502
Portugal	7 520	1 258
Espanha	41 075	2 014
Roménia	21 810	1 534
Bulgária	7 240	1 741
Austrália	24 797	5 027
Nova Zelândia	5 931	5 189
Canadá	32 577	4 025
Estados Unidos da América	477 545	4 799

Fonte: Bolt, *et al.* (2018) e Maddison (2009).

O mais pujante dos pequenos beligerantes, a Bélgica, tinha uma economia em que o rendimento nacional *per capita* equivalia e até suplantava o da Alemanha e da França, cerca de 4.000 dólares para 3.000 e 3.200 dólares respetivamente a cada um dos países referidos. Não obstante, em termos brutos, a economia belga era 1/5 da francesa e 1/8 da alemã – 134 milhões e 202 milhões de dólares respetivamente. O país que mais se aproximava da Bélgica em termos de rendimento bruto era a Roménia com o rendimento nacional de 21 milhões de dólares, mas com um rendimento *per capita* muito baixo, na ordem dos 1.800 dólares. A explicação para um diferencial tão elevado pode-se prender com o facto de o Madison Project, do qual extraíram estes dados, atribuir à Roménia 12,5 milhões de habitantes (Bolt *et al.*, 2018), quando

outras fontes só lhe atribuem 7,5 milhões de habitantes. Esta discrepância é igualmente um bom elemento para evidenciar a complexidade da natureza das estatísticas. Assim, deve-se olhar para estes elementos mais como um elemento de apuramento de diferenciais de pujança económica, o que para o foco deste estudo julga-se ser o bastante para se tirarem conclusões válidas sobre equilíbrios e desequilíbrios de poder. O diferencial relativo à população pode dever-se ao facto de os autores incorporarem na Roménia territórios então pertencentes à Áustria-Hungria.

Todos os outros pequenos beligerantes têm um rendimento nacional bruto abaixo dos 10 milhões de dólares, mais de 13 vezes inferior ao francês e mais de 20 vezes inferior ao alemão, e ainda mais em relação ao dos Estados Unidos da América ou da Grã-Bretanha. Não é que seja surpresa esta discrepância. Mesmo quando o país fazia uma excelente figura com a sua riqueza nacional, o seu poderio económico era muito limitado. O caso da Bélgica é exemplificativo. Nesse sentido, o rendimento nacional é outro meio de qualificar e distinguir os pequenos beligerantes das grandes potências. Pode-se considerar que diferenciais de poder económico de um para dez já justificariam a inserção de um país no rol das pequenas potências – é o caso da Bélgica em relação aos Estados Unidos da América, de acordo com o quadro exposto estar-se-á a falar de um diferencial de um para quinze. Inequivocamente, todos os outros pequenos beligerantes têm economias muito débeis, quando comparadas com as das grandes potências, por isso é que são pequenas potências. Estamos a falar da Sérvia, da Bulgária, da Grécia, de Portugal, da Roménia e do Montenegro.

1.3 Cultura e Poder: para uma Avaliação dos Pequenos Beligerantes na Primeira Guerra Mundial

Uma última possibilidade redundaria na capacidade de um suposto pequeno poder-se agigantar por via de uma determinada dimensão imaterial. O poder não é estritamente material. A ideia de *soft power* advém dessa realidade (Nye, 2012, pp. 39-43). Há capacitações de poder que derivam de dinâmicas não materiais, imateriais, a influência diplomática ou a pujança cultural são igualmente fontes de poder. Já se observou como a potência pode derivar da influência, e que um ator pode condicionar outros, impondo-lhes determinada atitude, por via apenas de existir. Na língua portuguesa, a própria ideia de potência carrega subliminarmente esta ideia. Tanto pode ser o potencial, o que pré existe em potência, como o vitalizável, o realizável e o efetivo ato de agir⁷.

⁷ Veja-se, por exemplo, in *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [online] os diversos significados de “potência”.

Nesse sentido interessa olhar agora para o potencial cultural dos pequenos beligerantes e visualizar se de algum forma ele suplantava e por larga margem as suas dimensões demográficas e económicas, fazendo desta arraia-miúda material um potentado de influência – cultural e política – internacional. Em 1900 os países do norte da Europa e da América do Norte tinham alfabetizado cerca de 90% a 100% da sua população – nos quais se devem incluir os domínios britânicos do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, situação semelhante acontecia com o Japão. Na Europa do sul, só os Balcãs ultrapassavam os 50% de alfabetizados, estando a Rússia e a Península Ibérica abaixo dos 50% – entre os 50% e os 30% –, o resto do mundo rondando os 20% ou menos de alfabetizados (White, 1997).

Quadro 5 – Literacia na Europa em 1900

Países	Alfabetização
Países Nórdicos, Alemanha, Escócia, Holanda e Suíça	≈ 98%
Inglaterra e País de Gales	≈ 88%
França, Bélgica e Irlanda	≈ 80%
Áustria e Hungria	≈ 70%
Espanha, Itália e Polónia	≈ 40%
Rússia, Balcãs e Portugal	≈ 25%

Fonte: Candeia e Simões (1999, p. 168).

Estes dados não deixam de espelhar um atraso, e bem grande em certos casos, dos pequenos beligerantes, em termos educativos, face às grandes potências da Europa central e do norte. Com efeito, enquanto países como a Alemanha e a Grã-Bretanha eram quase que completamente alfabetizados, os países do sul só tinham cerca de 1/3 da população alfabetizada. Para além de serem demográfica e economicamente débeis, estes países eram igualmente muito menos alfabetizados que a maioria das grandes potências europeias. Como é muito provável, o atraso educativo desses países refletia-se no seu atraso económico e na sua dimensão demográfica. É certo que a Sérvia tinha mais de 77% de alfabetizados em 1900, o que se refletia numa cultura política mais participativa (Sarenac, 2014, p. 101)⁸. Escapa a esta regra também a Bélgica, situada no norte da Europa, de há muito com uma forte taxa de alfabetização.

⁸ Observe-se que em 1912-1913 a população da Sérvia duplicou assim como o seu território, no quadro da anexação de espaços dos Balcãs, até então sob domínio do Império Otomano (*Cf.* supra). Isto obviamente mudou a taxa de alfabetização da Sérvia.

Pode-se então pensar que dada esta peculiar característica, a Bélgica teria um poder de influência maior que os outros pequenos Estados europeus de então. Isto não era de todo irreal. A Bélgica assegurara para si, através do domínio que sobre esse território tiveram o Rei Leopoldo II, o vastíssimo Congo, cerca de 2,4 milhões de Km² inseridos no centro de África. Afinal, a Bélgica era um Estado civilizado e moderno. Não obstante, um país atrasado como Portugal também assegurara para si cerca de 2,5 milhões de km² de territórios em África. Não bastava o certificado de civilizado. O contexto da ocupação belga do Congo tem tanto de resultante da sofisticação e modernidade da sociedade belga, quanto dos jogos de equilíbrio internacionais entre as grandes potências europeias. Convinha aos grandes potentados europeus entregar essa vastidão territorial a um Estado pequeno, considerando que esta situação salvaguardava e delimitava a competição dos poderes europeus por esse território. Algo de semelhante aconteceu em parte com a situação de Portugal, à qual se juntou uma presença muito longa em parte dos territórios que lhe couberam na partilha de África pela Europa. Conveniências estratégicas a que se juntam dinâmicas nacionais específicas explicam a construção do Congo Belga e do ultramar português em 1900. Neste caso, ajudou o facto de a Bélgica ser um Estado moderno, mas por si, tal não teria bastado.⁹

A despeito de ser um Estado moderno, industrializado, dotado de relevantes capacidades científicas e tecnológicas, a Bélgica não deixava de ser um pequeno Estado. Na realidade, essas capacidades não a distinguiam das grandes potências que as detinham, e que tendo muito mais massa crítica, adquiriam sempre maiores vantagens por as ter em escala muito maior. Mas isso significava sim, que os pequenos beligerantes que as não detinham, em qualquer escala, ainda mais pequenos seriam na cotação do poder internacional. Estes são os casos de Portugal, da Sérvia, da Grécia, da Bulgária e da Roménia, e ainda mais do Montenegro, os pequenos beligerantes que tiveram uma participação mais intensa, segundo os seus recursos, na Primeira Guerra Mundial.

Esta é a questão principal sobre a qual se julga interessante refletir. Como é que os pequenos beligerantes puderam porfiar pelos seus objetivos, dadas as limitações do seu poder, e os conseguirem alcançar, exatamente porquanto a despeito da sua pequenez, tiveram impacto na grande conflagração.

1.4 As Pequenas Potências e o Poder Internacional

A Primeira Guerra Mundial parece ter ficado conhecida entre os seus coevos, em todo o seu horror, não tanto pela violência do poder destrutivo da tecno-

⁹ Sobre a questão do Congo no quadro da Conferência de Berlim de 1885, segue-se Martinez (1992, pp. 502-506).

logia, mas pelo efeito desta, a enorme matança, a morte em massa, paradigmaticamente industrial, e que se correlaciona com a mobilização em massa (Bach, 2010, pp. 1-2). Intuitivamente, o general Fernando Tamagnini, comandante-chefe do Corpo Expedicionário Português acaba por reconhecê-lo quando afirma a certa altura no seu diário que “para fazer a guerra é preciso gente e dinheiro” (Borges, Marques e Dias, 2018, p. 239). Não sendo essa ótica em absoluto verdade, olhando à distância de cem anos, bem pelo contrário, sendo efetivamente a Primeira Guerra Mundial uma *materialschlacht* (batalha do material), à época, até por serem eles a sentir de forma mais aguda o efeito do poderio das máquinas de guerra, só os alemães parecem ter compreendido de todo a dimensão profundamente tecno-industrial da grande conflagração (Duarte, 2005, pp. 44-45). Nesse sentido, a quantidade de soldados mobilizados era algo a ter em conta e aqui, neste particular aspeto, mesmo pequenos Estados podiam, se rapassem bem na demografia nacional, mobilizar íngentes massas de pessoal, dando assim um forte contributo para o seu campo na contenda. É verdade que o número de mobilizados que os pequenos países levantaram é uma pequena percentagem dos efetivos totais recrutados pelos grandes beligerantes – considerando este como aqueles que ultrapassaram os 5 milhões de mobilizados. Para os Aliados, e tendo em conta os quadros precedentes, estamos a falar em 2,6 milhões de mobilizados entre os pequenos parceiros das “potências aliadas” para um total levantado pelos grandes beligerantes de cerca de 45 milhões, o que dá cerca de 5,6% do efetivo das forças aliadas. Para as Potências Centrais a contabilização é mais complexa, conforme se insira o Império Otomano dentro ou fora desta contabilização. Se excluído da contabilização o Império Otomano, a Bulgária representa uma pequeníssima percentagem do efetivo mobilizado por este bloco durante a Primeira Guerra Mundial, tão só 3,6% do efetivo – cerca de 25 milhões de mobilizados no total para 900 mil efetivos levantados pela Bulgária se considerarmos a contabilização máxima que se dá ao seu esforço de guerra.¹⁰ Todavia, não deixa de ser interessante observar que a Bulgária tenha sido acusada amiudadamente no período entre-as-guerras de ter dado a machadada definitiva na resistência das Potências Centrais, por ter sido a primeira a apelar para negociações com os aliados, quebrada que tinha sido a sua linha de defesa no sul da Macedónia, em setembro de 1918, engendrando uma colossal brecha em toda a frente sul deste bloco. Hoje, pode-se dizer que esta interpretação foi fortissimamente mitigada; na verdade desde agosto de 1918, que as forças germânicas retiravam paulatinamente, mas inexoravelmente, da França e da Bélgica. Não deixa todavia de ser verdade que a rutura da frente da Mace-

¹⁰ Remete-se o leitor para os quadros do primeiro subcapítulo.

dónia criou uma colossal brecha em toda a frente sul das Potências Centrais (os Balcãs) sem que estas tivessem capacidade para obstaculizar a manobra ofensiva dos seus oponentes. Esta situação evidencia que mesmo um pequeno Estado pode, pela sua ação ou inação, ter um forte impacto no desenvolvimento de uma contenda (Veiga e Martin, 2014, pp. 225-227). Esta é uma questão que merecerá de novo o debate neste texto.

2. Pequenos Beligerantes na Primeira Guerra Mundial: Exercício Comparativo

A primeira parte deste texto permitiu delinear os pequenos Estados europeus beligerantes da Primeira Guerra Mundial na Europa: estes estão essencialmente concentrados nos Balcãs – Sérvia, Bulgária, Montenegro, Grécia e Roménia –, mais a Bélgica e Portugal. Estes Estados, de uma forma ou outra, empenharam forças de centenas de milhares de homens em campanha. Nesse sentido, e considerando a dimensão demográfica específica de cada país, está-se perante Estados que empenharam uma elevada densidade dos seus recursos nacionais na contenda. São de facto pequenos intervenientes na grande conflagração, mas não foram beligerantes despidiendos, como pretendemos demonstrar ao longo destas páginas.

Importa, para uma melhor compreensão do papel de cada um na Primeira Guerra Mundial, e com vista a entender melhor a relevância destes atores no quadro geral dessa conflagração, desenvolver agora uma análise comparativa do empenho que nela puseram. Esta análise permitirá salientar aquilo que pode ser distinto e aquilo que é comum à participação na conflagração destes pequenos beligerantes. Este exercício comparativo é essencial, não só para uma maior compreensão sobre o papel dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial, o que não seria pouco, mas também, e acompanhando o propósito deste projeto de investigação, para chegar a um mais lato entendimento sobre a forma como se integram as pequenas potências no sistema internacional, tendo como sustentáculo da construção teórica as experiências dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial.

O exercício comparativo procurará dissecar um conjunto de situações, que se consideram como substanciais no desenvolvimento da inserção dos pequenos Estados no sistema internacional e na própria guerra: 1) a inserção dos pequenos Estados em alianças e redes de alianças e a razão da sua integração em cada uma delas, considerando o quadro internacional; 2) a forma como a guerra eclode para cada um deles e o seu papel nesse próprio processo; 3) o empenho na guerra e o esforço de mobilização desenvolvido para participar ativamente na guerra; 4) a frente interna e a forma como se estrutura a coesão nacional e

a sua relação com a guerra; 5) os efeitos das vitórias e das derrotas, na frente externa e na frente interna e o relacionamento que estas produzem com os seus aliados. Mais do que se trabalhar individualmente cada um dos pequenos beligerantes, desenvolver-se-á uma análise de cada tópico comparando em simultâneo todos os pequenos Estados considerados, efetuando no final de cada ponto uma síntese conclusiva de cada situação, salientando as diferenças encontradas e as similitudes reveladas, como catapulta para uma leitura mais teórica da integração dos pequenos Estados no sistema internacional, em tempo de paz, e mais relevante ainda, em conjunturas de elevada conflitualidade, acompanhadas de intervenções bélicas.

O autor deste estudo tem desenvolvido a sua investigação em torno de dois focos fundamentais: a história política e militar de Portugal, fundamentalmente na contemporaneidade e o estudo da estratégia. São temáticas suficientemente amplas para que ele tenha de reconhecer que são precisos muitos anos para um académico se sentir confortável com a profundidade do conhecimento que adquiriu e que lhe permita entender todas as subtilidades que a realidade necessariamente comporta. O objeto deste estudo comporta, logo à partida, uma imensa discrepância entre o conhecimento que o autor tem da realidade portuguesa e das outras que lhe aparecem acopladas, algumas mesmo em línguas que são perfeitamente inacessíveis a quem escreve estas linhas. Não pode assim o autor destas linhas penetrar nas múltiplas interpretações que muito provavelmente existem sobre a evolução histórica dos pequenos beligerantes que com a exceção de Portugal são objeto de estudo deste texto, e as quais, por dinâmica deste próprio texto, aflora quando refere as críticas ao muito aclamado livro de Christopher Clark (*Cf. supra*) produzidas por vários autores de origem sérvia, sem que todavia assumia uma posição clara sobre a questão nesta obra focada: a responsabilidade sérvia no desencadear da Primeira Guerra Mundial. Todavia, nada impede ou inibe uma incursão comparativa sobre a participação dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial, pese algum conhecimento limitado sobre estes Estados e a sua intervenção nessa conflagração. Tal ideia inibiria qualquer estudo sobre a Primeira Guerra Mundial ou sobre as Guerras Napoleónicas, considerando que existe hoje uma ple-tórica vastidão bibliográfica sobre estas temáticas, tornando inacessível a cada estudioso que sobre elas se debruça, o conhecimento de todas elas.

Um estudo deve alicerçar-se sobre informação fidedigna e que suporta a tese em questão, o que se julga estar suficientemente sustentado, ademais, os elementos nucleares que precisam de abastecer a interpretação deste texto, deveriam essencialmente basear-se na realidade material dos factos mais do que na multiplicidade das interpretações. Estas, dado o ritmo de produção académico atual, mudam com uma frequência avassaladora, quase de dez em dez anos, se não em menos tempo, pelo que basear-se no que ultimamente foi escrito, arris-

car-se-ia a deixar este texto aprisionado no tempo de hoje, perdendo um dos elementos basilares da história, a leitura em profundidade. Além disso, para o estudo em causa, interessa muito mais os factos brutos da realidade do que as suas interpretações, porquanto aqueles, podendo sempre acontecer uma descoberta que inviabilize o que sabe sobre um ou outro acontecido, são em geral de uma solidez granítica, a toda a prova, produzidos, imutáveis, daquela imutabilidade que só o acontecido e a morte produzem. São estes dados e estes factos materiais, definitivamente acontecidos, imutáveis a partir de então, que alimentam ou nutrem esta tese e este texto e é na sua comparação que se procura fundar uma leitura da participação dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial e a partir desta leitura, uma interpretação teórica sobre o papel e relevância dos pequenos Estados no sistema internacional.

A Primeira Guerra Mundial, como todas as guerras de grande dimensão mobilizam múltiplos atores e, sendo distintos os papéis que lhes cabem, todos eles, de uma forma ou outra, contribuem para robustecer os seus aliados e enfraquecer os inimigos dessa coligação. O papel do pequeno ator deve ser lido no contexto das interações que a guerra produz. Começar por pensar sobre o que é a guerra deverá ser o elemento basilar sobre o qual assenta a linha condutora deste texto. Na verdade, falar-se-á de pequenos beligerantes num quadro de um dos mais avassaladores conflitos da contemporaneidade, e quiçá, de toda a história humana, a *Urkatastrophe des 20. Jahrhunderts*, a catástrofe seminal do século XX, dois extraordinários e contrapostos termos, que combinam toda a ideia de destruição cataclísmica com a noção do *novus*, de uma radical germinação de um novo tempo. Compreender a guerra, ou numa fórmula mais modesta, partir para este texto com uma dada compreensão da guerra permitirá quiçá melhor entender o papel e a relevância dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial. A interação parece ser um elemento central da guerra, assim pensaria Clausewitz, que lhe dá muito relevo na edificação do conceito de guerra absoluta, com efeito é da dinâmica internacional que desabrocha e se expande a guerra segundo a sua própria gramática. Esta ideia de interação e sua relação com a ascensão aos extremos, observada num sentido muito mais amplo do que o mero exponenciar da violência, pese a existência desta, sustenta teoricamente a leitura que se fará do papel dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial.

Clausewitz refere que a guerra é uma ação recíproca, que em teoria deve levar aos extremos, é o primeiro caso de interação¹¹, e o primeiro extremo; uma

¹¹ Uma tradução espanhola da tradução em inglês do *Da Guerra*, feita por Michael Howard e Peter Paret (uma das edições aqui citadas), assim como outra tradução em português do *Vom Kriege*, em vez da palavra “interação”, preferem o termo “ação recíproca”, que de facto, assim

colisão de forças vivas, de novo uma interação, de modo a que enquanto o oponente agir, nenhum dos agentes tem o controlo, e cada um pode ditar ao outro a sua vontade, é a segunda interação e o segundo extremo; o que implica o uso da força, de toda a força e vontade que cada um tem, e em consequência, a competição força ambos a encaminhar-se para o extremo, é o terceiro caso de interação e o terceiro extremo (1994, pp. 76-77). A guerra absoluta tem sido objeto de variadíssimas interpretações por exegetas de Clausewitz. Em geral, os exegetas clausewitzianos assumem que a guerra absoluta é a pura guerra, a guerra como seria segundo ela própria, a guerra liberta de todas as condicionantes exteriores, tal qual o próprio Clausewitz o afirma (1999, pp. 182-183). Assim poder-se-ia dizer que a famosa fórmula da guerra como continuação da política – “a guerra não é um mero ato de governação, mas um verdadeiro instrumento de política, a continuação da política desenvolvida por outros meios” (Clausewitz, 1994, p. 87) – teria os seus limites, limite estes que se extravasados fariam da guerra um fenómeno de pura violência em si própria, como observa Fernandes (2017, p. 177), “a guerra absoluta era e é o núcleo resistente a essa politização”, ou como indica Nil Santiáñez (2009, p. 73), uma atividade divorciada da política e sem sentido. Todavia, seguindo a clássica interpretação de Aron (1976, pp. 112-113), a guerra absoluta mais não seria que um arquétipo, um tipo ideal, com o qual se confrontaria a realidade, a guerra real, esta existindo no tempo e no espaço, sempre politizada. As primeiras interpretações, contudo, esvaziavam o valor da famosa fórmula que na obra almeja ser de valor universal e aplicável a todas as guerras. A segunda, não desconsiderando de todo a fórmula, esvazia a ideia de guerra absoluta, como um mero modelo arquetipal. O presente texto aproxima-se mais de uma outra leitura de Clausewitz, a que o filósofo político alemão Herberg-Rothe faz (2007). Ele parte igualmente da relevância da ideia de interação e da reciprocidade basilar do conceito de guerra de Clausewitz (1994, p. 75) – a guerra é um duelo, um ato de força para compelir o inimigo à nossa vontade – e sobre qual se baseia a ideia de ascensão aos extremos, como já se indicou.

A reciprocidade da interação entre os oponentes, cada um procurando desarmar o adversário e impor-lhe a sua vontade, engendra simultaneamente ascensão aos extremos e os seus limites. Com efeito, como acaba o próprio Clausewitz por referir, a ampliação do esforço deriva do seu fracasso anterior, conforme cada adversário apara o golpe do oponente, esse próprio ato, já uma

parece, se aproxima mais do sentido último do raciocínio de Clausewitz (1999, pp. 181-183; 1976, pp. 74-76) sobre a ascensão aos extremos. Interação ou ação recíproca, todavia espelham a natureza interativa e inter-relacional da guerra e esse é um elemento basilar para a leitura da guerra que se segue.

expressão de um redobrar do empenho, faz a guerra ascender a níveis cada vez mais extremos – o único limite à ascensão aos extremos são as contraposições inerentes à própria guerra (Clausewitz, 1994, p. 76). Ou seja, o pressuposto básico para a ascensão aos extremos é a contraposição que impede o sucesso do ato de força, mas assim sendo, não há forma de contraposição que não implique de algum modo que a resistência de ambos os adversários só possa sustentar-se enquanto nutrida por forças que eles próprios podem engendrar para si mesmos. Por outras palavras, resistência e resiliência estão no âmago da própria ascensão aos extremos.

É então aqui que intervém a questão em debate, a relação, na teoria de Clausewitz, entre a política e a guerra, e que é, assim se julga, a originalidade desta interpretação da guerra absoluta. A relação entre a gramática da guerra e a lógica política que a comanda – “a gramática pode ser sua, mas não a sua lógica” (Clausewitz, 1994, p. 605). A distinção pode e deve ser lida de acordo com a diferença que há entre o princípio geral e a substância que o informa. A gramática da guerra é o princípio geral e a política a substância que lhe dá a sua consistência. A política sustenta e nutre a luta, a guerra real nutre a guerra absoluta, alimenta-a, frutifica-a, dá-lhe conteúdo, pujança, violência e brutalidade. Eis porque afirma Clausewitz que quando mais pujante a política, mais poderosa será a guerra – “quando mais poderosos e inspirados os motivos da guerra, mais afetam as nações beligerantes, mais fortes as tensões que precedem a sua eclosão, mais nos aproximamos do conceito abstrato da guerra” (Clausewitz, 1994, pp. 87-88). Ou como afirma noutro momento do livro, e precisamente na forma como o carácter da guerra influencia o carácter da política – “quando mais ambiciosa e vigorosa é a política, mais a guerra também o será” (Clausewitz, 1994, p. 606). A política não é exterior à guerra absoluta, enquanto prática, mas estará no seu próprio coração. A guerra é um único fenómeno, a guerra absoluta, pura na sua forma, a interação – o combate na realidade –, parte integrante da guerra real, que nutre, alimenta, fortifica, frutifica e amplia a natureza do combate, da luta. A força e a violência são o meio da guerra, impor ao adversário pela força e pela violência, a vontade do seu oponente, o propósito, visando assegurar-se de que o inimigo fica privado do seu poder, este é, em teoria, a verdadeira finalidade da guerra, que na realidade já não forma parte da guerra (Clausewitz, 1999, p. 179). O propósito conduz a ação, no exato sentido em que lhe dá um foco, foco esse que nutre e vivifica, como também diz o mestre prussiano, a paixão e a intenção hostil de cada entidade em luta: se a guerra desponha da política, a suprema consideração que a origina manter-se-á como o vetor determinante da sua condução (Clausewitz, 1994, p. 87). O propósito, estando na origem e no fim, é assim exterior à gramática da luta, mas não à lógica que a encaminha; todo o propó-

sito, na realidade, contém em si a ideia de travessia e passagem, passagem de uma situação a outra, de um estado a outro estado, e nesse sentido, todo o propósito, ou finalidade, ou fim, depende da ação que permite a passagem e a travessia, mas que não se esgota nesse ato; nele habita sempre o que advirá dessas ações, advirá que contém o ponto de partida e o ponto de chegada e toda a rota que de um ponto vai ao outro.

Na realidade, está-se tentado a afirmar veementemente, a própria gramática da guerra e a sua intrínseca racionalidade como que evidenciam o quanto ela está inter-relacionada com dinâmica políticas exteriores a si e que a guiam e conduzem. Sendo o fito de toda a guerra que cada oponente procure desarmar o seu inimigo, e estando toda a gramática bélica completamente focada nesse objetivo e no seu desenvolvimento e arquitetura – o que nos remete para a aplicação do poder criativo da ciência e da arte na aplicação da força (Clausewitz, 1994, p. 75). Isso implica que a teleologia de toda a conflagração seja a ulterior paz que advirá desse desarme. Em suma, desarmar o inimigo é buscar a paz, o que implica que o propósito inerente a toda a gramática da guerra a encaminha para algo ulterior a si própria: tal qual o ato de matar, se o observar-se em maior profundidade, não resulta do puro desejo de morte, mas para lá deste, na vontade de preservação do ser que mata, e que mata na verdade para se preservar e a algo mais que deste ser faça intrínseca parte – no caso das guerras, em geral da comunidade – política, ideológica, religiosa, social, etc. em todo o caso, como comunidade, sempre essencialmente política – de onde emana. Ganância, domínio, ideias ou segurança, diz Nye (2012, pp. 46-47), são as causas da guerra. Em todas elas, o foco da ação bélica não se reduz à própria guerra, mas a algo mais que para lá dela está e que conduz a sua lógica e a gramática a ela inerente, que está relacionada com a resistência do opositor e o jogo de interação que daí decorre.

A política, enquanto propósito, foca a gramática da ação na lógica do propósito, e nutre aquela dos meios necessários para esse fim. A substância da guerra é nutrida, alimentada, fortificada pelo propósito da luta, pelo resultado almejado, pelo fim a alcançar, que substantiva moralmente e materialmente a luta, este o princípio geral da ação, a partir do qual é plausível porfiar pelo horizonte do pós-guerra. E esse porfiar mais não é que um prolongado, e quando mais vital, mais prolongado ato de resistência e resiliência face à adversidade da conflagração. “Para desarmar o inimigo há que empurrá-lo para situações que sejam ainda piores que o sacrifício que se lhe exige” (Clausewitz, 1999, p. 181), o que significa que para derrotar o inimigo há que ajustar o esforço à sua capacidade de resistência, que se expressa pelos efetivos que tem e pela sua firmeza de vontade, esta bem mais difícil de medir (Clausewitz, 1999, p. 182). Firmeza de vontade significa resiliência e resistência e esta faz da guerra uma

expressão da vontade de alteridade e de distinção. Como refere José Saramago (2016, p. 258), a respeito da situação vivida pelos derrotados da Guerra Civil Espanhola em 1940, onde as portas só se abriam “para deixar entrar e sair a morte (...) quando a linha da frente deixou de separar os combatentes, quando os uniformes e as insígnias, por serem todas do mesmo lado, o dos vencedores, deixaram de servir para distinguir...”. A guerra absoluta terminara, a guerra real com os seus propósitos ainda não satisfeitos, continuava.

Em conferência, Abel Cabral Couto (2017), eminente estrategista da escola de estratégia portuguesa, observou que a estratégia respeita visceralmente à “preservação do ser”. Brotando a estratégia da guerra, isso significa, tal qual a estratégia, que central à identidade da guerra está a “preservação do ser”, e no coração da sua gramática, a resistência e resiliência, só esta possibilita que o “ser” viva; e se outra possibilidade não houver, que a conflagração possa sustentar a alteridade e a diferença no termo das hostilidades. A guerra desabrocha então não como destruição – que é necessariamente instrumental, independentemente da destrutividade geral que engendra – mas como ato de resistência, de perdurabilidade, de “preservação do ser”, obviando aos oponentes atingir o propósito inerente à gramática da guerra. Todavia, a resistência e a perdurabilidade do embate podem virtualizar outras soluções políticas de teor não bélico. Assim sendo, quer a guerra termine pela eliminação do inimigo, quer pela impossibilidade de o eliminar, isso significa que a guerra está intrinsecamente correlacionada com a política – e com a preservação do ser – e que esta se encontra no coração da guerra.

Em suma, desarmar o inimigo¹² é o fito essencial e axial da guerra, a lógica condutora da gramática da guerra, a resposta ao que põe em causa a “preservação do ser”, dando um foco às manobras da arte da guerra. Sucede que o inimigo de um oponente observa este como o seu inimigo, num jogo de espelhos em que ambos se apresentam como inimigos um face ao outro, ao mesmo tempo buscando preservar-se pela abolição do respetivo adversário, tornando intrínseca a dimensão política da guerra, como embate de “outros” em que o inimigo emerge como o grande paradoxo de ser verdadeiramente o outro transcendental, o que está para lá de todas as categorias possíveis de assimilar, que se recusa a ser assimilado pela normalidade (Han, 2018). É esse o grande paradoxo de toda a guerra que está no âmago da identidade da política, aquele que nega o outro é por excelência o verdadeiramente outro, que só na recusa e

¹² Note-se que desarmar o inimigo contém em si uma finalidade – que não sendo a teleológica, mas sendo essencial para alcançar esta – intrinsecamente respeitante à interação do combate e assim, visceralmente integrada na própria gramática da guerra, não sendo todavia a lógica última que a conduz, visto esta visar uma paz ulterior resultante da abolição do inimigo.

resistência pode assegurar a sua própria existência, por isso a guerra desabrocha desde a sua genealogia como defesa e resiliência, sendo por excelência o campo onde, na recusa à indiferenciação homogeneizadora, se expressa a alteridade, ela é intrinsecamente política na sua verdadeira natureza. O prolongar do conflito – pese a destruição que produz e o sacrifício que demanda – exprime a resistência à absorção e reflete a alteridade imperativa de cada um dos beligerantes. Perceber a visceral dimensão política é reconhecer o outro, mesmo e principalmente quando o outro é o inimigo.

Contrapor a ideia de negação do outro à visão do inimigo como o outro pode inicialmente parecer um jogo de palavras que no fundo implica a mesma leitura de um outro. Com efeito, num prisma puramente lógico, a ideia de negação do outro remete para o exterior de si e por conseguinte para o inimigo. Negar o outro seria negar o inimigo. Contudo, na realidade tal não sucede pelo facto de o termo se configurar como um espelho, considerando que aquele que sofre uma agressão brutal dificilmente conseguirá, com esta definição, pensar o outro que o agride como sendo ele o negado, mas sim o próprio alvejado, a vítima da negação. Assim, a ideia de negação do outro acaba por espelhar não tanto o outro como o inimigo, mas este como o verdadeiro autor da negação do outro, do outro que é no fundo o “eu”, o meu eu, vítima da agressão, e tal não pode deixar de ser assim, numa perspectiva lógica, na exata medida em que cada julga agir justamente, independentemente de toda a violência que tenha de aplicar, sendo o seu adversário a fonte da conflagração e o culpado integral da sua origem. Pelo contrário, pensar o inimigo como o outro introduz na liça a noção de par e a polaridade necessária à compreensão e entendimento da contenda, não tanto por cada autor deixar de julgar que a justiça da lide lhe assiste, mas por passar a ter a capacidade de incorporar uma leitura do inimigo como um outro, como um agente e ator de si próprio, com as suas razões e as suas concepções, seja por que só assim o posso conhecer bem para o derrubar, seja, com vista a adaptar os objetivos de guerra de cada ator de forma a criar condições para que o adversário desista da contenda. Ora, nunca um inimigo deixa de ser um outro, possa um dos lados, ou ambos, o conseguir reconhecer e em consequência isso implica a íntima relação da guerra com a política, um jogo polar entre “eus/outros” sempre. Reconhecê-lo é fundamental à compreensão e entendimento do que é a guerra. A guerra como visceralmente política desabrocha da identidade do inimigo como o outro e esta é uma realidade absolutamente imperativa.

Para o historiador, como para o estratega, o reconhecimento da natureza política visceral da guerra, significa olhar para cada contenda, para um jogo polar entre duas partes e entender a dinâmica de cada conflito como estruturada na interação entre os diversos jogadores, que resistindo à coação, e prolongado a

sua resistência, vão arquitetando de uma forma, dir-se-ia sistêmica, a evolução da conflagração, na sua natureza política e bélica, simultaneamente. Esta leitura da guerra tem imperativamente de reconhecer a natureza dual da luta, de que dela fazem parte duas partes, pelo menos, cada uma com uma identidade própria e em consequência objetivos específicos. Como afirma Vojinovic (2013, p. 428), precisamente no que respeitava às dinâmicas que afetavam as relações entre a Áustria-Hungria e a Sérvia, mas que pode ser aplicada às tensões entre os impérios multinacionais e os seus vizinhos balcânicos no final do século XIX e nos princípios do século XX, e a todas as guerras da história da humanidade, falamos “de processos, em que existem dois lados, cada um perseguindo os seus próprios objetivos e interesses”.

A Primeira Guerra Mundial desponta como uma ação recíproca entre blocos, cada bloco integrando vários agentes, interagindo todos entre si, o que mobiliza a luta e a coação, a sua substância advém da dimensão nacional que atravessa pequenos e grandes atores e que delinea o carácter da luta em toda a sua natureza. O carácter nacional da contenda atravessa todos os atores e toda a conflagração, delinea as opções políticas de todos e cada um e dá um conteúdo muito próprio à própria natureza da guerra, nutrindo-a de múltiplas maneiras: efetivamente, a ideia da “nação em guerra” está intimamente ligada à ideia de nação e a totalização da mesma configura-se como a mobilização de toda a potência nacional – o “potencial estratégico nacional” (Duarte, 2005). Como se verá, a natureza da identidade nacional explica em boa medida a substância da ação dos pequenos, e obviamente também, mas que não é o foco deste texto, dos grandes Estados. O carácter nacional e sua absolutização explicitam em boa medida a extraordinária resiliência dos beligerantes e a natureza extremamente violenta da grande conflagração. Não foi por ter desaparecido a política que a Primeira Guerra Mundial atingiu paroxismos de violência, foi exatamente pelo contrário, pelo excesso de política que a estruturou. A nação é mobilizada ao máximo, exatamente porque é a nação que está em luta, e onde esta menos existe, onde o sentimento nacional mais fraqueja, como na Rússia ou no Império Otomano – não confundir com o sentimento nacional turco –, como se verá, onde se observam os grandes colapsos políticos da conflagração: sem um sentimento de cidadania e patriótico suficientemente desenvolvido, sem uma ativa participação da sociedade na política, o sistema político czarista, com a progressiva perda de credibilidade e legitimidade, esfrangalhou-se em 1917 (Hughes e Philpott, 2005, p. 62).

E é a natureza interacional da guerra que explica o seu carácter sistêmico, a sua dinâmica estruturante e criativa. A guerra forja uma estrutura de relações e é nesse quadro relacional e no contexto dos relacionamentos assim induzidos, que se deve observar e analisar a relevância dos pequenos Estados. Como

refere muito inteligentemente Maria Regina de Lima (2002, pp. 10), “É a desagregação em diversas situações de combate que abre um espaço estratégico para a escolha intencional dos agentes, ainda que eles não controlem os efeitos e as consequências das suas ações”. Os pequenos Estados são relevantes, como qualquer Estado, na realidade, no quadro de um jogo relacional. E o valor do seu contributo nasce das vantagens que adjuvam, nesse jogo de interações, aos que com eles estão nessa contextura. Neste sentido, medir o valor de um pequeno pela sua força efetiva é irrelevante. Um pequeno beligerante pode parecer na moldura geral um frágil poder e no contexto específico em que ele opera ser, na conflagração, ator muito importante. Tal aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial várias vezes.

2.1 Alianças e Integração Internacional dos Pequenos Beligerantes

Um breve vislumbre a um mapa da Europa em 1914¹³ destaca que o centro do continente era ocupado essencialmente por Estados de grande dimensão, de acordo com os padrões coevos. Com efeito, em 1900, o centro da Europa era ocupado pela França, Alemanha, Itália e Áustria-Hungria, bordejando a Alemanha, a leste, tão só o Império Russo, que abordava a Áustria-Hungria também, numa longa fronteira comum – e tocava no extremo sudeste a Roménia. Pouquíssimos eram os pequenos Estados que ocupavam o centro da Europa, de facto, para além da Suíça muito encravada nos Alpes, só o Luxemburgo, a Bélgica e a Holanda, marginavam o espaço central do continente europeu. Na sua grande maioria, os pequenos Estados europeus habitavam nas margens do espaço continental, a Noruega e a Suécia, que em dimensão poderiam ser considerados Estados médios, e que se situavam no extremo norte, assim como a pequena Dinamarca – se excluídos os territórios da Antártida e da Islândia sob sua soberania –, Portugal encostado à finisterra ocidental do continente e a multiplicidade de pequenas entidades que existiam nos Balcãs. É certo que cerca de 50 anos antes, a situação era mais diversa, estando ainda a Alemanha e a Itália parcelada em múltiplos Estados, pese a tendência à unificação impulsionada no primeiro país pela *Zollverein* e no segundo por várias tentativas de congregar os italianos num Estado unitário sob a liderança da Casa de Saboia. A unificação da Alemanha e da Itália consumavam uma longa evolução histórica de criação de Estados nacionais unitários na Europa que tinha as suas mais longínquas origens nos processos medievais de formação do Estado moderno. Como refere Tilly (1994, 42), por volta do ano 1000, a Europa comportaria talvez 1.000 entidades políticas, que por volta de 1500 já

¹³ Veja-se por exemplo o mapa inicial, a Europa em 1914, em Hughes e Philpott (2005, p. 3).

rondaria tão só as 200 unidades políticas, atores que se poderiam configurar hoje como Estados. Esta mesma Europa estava reduzida a 21 unidades independentes em 1900 – incluindo-se aqui o Império Otomano –, num mundo quase que completamente partilhado por algumas soberanias europeias.¹⁴

E desses Estados, a larga maioria dos pequenos Estados, muitos tendo existido como entidades próprias no período medieval, tinham à altura, uma independência e uma soberania muito recente. Com efeito, em 1900, só a Dinamarca, a Suécia, Portugal e a Holanda tinham mais de 500 anos. Todos os Estados balcânicos tinham renascido no século XIX, a sua maioria, já depois da segunda metade – Sérvia, Roménia, Bulgária, Montenegro e Albânia, sendo a exceção a Grécia. De igual modo, a independência da Bélgica datava da década de 30 do século XIX. A estes deve-se adicionar a Noruega que em 1905 adquiriu a sua independência da Suécia. Todos os pequenos Estados europeus com maior longevidade histórica situavam-se por sua vez em espaços marginais e extremos do continente – extremo norte e finisterra ocidental –, excetuando a Holanda, que todavia, situando-se no espaço central da Europa, bordeja um dos mais extremos territórios do mesmo – o nome pelo qual o país, e os seus habitantes, se autorreconhece “Nederland” (Países Baixos), evidencia de que marginalidade se está a referir.

Axial a esta situação estava o “grande jogo” das grandes potências, basilar em boa medida na edificação da arquitetura de Estados europeia em 1900. Efetivamente, a independência dos Estados balcânicos no século XIX é uma consequência do Império Otomano se ter tornado o “Homem Doente da Europa”, e do entorno em volta da “Questão Oriental”, e sequencialmente os espaços tutelados por esse poder se terem tornado palco das rivalidades e dos “desejos de território” das grandes potências (Encyclopédie Larousse, s.d.a). A crise do Império Otomano não se espelhava só nos Balcãs. A perda da Argélia para a França na década de 30 do século XIX – estava sob proteção Otomana desde o século XVI (Herodote.net, 2018) –, e do Egito para a Grã-Bretanha em 1882 (Luscombe, 2018),¹⁵ era o resultado do inexorável declínio Otomano, tal qual a fragmentação dos Balcãs, no contexto das rivalidades entre Viena e São Petersburgo, com a sempre preocupada observação de Londres, aproveitadas pelas entidades étnico-políticas locais, que viram nesta nova realidade a possibilidade de serem atendidas as suas reivindicações nacionais – insurrei-

¹⁴ Excluímos desta contabilização as micro entidades estatais do Liechtenstein, Mónaco e São Marino. Todavia, nenhum destes microestados põe em causa o pressuposto geral aqui referido. A marginalização dos pequenos Estados no quadro geográfico europeu de 1914, assim como o número diminuto de entidades estatais existentes na Europa em 1914.

¹⁵ Em termos nominais, o Egito manteve-se oficialmente sobre soberania da Sublime Porta até 1914.

ções sérvia (1803) e grega (1821), com a criação do Estado grego (1832) e de um principado autónomo sérvio (1815) sob a proteção de Viena (*Encyclopédie Larousse*, s.d.a). É na conjuntura das rivalidades entre Viena e São Petersburgo, sob a observação atenta de concorrentes mais longínquos, Londres, Berlim ou Paris, que se dá ao longo da segunda metade do século XIX a independência da Roménia (1859-61), com reconhecimento formal em (1878), Sérvia (1878) e Montenegro (1878) (Bell, 2014, p. 257). O ano de 1878 é nesse sentido um marco, tornando oficial, realidades de facto, ao dar a soberania à Sérvia, ao Montenegro, e à Roménia, doravante Estados independentes na verdadeira aceção do termo.¹⁶

A independência destes Estados resulta não só da vontade de independência que essas comunidades étnico-nacionais procuravam desde o início do século XIX, mas também consequência da própria decisão das grandes potências em redesenhar o espaço balcânico num quadro de equilíbrio entre os diversos interesses de cada uma delas. Contudo é interessante observar que a envolvente de 1878, a Guerra Sérvio-Otomana de 1876 e a Guerra Russo-Otomana de 1878, têm a sua origem nas rebeliões anti-otomanas de 1875 na Bósnia-Herzegovina e na Bulgária e no apoio que em sequência os principados sérvio e montenegrino dão a essas insurreições (Ozcan, 2014, pp. 283-284). A violenta e pesada resposta otomana a essas insurreições e à ação de sérvios e montenegrinos acabará por mobilizar contra a Sublime Porta todo o poderio Russo, que a despeito da resistência prolongada da guarnição turca em Plevna, acabaria por levar as forças de São Petersburgo às portas de Constantinopla e impor a intervenção das outras potências europeias para repor o equilíbrio estratégico da Europa. É no quadro desta conjuntura que as grandes potências acabam por aceder ao reconhecimento da independência e da soberania das diversas nações balcânicas que tinham entrado em confronto com o poder que até então as tutelava, algumas já numa situação meramente formal; este resultado consubstancia-se em dois tratados, o de San Stefano, em 3 de março de 1878 e o Congresso de Berlim, 13 de junho a 13 de julho de 1878 (Bell, 2014, pp. 256-258).¹⁷

A natureza interacional do sistema internacional, como lembra Clausewitz, pré-existente à própria guerra, mas já comportando uma dinâmica de ascensão aos extremos (todavia com uma natureza exterior à gramática da guerra)

¹⁶ O caso Búlgaro é mais complexo. Torna-se um principado autónomo sobre soberania turca só adquirindo plena independência em 1908. Ver *Encyclopaedia Britannica Online* (2018).

¹⁷ Sobre as datas do Congresso de Berlim, tendo em conta que o sintético artigo do autor não as contemplava, seguimos “Congress of Berlin” ou “Treaty of Berlin”. Ver *Editors of Encyclopaedia Britannica* (2018b).

(Clausewitz, 1994, pp. 87-88), é basilar à edificação do novo quadro balcânico e ao jogo de inter-relações que se desenvolvem entre os diversos atores que neste participam.

O quadro de alianças, nos Balcãs, que se forma, em sequência ao Congresso de Berlim decorre dos resultados e dos efeitos da conflagração russo-otomana: de um lado, uma Bulgária sob a proteção da Rússia, do outro, uma Sérvia ligada à Monarquia Dual e sob a sua proteção. Este quadro de alianças é fundado num contexto em que estas duas grandes potências estão ligadas pela Tríplice Aliança que tinha Bismarck e Berlim como o epicentro do sistema e que funcionava como um elemento de ponderação entre os interesses divergentes e convergentes de São Petersburgo e Viena. Com a mudança do sistema de alianças europeias a partir da década de 1890, que se inicia com a que na altura foi vista como uma muito paradoxal aliança entre a França republicana e jacobina da III República e a Rússia autocrática e ultraconservadora dos czares, o quadro balcânico vai também mudar paulatina, mas radicalmente. A revolução Sérvia de 1903, com o assassinato do Rei Alexandre Obrenovitch, sua esposa, a rainha Draga Mashin, assim como dos seus irmãos, com a proclamação como rei dos sérvios de Pedro I Karageorgevitch, marca uma progressiva inversão de alianças, com a paulatina aproximação da Sérvia à Rússia. Em paralelo, mas com algum desfasamento temporal, a Bulgária, sentindo-se progressivamente abandonada por Moscovo aproximar-se-ia da Tríplice aliança: à Áustria-Hungria e ao II Reich. A rutura entre Sófia e Moscovo, efetivamente só aconteceria com o inexistente apoio Russo à Bulgária na Segunda Guerra Balcânica, em que aquela potência não aquietou os efeitos da desastrosa derrota búlgara face aos seus inimigos (Clark, 2013, pp. 28-29 e 272-278).

O processo de reconfiguração das Balcãs estava em movimento em 1914 e este era cada vez mais um espelho da progressiva autonomia de ação que as independências de 1878 tinham vindo a alcançar, manobrando o “grande jogo” das grandes potências, mobilizando-o a seu favor. Nesse sentido, a Primeira e a Segunda Guerra Balcânicas são uma expressão da vontade étnico-nacionalista local de redesenhar a seu favor as fronteiras territoriais dos Balcãs, expulsando no processo o Império Otomano dessa região. O primeiro conflito é uma consequência da Guerra Ítalo-Turca – ou Guerra da Líbia ou da Tripolitânia – de 1911-1912 aquando da invasão e conquista da Líbia pela Itália. Essa conjuntura facilita a criação de uma aliança sérvio-búlgaro, a Liga Balcânica, sob patrocínio russo, a que se juntariam o Montenegro e a Grécia e na invasão combinada dos territórios ainda sob controlo otomano nos Balcãs: Albânia, Macedónia e Salónica. A campanha saldou-se por um retumbante sucesso para as armas dos pequenos Estados balcânicos, que evidenciaram a

capacidade de mobilizar largas centenas de milhares de soldados – 350 mil búlgaros, 200 mil sérvios e 110 mil gregos, o Montenegro, um muito pequeno e pouco povoado Estado levantou tão só 36 mil combatentes, o que apesar de tudo era um feito de mobilização¹⁸ –, e que viram todos eles aumentar exponencialmente o território e a população sob sua soberania, especialmente a Sérvia, que duplicou o território e aumentou em quase 65% a população, de 2,5 milhões para 4,5 milhões de habitantes e a Grécia, que viu a sua população atingir os cerca de 5 milhões acrescida de mais 2 milhões de residentes, muitos deles nativos gregos (Hall, 2014, pp. 22-26; Clark, 2013, p. 285).

A Segunda Guerra Balcânica é um embate violento entre aliados e ex-aliados, na exata medida em que desponta pelo desapontamento búlgaro com os despojos que lhe couberam no rescaldo da primeira contenda e principalmente com a recusa sérvia e grega de cumprir o estipulado no acordo geral de partilha anterior ao desencadear da primeira conflagração, no que respeitava ao controlo de grande parte da Macedónia pela Bulgária. A ocupação da Macedónia por tropas de Belgrado, e a pretensão da Sérvia em não abandonar esse território, por si conquistado, avolumou a tensão político-bélica entre aquele país e a Bulgária. A Bulgária ainda apelou a São Petersburgo para arbitrar o diferendo, confiando na proteção do czar e do governo russo, mas a Rússia indecisa inicialmente entre Belgrado e Sófia, acabou por deixar que a Sérvia, através de um novo sucesso de armas, impusesse ao seu anterior parceiro uma derrota humilhante. De facto, a campanha foi curta, considerando que a Bulgária foi simultaneamente agredida por sérvios, gregos, otomanos e romenos: 30 de maio a 31 de julho de 1913 (Hall, 20014b, pp. 26-28).

Interessa em particular relevar o grau de autonomia de ação que estes pequenos potentados europeus tinham adquirido em 1912-1913. É certo que a Liga Balcânica fora patrocinada pela Rússia. É igualmente certo que os despojos de guerra alcançados pelos diversos participantes foram algo condicionados pela intervenção, na fase final da guerra, das grandes potências, com especial destaque para a Áustria-Hungria que impôs a independência da Albânia em detrimento do seu controlo por parte da Sérvia e da Grécia, e que lhe daria um precioso acesso ao Mar Adriático, tal qual assegurou o controlo albanês do Porto de Scutari.¹⁹ Todavia, não só a decisão de avançar para a guerra e o interesse em dela tirar imenso proveito é da responsabilidade das lideranças locais, como estas prosseguem objetivos claramente nacionais, cumprir o irreden-

¹⁸ Considerando que o Montenegro rondaria os 500 mil habitantes, 36 mil mobilizados representariam aproximadamente 7,5% da totalidade da população.

¹⁹ No qual a Itália também tinha interesse e nesse sentido confluíam os interesse de Viena e Roma (Clark, 2013, p. 282-85). Veja-se também uma síntese em Tallon (2014, pp. 6-7)

tismo, recuperar territórios que supostamente lhes pertenceram no passado, como, por fim, e este elemento é muitíssimo relevante, detém a capacidade para o fazer sem precisar do apoio de alguma grande potência. Com efeito, o sucesso bélico da Sérvia, da Bulgária, da Grécia (menos) e do Montenegro, deve-se essencialmente a eles. Em 1878 tinham precisado da Rússia para repelir o Império Otomano de os tragar de novo, e ainda em 1897, a Guerra Greco-Turca fora desastrosa para as armas gregas pese as inabilidades e ineficiências otomanas (Uyar, 2014, pp. 118-119), mas em 1912 e em 1913, a campanha fora um sucesso notável e a expulsão dos otomanos da Europa pelos pequenos potentados dos Balcãs, rápida, fluída e absoluta. Quando o armistício foi assinado, restava à Sublime Porta na Europa, basicamente um *limes* em redor de Istambul, três cidades assediadas: Scutari, Janina e Adrinópolis (Hall, 2014, p. 25). A derrota otomana fora completa e total. Não é despidendo para a questão da intervenção dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial ter em consideração a autonomia estratégica anterior à guerra adquirida pelos Estados balcânicos, independentes, saliente-se, há cerca de meio século, e a capacidade que tinham demonstrado em perseguir objetivos próprios, manipulando o “grande jogo” das grandes potências.

A Bélgica foi igualmente um produto do “grande jogo” das grandes potências. A sua independência resultou de um fiasco, a união entre o sul e o norte dos Países Baixos, no seguimento do Congresso de Viena, em 1815. A ideia, pertencendo à Grã-Bretanha pretendia criar um possante Estado entre a França e a Alemanha, que enfraquecesse a ameaça e o poderio francês no Canal da Mancha. O território onde se situava a Bélgica, de há muito era autónomo dos territórios envolventes, não tendo, todavia, ancestralidade, isto é, uma origem étnica própria, que justificasse essa independência. O território belga estava dividido entre uma comunidade flamenga, culturalmente próxima da neerlandesa, e uma comunidade valona, de língua francesa. O que distinguia a primeira dos seus irmãos do norte era a religião, sendo os flamengos católicos. A sua autonomia ou “independência” própria resultara da cisão produzida nos Países Baixos pelas dissensões religiosas dos séculos XVI e XVII. Os católicos, flamengos e valões, não tinham acompanhado os seus irmãos protestantes calvinistas do norte na senda da independência. A soberania sobre o futuro território da Bélgica mantivera-se em Madrid até ao século XVIII, e depois da Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1715) passara para a monarquia habsburga. Para obviar a que uma grande potência controlasse o território, em 1815, as grandes potências, pelo Tratado de Viena, tinham entregado o território da futura Bélgica aos Países Baixos; contudo uma intensa conflitualidade inter-religiosa, entre os Católicos do sul e os Protestantes do norte, gerara a rebelião no sul, e obrigara a uma intervenção dos poderes europeus e

à parturição de um novo Estado, a Bélgica, dotada de efetiva soberania, em 1830²⁰.

A história é conhecida, mas evidencia o quanto a independência da Bélgica está também marcada pelo selo das grandes potências europeias. E de facto, elas tornam-se igualmente o garante da neutralidade belga, o que significava, da sua independência. Com efeito a independência da Bélgica resulta da garantia da França, da Áustria, da Grã-Bretanha, da Prússia e da Rússia, que acabam por impor – “empenhar a fazer imediatamente (...) sob os auspícios” das ditas Cortes, diz o tratado em causa – aos Países Baixos a assinatura do reconhecimento da cessação belga. O “Tratado entre a França, a Áustria, a Grã-Bretanha, a Prússia e a Rússia, de uma parte e os Países Baixos da outra parte, relativo à separação da Bélgica com os Países Baixos”, assim como o “Tratado entre a Bélgica e a Holanda, relativo à separação dos seus territórios respetivos” são assinados em Londres a 19 de abril de 1839²¹.

A obrigatoriedade da neutralidade belga corresponderia à ideia de que nunca podendo ser um beligerante, também não haveria razão para que alguma potência a agredisse. E obviamente asseguraria teoricamente o apoio das grandes potências, caso um outro poder violasse a neutralidade belga. Não estava todavia completamente firmado o que significaria um ato de agressão sobre a Bélgica? Nem qual a forma como distinguir o agressor em caso de se lidar com duas agressões simultâneas? Nem o que fazer com o “salvador” indesejável? (Bechet, 2017, p. 2).

Portugal destoa destes casos, como exemplo extremo oposto. Todos os pequenos beligerantes até agora referenciados são fruto de independências recentes, possam ou não ligar-se a um passado mais ou menos longínquo e/ou mítico. A Bélgica e a Grécia tornam-se independentes na primeira metade do século XIX, a Sérvia adquire uma lata autonomia ainda na primeira metade do século XIX, mas só adquire plena independência em 1878, juntamente com a Roménia e o Montenegro, e a Bulgária ainda adquire plena soberania mais tarde. Em 1914, nenhum desses Estados tinha sequer cem anos. Este aspeto é relevante e pode explicar a agressividade desses pequenos Estados.

Se observarmos a história da Europa na longa duração, apercebemo-nos que o século XIX marca, não só o apogeu do domínio global da Europa no Mundo, mas também, do processo de aglutinação de múltiplas comunidades políticas em grandes Estados-nações bastante uniformes que hegemonizam quase completamente o espaço europeu depois de 1870 e da unificação alemã – a exceção, obviamente, era a Áustria-Hungria, um pouco a Espanha e a Rússia, mas

²⁰ Para uma síntese da história da Bélgica, veja-se *Encyclopédie Larousse* (s.d.b).

²¹ Consultar ambos os tratados em *Université de Perpignan* (2008).

aqui uma grande maioria da população era etnicamente russa. Como já se observou, por volta do ano 1000 poder-se-iam contar talvez 1.000 entidades políticas na Europa e em 1500, sem dúvida umas 200: reinos sem dúvida, mas também muitos principados e repúblicas e outras arquiteturas políticas, que mesmo que inseridas em algo maior, eram dotadas de grande autonomia política (Tilly, 1994, p. 42). Em 1914, o espaço central da Europa, contrariamente ao que sucedera desde o fim do Império Romano, estava sob o controle soberano de sete potências: Espanha, França, Itália, Alemanha (II Reich), Áustria-Hungria e Rússia, mais o Estado insular da Grã-Bretanha, que era ela própria consequência de longas porfias e da reunião numa única coroa, da Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda, esta última, mais do que um reino, uma grande série de entidades políticas independentes até ao século XVII. Quanto aos pequenos Estados europeus, os sobreviventes, situavam-se quase todos nas bordas, nas margens, nas periferias do continente, sendo poucos os que se encontravam no centro, todos dependentes da vontade das grandes potências – ou de pelo menos uma delas – em preservar a sua independência. Os pequenos Estados balcânicos derivavam da vontade das comunidades políticas locais em aceder à sua independência, não obstante, esta não resultava estritamente desse almejo, mas também das disputas estratégicas em redor dos territórios que o Império Otomano, fortemente combalido, não conseguia controlar e que as rivalidades entre os grandes potentados obstruía que cada um deles se apropriasse de determinadas fatias, havendo como “solução de recurso” a criação de Estados satélites e Estados protetorados, que servissem o interesse dos grandes poderes: a criação da “Grande Bulgária” é exemplar, porquanto serviria a Rússia para ter uma posição dominante nos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos. Esta situação, apercebida conscientemente por esses pequenos Estados, justificaria a sua ânsia por território, a narrativa política em redor das terras irredentas, a sua agressividade, motivada pelo receio de retornar ao estatuto de província imperial, a sua necessidade de expansão, vital à criação de poder e à mudança de estatuto político estratégico internacional. O general norte-americano Tasker N. Bliss tinha razão quando observava, em 1919, que “as pequenas nações estão vindo à superfície e assim que aparecem elas voam contra a garganta de alguém, sendo como os mosquitos, viciosas desde o início”²². O general americano não conseguiria entender que num quadro mental em que predominava a luta pelo espaço vital e pela perdurabilidade de independências recém-adquiridas e sob pressão externa permanente, expandir-se sobre outros parecia ser a condição essencial para assegurar a dimensão existencial que garantiria que o retorno ao estatuto de província

²² Tradução de citação durante a apresentação da comunicação de Michael S. Neiberg (2018).

imperial não reviveria de novo. O “espaço vital” e as “teorias dos grandes espaços” com que os geopolíticos continentais explicavam as realidades geopolíticas e geoestratégicas no fim do século XIX e nos princípios do século XX é o espelho teórico desta evolução da realidade.²³ O espaço vital não tocava só os mitos políticos das grandes potências, mas atravessava a inteligência de todas as entidades políticas da Europa de então.

Portugal, pelo contrário, tinha em 1914 mais de oito séculos de independência, sendo um dos Estados mais velhos do continente europeu. Poder-se-á dizer que as questões que se punham aos outros pequenos beligerantes não se poriam para Portugal? Na realidade, Portugal enfrentava situações muito similares, no que se refere às vulnerabilidades com que se confrontava, num sistema internacional de grandes potências movidas por racionalidades de cariz darwinista social, só que, mais do que no espaço continental europeu, as sentia mais agudamente nos territórios extraeuropeus que compunham o que restara de um longo passado colonial.

Coube a Valentim Alexandre a ideia de concetualizar a contextura estratégica portuguesa do século XVIII com base no termo “vulnerabilidade”; vulnerabilidade das linhas de comunicação que ligavam a metrópole, Portugal e Lisboa, ao Rio de Janeiro e a São Salvador no Brasil e a Luanda em Angola, triângulo estratégico essencial à sustentabilidade económica da colónia sul-americana, dada a relevância que para esta tinha a mão-de-obra negra escrava, dependentes da boa vontade da Grã-Bretanha e da sua hegemonia naval e marítima, e sujeitas à manutenção da vontade brasileira de permanecer súbdita da monarquia portuguesa (Alexandre, 1993, pp. 93-94). Esta vulnerabilidade acentuar-se-ia no século XIX, com a independência do Brasil, o estilhaçamento do que restava do “império” em pequeníssimos e dispersos postos disseminados pelo orbe, combinadamente com a emergência da ideia de decadência na elite portuguesa (assim como na elite espanhola).

A edificação de um novo “Império” em África, fundamentalmente, não evacua o sentimento de fragilidade em que Portugal vivia – ou pelo menos, em que vivia as suas elites –, tanto mais quanto um acontecimento traumático o evidencia, o denominado Ultimatum de 1890, através do qual a Grã-Bretanha ameaçou tomar medidas *manu militari* com vista a resolver um diferendo sobre alguns territórios situados entre Angola e Moçambique, e com os quais Portugal pretendia criar uma ligação da “Costa à Contra Costa”. Sem força militar ou naval que se visse, Lisboa submeteu-se à vontade britânica e com ela negociou um arranjo colonial em 1891. Todavia, a questão imperial não saiu

²³ Para uma síntese sobre as teorias do “espaço vital” no final do século XIX e nos princípios do século XX, veja-se, por exemplo, Defarges (1994, pp. 73-98).

da mesa de negociações internacionais, ainda em 1897-1898, o II Reich e o Reino Unido puseram em cima da mesa a partilha do “império português” e tal voltaria a acontecer em 1912-13 (Duarte, 2003, pp. 417-418; Ramos, 2008, pp. 63 e 86). Esta situação, por demais trabalhada e conhecida na história e na historiografia de Portugal, espelha contudo um dos elementos fundacionais do sentimento de “vulnerabilidade” estratégica de Portugal no final do século XIX e princípios do século XX, a da desconfiança arraigada face ao “grande jogo” das grandes potências por parte de uma pequena potência militar e economicamente fragilizada. No século XVIII, Portugal, que coabitava no espaço Atlântico com três grandes poderes, e no qual sobressaía como um médio poder, conseguira uma lata margem de manobra estratégica opondo a aliança franco-espanhola à Grã-Bretanha. Esta última era, pelo Tratado de Methuen (1703), aliada de Portugal e garante da sua independência face à Espanha e à França. Todavia, esta dependência nacional de Portugal era mais do que compensada pela necessidade imperiosa que a Grã-Bretanha tinha de assegurar para si os portos portugueses e os negar aos seus dois oponentes ocidentais (Magalhães, 1990, p. 112; Alexandre, 1993, pp. 94-95; Duarte, 2003, pp. 300-301).

Esta situação mudou radicalmente com a hegemonia britânica nos oceanos no século XIX, que corresponde, *et pour cause*, ao fim do Império Luso-Brasileiro e à independência do Brasil, encerrado na sua imensidão sul-americana, ao ensimesmamento da Espanha no rescaldo da dolorosa perda do seu império americano e à espirocraziação da política externa francesa. Como salientou há décadas Jorge Borges de Macedo, para Portugal esta evolução significou uma extraordinária pressão, a pressão atlântica oriunda da hegemonia naval e marítima britânica – a experiência de uma hegemonia marítima sobre o continente europeu – e a pressão continental de uma Espanha ainda ferida, mas que não deixava de ser um vizinho muito mais poderoso do que a sua pequena nação vizinha (Macedo, 1987, p. 387). Em suma, uma independência que ao longo do século XIX parece advir essencialmente da vontade da Grã-Bretanha e que deixa nas elites intelectuais, elas próprias fascinadas por um ideal de modernidade consubstanciada na Europa Ocidental, mais propriamente em França, um sentimento de que Portugal mais não era de que um protetorado tolerado pelos interesses de Londres (Ramos, 2008, pp. 69-70).

Também em Portugal, à sua medida, e no contexto da sua história, habitou o drama das suas terras irredentas, não situadas na sua fronteira europeia, mas nos pontilhados que restavam dos velhos domínios imperiais e que tomaram as medidas míticas de um imenso império que a velha aliada e outras grandes potências trataram de espoliar nos fins do século XIX desprezando os direitos históricos de Portugal – o Reino do Congo, entregue à voracidade do rei dos

Belgas, o *Mapa Cor-de-Rosa*, liquidado com o *Ultimatum*, etc., etc. – quando na realidade, sabemos-lo hoje, a presença efetiva da autoridade do Estado português era ténue ou quase inexistente, mesmo em regiões aonde habitavam portugueses, como era o caso dos territórios em redor de Luanda, Benguela e Lourenço Marques (Maputo). Seja como for, o mito do imenso império espoliado pelas grandes potências – as irredentas terras imperiais habitadas por súbditos do rei de Portugal – era à sua medida uma expressão, não só da ânsia de espaço vital que também alimentava os mitos imperiais das elites portuguesas, mas igualmente do sentimento de fragilidade e vulnerabilidade de um pequeno Estado no meio da voracidade dos grandes potentados. A aliança com a Grã-Bretanha era assim incontornável, mas uma aliança que tinha, menos de um Estado protetor, que de uma assoberbante pressão sobre a autonomia e a independência de Portugal, algo inevitável, de que seria melhor, se possível, afastar-se. Esta tensão entre a necessidade da sombra protetora do Império Britânico e o sentimento da imensa fragilidade e fraqueza para a independência de Portugal que a mesma significava, é uma das características mais salientes da narrativa política finissecular oitocentista e alvassecular novecentista portuguesa.

2.2 Os pequenos Estados e a Eclosão da Guerra

A história é conhecida. Milhares de vezes contada, em milhares de livros e outras obras científicas e artísticas. A 28 de junho de 1914, um jovem sérvio-bósnio assassinou o Arquiduque Francisco Fernando e a sua esposa, os herdeiros do trono Habsburgo que reinava sobre a Áustria-Hungria. Tendo sido acusada por Viena de proteger os mandantes do assassino, quando não de ser a instigadora do hediondo ato, um mês depois a 28 de julho de 1914, a Sérvia via a Áustria-Hungria declarar-lhe a guerra, considerando que aquela não lhe respondera satisfatoriamente ao ultimato que lhe enviara. Em sequência, a Rússia, a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha efetuaram as respetivas declarações de guerra, em prol de um ou outro dos seus aliados, e, por fim, a 4 de agosto de 1914, a Europa entrava definitivamente naquela que viria a ser conhecida como a Primeira Guerra Mundial.

O interessante desta história, para o objeto de investigação deste projeto, reside na centralidade que nesta narrativa tem um dos pequenos Estados balcânicos, a Sérvia, e o seu papel na tragédia espoletadora da Primeira Guerra Mundial. A política de Belgrado para com a Áustria-Hungria, e para com a Bósnia mais especificamente, não deriva de uma vontade externa à própria Sérvia, mas está no âmago de todo o debate político e de toda a disputa política nacional, e de há muito tempo a esta parte, porquanto se incrustava na problemática das terras irredentas sérvias, assim como na narrativa sobre a

essência da própria entidade da nação dos sérvios. Com efeito, desde ainda antes da independência que uma certa leitura da história sérvia lhe impunha a edificação de um verdadeiro Estado nacional que incorporasse todos os territórios de matriz servo-croata e todos aqueles que de algum modo tinham sido parte do “Império Sérvio” do século XIV. Esta proposta era concomitante com outra, denominada de “jugoslavismo” e que tinha por propósito criar um grande Estado eslavo no sudeste da Europa, que integrasse todos os povos de origem eslava dos Balcãs. Não sendo exatamente a mesma coisa, a reconstituição do “Império Sérvio” e o “jugoslavismo”, também não eram correntes necessariamente rivais e antagônicas, pelo contrário, apontavam para um caminho comum que passava inevitavelmente pela destruição de dois impérios multinacionais, o Otomano e o Austro-Húngaro, ambos contendo minorias eslavas no seu seio – eslovenos, croatas, sérvios, bósnios-sérvios, macedônios, etc. (Batakovic, 2013, pp. 310-312; Clark, 2013, pp. 22-28).

Reside aqui a passagem, como veremos igualmente para as outras pequenas potências beligerantes da Primeira Guerra Mundial, da extremização política para a extremização bélica, num processo interacional, como Clausewitz observava, e na exata medida em que os objetivos de perdurabilidade desses pequenos Estados, assentado na lógica narrativa do espaço vital, da ampliação do seu território, implicavam de alguma maneira a assunção da necessidade de sobrepujar um oponente que os questionava existencialmente – e por conseguinte, de assegurar a sua alteridade em face de um outro que, pelo menos, a parece questionar, implicando assim a resistência e a resiliência, inerente ao desencadear e ao sustentar da porfia. Aquilo que distingue a guerra, enquanto ato político, de outros atos políticos, resulta da manipulação da morte – que contém em si igualmente uma lógica, não só de coerção, mas de anti coerção também, em contexto de porfia e luta, com vista a alcançar objetivos axiais e vitais – a dimensão vital pode variar em intensidade e propósito – para a sustentabilidade dessa comunidade política (Duarte, 2013, p. 45-47). Enquanto parte integrante da nação, os elementos do seu próprio corpo que a ela não estavam ligados, surgiam como terríveis amputações, a demandar a sua reimplantação. A dimensão intensamente vital do propósito teleológico político explica a assunção, por parte de todos os Estados balcânicos, da imperatividade da guerra, como solução para o problema nacional de cada um.

A centralidade da postura ofensiva da Sérvia para com a Áustria-Hungria e da aliança entre Belgrado e São Petersburgo como o fundamento basilar da origem da Primeira Guerra Mundial, tal qual parece inferir-se da obra de Clark (2013), já amiudadamente citada nestas páginas, parece ser, pelo menos para uma leitura sérvia da história da origem da contenda, exageradamente reducionista. Como vimos anteriormente, a ação das grandes potências dera sobe-

jamente provas, se os seus interesses pudessem ser levados a cabo, da vontade de absorver os pequenos poderes com quem se confrontavam (*Cf. infra*), obrigando estes a reagir de modo a assegurar a sua perdurabilidade, o que poderia passar pelo seu engrandecimento territorial e económico, a expensas das debilidades dos Estados multiétnicos. Ora, essa possibilidade fora absolutamente demonstrada nas guerras balcânicas, onde os pequenos Estados dos Balcãs ampliaram os seus territórios às expensas da expulsão do Império Otomano da Europa (*Cf. infra*).

Todavia, não se pode dizer que à agressividade do irredentismo correspondesse a passividade dos grandes Estados multinacionais, bem pelo contrário, o final do século XIX e o início do século XX marcam duas dinâmicas contraditórias na resposta das minorias dominantes, quer no Império Otomano, quer na Áustria-Hungria, às reivindicações nacionalistas e etnicistas dos povos dominados.

Uma característica dos dois impérios multinacionais residia no facto de o suposto povo dominante ser, em termos efetivos, igualmente uma minoria no contexto de cada um dos Estados. Isto obviamente dificultava a integração, aglutinação e a uniformização do Estado. Em 1914, a Áustria-Hungria tinha cerca de 51 milhões de habitantes, mas destes só cerca de 12 milhões eram falantes de alemão (23,3%) e 10 milhões falantes húngaros (19,5%), sendo o resto composto por uma plêiade de populações, reconhecendo o Estado doze grupos étnico-linguísticos *Volksstamme* – checos e eslovacos (16,3%), polacos (9,7%), sérvios, croatas e bósnios (8,5%), italianos (1,5%), ucranianos (7,8%), romenos (6,3%) e eslovenos (2,4%), havendo ainda cerca de 2,3% falantes de outras línguas – e sete grupos religiosos – católicos, católicos gregos, ortodoxos orientais, calvinistas, judeus, evangélicos e islâmicos (Haslinger, 2014, p. 150, nota 1; Romsics, 2002, p. 1). O caso do Império Otomano ainda é mais perturbador, porquanto sendo a origem étnica dos fundadores turcomana, na realidade, até ao século XIX, tal não era muito relevante, sendo a divisão fundamental, aquela que existia entre islâmicos e cristãos. Ainda assim, num império que reconhecia, feitos os cálculos das perdas nas guerras balcânicas, cerca de 18,5 milhões de habitantes em 1914, estes estavam divididos nos censos, não por etnias, mas essencialmente pela sua religião: os muçulmanos, o maior grupo religioso do império, como seria óbvio, cerca de 15 milhões nesse ano, gregos ortodoxos, arménios gregorianos, búlgaros, gregos católicos, protestantes, latinos, judeus, maronitas e francos (Shaw, 1978, apêndice 1). Note-se que mesmo quando são referidas identidades étnicas, elas comportam igualmente uma especificidade religiosa, em geral.

Estas especificidades deixavam estes impérios à mercê de pressões centrífugas vindas do exterior, o que engendrou ao longo deste período, da parte das

comunidades germânica na Áustria, húngara na Hungria e turco-islâmica no Império Otomano, dinâmicas de afirmação nacional, procurando engendrar, no seio dos seus próprios territórios, uma maior uniformidade étnica e religiosa. O caso húngaro é particularmente interessante porquanto Budapeste, desde 1867, com a criação da Monarquia Dual em consequência do *Ausgleich*, procurou assegurar no seio do Estado húngaro, a hegemonia da liderança húngara sobre as demais etnias que polvilhavam as fronteiras do seu território – romenos, croatas, sérvios, rutenos, etc.. Esta realidade espelhava-se na fraquíssima representatividade das minorias nacionais na Dieta (parlamento) húngara. A situação das nacionalidades na outra parte, a germânica, da Monarquia Dual, era bem mais tolerada, e estas estavam relativamente bem representadas no parlamento de Viena. Não obstante, eram muito fortes os movimentos pangermanistas na parte austríaca da monarquia, quer apontando para uma união com a Alemanha, quer procurando assegurar a unidade do Estado em torno de uma governação pessoal do imperador, como que respondendo à virulência do nacionalismo das minorias nacionais que a polvilhavam (Haslinger, 2014, pp. 150-152; Romiscs, 2002, pp. 11-12).

Igualmente, como já se referiu, conforme o Império Otomano perdia a sua vasta minoria cristã e era expelido da Europa para a Ásia, maior e mais intensamente a sua identidade se ia confundindo com o Islão e com a turquicidade: com efeito, a partir de princípios do século XX difundia-se pelo Império Otomano a ideia de que este estava sob a agressão do mundo Cristão (Aksakal, 2014, pp. 61-64). Num certo sentido, à pressão das reivindicações nacionalistas das minorias étnicas e religiosas de ambos os impérios, respondiam as minorias dominantes com um reforço da sua própria identidade, e se no caso da Áustria-Hungria, até o nome indicava quais eram os elementos dominantes do Estado plurinacional, no caso otomano, a turquicidade estivera sempre algo oculta sobre o manto de um Estado de raiz islâmica, mas de grande tolerância religiosa para com todas as outras religiões. Foi o sentimento e a ideia de que a vasta minoria cristã traía o Estado otomano, assim como, um pouco mais tarde, a traição das comunidades árabes, que preferiram as potências cristãs aos seus irmãos islâmicos otomanos, que identificou definitivamente as comunidades turcas com a Sublime Porta e fundiu os fundadores de um grande império, no seu ocaso, à própria identidade étnica deste. O Império Otomano só parece ter sido efetivamente turco, no seu crepúsculo.

Isto não significa que houvesse uma simples relação biunívoca entre as comunidades maioritárias e minoritárias de cada império. Aconteciam também rivalidades e jogos de aliança entre as diversas minorias em cada Império. Nicholas Miller (1995) refere que entre a comunidade croata e a comunidade sérvia na Croácia, na parte húngara da monarquia dual, havia diversas rivali-

dades que impediam que cooperassem e pelo contrário, fazia com que a mais pequena e vulnerável população sérvia da Croácia, cerca de 25% dos habitantes desse “Estado”, se observassem como bons cidadãos do Estado Habsburgo e suportassem uma política de magiarização. Este apoio da comunidade sérvia da Croácia à política de Budapeste valeu-lhe, nos distritos onde era dominante demograficamente, o reconhecimento do uso do alfabeto cirílico, a utilização da sua língua nas escolas, assim como a autonomia da Igreja Ortodoxa. As dinâmicas locais interagem com as nacionais e as transfronteiriças. Uma aproximação possível entre as comunidades croata e sérvia do Império Habsburgo passava pela ideia do “Jugoslavismo”, a unificação de todos os povos eslavos do sul numa única nação. A complexidade do jogo fazia com que, quer o Reino da Hungria, quer o Império da Áustria, momentaneamente, usassem da repressão para condicionar a ação de nacionalidades mais “atrevidas”, ou mais “subversivas” da coesão do Estado. Em 1912, dada a radicalização que o Congresso da Igreja Ortodoxa Sérvia estava atravessando, o governo de Budapeste instou o Imperador da Áustria-Hungria a suspender os decretos de autonomia que lhe tinham sido concedidos. O que ainda acontecia em julho de 1914 (Miller, 1995, pp. 333-334). Pode-se dizer que as minorias viviam entre uma autonomia controlada e uma repressão constrangida, revelando a tensão político-social e étnico-religiosa existente no ocaso de este outro império multinacional.

O assassinato de Sarajevo é o gatilho de um processo já muito inquinado, o catalisador de uma dinâmica inequivocamente a acelerar em 1914. As tensões nacionalistas nos Balcãs não são despiciendas nesse processo, mas por elas, estritamente, a Europa não entraria no torvelinho de uma tão vasta conflagração. Como referiu numa conferência Vladimir Abramovic, só a certeza do apoio russo leva a Sérvia em 1914 a rejeitar o ultimato Austro-Húngaro.²⁴ E o apoio russo deriva de interesses próprios no quadro do relacionamento internacional entre as grandes potências. Todavia, como o próprio Vladimir Abramovic reconhece, o projeto russo da “grande eslávia” tinha desaparecido em 1913²⁵, e isso em razão das Primeira e Segunda Guerras Balcânicas, que não só tinham destruído a possibilidade de uma aliança eslava do sul em torno de São Petersburgo – a disputa pela Macedónia entre sérvios, gregos e búlgaros levava à guerra entre aqueles e este último e liquidara a liga balcânica criada pela Rússia em 1911, entre a Bulgária e a Sérvia – como desfizera a posição de um dos impérios multinacionais na Europa, o Império Otomano, quase que com-

²⁴ Abramovic, V., “Sérvia”. Ciclo de Conferências Temporalidades e Fronteiras. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 24 de fevereiro de 2017.

²⁵ *Idem*.

pletamente expulso do espaço europeu: reduzido ao território em redor de Istambul. Com efeito, alguma da historiografia contemporânea debate se a Primeira Guerra Mundial não teria começado em 1911 ou em 1912, com a ofensiva, primeiro, da Itália sobre a Líbia otomana, e com o desencadear da campanha militar sobre o que restava do Império Otomano na Europa pelos pequenos Estados balcânicos, Sérvia, Grécia, Bulgária e Montenegro. Esta Primeira Guerra Mundial alargada só teria tido o seu fim em 1923, com o termo das hostilidades entre a Grécia e o novo Estado turco. Na realidade, procura-se com o repensar das balizas temporais ampliar o conhecimento sobre a complexa origem da guerra e as linhas de orientação plurais que a ela conduziram. Neste sentido, é para o tema que esta obra interpela, de realçar quanto uma outra periodização do início da Primeira Guerra Mundial, torna muito relevante os quadros geopolítico e geoestratégico dos Balcãs e o papel das pequenas potências locais (Veiga e Martin, 2014; Gerwarth e Manela, 2014; Payne, 2011). No que respeita à situação estratégica na Península Balcânica em princípios da segunda década do século XX, não se tenha dúvidas de que as duas guerras balcânicas, a Primeira Guerra Mundial e as guerras greco-turcas da 1919 e 1921-1922 podem perfeitamente ser encaixadas num vasto ciclo de recomposição do espaço balcânico.

Todavia, a Primeira Guerra Mundial não deriva estritamente da questão balcânica, mas origina-se num complexo de rivalidades, fruto de uma lógica de *lebensraum* que advém da aceleração do processo de concentração de poder engendrado pelas dinâmicas do Estado moderno – administração pública centralizada e desenvolvimento do setor educacional – e pela Revolução Industrial – exponenciação das potencialidades económicas e desenvolvimento do setor social do Estado –, correlacionadas com uma gigantesca expansão demográfica dos europeus, e que se espelha na questão do serviço militar universal, engendrando uma lógica de “transição de poder”. A dinâmica de aglutinação territorial e de concentração de poder evacua os espaços de compensação que caracterizaram o sistema europeu de Estados desde o fim da Idade Média²⁶, reduzindo as disputas a jogos de soma nula, isto é, à dimensão vital de cada Estado, em que se tornava impossível ceder espaço sem uma perda imensa de poder – pelo menos na consciência dos decisores políticos. Como em tempos observou Kissinger (1995, pp. 168 e ss.), por volta de 1910, o sistema de alianças europeias, mais rígido do que até então acontecera, engendrava um potencial jogo de soma nula, que em caso de conflito bélico arriscava a tomar a figura de uma luta de vida ou morte absolutamente vital e foi precisamente

²⁶ Observe-se a leitura que se faz neste texto do mapa da Europa em 1914 – as grandes potências tem basicamente fronteiras com outras grandes potências.

isso que veio a acontecer. A ação estratégica visava o aniquilamento do inimigo numa grande batalha decisiva – o Plano Schlieffen, Plano XVIII, etc. –, os planos estratégicos assentavam na mobilização o mais imediata possível do poderio militar nacional e numa ofensiva militar com vista a aniquilar a força de combate do inimigo e a lhe impor a vontade do seu oponente – não se considerando nenhuma via intermédia, nem sequer a ação da diplomacia e a negociação – e a tomada da decisão dependia essencialmente da escolha do melhor momento para alvejar o oponente. Todas as potências estavam disponíveis para aceitar uma “grande guerra”, a questão era saber qual era o melhor momento para a produzir. Conquanto, por volta de 1913-14, parecesse ao Estado-Maior General alemão que o desenvolvimento acelerado das capacidades russas e a lei dos três anos em França enfraqueceria progressivamente o potencial de guerra do II Reich.²⁷ Está bem explícito em todo este processo a dinâmica interacional tão bem observada por Clausewitz, o jogo da ação recíproca, e como esta atravessa toda a ação, da política, passando pela estratégia, terminando na tática. A dimensão vital do objetivo político – a própria vida da nação – com a mobilização nacional, a estratégia de aniquilamento da força militar inimiga, sublinhe-se como todas estas componentes adquirem sucessivamente uma lógica absoluta e extremamente radicalizada,²⁸ consumando-se a ação taticamente com a procura da batalha decisiva como elemento axial para o sucesso na conflagração, para a sobrevivência da comunidade política e para a perdurabilidade da sua alteridade.

Este exacerbamento das rivalidades internacionais toca fundo na dinâmica conflitual entre a Áustria-Hungria e a Sérvia. O imenso sucesso sérvio nas guerras balcânicas ampliou a ansiedade da Monarquia Dual com respeito ao equilíbrio de poder nos Balcãs, principalmente com aquilo que parecia ser a ascensão de poder da Sérvia, e que poderia ampliar a fragilidade das fronteiras austro-húngaras. Nesta contextura, a escolha da guerra pelo governo de Viena deve ser vista como uma decisão feita num quadro de uma opção vital, num jogo entre a vida e a morte, a espada e a parede (Clark, 2013, pp. 415-430; Bjelajac, 2016a, p. 2). A perspetiva sérvia era igualmente a de que qualquer

²⁷ Um interessante debate sobre as origens da Primeira Guerra Mundial, em que são explicitados alguns destes elementos, pode ser lido Jack S. Levy e Jack Snyder (2015, pp. 208-217). Uma leitura mais recente sobre o planeamento estratégico imediatamente anterior à guerra e a sua natureza pode encontrar-se num interessante volume de Philpott (2014, pp. 11-31).

²⁸ Todavia é plausível pensar que era fácil passar da ideia de aniquilamento da força militar do inimigo para a de aniquilação do próprio povo inimigo, no fundo a fonte do próprio poder bélico de cada nação. Uma leitura sobre a ideia de guerra total que se aproxima do que aqui se afirma pode encontrar-se em Duarte (2005). Não obstante, nem todas as conclusões que na altura se extraíam deste estudo seriam hoje por mim defendidas.

embate bélico entre ela e a Áustria-Hungria seria vital. A despeito das vitórias militares extraordinárias de 1912 e 1913, o diferencial de poder entre a Sérvia e a Áustria-Hungria continuava a ser avassalador – respectivamente 4,5 milhões de habitantes e 51 milhões de habitantes – pelo que, mais do que ser uma ameaça para Viena, era esta que efetivamente ameaçava a Sérvia e as medidas extraordinárias feitas à sombra de Belgrado eram meramente defensivas no que respeita ao seu poderoso vizinho do norte: é necessário ainda salientar que para muitos coevos, a política externa do II Reich e do seu aliado, o Império Austro-Húngaro, caracterizava-se por ser muito agressiva e ofensiva, mesmo ou principalmente no que respeita aos pequenos Estados. Ambos os Estados viam o adversário como lhe impondo uma ameaça vital que só poderia ser extirpada com a sua aniquilação: num racional puramente dicotômico, em que o embate adquire uma dinâmica existencial (Clark, 2013, p. 487). Nesse sentido, Viena e Belgrado partilhavam um sentimento comum a todos os beligerantes de 1914, a de que se tinham de bater pela própria existência, no embate vital, que tudo exigia, para que no final, a perdurabilidade existencial e a alteridade respetiva fosse assegurada.

A visão de um embate vital, a que não podemos faltar, sob pena de ela significar o fim de cada uma das identidades que estão no turbilhão da conflitualidade europeia, é um dos elementos centrais para a tomada de decisão de avançar para a guerra. Todas viram a guerra como guerras de “libertação nacional” (Hall, 2011, p. 302). A outra é a segurança que uma aliança pode fornecer no momento em que se marcha para uma luta vital. Já se observou o por demais conhecido papel da Rússia em assegurando o seu apoio, permitir a assunção por Belgrado da recusa ao ultimato de Viena e a aceitação da guerra. Em todas as outras tomadas de decisão pela beligerância, de uma forma ou outra, estão presentes a dimensão vital da luta e as garantias dadas por uma aliança. Escapa um pouco a esta racionalidade o Reino do Montenegro, que entra na guerra pela sua aliança com a Sérvia e a proximidade das famílias reinantes sérvia e montenegrina. Conforme a Sérvia e a Áustria-Hungria se tornam beligerantes, o Montenegro acompanha a sua aliada Sérvia. Mas os montenegrinos, com uma forte afinidade com os sérvios, leram o embate, segundo a lógica sérvia, de uma luta vital pela existência nacional, irmanando ambos os países numa luta pela sua própria existência, pese algumas manobras políticas mais viradas para a neutralidade intentadas pelo Rei Nikola I do Montenegro (Raspopovic, 2017, pp. 4 e 15).

Os outros três pequenos intervenientes balcânicos acabariam por se tornar beligerantes, quer porquanto a guerra é por eles observada como decisiva e vital para a sua própria continuidade existencial, quer por se assegurarem de alianças que lhes parecem augurar o sucesso na conflagração. Dispor de potên-

cias aliadas é condição *sine qua non* para que cada um deles ouse aventurar-se na beligerância. Não obstante, as alianças derivam menos da procura por um aliado poderoso para os acompanhar na aventura da beligerância, do que da oferta que as grandes potências lhes fazem para que eles as acompanhem na contenda. Na verdade, mais do que a oferta, as grandes potências cortejam os pequenos poderes balcânicos para que estes se assumam como aliados de um ou de outro bloco. Em todo eles, quer a Tríplice, quer a Entente, disputam a aliança dos pequenos. Como é lógico, o cortejamento das grandes potências aos pequenos poderes deriva das vantagens que cada uma acha que adquirirá com a sua aliança.

A Bulgária foi desde o início objeto do interesse, quer da Entente, quer da Tríplice. Para a Entente, a aliança com a Bulgária cortaria a rota terrestre entre os Impérios Centrais e o Império Otomano, dificultando muito a capacidade de aqueles sustentarem logística e militarmente este, assim como facilitaria uma arrancada sobre os estreitos e a abertura de um corredor marítimo seguro entre o ocidente da Europa e a Rússia. Finalmente, asseguraria a retaguarda da Sérvia e o isolamento da Grécia. Para a Tríplice, a Bulgária traria a possibilidade de uma ligação direta terrestre entre Berlim, Viena e Istambul e permitiria uma ofensiva concêntrica sobre a muito resiliente Sérvia; sublinhe-se a relevância desta resiliência, quer para a teoria aqui exposta, quer para a realidade concreta da guerra, ao obrigar as Potências Centrais a desviar recursos bélicos para sobrepujar esta resistência, que em 1914, conseguira travar duas ofensivas da Monarquia Dual sobre o território sérvio. Para os búlgaros, central para uma intervenção, era a resolução da questão da Macedónia, que era um grave problema para a Entente, na medida em que colidia com a soberania da Sérvia, um aliado, que em 1914, tinha demonstrado suficientes qualidades militares e de resiliência para que a sua vontade não pudesse de todo ser desprezada. Ainda assim a Sérvia sofreu pressões dos seus aliados para fazer concessões à Bulgária no que respeitava à Macedónia. Acresce que, para Sófia, a postura de São Petersburgo na Segunda Guerra Balcânica, abandonando à sua sorte a Bulgária, preferindo a aliança com Belgrado, deixara uma profunda desconfiança sobre as atitudes da Rússia e em consequência, da Entente. Aduzindo a esta desconfiança, sucedia igualmente que desde o início do segundo decénio do século XX, houvera uma aproximação entre a Áustria-Hungria e a Bulgária. E a leitura da guerra, a partir de Sófia, ao longo de 1914 e 1915 parecera evidenciar o sucesso das armas dos Impérios Centrais, principalmente com a estagnação inicial e depois a derrota da expedição aliada aos Dardanelos, e que além disso, não tinham pejo e era muito seguro, poderiam ofertar sem problemas a Macedónia à Bulgária, como presa de guerra. Como disse o primeiro-ministro Vasil Radoslavov: “a Bulgária não pode ver

negado os seus direitos históricos e etnográficos. Não pode existir sem a Macedónia” (Hall, 2011, p. 304). Nesse sentido, em 6 de setembro de 1915, a Bulgária entrou na guerra com uma muito sucedida campanha na Macedónia, que apanhou pelas costas as forças militares sérvias (Hall, 2011, pp. 303-304; Bjelajac, 2016b, pp. 6-7; Hall, 2016, pp. 2-6).

A intervenção romena na contenda, mais tardia, segue um padrão semelhante. Com o rebotar da guerra a Roménia segue uma prudente política de contenção estratégica. Nela, ela antevê a possibilidade de assegurar pelo menos parte dos territórios irredentos. Estes eram essencialmente dois espaços: a Transilvânia, o mais relevante, e que estava incorporado na Áustria-Hungria e a Bessarábia que a Rússia ocupara em 1812, e que como se deduz, estava integrado no Império Russo. Nesses dois territórios, a maioria da população era de língua romena. Para os romenos, não obstante, a Transilvânia era um território muito mais valorizado que a Bessarábia. Outros territórios irredentos eram igualmente reivindicados, como parte do Banato húngaro, mas eram de menor relevância. Com a emergência da nação romena, em meados do século XIX, com a progressiva independência dos territórios unidos da Valáquia e da Moldova, reconhecidos em 1878 pelas grandes potências, como sendo a Roménia, a principal ameaça parecia advir do Império Russo, que de facto, por várias vezes, nas suas guerras contra o Império Otomano, atravessara sem pejo este país. A esta situação acrescia a noção, em Bucareste, de que Sófia, o mais relevante rival da Roménia nos Balcãs era, por excelência, o tradicional aliado da Rússia. Não obstante, os olhos romenos estavam focados na Transilvânia, considerado pelas elites romenas como um espaço natural da própria nação. A eclosão da guerra leva o primeiro-ministro Ion Bratianu, muito favorável à Entente, a conduzir uma prudente ação diplomática, dada a posição estratégica da Roménia, com uma grande fronteira com os Impérios Centrais, tradicionalmente desconfiada da Rússia, e com o comércio marítimo paralisado pelo encerramento dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos. A entrada da Bulgária na guerra ao lado da Tríplice é todavia uma boa notícia para a Roménia, tendo em consideração que isso significava que o seu principal rival já não era um aliado da temida Rússia. As negociações com a Entente começam todavia logo em 1914, mas só em 1916 a Roménia acabaria por assinar uma Convenção com as potências aliadas, França, Rússia, Grã-Bretanha e Itália, pela qual se juntaria a estas e marcharia sobre a Transilvânia, declarando guerra apenas à Áustria-Hungria. Para o efeito, contaria a boa impressão que a ofensiva Brusilov tivera na Roménia (Heppner e Gráf, 2014, pp. 1-6; Hilton, 2014, p. 242; Caim, 2014, pp. 2-3).

Também a Grécia vê disputada a forma da sua participação na conflagração. Para os Impérios Centrais convinha a manutenção da sua neutralidade,

enquanto para a Entente, a participação grega na contenda poderia ser uma acha apontada ao coração do Império Otomano: sobre Istambul e os estreitos do Bósforo e dos Dardanelos. Todavia, até à entrada da Bulgária na guerra ao lado da Tríplice, os aliados procuraram evitar indicar a cedência de territórios que conflituassem com os desejos búlgaros e afastassem Sófia de uma possível aliança com as potências aliadas. Este jogo duplo fracassou rotundamente, porquanto nem atraíram a Grécia, nem a Bulgária para o seu lado. Ainda assim, Atenas foi cortejada pelos aliados aquando da preparação da campanha dos Dardanelos, sem todavia estes conseguirem forçar a sua intervenção na guerra em prol da Entente. Com o início da guerra, a Grécia mantém-se na expectativa, assegurando a Belgrado uma posição favorável, indicando-lhe o seu não envolvimento na conflagração e dando garantias de segurança à Sérvia, ao mesmo tempo que conserva uma postura desconfiada em relação à Bulgária. O país manterá até 1917 uma posição indecisa face ao seu posicionamento na guerra. Tal deve-se ao denominado “cisma nacional” que oporá de forma virulenta o Rei da Grécia, Constantino I, cunhado do Kaiser Guilherme II a Eleutherios Venizelos, várias vezes primeiro-ministro de diversos governos gregos, antes, durante e depois da Primeira Guerra Mundial, apoiantes respetivamente dos Impérios Centrais e da Entente (*Cf.* supra). Para Constantino I a vitória na guerra caberia à Alemanha e aos seus aliados e uma intervenção a favor da Entente seria um desastre para a Grécia. Mas uma intervenção da Grécia favorável às Potências Centrais também não conviria ao país, dada a supremacia naval da Grã-Bretanha e a sua situação quase insular ser uma vulnerabilidade a acautelar. Para Eleutherios Venizelos, pelo contrário, a Grécia deveria aliar-se com a Entente, por interesse próprio, porquanto era a aliança que mais garantia o sucesso da “Megali Idea”, a “grande Grécia”, o retorno às fronteiras do Império Bizantino, ou da Grécia Clássica, ocupando a totalidade das margens do Egeu e as suas ilhas, unindo todos os gregos numa mesma pátria, mas também por postura ideológica: era um defensor dos ideais liberais. Esta visão era compartilhada por Constantino I, para o qual contribuía um mito em redor do seu nome, o de muitos dos Imperadores Bizantinos e do mais ilustre de todos, discordando todavia do método para alcançar o almejado irredentismo. A entrada na guerra da Grécia resultará por fim do apoio dado pelos aliados, principalmente a França e a Grã-Bretanha, a Eleutherios Venizelos e aos seus partidários, apoio esse que imporá, através do uso da coação militar, a abdicação do Rei Constantino I na verão de 1917 e seu exílio na Suíça, só então a Grécia declararia guerra aos Impérios Centrais (Lemonidou, 2014; Hassiotis, 2016, pp. 5-6; Hassiotis, 2017, pp. 28-29; Curado, 2017, pp. 69-73). De uma forma ou outra, as potências beligerantes procuraram mobilizar a seu favor os pequenos Estados balcânicos e estes, de uma forma ou outra, procu-

raram avantajar os ganhos que poderiam extrair da sua participação na contenda, fundamentalmente, em todos eles, a consecução dos projetos irredentistas de unir num único território, numa única nação e numa só soberania as populações vistas como pertencendo a essas nacionalidades. O facto de os Balcãs estarem partilhados entre várias soberanias e de serem uma porta essencial para as ligações entre as alianças, da Entente ocidental com a Rússia, dos Impérios Centrais com o Império Otomano, pode explicar, em parte, a disputa que ambos os blocos fizeram para que os pequenos beligerantes, o fossem, de um dos lados da contenda. Era uma solução *win-win* em que todos os parceiros da aliança, no fim, ficavam a ganhar com a barganha.

Os casos de Portugal e da Bélgica são bem diversos. Em ambos os casos, não havia negócio possível em que houvesse no final uma situação *win-win*. A sua intervenção acontece numa situação em que um dos lados da parceria não tinha grande vantagem no resultado final.

A Bélgica entra na guerra contra sua vontade. Como se viu, o Tratado de Garantias de 1839 assegurava a soberania e a neutralidade belga, não obstante, como é conhecido, o Plano Schlieffen previa a travessia da Bélgica, e nas versões mais antigas, da Holanda, por parte das forças alemãs, na sua manobra de torneamento das linhas francesas. A ativação da manobra ofensiva alemã, no dealbar da campanha de 1914, implicava assim a travessia da Bélgica. O plano estava de há muito delineado e previra até os meios necessários para reduzir rapidamente as defesas da linha fortemente fortificada, com fortificações de betão, de Liège. Esta manobra ofensiva impunha a quebra da neutralidade belga e a brecha do Tratado de Garantias de 1839. Para o efeito, Berlim procurou, pela diplomacia, que o governo belga aceitasse a travessia germânica do seu território, por corredores delimitados, em troca da garantia de segurança absoluta de que a Alemanha respeitaria a soberania da Bélgica. A 2 de agosto a Alemanha intima a Bélgica a deixar que forças alemãs atravessassem o seu território. Para adoçar a situação, foi dito pelo plenipotenciário alemão, que a Alemanha sabia que forças francesas se preparavam para atacar a Bélgica, o que era obviamente falso. Acontece que essa cedência significaria em si própria uma brutal mitigação da soberania da Bélgica. As tropas atravessariam o território com vista a alvejar outro país, o que significaria que a Bélgica, mesmo que assumisse uma posição oficial e institucional de neutralidade, afirmando que condições extraordinárias tinham feito com que cedesse à necessidade e à vontade de um dos beligerantes, não deixaria esse facto de ser uma brecha profunda no princípio geral subscrito, que impunha a equidistância e o equilíbrio do país neutral para com os blocos oponentes. As notícias das pretensões alemãs eletrizaram a sociedade, o governo e o rei, que desde o início consideraram que só a resistência a qualquer agressão se justificaria e que só esta asse-

gurar o respeito, a integridade e a futuro soberano da Bélgica. Para essa vontade de resistência contribuiriam também as reformas militares de 1913 e a ideia, expressa no memorando de León Arendt, diretor de política do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, em 1912, que advogava que face a uma invasão alemã, seria necessário assegurar uma robusta defesa que facilitasse a assinatura de uma convenção com os inimigos desta, isto é, a França, que assegurasse a soberania belga num quadro de paridade diplomática e estratégica – a comparticipação no esforço comum permite assegurar uma paridade estratégica mínima entre os aliados e nesse sentido, salvaguardar a soberania e a identidade nacional. Por sua vez, se bem que tardias, as reformas militares de 1913 tinham assegurado pelo menos um plano de mobilização e o robustecimento do exército belga em alguns milhares de homens. A 3 de agosto de 1914 a Bélgica recusava o ultimato alemão. Central, todavia, ao processo de recusa do ultimato alemão e à assunção da resistência nacional está o apoio francês e o britânico, mesmo que só ético e moral. Com efeito, com este apoio, o sentimento de que podia contabilizar com outras forças que não só as da Bélgica foi um elemento adicional muito importante na rejeição das pretensões de Berlim (Schaepdrijver, 2010, pp. 386-387; Debuyne e Ypersele, 2017).

A beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial foi “arrancada a ferros”. Com a eclosão da contenda o parlamento português e o governo indicaram à Grã-Bretanha a disponibilidade de Portugal em cumprir os deveres da velha aliança que ligava os dois países. A Grã-Bretanha agradeceu a disponibilidade mas requereu a Portugal que tão só não oficializasse a sua neutralidade de facto. Nos dois anos seguintes, diversos governos portugueses batalham pela beligerância junto de Londres e mais ocultamente, em Paris, no meio de um país que se dividiu profundamente entre pró-beligerantes (guerristas) e anti-beligerantes (antiguerristas) seguindo linhas político-partidárias mais ou menos definidas: no primeiro lado militavam as forças republicanas mais radicais, de teor “democrático”, assim se intitulou o próprio partido que os representava; do outro republicanos conservadores, católicos, monárquicos, e correntes anarquistas e socialistas. A divisão tinha menos a ver com a oposição entre germanófilos e aliadófilos que com as disputas virulentas político-ideológicas que atravessavam o país no segundo decénio do século XX e na sequência da proclamação da República em 1910. Por detrás deste processo estavam vários problemas internos e que efeitos externos poderiam ajudar a dirimir. Um, era o reconhecimento definitivo e efetivo da República, que quer internamente, quer externamente, não estava consolidado, e uma intervenção bélica prestigiante nos campos de batalha mais relevantes poderia ser um elemento axial de legitimação interna e externa do novo regime. Ajunto a este

havia a questão do equilíbrio de poder dentro da velha aliança entre Portugal e a Inglaterra (Reino Unido), e que era um dos objetivos diplomáticos mais importantes para a República radical, que o perseguia desde 1910, o de assegurar uma paridade estratégica entre os dois países, algo muito difícil dado o desequilíbrio de poder entre ambos.²⁹ Uma ação bélica nacional prestigiante nos campos de batalha na Flandres forneceria a legitimidade necessária para resolver de uma assentada todos estes objetivos: a paridade estratégica com a Grã-Bretanha, a legitimidade internacional da República e também a sua legitimação interna, aos olhos do país. O problema era convencer a Grã-Bretanha a aceitar sustentar esta intervenção nos campos de batalha da Flandres e a beligerância portuguesa, antes de mais nada.

Neste ponto, parece ter um papel relevante a França, que acompanhando a vontade de Portugal, desenvolveu um conjunto de ações com as quais conseguiu forçar a Grã-Bretanha a aceitar, primeiro, a beligerância de Portugal, e depois o envio de um corpo expedicionário para a frente francesa, em 1917, primeiro, propondo-se o governo de Paris a requisitar os navios alemães surtos nos portos portugueses – que aí se tinham sediado dado a neutralidade de facto nacional – e sequencialmente, ao mostrar-se disposta a receber e a equipar uma força militar portuguesa na sua frente de batalha, o que levou Londres a assumir o mesmo encargo, dada a velha aliança anglo-lusa. Se a ideia de que a França colaborou com Portugal parece consolidada na atual historiografia portuguesa da Primeira Guerra Mundial, esta não parece ter ainda entendido de todo as razões deste apoio, até porque provavelmente estas não poderiam ser indicadas, nem a Portugal, nem à Grã-Bretanha, e também, provavelmente não foram expostas por escrito em algum documento.³⁰

Duas razões, uma político-diplomática e outra estratégico-militar, podem estar na origem do apoio de Paris à beligerância portuguesa, nenhuma das

²⁹ É isso que pode explicar em boa medida a aposta da República no megalómano plano naval de 1911 e 1912. Este era um instrumento possível para um acordo com a Grã-Bretanha, um acordo que passaria pela aquisição de uma frota naval nos estaleiros britânicos e que ligaria indissociavelmente, por essa via, os dois países numa aliança. Esta ideia de que a frota de batalha robusteceria a posição de Portugal na aliança com a Grã-Bretanha é amiudadamente referida por Pereira da Silva nos seus escritos em prol do projeto naval (Duarte, 2015a, pp. 67-68). Obviamente, isso dependia da disponibilidade da Grã-Bretanha para assegurar os capitais necessários para a edificação dessa frota. Mas de que serviria a Grã-Bretanha empenhar estaleiros navais e meios financeiros, às suas expensas, para construir para Portugal os seus mais modernos *Dreadnoughts*, quando ela própria precisava mais destes navios para a sua própria frota?

³⁰ Uma síntese mais elaborada desta perspetiva encontra-se em Duarte (2014). Este excuroso, para além da elaboração do próprio autor sobre o assunto, segue fundamentalmente os seguintes autores: Teixeira (1996), Telo (2014, pp. 8-33), Telo e Sousa (2016, pp. 35-41) e Meneses (2015, pp. 23-87)

quais podia ser indicada oficialmente, e de forma clara. A primeira e a mais relevante passava por, através da beligerância portuguesa, a França criar mecanismos que dificultassem e constrangessem qualquer paz separada entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, nomeadamente, como já acontecera duas vezes, em 1898 e 1912-13, usando o ultramar português, como instrumento de negociações e acordo. Ora, um Portugal beligerante, e aliado da Entente, tornava muito mais difícil qualquer negociação em que se pusesse na mesa de negociações os territórios sob sua soberania.

Alguns indícios permitem, por outro lado, chegar a uma conclusão provisória sobre a razão para o apoio francês ao envio de um corpo expedicionário para França. Em 1916 eram publicados em Portugal os números 52, 53 e 54 de uma das mais emblemáticas publicações literárias do país nos séculos XIX e XX, *A Águia*, obra de uma elite intelectual, muita dela próxima ideologicamente dos republicanos radicais, edição essa dedicada à intervenção portuguesa na conflagração, com textos em prol da beligerância. Um dos textos pertencia a Philéas Lebesgue, erudito francês. O que para este tema nos interessa é a referência que o autor faz à possibilidade de Portugal enviar para França 300 mil expedicionários (Lebesgue, 1916, p. 167). Outros documentos parecem ir no mesmo sentido, duas cartas privadas, ambas da Condessa de Beauchamp, dirigidas a João Chagas, embaixador de Portugal em França, de 1911 a 1917 e de 1919 a 1923, refere igualmente o desejo de que Portugal enviasse para França forças expedicionárias – “nunca seremos demais!” diz a correspondente – e ou para Salónica, 4 divisões (Chagas, 1960, pp. 123 e 125). Esta última carta é particularmente interessante porque a correspondente de João Chagas faz corresponder o seu desejo de ver em França tão grande força de militares portugueses com a pressão demográfica a que estava submetida a mobilização de recursos humanos franceses. Ora, muito provavelmente, o apoio de Paris ao almejo da beligerância dos radicais republicanos portugueses pode ser também o resultado das necessidades francesas em termos de mão-de-obra militar para travar a guerra.

A França tinha um pico da mobilização de efetivos militares muito mais constrangido que o seu oponente, e se Joffre em 1915, apostado numa vitória decisiva desprezara esse condicionamento, em 1916, a França compreendera finalmente que o seu potencial demográfico era finito (Philpott, 2014, pp. 115-116 e 132). A sociedade francesa em 1914 era a mais envelhecida e das menos dinâmicas demograficamente da Europa e bem menos que a alemã. O diferencial demográfico era muito expressivo: 68 milhões de alemães para 39,5 milhões de franceses, uma diferença de 40% a favor da nação além Reno. Ademais, a população alemã tinha proporcionalmente muitos mais jovens do que a população francesa, cerca de três alemães para cada francês em idade militar

(*Cf. infra*). Neste quadro, numa guerra em que a mão-de-obra, a massa humana, era vital para o desenrolar da contenda, este diferencial era de temer. Nesse sentido, e provavelmente sem nunca dar a entender o que se pretendia de Portugal, em 1915 e 1916, a França, porfiando desesperadamente para sustentar os seus próprios recursos humanos, via nos recursos humanos portugueses, mesmo que não muito grandes, um acréscimo muito útil para o seu esforço de guerra, principalmente se a promessa de enviar algumas centenas de milhares de homens se concretizasse. É óbvio que com a entrada dos Estados Unidos da América na guerra esta vantagem negocial de Lisboa se esfumasse em Paris. Mas como a entrada dos Estado Unidos da América na guerra foi algo repentina, e em 1915 e 1916 essa situação não fosse pensada como muito provável, Paris tinha todo o interesse em assegurar de Londres a aceitação da beligerância lusíada.

É aqui relevante todavia destacar a questão do irredentismo colonial português. A questão colonial não seria a questão decisiva para a entrada de Portugal na guerra, nem por ela teria o país se empenhado na conflagração – como o discurso legitimador da intervenção após o seu termo o fez entender –, não obstante, ela é subliminar a todo o intervencionismo, tendo em consideração que era a intrínseca fragilidade e vulnerabilidade do país que possibilitara a usurpação de territórios considerados como parte da nação pelas potências estrangeiras, mesmo pelo seu principal aliado, e nesse sentido a paridade estratégica a alcançar com a intervenção na Flandres espelhar-se-ia igualmente na segurança da soberania do “Império Português” e na sua afirmação, de novo, como potência a ser tida em consideração. Tudo isto tinha como pano de fundo uma situação geoestratégica estabilizada e controlada pela Entente. Situado no extremo ocidental da Europa, numa região completamente dominada pela hegemonia naval da Grã-Bretanha, e sem forças militares de relevo, Portugal podia ser desconsiderado como um interveniente útil ou atrativo para as potências aliadas, e só, muito provavelmente, o receio de negociações separadas entre a Grã-Bretanha e a Alemanha e as necessidades de recursos demográficos sentidas pelos franceses poderão ajudar a explicar o apoio deste país à vontade de beligerância portuguesa entre 1914 e 1916.

A eclosão da guerra para os pequenos beligerantes tem um cunho claramente regional. Os pequenos beligerantes balcânicos foram cortejados pelas grandes potências, adições relativamente importantes para o esforço de guerra e as operações militares que se desenrolavam nessa região. A disputa por aliados assegurou negociações muito favoráveis aos objetivos de cada um desses pequenos beligerantes, fundamentalmente centrada na reunião dos nacionais num único território, criando assim aquilo a que todos viam como “um grande” Estado – Grande Sérvia, Grande Bulgária, Grande Grécia: a “Megali Idea”. Pelo contrário, as entradas da Bélgica e Portugal são muito distintas.

A guerra é imposta à Bélgica, a sua escolha não reside em decidir se vai ou não para a guerra, mas em o que deve fazer face à imposição de uma situação, que fosse qual fosse o resultado, questionaria sempre a sua neutralidade e a sua soberania: a escolha era entre submeter-se ou resistir – manter-se ela própria na sua alteridade. Não poderemos saber se deixada a si própria, a Bélgica teria assumido a resistência, conquanto as exigências alemães fossem vistas pela generalidade da população belga como um ultraje, mas sem dúvida que o apoio de duas grandes potências, a Grã-Bretanha e a França, à vontade nacional de resistência ajudou Bruxelas a optar pelo combate em detrimento da submissão. Resistência e interação, no quadro do sistema internacional de então, são os fundamentos da decisão belga em assumir a guerra, e configuram-se de acordo com a proposta teórica aqui seguida.

A beligerância portuguesa é um espelho inverso do que se passou com os outros pequenos beligerantes. Portugal cortejou as grandes potências, mais do que foi cortejado, e apenas um dos dois blocos, a Entente, nunca sendo disputado pela Tríplice, ou seja, para entrar na conflagração o governo português teve de se impor ao seu tradicional e principal aliado, a Grã-Bretanha, a sua beligerância, e só a peculiar situação de desequilíbrio da França em face ao seu principal inimigo e o receio de ser abandonada por Londres que poderia preferir uma paz separada à continuação da luta, poderá explicar o apoio de Paris ao propósito dos republicanos radicais em Portugal. Ainda assim, e como com os outros beligerantes, sem um apoio externo, dificilmente Lisboa teria levado avante o almejo de ser um interveniente ativo na Primeira Guerra Mundial. Mas aqui, como com os outros, resistência e recusa a aceitar a sua situação no quadro internacional e as dinâmicas da interação provocadas pela guerra são axiais na beligerância nacional.

2.3 O Esforço de Guerra dos Pequenos Beligerantes

Uma situação era entrar na contenda, outra sustentar-se com eficiência e eficácia na contenda, valorizando assim a sua posição internacional, no quadro das alianças em que cada um estava envolvido. Para estudar o impacto do esforço de guerra analisar-se-á agora a mobilização nacional de cada um dos pequenos beligerantes, num número total de efetivos mobilizados e em relação à dimensão demográfica de cada um, assim como o número de mortos sofridos. Procurar-se-á igualmente indicar a relevância da sua intervenção e verificar o peso do seu contributo para as campanhas militares da Primeira Guerra Mundial. O número de mobilizados, assim como a população respetiva de cada pequeno beligerante já foi objeto de análise no início deste texto. Convém ainda assim relembrar os dados:

Quadro 6 – Pequenos Beligerantes, População, Mobilizados e Mortos (militares) 1914-1918.

Estados	População (em milhões de habitantes)	Mobilizados	Mortos (militares)
Roménia	7,6	1 milhão	250 mil
Sérvia	4,3	750 mil (1 milhão)	278 mil
Bélgica	7,8	365 mil (380 mil)	39 mil (41 mil)
Grécia	4,6	355 mil (200 mil)	26 mil
Portugal	5,6	100 mil	7,2 mil
Montenegro	0,5	50 mil	3 mil
Bulgária	4,8	900 mil (400 mil)	87,5 mil

Fontes: para os mobilizados e os mortos Winter (2004, p. 1077); em parênteses, quando os dados são discrepantes com os primeiros Hughes e Philpott (2005, p. 101) e Prost (2014, pp. 5-6); para a população Jefferson (1914, pp. 404, 409 e 411).

De todos os pequenos Estados, o que mais gente mobilizou para a força armada foi a Roménia, levantando 1 milhão de soldados. A Sérvia é o segundo país, em mobilização de recursos humanos, já na casa de centenas de milhares de efetivos: 750 mil soldados – todavia há quem refira 1 milhão de mobilizados. A Bulgária teria mobilizado 900 mil soldados, mas parece haver alguma discrepância nos dados que existem. Todos os outros pequenos beligerantes mobilizaram efetivos abaixo dos 500 mil. Os principais beligerantes mobilizaram, em geral bem mais de 5 milhões de efetivos, tendo a Alemanha e a Rússia chegado às dezenas de milhões de efetivos. Uma comparação simples evidencia que a Sérvia mobilizou 9% da força levantada pela Áustria-Hungria, seu principal adversário, ambos, a espoleta que ateia a Primeira Guerra Mundial. A Bulgária, por sua vez, compara os 900 mil mobilizados com os 25 milhões de levantados pelos seus três aliados, o que representa cerca de 3,6% do total de efetivos militares da Tríplice. Mesmo quando comparamos a população com os efetivos mobilizados, os pequenos beligerantes não apresentam níveis de mobilização muito diferentes dos que acontecem com as grandes potências. Para 68 milhões de habitantes a Alemanha mobilizou 13 milhões de efetivos, cerca de 19% da sua população, a França com 39,5 milhões de habitantes levantou cerca de 7 milhões de soldados, cerca de 18% da sua população; um espelho de ser uma sociedade mais envelhecida que a alemã, com efeito enquanto a população desta aumentara em 60% entre 1871 e 1914, a francesa crescerá só a 10%, pelo que, cada classe de mobilizados tinha respetivamente

entre 450 mil/ 500 mil para o primeiro país e 150 mil homens para o segundo (Chavot e Morenne, 2003, pp. 12 e 27). Mesmo a Itália, que mobilizou menos de metade do efetivo militar da Alemanha, levantou cerca de 16% da população. Ora, só a Sérvia se aproxima destas dimensões de mobilização, considerando que para uma população de 4,3 milhões de habitantes, levantou cerca de 750 mil combatentes, cerca de 17,5% do total populacional e a Bulgária, que para quase 5 milhões de habitantes, mobilizou 900 mil soldados, o que dá cerca 18% da sua população. Na verdade, os outros pequenos beligerantes mobilizaram proporcionalmente muito menos efetivos que estes países, talvez cerca de metade, em proporção, do que aqueles movimentaram. O mesmo sucede com o pequeníssimo Montenegro, que para cerca de 500 mil habitantes, mobilizou 50 mil combatentes, cerca de 10% da sua população, o que está ao nível da mobilização russa, que para uma população de 175 milhões de habitantes mobilizou 18 milhões de combatentes, aproximadamente 10% da sua massa populacional. As mobilizações da Bélgica, da Grécia e de Portugal são ainda mais reduzidas, respetivamente cerca de 5%, 13% e 5,6% das suas populações.³¹

Obviamente, há contextos que explicam a reduzida mobilização. O caso da Bélgica é evidente, o país foi quase todo ocupado em 1914, uma vasta parte logo em agosto de 1914 e o extremo nordeste do país em outubro desse mesmo ano, ficando o território nacional livre reduzido a uma pequeníssima faixa do noroeste, ao longo da linha do rio Yser. Este rio, com cerca de 15 a 20 metros de largura, e muita próximo do Canal da Mancha, permitiu que a última ofensiva alemã sobre a frente belga fosse rechaçada pelas peças muito pesadas da esquadra britânica em outubro e novembro de 1914. A frente, num terreno extraordinariamente alagadiço, pantanoso mesmo, e com uma sólida barreira, como era o rio Yser, não se movimentaria praticamente até fins de setembro de 1918 (Simoens, 2017, pp. 2-3 e 7). Como é lógico, neste quadro, era impossível à Bélgica mobilizar a massa da sua população em idade militar. O exército foi mobilizado com base na população belga que ficara no território livre da ocupação, inicialmente com os conscritos de 1915, com voluntários que escaparam do país ocupado e com exilados ou emigrados no exterior (Schaepe-drijver, 2010, p. 388). Não obstante, sendo uma força muito qualificada, e assegurando a defesa de uma parte da frente ocidental, o pequeno exército belga acabaria por contribuir para o esforço de guerra aliado, libertando forças que de outra maneira teriam de estar a guarnecer essa linha, que

³¹ Os dados usados constam dos Quadros 1, 2, 4 e 6 desta parte, remetendo o leitor para as fontes nele indicadas. As percentagens são contabilizações do autor com base nos dados apresentados.

aumentaria de 11 para 38 km, no verão de 1918, quando a pressão sobre os exércitos aliados por parte das forças militares de Ludendorff atingiu o seu pico (Simoens, 2017, p. 5).

Situação semelhante ocorreria com a Roménia. Esta interveio na guerra a meio da sua duração, em setembro de 1916, mas os resultados que o país esperava colher foram-lhe rapidamente arrancados por uma contraofensiva da Tríplice, que numa ação convergente, a noroeste, a oeste e a sul, ocupou até ao natal de 1916 quase todo o território romeno à exceção do extremo nordeste, na região da Moldova. A Roménia acabaria por ter de assinar um armistício em dezembro de 1917 e um tratado de paz em maio de 1918, o denominado Tratado de Bucareste – que não seria assinado pelo Rei da Roménia, Carol I –, em consequência do seu isolamento internacional, em virtude da Revolução Russa (Heppner e Gráf, 2014, pp. 10 e 14; Hilton, 2014, p. 243). A intervenção real da Roménia na guerra não duraria mais do que meio ano e a quase total ocupação do país ajudaria a explicar que para uma população de 7,6 milhões de habitantes só tivesse levantado cerca de 13% da população.

Portugal ainda mobilizou menos efetivos, ficando ao nível da Bélgica. Já se observou que provavelmente o apoio francês à beligerância lusitana se baseava na ideia de que Portugal poderia levantar muito mais efetivos, e provavelmente até poderia. Acontece que as forças militares portuguesas foram, na Primeira Guerra Mundial, quase que exclusivamente unidades expedicionárias: com efeito, foram enviados para África cerca de 35 mil efetivos, oriundos da metrópole e cerca de 57 mil, pelo menos, para a Flandres (Fraga, 2010, p. 522). Acrescem a estes efetivos a mobilização, calcula-se, de cerca de 16 mil praças indígenas em Angola e Moçambique (Fraga, 2010, p. 522). O facto de as forças portuguesas terem de ser transportadas por navios de Lisboa para os teatros de guerra condicionava logicamente o número de efetivos militares que poderiam ser enviados para o exterior, conquanto estas dependessem da disponibilidade de meios navais de transportes para poderem ser empenhadas. A frota mercante portuguesa, no início do século XX, era de muito pequena dimensão tendo adicionalmente uma fraca tonelagem por navio, nomeadamente, parca capacidade de transporte de grandes massas de pessoas – o navio de maior tonelagem da frota mercante nacional era o paquete Beira com cerca de 5.000 toneladas – e sendo certo que a requisição dos navios alemães e austro-húngaros surtos nos portos portugueses mais que duplicou a tonelagem nacional – às cerca de 80.000 toneladas nacionais juntaram-se as 240.000 toneladas dos navios apresados – uma parte destes foram fretados pela Grã-Bretanha, no quadro de acordos relativos à beligerância nacional, e uma outra parte demorou tempo a ser posta ao serviço de Portugal (Telo e Salgado, 2018, pp. 152-58). Acresce a este quadro a dependência de Lisboa de navios britâni-

cos para sustentar o *roulement* do Corpo Expedicionários Português na Flandres. Quando os britânicos os retiraram do serviço, este corpo deixou de poder ser provido de novos soldados e foi-se exaurindo sistematicamente (Telo e Sousa, 2016, pp. 227-247). É que as distâncias a percorrer eram muito extensas, mesmo para as forças que combatiam em França: cerca de 1.800 km entre Lisboa e Brest; cerca de 9.000 km entre Lisboa e Luanda; cerca de 13.000 km entre Lisboa e Lourenço Marques (Maputo). Toda esta situação mitigava em muito a capacidade de pôr ao serviço da beligerância nacional o máximo dos recursos potencialmente mobilizáveis pelo Estado português. Mesmo considerando as resistências internas e a “guerra civil larvar” que abalava Portugal durante a Primeira Guerra Mundial (*Cf.* supra), este simples facto logístico seria já um fortíssimo condicionante para pôr ao serviço da beligerância nacional a totalidade do potencial demográfico mobilizável português.

Os casos da Bélgica e da Roménia justificar-se-iam pela ocupação militar do território nacional, porém o caso português remete talvez para uma realidade mais profunda, a dos limites de poder que a pequenez engendra e que faz com que seja muito difícil a um pequeno Estado levar ao seu esforço máximo o potencial de recursos mobilizáveis, sendo que o seu levantamento depende também, e muito razoavelmente, do suporte dado pelas grandes potências, seus aliados. Isso é claro no caso Búlgaro, assim como no que respeita a Portugal. Este último só pode enviar, organizar e ter em condições de combate um corpo expedicionário na Flandres de cerca de 57 mil efetivos graças ao fardamento (as botas), equipamento, armamento e logística suprida pela British Expeditionary Force (B.E.F.) (Telo e Sousa, 2016, pp. 188-190).

A Bulgária, avançando um pouco neste estudo, foi de todos os pequenos beligerantes, que se encontraram na linha da frente da guerra, a que manteve até ao fim a sua integridade territorial, pelo que tinha todas as condições estratégico-militares para levantar todo o seu potencial de combate demográfico, tendo de facto posto em armas cerca de 40% da população militar em idade de combate (Encyclopedia Britannica Online, 2018). Este esforço todavia dependeu bastante do fornecimento de apoios financeiros, industriais e militares – estes últimos essenciais, dada a inexistência de uma base industrial – dos Impérios Centrais, principalmente da Alemanha, que eram axiais para dar sustentabilidade ao esforço de guerra búlgaro (Hall, 2016, p. 6). Poder-se-ia pensar então que as grandes potências teriam cortejado a Bulgária com base num racional absurdo ou numa estrita ilogicidade derivada da natureza essencialmente caótica e insana da guerra?³² Nada mais falso. A Bulgária foi um

³² Este prisma é particularmente saliente em Fernandes (2011, 2017), conquanto o autor assume que dentro de determinados limites de contenção, a guerra ainda conserva algum sen-

utilíssimo coadjuvante da Tríplice, na realidade, talvez até, a seguir à Alemanha, o segundo mais profícuo membro da aliança: 1) contribuiu com a sua participação, atacando pela retaguarda a Sérvia, adicionalmente participando na ocupação desse país em fins de 1915, mantendo o controlo, *per si*, da Macedónia, que anexou; 2) foi um muito útil coadjuvante dos Impérios Centrais na ofensiva sobre a Roménia e a sua expulsão da guerra; 3) foi a Bulgária, que no essencial ficou, *per si*, com a frente de Salónica, de 1916 a 1918, havia algum apoio austro-húngaro e germânico, mas sem as forças búlgaras, muito mais forças dos Impérios Centrais teriam de ser mobilizadas para esta frente; 4) a acusação, que no pós-guerra, na Alemanha, se fez à Bulgária, de que o colapso da frente macedónica, e a capitulação deste país face à Entente, em 29 de setembro de 1918, abrindo toda a frente sul ao avanço aliado, foi um contributo decisivo para a derrota final da Tríplice, espelha uma realidade, a da relevância do poder militar búlgaro para esta aliança, porquanto esta frente fora essencialmente búlgara e cabia à Bulgária a sua cobertura, relevando assim o papel fundamental deste país para as campanhas militares das Potências Centrais; se a frente ocidental era alemã e a frente oriental alemã e Austro-húngara e se a frente do Médio Oriente era fundamentalmente turca, à Bulgária cabia a frente sul, onde esta conteve desde 1916, pelo menos, cerca de 300 mil soldados da Entente (Hall, 2011, pp. 312-313 e 315).

A Sérvia foi outro exemplo. Obrigou o exército austro-húngaro a dividir-se por duas frentes em 1914. Frente leste contra a Rússia e frente sul contra a Sérvia. Dado, por um lado, a discrepância de poder entre a Rússia e a Áustria-Hungria e, por outro lado, o plano geral alemão que obrigava a um esforço redobrado do seu aliado na contenção do poderio bélico da Rússia, Viena só pode empenhar uma pequena fração do seu exército contra a Sérvia. Com um esforço de guerra mais ou menos equilibrado, Belgrado pode travar e derrotar, dizimando mesmo, dois exércitos austro-húngaro em 1914. Curiosamente, uma das razões para o sucesso inicial sérvio deveu-se à desconsideração da capacidade militar da Sérvia pelos estrategos da Monarquia Dual. As forças habsburgas e as forças sérvias eram, no início da campanha, muito semelhantes em número, cerca de 450 mil soldados para os primeiros e 400 mil para os segundos, mas às quais se devem ajuntar 40 mil combatentes montenegrinos. Duas batalhas, a da Montanha Cer, de 17 e 19 de agosto de 1914, e a de rio Kolubara, a 3 de dezembro ditaram as derrotas das duas invasões da Áustria-Hungria à Sérvia nesse ano. Os custos para os Habsburgos foram muito pesa-

tido lógico. Contudo, considerando a sua dimensão, a Primeira Guerra Mundial dificilmente pode ser lida como uma guerra contida dentro de determinados limites. Obviamente, este texto não acompanha a leitura geral de Fernandes.

dos: 275 mil baixas num total de 450 mil mobilizados; mas não só os custos humanos foram graves, também a sua reputação militar e o efeito que isso tem na propaganda geral sofreram pesadamente (Tásic, 2017, pp. 3-4). Isso obrigou a um empenhamento muito mais elevado da Tríplice para resolver a “gangrena” sérvia. Uma superioridade de 2 para 1, ou seja, 600 mil efetivos contra 300 mil homens, o uso sistemático de artilharia pesada e superpesada pelos austro-húngaros e alemães, contra a qual, as forças sérvias não tinham capacidade de resposta, um avanço pausado abusando da intensidade do fogo sempre que havia recontros, ao qual se adiciona uma ofensiva concêntrica em virtude da entrada da Bulgária na contenda em suporte da Tríplice, impôs a derrota à Sérvia em fins de 1915 e a ocupação do país, não sem que para os anais da grande conflagração e da propaganda aliada, se tornasse épica a retirada dos restos do exército sérvio e de seu rei, em direção ao Adriático, de onde foram evacuados pela marinha italiana e britânica para a ilha de Corfu. Esta evacuação assegurou a possibilidade ao monarca sérvio de recusar a capitulação (Tásic, 2017, pp. 5-6; Hughes e Philpott, 2005, p. 42). De facto, em 1918, as forças sérvias, entretanto concentradas em Salónica, cerca de 100 mil soldados (Chanoir, 2017, p. 1), com o colapso da frente sul, marchariam invictas até Belgrado onde entrariam a 1 de novembro de 1918, poucos dias antes do Armistício de Rethondes, termo oficial da Primeira Guerra Mundial. Um elemento adicional à resistência que os pequenos Estados desenvolviam à ação das grandes potências era o seu efeito propagandístico. O caso sérvio, como o caso belga, foram um dos mais relevantes argumentos de propaganda que os aliados puseram ao seu serviço. Em particular o caso belga tornou-se um “emblema” da Primeira Guerra Mundial, um estatuto simbólico da Entente, a “Bélgica martirizada” mas resiliente que confronta os Impérios Centrais e não se deixa abater (Schaepdrivjer, 2010, pp. 386 e 395), as pequenas potências postas em cheque por poderes ogres e insaciáveis, e que legitimavam assim o combate de todos os que contra eles pugnavam. Neste aspeto, suportada apenas por um pequeno poder, as Potências Centrais estavam em grande desvantagem propagandística.

A natureza interacional da guerra evidencia assim que a relevância da dimensão tem de ser mitigada e que não pode ser lida em termos meramente de recursos brutos, como salienta muito bem Nye (2012, pp. 45-70), quando reflete sobre o poder militar em termos internacionais. A relevância de um pequeno Estado num quadro de guerra, e mesmo de uma grande conflagração, depende dos contextos específicos em que está envolvido, e da capacidade de cada um dos agentes em se tornarem importantes para assegurar uma parte do esforço de guerra, condicionando a manobra dos oponentes. A Sérvia, com o apoio do Montenegro, e a Bulgária, nos Balcãs, ao sustentarem com sucesso

uma parte da frente de guerra e ao libertarem recursos dos seus aliados, ao mesmo tempo que obrigavam os inimigos comuns a desviarem os seus meios para os defrontar, foram de uma elevada utilidade para a evolução positiva da guerra para o seu campo – no caso Búlgaro, obviamente, olhando para o longo período de 1915-1918. Similarmente, pelos efeitos que teve, a resistência belga foi muito positiva para o campo da Entente, quer em termos de contribuição para o esforço de guerra, quer pelo efeito propagandístico que permitiu gerar contra a Tríplice. No caso dos outros países, a sua relevância parece bem mais mitigada, e no particular caso português, mesmo aproximar-se da irrelevância estratégica e bélica. Não obstante, ao participarem, cada país, mesmo pequeno, adquiria sempre um quinhão de importância que podia fazer pesar na mesa das negociações de paz.

2.3.1 Periferia e Centralidade: os Pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial

Centro e periferia são conceitos chave nas ciências sociais para descrever as relações entre os grandes poderes e os pequenos poderes.³³ Este conjunto interligado de conceitos pode ajudar a aprofundar a questão dos pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial. Com efeito, a capacidade de perdurar no combate dos pequenos beligerantes está também ligada à relevância estratégica da sua situação geoestratégica. Se eles são um ator interveniente que pode, de algum modo, influir na evolução da guerra, também podem se tornar um alvo remunerador para a ação de um dos blocos de coligados. Acontece, que sempre que essa situação se deu, os pequenos beligerantes sofreram pesadamente os seus efeitos. Nesse sentido, sendo relevantes para a equação estratégica dos grandes beligerantes, seus oponentes ou seus aliados, interessa aos pequenos beligerantes, na conjuntura da guerra, situarem-se numa zona periférica da conflagração, onde o empenhamento das maiores potências seja relativamente reduzido, porquanto, sempre que adquirem centralidade, o resultado, dado o desequilíbrio bélico que então acontece, torna a sua situação muito periclitante, quando não catastrófica. Se por alguma razão, as frentes onde operavam os pequenos Estados se tornassem no “olho do furacão”, o seu efeito sobre estes era em geral catastrófico.

Os pequenos intervenientes na Primeira Guerra Mundial concentram-se essencialmente na frente Balcânica. Com efeito, nos Balcãs situam-se a quase

³³ Sobre os conceitos de centro e periferia, e para uma síntese, Cravinho (2006). Na verdade, os termos remetem fundamentalmente para os estudos sobre o sistema capitalista, a globalização e as questões relacionadas com o desenvolvimento económico. Nada impede todavia, e porquanto se está a falar de grandes potências e pequenos poderes, assim como sobre Estados desenvolvidos e subdesenvolvidos, que não se possa aplicar estes termos a temas estratégicos.

totalidade dos pequenos Estados com uma intervenção substantiva na grande conflagração – Sérvia, Montenegro, Bulgária, Grécia, Albânia e Roménia. Fora deste conjunto, só estão Portugal e a Bélgica. Ambos participaram na mais intensa de todas as frentes da Primeira Guerra Mundial, a mais dinâmica em termos de intensidade em “mão-de-obra militar” e em tecnologia muito avançada, aonde os efeitos da guerra moderna mais se fizeram sentir. Todavia, em cada um dos casos, com uma participação em pequena escala, periférica em situação geográfica, e no caso particular de Portugal, apenas por um período de tempo relativamente curto, abril de 1917 a abril de 1918.³⁴ À Bélgica coube a defesa das posições aliadas no extremo mais a norte de toda a frente de batalha, inicialmente, apenas com cerca de 6 km de extensão e num terreno de tal modo aquífero que tornava qualquer ataque um pesadelo que inviabilizava em boa medida qualquer ideia de uma ofensiva para o atravessar. A frente belga chegaria com o tempo aos 38 km de extensão, sempre num terreno muito favorável à defesa e que permitia ao governo belga e aos seus comandos militares uma gestão prudente da estratégia militar que mitigasse o exender de combatentes. As forças belgas foram-se adaptando às necessidades táticas, técnicas e estratégicas da guerra, sendo confiáveis, eram igualmente muito reduzidas – a Bélgica mobilizaria, como indica o Quadro 1, cerca de 350 mil combatentes – e isso era um elemento condicionante de toda a gestão política e estratégica do Rei Alberto I. Assim sendo, a despeito do exército belga operar no principal teatro de guerra da Primeira Guerra Mundial, ele fê-lo numa zona periférica do mesmo e num terreno que o defendia de enfrentar todo o poder destrutivo de uma qualquer ofensiva germânica. Esta política reflete-se num custo humano da guerra relativamente barato – cerca de 40 mil mortos, 12,2% do total de mobilizados, o que compara favoravelmente com os 15,4% de franceses e 16,8% de alemães mortos na conflagração – quando comparado com o de outros membros da Entente, mesmo no teatro ocidental da guerra (Simoens, 2017, pp. 7-8).

³⁴ As forças do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) começaram a chegar a França em janeiro de 1917, não obstante, só em abril de 1917, companhias da expedição tomaram posição na frente de batalha. Como um todo, a 1.^a Divisão só exerce comando de setor em junho de 1917 e o Corpo de Exército do C.E.P. só toma conta do seu setor em novembro de 1917. Como força combatente o C.E.P. desaparece na denominada Batalha do Lys ou de La Lys, em 9 de Abril de 1918. Poder-se-ia acrescentar a este período de cerca de um ano na linha da frente das forças nacionais expedicionárias, aproximadamente mais um mês em outubro e novembro, em que dois batalhões do C.E.P., integrados em brigadas britânicas, participavam na ofensiva final. A guerra durou cerca de quatro anos e meio. Sobre estas datas seguimos a cronologia de Borges e Marques (2018, pp. 437-441).

O mesmo sucede com o Corpo Expedicionário Português na Flandres. Também as forças militares portuguesas foram enviadas para França, para o mais exigente de todos os campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, mas igualmente, aqui, foram posicionadas quando entraram em campanha num terreno considerado mais seguro e onde se previa que não seria efetuado um grande esforço ofensivo por parte do exército do II Reich. A força era, com efeito, muito pequena para a dimensão do esforço de guerra que era feito na frente ocidental – cerca de 57 mil soldados, e que de uma penada poderiam ser pulverizados por uma ofensiva alemã – lembremo-nos que o primeiro dia da Batalha do Somme custou à British Expeditionary Force, cerca de 57 mil homens, dos quais cerca de 19 mil mortos (Hughes e Philpott, 2005, p. 54) –, o que acabaria por acontecer a 9 de Abril de 1918, dia da denominada pelos portugueses Batalha do Lys ou Batalha de La Lys, e que dizimaria a força expedicionária portuguesa – a 2.^a divisão, com 21.071 efetivos, perdeu nesse dia 7.355 homens, cerca de 35% do efetivo (Telo e Marquês, 2017, p. 456).

Sempre que um dos blocos optou por centrar o seu esforço de guerra e a sua máquina ofensiva sobre um dos pequenos poderes, as suas forças militares e o país, se fosse igualmente o alvo da ofensiva, sofreriam pesadamente as consequências.

Por quatro vezes durante a Primeira Guerra Mundial, essa situação ocorreu, com efeitos devastadores para os pequenos poderes neles envolvidos. O primeiro caso deu-se com a Bélgica em 1914, situada no centro da manobra ofensiva alemã sobre a França. O segundo caso aconteceu com a Sérvia em fins de 1915 quando Berlim resolveu eliminar a “gangrena” representada pela resistência sérvia em face da Monarquia Dual. O sucesso sérvio resultara, como já se observou, em parte do facto de o grosso do exército austro-húngaro ter-se de concentrar defronte da Rússia – com efeito, em 1914, Viena mobilizara cerca de 450 mil soldados para a frente balcânica e 1 milhão para a fronteira Habsburgo-russa. Contra os 450 mil austro-húngaros, Belgrado mobilizara 400 mil militares e face a um comando austríaco excessivamente confiante no seu estatuto de grande potência, puderam os soldados sérvios bater duas invasões sucessivas, em agosto e em outubro de 1914. Ora, a ofensiva de 1915, não só foi muito melhor planeada, com um ataque concêntrico a partir de norte, oeste e sul, aproveitando o novo aliado búlgaro, como dispôs de uma superioridade de 2 para 1 em forças terrestres, 600 mil soldados da Tríplice para 300 mil sérvios e montenegrinos, e uma imensa superioridade em artilharia (Hughes e Philpott, 2005, p. 42). A heroica retirada sérvia, por muito brilhante que possa ter sido, e por muito mítico-simbólico em que possa ter sido transformada pelos aliados, não inibe a catastrófica derrota militar dos sérvios, nem a ocupação do país, com uma brutalidade que prenun-

ciava a natureza totalitária da Segunda Guerra Mundial. Isolados e no “olho do furacão”, os sérvios foram impotentes para travar o cataclismo que lhes caiu em cima. E os custos desta derrota com a ocupação do país mediram-se nas imensas perdas que a Sérvia contabilizou no fim da Primeira Guerra Mundial, cerca de 250 mil militares mortos, o que numa população de 4,5 milhões de habitantes, talvez nem se pudesse considerar como um grande custo, quando comparado com os outros beligerantes, mas há que adicionar mais 350 mil a 600 mil mortos civis, e isto perfaz no limite máximo, cerca de 1/4 da população do país (Prost, 2014, pp. 5 e 11)³⁵.

Situação similar aconteceria um ano depois com a Roménia, excessivamente confiante em entrar ao lado das “potências aliadas”, confiante numa guerra em fim de estação, de que só seria preciso saber colher os frutos. Bem amargos foram estes, com a Roménia a ser vítima de outra ofensiva concêntrica das forças militares das Potências Centrais, a sul, norte e leste, que ocupou a quase totalidade do país e que acabaria por forçar Bucareste a uma capitulação por tratado de paz em maio de 1918, o que não impediu a redeclaração de guerra ao II Reich em 10 de novembro de 1918, com vista a poder colher os doces frutos de uma vitória amarga (*Cf. infra*). Também aqui, as perdas civis foram colossais, se bem que menores que na Sérvia, cerca de 250 mil militares a que se juntam entre 250 mil e 450 mil civis (Prost, 2014, pp. 5 e 11)³⁶. A Roménia, igualmente posta no “olho do furacão” foi impotente para confrontar quase sozinha o poderio da Tríplice, quando decidida a esmagar o seu pequeno oponente.

O caso português é outro exemplo, a um nível menos estratégico, e bem mais tático, e por isso sem os devastadores efeitos que a destruição de boa parte do exército e a ocupação produziu na Sérvia e na Roménia. A 9 de abril, o primeiro dia da operação “Georgette”, o Corpo Expedicionário Português foi despedaçado pela ofensiva alemã, naquela que terá tido, no seu arranque, a maior concentração de fogo de artilharia alemã de toda a guerra.

O caso búlgaro é o último exemplo, também aqui já referido. A frente macedónica, conhecida pelos aliados de frente de Salónica, foi uma linha de confrontação relativamente calma entre 1916 e o outono de 1918. Aqui estava estacionado o Exército do Oriente, composto por um heteróclito conjunto de forças, oriundas, quer da metrópole, quer dos impérios francês – vietnamitas, senegaleses e malgaxes – e britânico, quer por forças gregas e sérvias, que em setembro de 1918 contabilizava aproximadamente 650 mil efetivos. Estas forças tinham sido constringidas, na sua ação, por imensas questões logísticas, de

³⁵ Vejam-se igualmente os quadros existentes neste capítulo.

³⁶ *Idem*.

saúde, e de política local, além de questões de moral. Todavia, em setembro de 1918 estavam bem preparadas para a ofensiva. Frente a elas estava um exaurido e isolado, como se observou, exército búlgaro. Neste contexto, mesmo sem ser uma frente central, o diferencial de poder era então já muito relevante, e sem o sustentáculo das Potências Centrais, a capacidade de resposta bélica búlgara à ofensiva aliada estava muito diminuída. Com efeito, a superioridade aliada rondava em geral os 2,5 para 1 em infantaria e os 3 para 1 em artilharia, nas principais linhas de ataque dos aliados – Dobro Pole e a zona do Lago Doiran (Ivanov, 2012, pp. 24 e 67). A rutura da frente selou a questão da perdurabilidade da Bulgária na guerra (Chanoir, 2017).

Ironicamente, aqui pode-se observar também de uma forma positiva a relevância dos pequenos beligerantes, no quadro do esforço de guerra geral e no contexto das dinâmicas centralidade-periferia. Com efeito, as forças gregas, entretanto mobilizadas, e já relativamente bem preparadas, contabilizavam com 1/3 de todo o Exército do Oriente, 10 divisões, e 34% do efetivo total, tendo contabilizado 50% dos mortos dessa força, no período de tempo em causa (Skaltsogiannis, s.d.). Se a esta força, juntarmos as seis divisões sérvias, cerca de 100 mil homens, pode-se deduzir que sem a contribuição preciosa desses dois pequenos beligerantes, o Exército do Oriente não teria tido o poderio necessário para se lançar contra as fortes defesas búlgaras na frente macedónica. A frente macedónica era periférica, a mais periférica de todas as frentes ou teatros de guerra da Primeira Guerra Mundial; todavia, era uma das linhas de contacto entre os beligerantes, e uma zona de interação e pressão, na qual tiveram um papel relevante na decisão final da contenda dois pequenos países e essa situação contabilizou para o subsequente bom resultado da política da guerra de ambos esses Estados – pelo menos, inicialmente, no caso grego. Acresce ademais o impacto psicológico que a rutura desta frente terá tido nas exaustas Potências Centrais e a inevitabilidade de assumirem a derrota, incapazes de prolongar o combate e impotentes para bloquear a brecha criada. É plausível assumir que, com outra pujança, a rutura na frente macedónica não tivesse sido mais do que pormenor no contexto da sua luta, mas em 1918, exaustas pela guerra, nem a Alemanha, nem a Áustria-Hungria, nem a Sublime Porta tinham já capacidade para supurar uma ferida que gangrenava rapidamente, e em consequência, só lhes restou assumir a impossibilidade de manter o combate. Ora, três pequenos beligerantes foram essenciais para o desfecho da luta na frente da Macedónia e isso espelha que num quadro de um jogo interacional e de acordo com uma conjuntura própria, um pequeno poder pode fazer a diferença.

2.4 As Frentes Internas dos Pequenos Beligerantes

A propaganda era um elemento fundamental, em cada país, à elaboração de uma legitimidade pública para a guerra (Chavot e Morenne, 2003, p. 99). Não obstante, a cruenta realidade da guerra não conseguia de todo ser ocultada pela propaganda: as artes nascidas da guerra, a correspondência para os familiares, a existência de viúvas e de feridos terríveis, tudo isso e muito mais evidenciava, para lá da propaganda, a realidade da conflagração (Chavot e Morenne, 2003, p. 100). Esta observação leva-nos para a questão da legitimidade do combate e para a relação entre a frente interna e externa da guerra no caso dos pequenos beligerantes. Com efeito, o problema da legitimidade de uma guerra reside menos na ocultação dos seus aspetos desagradáveis e bem mais na assunção por parte das sociedades, que por muito brutal que este lhes parece, o combate deve prolongar-se até a uma decisão definitiva, ou seja, até aos seus limites mais extremos possíveis, independentemente das consequências, porquanto só assim se justifica o esforço realizado e o sacrifício efetuado.³⁷ Uma grande mas boa derrota é melhor que uma saída humilhante, por ausência, da lide. A natureza da identidade da nação, em todos os países, é essencial à relação da questão interna com a questão externa e atravessa sempre as dissensões existentes. Pode-se dizer que a guerra também foi uma porfia pela alma nacional.³⁸

A frente interna foi, em geral, distinta entre os pequenos beligerantes. Dos seis países referidos, em dois a necessidade da guerra parece ter sido consensual para a sociedade; em outros dois, a conflitualidade política interna terá sido dirimida para que o esforço de guerra pudesse ser levado ao extremo necessário; nos últimos dois casos, a mobilização nacional encontra fortíssimas resistências internas fruto de uma dissensão política intensa e que raia, quando não eclode, a guerra civil. Estamos a falar respetivamente da Bélgica, da Roménia, da Sérvia, da Bulgária, de Portugal e da Grécia. Cada caso é todavia distinto, em si mesmo. Mas em todos eles a guerra produz um reforço do Estado e do poder executivo.

A Bélgica é o caso mais simples. A guerra foi-lhe imposta do exterior, sem que para isso a Bélgica tivesse feito algum ato que o justificasse. O país fiava-se no Tratado (ou Convenção) de Londres de 1839 e nas garantias das grandes potências, conquanto o que acontecia mantivesse a sua neutralidade. O ultimato alemão teve um efeito catalisador de unir o país em torno do seu rei e do governo e da vontade de se conservar independente. A guerra reforçou o papel do Rei Alberto I, e do poder executivo. Tratava-se com efeito de mobilizar o

³⁷ Uma relevante nota salientada por Sophie De Schaepdrijver (2017).

³⁸ Como foi realçado na conferência de Daniela Luigi Caglioti (2015).

país para a guerra, mesmo quando este ficou reduzido a um pedaço do seu território: só 5% da Bélgica não foi ocupada (*Cf. infra*). A invasão e a ocupação, supostamente, tornaria difícil uma demonstração de hostilidade para com a governação belga; todavia, na verdade poderia ser uma oportunidade para a evidenciar, e os alemães procuraram aproveitar aquela que seria a mais natural, a oposição entre as comunidades valona e flamenga. A *flammenpolitik* procurava pôr ao serviço da Alemanha as dissensões conhecidas adentro do Reino da Bélgica, tendo-se criado com financiamento alemão atividades culturais e sociais flamengas, cultura irmã ameaçada de “galicização”, tal qual a germânica, e desenvolvido uma corrente intelectual, o “ativismo” promotora da cultura flamenga. Esta política tinha adicionalmente o propósito de legitimar a ocupação alemã, e provavelmente o de redesenhar as fronteiras após guerra. Não obstante, ao que parece, teve um impacto reduzido no que se refere ao apoio da população belga à Alemanha, bem pelo contrário, durante toda a guerra, uma resistência, é certo, mais passiva do que ativa, permeou a realidade da Bélgica ocupada, e muitos belgas terão mesmo cooperado com os serviços de informações aliados, fornecendo-lhe informações para o seu esforço de guerra, num processo de “automobilização” individual. O sentimento nacional belga terá sido mais forte que as dissensões étnicas intracomunitárias e um sólido consenso sobre a guerra e seus propósitos teria atravessado a Bélgica (Schaepdrijver, 2010, pp. 390 e 392-394).

Também na Roménia, a definição do inimigo e a intervenção na guerra parece ter sido consensual. É certo que inicialmente, o Rei Carol I, assumiu uma atitude mais pró-germânica (Newman, 2017, p. 3), mas ele faleceu em 1914. De há muito a Transilvânia era objeto do irredentismo romeno. Ademais, país latino, ou em que o latinismo era considerada uma marca muito especial, e que o distinguia de todos os seus vizinhos, eslavos em geral, e húngaros, com um forte apego, à época, a França e à cultura francesa, que se pretendia emular e era quase natural que o coração e a inteligência puxassem o país para o apoio à Entente. Acresce que a entrada na conflagração foi tardia, dando tempo a preparar os espíritos para a beligerância – pelo menos as elites – e a reunir o consenso necessário para que esta se realizasse. Obviamente o inimigo dita tanto a vontade ao seu oponente quanto o oponente ao seu inimigo, e no caso particular da Roménia, o resultado inicial da contenda não lhe foi nada favorável, mas a capitulação de 19 de maio de 1918 em face da Tríplice, foi lida mais como uma consequência da particular condição da Roménia nesse momento, do que como uma efetiva mudança de opinião sobre a posição do país na guerra, aproveitando-se a derrocada militar dos Impérios Centrais para reentrar na guerra ao lado dos aliados de novo a 10 de novembro de 1918. Também aqui vemos a forma como uma leitura muito

própria da identidade nacional define a posição do país na Primeira Guerra Mundial.

Os casos sérvio e búlgaro são um pouco mais complicados. Ambas as dissensões internas são atravessadas pela questão nacional, às vezes disfarçada de questão social, no caso búlgaro. A Sérvia é de todos estes atores aquele que tem um papel muito especial no próprio desencadear da guerra e neste papel já se observa os efeitos da questão nacional nas tensões político-sociais. Central a esta situação está a irredentismo sérvio e a forma como ele se deveria desenvolver. Questão esta exacerbada pela sucesso militar da Sérvia nas duas guerras balcânicas de 1912-13 e 1913. O ideal irredentista balanceava entre a ideia de “Grande Sérvia” e o “Jugoslavismo”, mas ambos alicerçados sobre um fundamento “constitucionalista” em que a voz pertencia ao povo. A dinâmica bélica ligada ao irredentismo, todavia, reforçava o papel do poder militar, que as guerras balcânicas ainda mais ampliaram e ajudaram a glorificar. O exército sérvio, enquanto instituição organizada, era muito recente, datando da década de 1880 do século XIX, sendo uma alavanca social para a ascensão de uma classe média de cariz burguês agrário. A dinâmica bélica favorecia a centralização do poder, e estimulava em muitos nacionalistas militares, com destaque para o coronel Dragutin Dimitrijevic, conhecido como “Apis” exatamente pelo seu rosto se assemelhar ao da figura bovina egípcia, uma tentativa autoritária que reforçasse a política irredentista e a anexação dos territórios que deveriam fazer parte da nação Sérvia. Com o golpe de Estado de 1903 e o assassinato do Rei Alexandr Obrenovic e de sua esposa, a Rainha Draga, às mãos de oficiais do exército e principalmente após a anexação da Bósnia-Herzegovina pela Áustria-Hungria, desenvolveu-se uma forte corrente nacionalista de caráter autoritário em torno de vários círculos nacionalistas sérvios, com forte presença de elementos do corpo de oficiais, procurando igualmente uma maior intervenção na política nacional Sérvia. São neste campo importantes as organizações patrióticas: a Narodna Odbrana (Defesa Nacional) (1909) virada para a propaganda nacional, e a mais conspirativa, “Unificação ou Morte” (1911), que passaria para a história, tal qual o público de então a denominou – “A Mão Negra” –, e que teria um papel decisivo no atentado de Sarajevo. E sob esta forte pressão nacionalista, ainda mais ampliada pelos sucessos de 1912-13 e 1913, que a Sérvia se vai encontrar frente a frente com a Áustria-Hungria em 1914. As dissensões internas derivam da questão nacional e nesta fundamentalmente da celeridade com que a unificação nacional deve ser procurada e de que forma seria mais facilmente alcançada (Batakovic, 2013; Clark, 2013).

Nesse sentido, a participação na guerra é consensual, mas muito provavelmente, para a maioria dos políticos liberais, a guerra não era aquilo que mais

desejavam à altura em que ela rebentou. Newman (2017, p. 3), de facto, considera que o ato insensato de Apis em armar os jovens bósnios, entre os quais Gravilo Prinzip, teria aprofundado os antagonismos nas relações político-militares sérvias. Seja como for, a derrota militar em 1915 e a retirada do exército e do governo para a ilha de Corfu, sob proteção aliada, permitira ao Rei Pedro I Karadjordjevic e aos políticos liberais eliminar os radicais militares, todos então no exílio, com o julgamento por traição e condenação à morte do coronel Dragutin Dimitrijevic em 1917 (Newman, 2016, p. 4; Soutou, 2014, pp. 379-382), que indica a possibilidade de a acusação ser uma conspiração dos círculos realistas contra Apis, através da leitura de alguma da documentação diplomática francesa, mas que considerando a relevância da posição do monarca sérvio para a França, teria levado esta a aceitar os seus argumentos.

Na Bulgária, por duas vezes, a opção de intervir numa guerra, pertencera ao exército: sucedera em 1913, na Segunda Guerra Balcânica (Newman, 2017, p. 3), que acabou em desastre para a Bulgária, e voltaria a acontecer em 1915, desta vez com o apoio do Rei Ferdinando I. Uma coligação superficial de toda a oposição parlamentar, à exceção do miúdo partido socialista (marxista) que exigiria ao rei a formação de um governo alargado no parlamento para suportar a beligerância. Consta que Ferdinando I terá dito aos parlamentares, quando avisado que um desastre militar lhe poderia custar a cabeça, que “não se preocupassem com a minha cabeça, já sou velho, preocupem-se com as vossas, que são novas”. A resistência à vontade militar e régia não foi grande, com o aprisionamento e julgamento do seu líder, Alexandur Stamboliski, dirigente da União Agrária, e condenação a prisão perpétua, a coligação desfez-se (Hall, 2016, pp. 4-5). Pese com efeito e ideia de Newman de que a decisão da beligerância búlgara parece simples e fluída (Newman, 2017, p. 3), na realidade, a necessidade de encarcerar o principal líder da oposição para lançar a intervenção, indiciava tensões sociais e políticas em torna da intervenção da Bulgária na contenda. Poderemos descrevê-las como uma leitura distinta das dinâmicas nacionalistas na Bulgária. Internamente, a Bulgária tinha o caminho aberto para a guerra.

Os casos mais complexos, onde as dissensões internas se mesclam com a conflitualidade externa e com a beligerância acontecem em Portugal e na Grécia. Nestes países, a beligerância externa é construída no meio de uma “guerra civil larvar” com súbitas incandescências de efetivo conflito armado intestino. Em ambos os casos, sempre presente, mas nem sempre de uma forma evidente, está uma ideia de nação e uma ideia de “grande nação”, sendo a dissensão uma porfia pela “alma nacional”, integrando por isso a disputa, dinâmicas internas e externas.

Para os republicanos radicais, para os republicanos moderados e para os seus opositores monárquicos e católicos, toda a política se jogava na beligerância, opondo-se, na grande fratura que desponta com a contenda mundial, como “guerristas” e “anti-guerristas” (Telo, 2014, p. 11; Rosas, 2018, pp. 116-121). O 5 de Outubro, a instauração da República, parece ter sido lida em Portugal, independentemente da sua posição ideológica como uma revolução que derrubou uma ordem plurissecular. A genealogia da I República nunca deixou de se repercutir nos conturbados quinze anos da sua existência. A despeito de algumas leituras verem muitas vezes as disputas que cindiram a República como consequência de uma luta entre “comandantes políticos”, na realidade, estes encarnavam prismas ideológicos distintos, e visões da regeneração nacional, que corporizadas por essas lideranças, mobilizavam os republicanos e outros atores políticos, ideológicos e sociais para um combate, que pela sua virulência, engendraram “guerras civis intermitentes” e um estado de guerra civil larvar que condicionava a governação de Portugal e produzia a sua profundíssima instabilidade (Rosas, 2007; 2018, pp. 19-54). A edificação do Estado republicano cedo dividiu os seus defensores, pugnando uns, talvez a maioria destes, por um regime radical que subordinasse o Estado à regeneração nacional, a efetuar através de uma drástica transformação da sociedade, nomeadamente pela rápida laicização e secularização da nação portuguesa – observe-se que a revolução protagonizada por estes republicanos era essencialmente política e educativa, social e economicamente eram conservadores, (Rosas, 2018, pp. 90-101) –, enquanto outros pugnavam por um regime constitucional moderado que, desenvolvendo uma “política de atração”, chamasse os derrotados monárquicos de antanho e os católicos ao lar republicano. A derrota da Monarquia Constitucional, por sua vez, não significou o fim dos monárquicos como força política, bem pelo contrário, na década seguinte, amiudadamente, a sua presença se fará notada, por via de um combate ferrenho ao regime republicano agora instalado no país. E a “lei de separação” feita para derrubar o poder da Igreja Católica, por seu turno, fará aparecer no terreno um novo adversário da I República dotado de elevado poder. Os próprios republicanos radicais se dividiriam progressivamente entre aqueles que tinham da regeneração nacional revolucionária uma visão política daqueles outros que desenvolviam uma perspectiva não só política, como social e económica (nos anos 20, fundamentalmente). A divisão ideológica agravar-se-ia, dado que cada partido ou blocos de partidos considerava que a trajetória da mudança implicava uma escolha que, ou eliminava a sua oposição ou o aniquilaria a ele. No campo em que a escolha se fazia em movimentos de soma nula, a violência política aprofundou-se e um estado de perturbação político e social endémico, uma guerra civil sempre à espreita, com arroubos intermitentes, instalou-se em Portugal (Duarte, 2015, pp. 79-95).

Acresce a esta situação complicada, o isolamento internacional da I República, olhada com imensa desconfiança, e até desprezo, pelos Estados conservadores europeus, e menorizada pelo seu velho aliado, que se aproxima do arqui-inimigo do país, desde há séculos, a Espanha, flirta com ela e deixa mesmo entender que está disposto a negociar, se a ocasião o exigir, uma forma específica de incorporação de Portugal na área de soberania de Espanha, ao mesmo tempo que não tem pejo em negociar com a Alemanha a partilha das colónias portuguesas (Ramos, 2008, pp. 78-81).

A Grande Guerra na Europa surge, para os republicanos radicais, como uma oportunidade para uma solução drástica para a crise política interna e para a integração internacional plena da República. Tudo passaria pela intervenção robusta de Portugal na contenda emparceirando com a Entente, com o velho aliado, a Grã-Bretanha, e com a única República europeia que era uma potência, a França. A beligerância nacional robusta, no principal teatro de guerra europeu, o norte de França, asseguraria uma parceria estratégica efetiva com o velho aliado, a legitimação internacional da I República e a sua integração plena e independente no tablado internacional. Por sua vez, a intervenção, ao legitimar face aos olhos dos portugueses, a posição internacional do país, ampliaria o número dos portugueses que se congregariam com a República, assegurando a unidade da nação e a legitimidade interna do partido beligerante e da sua visão da República, a República radical (Teixeira, 1996; Duarte, 2015, pp. 91-94; Rosas, 2018, pp. 116-117).

Todavia, não só a beligerância não assegurou a unidade da República, como agravou as tensões internas políticas, ideológicas e socioeconómicas, estas últimas, em boa medida, pelos efeitos da conflagração no abastecimento de bens essenciais globais e no que concerne a Portugal, e em consequência, aprofundando e alargando a violência política interna, extremando as oposições, alimentando as resistências à hegemonia política de uma das partes. A entrada na guerra fracionou ainda mais um exército já de si muito dividido politicamente, e instrumentalizado pelas forças políticas para travar o conflito interno. Ademais, dentro fundamentalmente do exército encontravam-se fortíssimas correntes “antiguerristas” que dificultavam a mobilização material e moral das forças militares (Telo e Marquês, 2016, pp. 81-126; Meneses, 2015, pp. 87-104). Em consequência, a conjuntura da guerra observa três momentos de “guerra civil intermitente”, o 14 de maio de 1915, o 5-8 de dezembro de 1917 e a Monarquia do Norte imediatamente ao fim das hostilidades mundiais. São três das cinco “guerras civis intermitentes” que pontilham a I República nos seus quinze anos de existência, e acontecem quase de ano para ano. Elas refletem o agravamento das feridas políticas internas, fazendo confluír a guerra civil larvar interna e a guerra externa. Ela espelha a intrínseca fragilidade da

política beligerante dos governos “guerristas”, que pretendiam alcançar um desiderato para o qual o país não tinha as capacidades exigidas nem a coesão necessária para sustentar com resiliência o esforço de guerra (Duarte, 2015, pp. 95-97).

A situação política na Grécia, aquando da Primeira Guerra Mundial, é igualmente muito instável e marcada por fortes tensões internas. A sociedade grega vê, tal qual a portuguesa, transformar as tensões políticas anteriores à guerra numa disputa extremada entre pró-germânicos e pró-aliados, que refletem também modos distintos de olhar para as possibilidades e vantagens que o país poderia extrair da guerra. Para os pró-aliados, capitaneados por Eleutherios Venizelos, a beligerância da Grécia ao lado da Entente poderia significar a consecução do irredentismo grego, a “Megali Idea”, a “Grande Grécia”, a integração de todas as regiões da maioria grega e onde viviam gregos no Estado e na nação grega, sendo que a grande maioria destes viviam sob jugo otomano, na Ásia Menor. A corrente pró-germânica era liderada pelo próprio rei, que acreditando no sucesso das armas alemãs, pretendia manter a Grécia numa postura de neutralidade. Subliminarmente, todavia, confrontavam-se nesta disputa correntes ideológicas distintas, mais liberais e civilistas por parte do grupo apoiante do partido liberal de Venizelos, e mais militaristas e conservadoras, com íntimas ligações à Igreja Ortodoxa, por parte dos apoiantes do Rei Constantino I, que era um apoiante também da “Megali Idea”. Com efeito, atravessando todo o conflito em torno de qual a posição a assumir pela Grécia durante a conflagração, estavam disputas pelas questões dos poderes constitucionais, debates sobre as relações entre civis e militares, e a oposição entre as novas elites capitalistas e as velhas elites tradicionais, e entre o liberalismo secular e a tradicional religiosidade ortodoxa (Hassiotis, 2017, p. 28). Igualmente, na Grécia, como em Portugal, o corpo de oficiais opunha-se em geral à política de beligerância de Venizelos e seguia a postura prudente do Rei Constantino I (Curado, 2017, pp. 73-74). Tal qual em Portugal, a mescla de uma disputa, já de si agreste, interna, com um conflito externo, aprofundou a conflitualidade intestina, e produziu o “Cisma Nacional”. Cada grupo, procurando levar a efeito os seus propósitos, não só ampliou a mobilização de apoiantes, introduzindo na ação política a “política de massas”, típica do século XX (Hassiotis, 2017, p. 28; Curado, 2017, p. 75), como procurou respaldo de potências exteriores para atingir os seus desideratos, no início fundamentalmente através da diplomacia (Hassiotis, 2017, p. 29).

Talqualmente em Portugal, também Venizelos, enquanto primeiro-ministro, ofereceu logo em 1914 à Entente a beligerância grega, contudo aquela recusou, por na altura não pretender alienar Sófia de uma entrada na contenda como cúmplice dos aliados ocidentais e da Rússia. Uma segunda oportuni-

dade surge para Venizelos com a campanha dos Dardanelos em 1915. A Entente requer auxílio grego, para lhe facilitar o suporte das operações militares nos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos, ofertando a esta, vagamente, territórios na Ásia Menor, intervenção à qual o Rei Constantino I resiste, só que Venizelos não desiste e insiste e em 5 de setembro de 1915 acorda com os aliados o seu acesso ao porto de Salónica, como uma base para manter a pressão militar no Mar Egeu e nos Balcãs, no quadro da entrada da Bulgária na contenda, aliada à Tríplice. Nada impede o desembarque aliado em Salónica mas o rei demite Venizelos, convoca eleições e procura formar um governo mais de acordo com os seus ditames políticos, diplomáticos e ideológicos, o que acontece em fins de 1915, com a convocação de eleições, às quais não concorre o partido liberal. Os apoiantes de Venizelos adquirem então uma feição mais radical e mesmo antirrealista (Curado, 2017, pp. 69-70).

Entretanto, a derrocada sérvia faz com que as forças búlgaras, austro-húngaras e alemãs, se instalem na fronteira grega e pressionem as forças aliadas em Salónica, muito vulnerabilizando a segurança nacional da Grécia. Com Salónica ocupada por forças anglo-francesas, tensões enormes geram-se entre as autoridades gregas, as forças militares gregas e os aliados na própria Grécia. Constantino I recusa intervir na guerra ao lado dos aliados, e Venizelos acabaria por formar um governo paralelo pró-aliado em Salónica. Em maio de 1916 uma ofensiva germano-búlgara procura expulsar o exército aliado de Salónica, sem sucesso; todavia a ordem dada para o exército grego não intervir, mesmo com as forças da Tríplice a atravessar a fronteira, torna a Entente particularmente hostil ao rei da Grécia. Este, assim parece, contava com o sucesso da ofensiva para expelir de território grego os ocupantes da Entente (Hassiotis, 2017, pp. 32-34). Acabariam por ser os aliados a conseguir dirimir a seu favor a contenda interna grega. Com efeito, após várias peripécias, as forças aliadas, em força, ocupam várias posições estratégicas na Grécia e impõem a abdicação real em 12 junho de 1917 (Lemonidou, 2014, p. 3). Venizelos pode regressar a Atenas, declarar guerra aos Impérios Centrais e aos seus aliados, impor uma quase ditadura para mobilizar a Grécia para a guerra, contra uma oposição intensa dos realistas, mesmo dentro das forças armadas (Lemonidou, 2014, p. 3).

O vetor nacional é fundamental na compreensão das dissensões internas, quando as houve, ou nos consensos nacionais que logo com a eclosão da guerra se engendraram. É a relação da guerra com a identidade nacional e a forma como cada sociedade se vê, que parece ser uma das explicações fundamentais para o seu comportamento durante a conflagração. Sociedades como a Bélgica ou a Roménia terão desde o início produzido leituras de si próprias que, facilitando a definição do inimigo, possibilitava um vasto consenso em redor da beligerância. À sua medida, a Sérvia e a Bulgária, pese algumas tensões internas,

souberem também ler-se de uma forma que justificava a sua opção pela porfia e a tomada de uma posição do país no quadro internacional. A dissidência Sérvia, de facto, prendia-se mais como um modo de alcançar o desejado desiderato, sendo este último bastante mais consensual, mesmo que podendo trilhar dois caminhos distintos: a “Grande Sérvia” ou o “Jugoslavismo”.

Pelo contrário, em Portugal e na Grécia, o modo como a identidade nacional via o caminho a trilhar não era nada consensual. Em ambos os países, liberais mais ou menos revolucionários e conservadores, mais ou menos ultramontanos, disputavam uma imagem do que deveria ser o país, e neste quadro, a porosidade do miúdo mesclou-se com a grande conflagração, tanto mais, quanto as leituras de si próprios continham alguma terra irredenta à espera como força de sublimação – a “Megali Idea” e o Império Português – fazendo com que a radicalização do conflito externo ampliasse e aprofundasse a dissensão violenta intestina. Paradoxalmente, também em ambos os casos as elites liberais, aqueles que viam na Entente o imperativo aliado, viram nessa aliança a resolução dos dilemas internos e externos de afirmação nacional. Para Portugal, como para a Grécia, participar na guerra ao lado da Entente, e como parceiros da Entente, significaria a possibilidade de integrar o sistema internacional numa posição muito mais favorável e muito mais forte do que à partida. Como se verá no capítulo subsequente, ambas falharam por razões muito distintas.

A radicalização política produzida pela interação entre os contendores, já se observou, a característica indutora da extremização bélica, faz como que por contraponto, os mecanismos de coesão comunitários se expandam, robustecendo a vontade coletiva e o endurecimento face aos desafios que lhes são impostos. O reforço do poder executivo, a passagem de uma governação a uma administração, refere Jay Winter (2004, pp. 409-414), é concomitante com o reforço dos mecanismos de coesão social que sustentam ou procuraram sustentar a unidade nacional em face da imensidade do desafio em presença, tornando-se numa das especificidades da Primeira Guerra Mundial, que se renova de forma mais intensa durante a Segunda Guerra Mundial e caracteriza aquilo a que passou ser denominado de “guerra total” – a mobilização nacional só se alcança com a edificação de uma coesão nacional e uma identificação dos cidadãos com o Estado. Este fenómeno de maior identificação entre os membros de uma dada comunidade e de robustecimento da interligação – outro mecanismo produzido pela interação, esse mecanismo axial da guerra absoluta – entre o indivíduo e o coletivo, constituindo-se assim uma nação, são igualmente bem observáveis nas Guerras da Revolução e nas Guerras Napoleónicas, quer inicialmente, na relação entre a revolução e a sua identificação com a França, quer posteriormente, no desenvolvimento de um patriotismo nacional mais vincado, até há pouco tempo, menos evidente nessas

sociedades (Hobsbawn, 1998, pp. 23-24; Simms, 2014, pp. 10-11). A guerra engendra a necessidade de definições precisas e impõe escolhas, a de cada cidadão tomar um lugar e definir uma posição, no contexto da interação que tem com os outros, os amigos e os inimigos: impõe escolhas de valores e assunção de responsabilidades: *to stand*, eis como Kostas Vlassopoulos, define a ideia de *Stasis* – a guerra civil grega e mais terrível de todas as guerras –, ou seja, tomar ou assumir uma posição. A guerra excitou a identificação dos cidadãos com o seu país, quer fosse uma grande potência ou um pequeno Estado (Caglioti, 2015). A invasão foi um catalisador de uma muito maior identificação dos belgas com a Bélgica, por exemplo (*Cf.* infra). Mesmo quando a natureza do processo, como acontece com Portugal e a Grécia, evolui mais no sentido da *Stasis* do que da *Koinonia*, a agudização do conflito aprofunda a relação de cada grupo com a sua própria identidade e expande a comunhão intragrupal, no contexto das ameaças que impedem sobre cada um deles, paradoxalmente, ou na verdade, nem por isso, ampliando a radicalização política, e em consequência a extremização bélica. Esta dinâmica funciona, obviamente, para as contendidas intergrupais, *i. e.*, externas igualmente.

Ora, este processo altamente interativo de experiência do desafio e de resposta ao mesmo, coesão intergrupala e sustentabilidade da porfia, explica, pelo menos em parte, o reforço do poder executivo. Esta é comum tanto aos grandes Estados como aos pequenos Estados e atinge nas entidades mais vulneráveis tendências verdadeiramente autoritárias. Os casos mais evidentes, no que respeita aos pequenos Estados, são Portugal e a Grécia. Em ambas as situações, a beligerância teve de ser imposta a uma sociedade renitente, e em ambas as situações, uma tendência para evoluir para um poder autoritário foi evidente.

Em Portugal isso torna-se evidente a partir da Revolução de 14 e 15 de Maio de 1915, com o derrube da denominada “ditadura de Pimenta de Castro” e a tomada de poder pelos radicais republicanos do Partido Republicano Português, dito “Partido Democrático”. Com efeito, a nomeação, pelo Presidente da República Manuel de Arriaga, do general Pimenta de Castro para Presidente do Ministério (primeiro-ministro) visava assegurar a elaboração de um caderno eleitoral que assegurasse uma sólida maioria parlamentar não “democrática”, o que implicava abrir o Parlamento a monárquicos e católicos. O objetivo não era impor uma ditadura, mas uma eleição legal que assegurasse um parlamento mais representativo. Esta maioria, claramente anti-beligerante, impediria a participação do país na guerra, a não ser no caso de um pedido oficial da Grã-Bretanha, que todavia ninguém acreditava que alguma vez aconteceria. A aproximação aos monárquicos e aos católicos é contudo um erro crasso da parte de Pimenta de Castro, por um lado, porque esta relação poderia ameaçar a República, e por outro lado, porque aliena o apoio dos republicanos mode-

rados, o que é muito bem aproveitado pelos radicais. A reunião de todos os republicanos contra Pimenta de Castro origina a Revolução de 14 e 15 de Maio de 1915, mais sangrenta que a do 5 de Outubro de 1910 – mais de 200 mortos e 1.000 feridos, incluindo um assalto à Escola do Exército, com o assassinio de professores e cadetes (Telo e Marquês, 2017, pp. 72-79). A tomada do poder pelos revolucionários dá o poder aos republicanos radicais que, cozinhando as eleições à sua maneira – isto é, assegurando círculos eleitorais que elegessem seguramente os candidatos que pretendiam – lhes dá a maioria absoluta no Parlamento e o domínio do poder legislativo e executivo, poder este que tem por missão a entrada de Portugal na grande conflagração e a sua posterior condução. Com o controlo do legislativo e do executivo estava assegurado ao governo um poder quase ditatorial, que poderia focar-se e empenhar-se na guerra. Esta situação não assegurou todavia a paz social e política. Expelidas do poder, as forças políticas adversárias dos “democráticos”, desenvolveram ações conspirativas e produziram sedições, aproveitando igualmente aquelas que espontaneamente aconteciam por via da carestia da vida que assolava o país, em consequência do termo quase total do comércio internacional e da concentração dos fluxos marítimos em suportar o esforço de guerra dos grandes beligerantes. Os “democráticos” seriam derrubados em 5-8 de dezembro de 1917 por Sidónio Pais, major do exército, ex-embaixador de Portugal na Alemanha – o que permitiu taxá-lo de germanófilo –, e que levou a cabo, provavelmente, a primeira experiência de carácter autoritário moderna do século XX, baseada no seu carisma e em eleições plebiscitárias. Obviamente, os “democráticos” e outros republicanos, passaram à ação conspirativa e à sedição, pelo que o denominado “dezembrismo”, por detrás da imagem carismática de Sidónio Pais, viveu permanentemente num estado periclitante. O assassinato de Sidónio Pais, a 14 de dezembro de 1918 pôs fim a essa experiência, e uma curtíssima guerra civil em fevereiro de 1919 reinstaurou a República por pouco mais de seis anos (Rosas, 2007, pp. 47-51; Samara, 2002).

Tão virulento, como o caso Português, é a situação interna que se viveu na Grécia durante a Primeira Guerra Mundial (*Cf.* infra). Este caso é todavia algo distinto do Português, porque nele se imbrica de forma acentuada as dinâmicas internas e externas. Enquanto na realidade portuguesa se consegue fazer uma distinção entre a situação interna e externa, e confluindo-se ambas, esta confluência não é visível do exterior, o que explica que, em geral, as obras de historiadores estrangeiros sobre a Primeira Guerra Mundial que referem Portugal tratem a sua participação como de um ato de política externa e de ação de uma força militar em operações expedicionárias; no caso grego, as dinâmicas internas e externas são completamente mescladas. E ao longo de todo o processo, de forma direta ou indireta, mas sempre presente, sentem-se os efei-

tos da ação das grandes potências – principalmente da França e da Grã-Bretanha – na política interna e exterior da Grécia. Com efeito, quer a resistência de Venizelos à vontade régia, quer o seu sucesso final em assegurar a beligerância helénica, estão intimamente ligados à ação do Exército do Oriente (Armée de L'Orient) e à intervenção franco-britânica nas relações entre este político e o Rei Constantino, assim como na imposição de um exílio a este, como condição para não isolar a Grécia do exterior.

Esta situação também varia em relação da relevância estratégica grega e portuguesa para os aliados. Para os aliados, tendo em consideração a posição da Grécia nos Balcãs, a entrada do país na contenda era utilíssima, pelo contrário, Portugal era de algum modo irrelevante na conflagração – é certo, em determinado momento a França teria considerado o papel da intervenção portuguesa no constrangimento de uma paz separada entre Londres e Berlim e o valor dos efetivos mobilizáveis pelo país – e o desejo de beligerância esbarrou, em geral, na indiferença, quando não na hostilidade das grandes potências da Entente, pelas pretensões portuguesas, obviamente, dos “democráticos”.³⁹

O reforço do Estado e do poder executivo é também evidente noutros pequenos países: dois exemplos, já citados, permitem ver a outra face do processo. A eliminação da liderança da “Mão Negra” pela governação Sérvia em 1917 e a prisão de Alexandru Stamboliski em 1915 pelo governo búlgaro (*Cf.* infra). Em ambos os casos estamos perante uma afirmação do poder executivo, que ao eliminar um foco de resistência, robustece a sua posição e assegura, assim o julga, condições mais vantajosas para conduzir e administrar a guerra.

2.5 Vencidos-Vencedores e Vencedores-Vencidos: Intervenção na Guerra e Objetivos Nacionais

“A Primeira Guerra Mundial foi um catalisador para uma mudança transformativa dos Balcãs”. Esta frase está num texto em que se apresenta um mapa de Marcel Kolin, um nacionalista croata, pertencente ao “Comité Jugoslavo” e que está na origem da formação da Jugoslávia, sob direção Sérvia, no fim da guerra.⁴⁰ A frase espelha os efeitos da Primeira Guerra Mundial nos Balcãs.

³⁹ Estes parágrafos finais são no essencial uma reflexão, no momento próprio, sobre aquilo que foi sendo referido ao longo do texto, pelo que remetemos o leitor para a referenciação entretanto apresentada.

⁴⁰ Antiquariat Daša Pahor, “Greater’ Yugoslavia/propaganda: Etnografska Karta. Zemlja Srba Hrvata Slovenaca/Mapa Etnográfico de los Países Yugoslavos/ [Ethnographic Map of Yugoslavia]”. Disponível em <https://www.pahor.de/greater-yugoslavia-propaganda-etnografska-karta-zemlja-srba-hrvata-slovenaca-mapa-etnografico-de-los-paises-yugoslavos-ethnographic-map-of-yugoslavia.html> [Consultado em 31 de julho de 2018].

Diz Mile Bjelajac (2016b, p. 8), que o “resultado final da Primeira Guerra Mundial permitiu que alguns dos objetivos ou mesmo dos sonhos se tornassem verdade”. Isso foi verdade para a Sérvia, por meio de uma dolorosa travessia e de uma pesada derrota, que lhe custou entre 13% a 20% da sua população de antes da guerra.⁴¹ O objetivo de fundar a Jugoslávia, um grande Estado eslavo nos Balcãs, a ideia de “jugoslavismo”, anterior à guerra, com a eclosão da contenda, tornou-se um dos objetivos da Sérvia. Logo em 1914, a Sérvia promoveu a criação do Comitê Jugoslavo, que unisse na mesma nação croatas, eslovenos e sérvios. O comitê foi estabelecido em 30 de abril de 1915 em Paris, com vista a promover entre a Entente a ideia da grande Jugoslávia. Com o exílio do governo sérvio em Corfu, na sequência da invasão da Sérvia pela Tríplice, em 20 Julho de 1917, dá-se a “Declaração de Corfu”, aquando do encontro entre as delegações da Sérvia e do Comitê Jugoslavo, na qual se assumia, para todos, como o objetivo mais relevante da guerra, a criação de um Estado dos Eslavos do Sul, baseado na igualdade entre todos os cidadãos, no sufrágio universal e numa monarquia constitucional, no quadro de um sistema federal (Bjelajac, 2016b, p. 3). É um notável exemplo das dinâmicas de interação e extremização da guerra absoluta, considerando que em 1917 não pareceria nada provável que a guerra terminasse da forma como acabou por se concluir. Todavia a “Declaração de Corfu” era simultaneamente, e muito provavelmente, uma afirmação central da vontade de permanecer em combate do governo sérvio e dos seus aliados croatas e eslovenos, concentrados no Comitê Jugoslavo, e de criar um foco para o qual valesse a pena porfiar e sacrificar-se. A permanência de forças militares sérvias em combate seria um elemento adicional na legitimação da ideia da Jugoslávia. As forças sérvias acabariam por libertar Belgrado em 1 de novembro de 1918. A permanência da Sérvia na luta selaria o destino do Montenegro: ao contrário do rei sérvio Pedro I Karadjordjevic, que se recusara a capitular e fora evacuado, com os remanescentes do seu exército para Corfu, tendo este depois sido remetido para a frente macedónica, Nikola I Petrovic, Rei do Montenegro, procurara no rescaldo da rendição do que restava das forças militares montenegrinas, da derrota e ocupação do seu país pela Tríplice, uma paz separada com esta. Esta postura vulnerabilizá-lo-ia face às pretensões sérvias da grande Jugoslávia e às pressões eslavófilas do Comitê Jugoslavo. Algumas forças militares montenegrinas ter-se-iam conseguido retirar para Corfu, mas o já pequeno efetivo empenhado pelos montenegrinos na guerra – 50 mil mobilizados – não tinha o peso das forças

⁴¹ Baseou-se as percentagens nos dados apresentados nos quadros existentes neste capítulo sobre a população e a mortandade gerada pela contenda, e respeitantes à Sérvia. Há grandes discrepâncias sobre os mortos civis, pelo que com respeito às percentagens considerou-se o mínimo e o máximo.

sérvias, mesmas as que restavam na frente macedônica – cerca de 100 mil efetivos, alguns dos quais eram montenegrinos. As lideranças montenegrinas tinham consciência de que a sua sociedade acompanhava o ideal jugoslavo e desejava a adesão à Jugoslávia. O Montenegro acabaria por integrar a Jugoslávia (Bjelajac, 2016b, pp. 4-5; Shrader, 2014, p. 196).

A Sérvia alcançou um excelente resultado com a guerra. O mesmo aconteceu à Roménia, pese a sua entrada tardia na guerra, a sua colossal derrota imediatamente a seguir e o tratado de paz assinado com a Tríplice em maio de 1918. Dir-se-ia que os aliados lhe perdoaram estas falhas. É verdade que o Tratado de Paz de Maio de 1918 acontece no momento em que, com a defeção russa e o Tratado de Paz de Brest-Litovsk, a Roménia independente estava absolutamente isolada e rodeada pela Tríplice. A reentrada na guerra ao lado da Entente, em 10 de novembro de 1918, parece ser um arranco de oportunismo absoluto, em nada contribuindo para o seu desfecho final. Todavia, no contexto imediato do pós-guerra, a Roménia adquiriria algumas vantagens estratégicas. Contribuiria, decisivamente, para a derrota dos bolchevistas húngaros encabeçados por Béla Kum, com a qual acrescentaria outra vantagem estratégica ao seu rol de virtualidades, a de ser uma barreira anti-bolchevista, fundamental para o cordão de segurança criado pelas potências ocidentais no imediato pós-guerra. E obviamente, a despeito da derrota cataclísmica de 1916, podia, até por isso, argumentar que sacrificara-se mais do que o bastante pelo seu alinhamento com a Entente. Estas virtualidades dariam à Roménia a Transilvânia e a Bessarábia, juntamente com alguns outros pequenos territórios (Heppner e Gráf, 2014, p. 15).

A Grécia encaminhava-se no mesmo sentido. Pelos Tratados de Neully (1919) e Tréves (1920), a Grécia, quase que consumava a “Megali Ideia”. Passava a controlar a Trácia ocidental, retirada à Bulgária, e a Trácia oriental, na fronteira com Istambul, assim como as ilhas do Egeu e uma parte da Anatólia ocidental, maioritariamente habitado por comunidades gregas. O tratado de Tréves era particularmente humilhante para os turcos. Impunha-lhes o fim do Império Otomano e reduzia o seu território ao norte da Anatólia, em torno de Ancara. Essa humilhação funda uma fortíssima resistência nacional, o Movimento Nacional Turco, que na oposição ao expansionismo grego engendrou a República e uma refundação nacional – mais um exemplo evidente das dinâmicas de interação e extremização, da guerra absoluta – e que numa luta contra a expansão da Grécia, que duraria de 1919 a 1922, imporá as atuais fronteiras do Estado turco, pelo Tratado de Lausanne de 1923, muito mais amplas do que aquelas previstas pelo Tratado de Tréves. A resistência nacional turca quebrou um dos elementos com os quais Atenas contava para assegurar os territórios da Ásia Menor em disputa: o apoio das potências aliadas, a França e a Grã-Breta-

nha. Rivalidades entre a Itália e a Grécia sobre o controlo das ilhas do Dodecaneso no Mar Egeu ajudaram este país a perder igualmente o apoio de Roma, já de si mitigado, dada a competição entre ambos os países. Pelo contrário, Ancara e Moscovo, à conta da resolução favorável para ambos, da liquidação da independência Arménia, acabaram por se suportar mutuamente. Isolados face aos turcos, os gregos foram sucessivamente batidos, e obrigados por fim a abandonar a Ásia Menor. O Tratado de Lausanne originaria igualmente duas extraordinárias situações, ambas com um forte impacto nas décadas seguintes na Europa e no mundo. Por um lado, foi considerado como um instrumento humanitário e da pacificação, e levado a cabo um intercâmbio de populações, pelo que 1,3 milhões de gregos e 400 mil turcos foram expulsos das terras onde tinham vivido plurissecularmente e remetidos para o Estado da respetiva matriz étnica. Por outro lado, o Tratado de Lausanne evidenciou a possibilidade de reversão dos ditames dos Tratados de Paz de 1919. De um grande vencedor, a Grécia acabaria por se sentir vencida com os acontecimentos da Ásia Menor no início da década de 20 e com aquilo a que passou para a sua história como a “Catástrofe da Ásia Menor” (Veiga e Martín, 2014, pp. 289-295). Pelo contrário, a ação da Turquia parece evidenciar o quanto um tratado de paz, mesmo para uma potência que à partida saia como derrotada da contenda, caso esta seja humilhante, poderá ajudar a recobrar a vontade combativa dessa comunidade e a forçar a uma redefinição dos termos da paz.

A Bulgária acabaria derrotada em 1918. Os sucessos bélicos de 1915 e 1916 tinham-lhe deixado na posse a tão desejada Macedónia – e até partes da Sérvia. Mas o resultado final da contenda tinha-lhe de novo arrancado esses territórios, assim como a Dobruja, recuperada em 1916 e de novo entregue à Roménia em 1919. Ademais, em 1919 a Bulgária foi obrigada a ceder à Grécia a Trácia Ocidental – na verdade, cedida à Entente, que a entregou à Grécia. Para a Bulgária à época, as consequências de derrota foram vistas como uma tragédia, engendrando elevada instabilidade política, tanto mais quanto as cedências territoriais eram vistas como sendo uma traição efetiva ao princípio wilsoniano de autodeterminação das nacionalidades, dado entregar populações etnicamente búlgaras a países vizinhos. Instabilidade política e económica, com cerca de 250 mil étnicos búlgaros a reinstalaram-se na Bulgária, a seguir à guerra, vindos das regiões ocupadas por outros países, experiências políticas específicas – governação entre agrários e comunistas –, messianismo e niilismo político e uma vontade nacional de reverter o *Diktat* de Neuilly, caracterizara a situação do país no imediato pós-guerra e durante o período entre-as-guerras (Minkov, 2017), como se a grande conflagração nunca tivesse terminado de facto. É preciso por isso refletir um pouco, assim se julga, na derrota, que tem de ser entendida nas suas limitações. A Bulgária fora derro-

tada, mas não fora ocupada, e as forças militares búlgaras tinham-se batido duramente e bem por três anos. A Bulgária perdia o que quisera alcançar, mas não perdia, nem a sua independência, nem o seu estatuto de país soberano. Nesse sentido, era uma derrota mitigada e limitada pela resiliência da sua própria luta, e é essa luta e a vontade de perdurar que talvez, no fim de as contas feitas, justificam o ódio ao *Diktat* de Neuilly.

Para a Bélgica, vencer a guerra significou basicamente reassegurar a sua independência. É verdade que o tratado de paz lhe cedeu dois pequenos territórios alemães, Eupen e Malmédy⁴² – hoje são comunidades de língua alemã do Estado belga –, além de um pequeno mandato em África, o Ruanda-Urundi com cerca de 55 mil km² (Editors of Encyclopedia Britannica, 2018b). Na realidade, pese estas cedências, assim como algumas ilusões durante a guerra sobre o papel da Bélgica no período a seguir à contenda e à vitória da Entente, basicamente, os objetivos belgas eram recuperar a soberania, a integridade territorial e a independência, e isso foi plenamente conseguido.

Portugal está do lado dos vencedores quando termina oficialmente a guerra a 11 de Novembro de 1918. Todavia, na época, e hoje, para a historiografia portuguesa o país sai da guerra derrotado (Ferreira, 1992, pp. 81-86; Meneses, 2010, pp. 99-103). É certo que Portugal tem assento na mesa dos vencedores e participa nas negociações que decorrem em Versalhes durante a conferência de paz. Os objetivos, a que o país por via dos “democráticos”, procurara alcançar, tinha-os quase todos, atingido. Participar na guerra ao lado das potências aliadas e consideradas como amigas, a França e a Grã-Bretanha, assegurar uma presença na conferência de paz como beligerante, preservar o império colonial, no essencial – e recuperar para Portugal o único território colonial em disputa com a Alemanha, o pequeno Quionga, o que aconteceu – e garantir a independência e a soberania nacional, e em sequência, da própria República. Neste sentido, pode-se dizer que a beligerância fora um sucesso pleno. Acontece que, nem a presença militar na Flandres, nem as operações militares em Moçambique tinham estado à altura de uma certa ambição dos “guerristas”. Eles não queriam só ter uma força militar presente nos teatros de guerra, mas também ter uma visibilidade com essas forças que assegurasse uma paridade com as demais potências aliadas, e nesse particular aspeto, a guerra terminara efetivamente e simbolicamente com derrotas: a invasão de Moçambique pelo general Lettow Vorbeck (veja-se o capítulo subsequente) e os seus askaris e o desastre de La Lys a 9 de Abril de 1918.⁴³ A guerra civil larvar, a resistência da

⁴² Treaty of Versailles, art. 27, nº 1, p. 59.

⁴³ Com efeito, se se olhar para as datas mais emblemáticas e os acontecimentos mais simbólicos da Primeira Guerra Mundial, no que respeita à intervenção nacional, eles estão sinalizados por

sociedade e das próprias forças armadas à beligerância e à sua mobilização, as imensas dificuldades logísticas em sustentar duas forças expedicionárias no contexto de conflito político interno exacerbado e da concomitante violência política e interações bélicas, juntamente com debilidades específicas da instrução militar nacional e da capacidade de mobilização do país, tudo isso, impediria uma prestação bélica qualitativamente superior que tornasse visível e promovesse o prestígio da presença portuguesa nos campos de batalha, e essa situação alimentaria uma ideia, não de todo incorreta, de que, mesmo que no campo dos vencedores, Portugal saísse derrotado. Esta ideia terá sido reforçada pelas pretensões da 2.^a Delegação Portuguesa à Conferência de Paz, composta por um conjunto de políticos acirradamente “guerristas” dos quais se destacam Afonso Costa e João Chagas, o primeiro, principalmente, procurando recuperar o prestígio que tivera nos anos imediatamente posteriores ao 5 de Outubro, e liderando as negociações, assumiria objetivos desmesurados para as possibilidades negociais com que Portugal chegara a Versalhes. Estas pretensões foram sucessivamente recusadas pelas grandes potências, deixando no ar a ideia de que Portugal nada ganhara com a guerra e que a intervenção fora absolutamente inútil, reforçando a leitura de que a beligerância portuguesa fora um conjunto sucessivo de derrotas (Meneses, 2010, pp. 89-103). Nesse sentido, uma mais prudente gestão da presença de Portugal, tal como indicara Sidónio Pais ao chefe da 1.^a Delegação Portuguesa à Conferência de Paz, Egas Moniz, nomeadamente, a de manter contactos frequentes com a delegação da Grã-Bretanha e de conservar uma postura muito próxima da diplomacia britânica, teria provavelmente assegurado maiores ganhos para Portugal (Ferreira, 1992, pp. 15-16). Em contraponto, a desmesura de objetivos de Afonso Costa, muitos dos quais se confrontavam com os interesses britânicos, teria acabado por penalizar o próprio e o país, ou pelo menos a imagem que Portugal tinha de si próprio. Seja como for, com o fim da guerra, os frutos da paz não se poderiam dizer terem sido funestos para Portugal. Considerando o esforço militar despendido, Portugal assegurara todos os objetivos a que se propusera em 1914, inclusive, a preservação da República, sob a bandeira da qual se tinham batido as Forças Armadas, conquanto não o fosse pela República “democrática” de 1910, mas por uma outra República (Teixeira, 2015, pp. 66-67).

derrotas ou desastres bélicos: a Batalha do Lys e o combate do Augusto Castilho com a morte heroica do seu comandante, o 1.º Tenente Carvalho de Araújo, para além da invasão de Moçambique em 1917-1918. Nesse sentido, e como que a robustecer esta ideia, observe-se que a escolha do dia 9 de Abril como a data mais emblemática para evocar a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, se refere a uma derrota. Estas situações emblemáticas espelham uma leitura negativa sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial e os seus sucessos.

Conclusão

Interação, eis a palavra-chave para perceber quais foram no final os frutos da vitória, quando as origens e a evolução do conflagração. Por outras palavras, da natureza da guerra absoluta sai o fundamento teórico sobre o qual construir a análise do papel dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial, assim como as consequências e os frutos que cada um deles adquiriu no termo da contenda.

A Bulgária é o caso mais simples. O país perdeu a guerra e isso significou perder território e ver centenas de milhares de étnicos búlgaros forçados a sair das terras onde tinham vivido plurissecularmente. Não obstante, é preciso mitigar um tanto essa derrota. A Bulgária perdeu territórios, mas não perdeu, nem a independência, nem a soberania, nem em boa medida boa parte da sua integridade territorial. O grosso dos búlgaros continuou a viver sob a soberania da Bulgária, e o princípio nacionalista que os conduziu à guerra preservou o país depois da guerra. Tal é um espelho da resiliência búlgara na lide em que confrontou os seus inimigos. Prolongou por três anos o combate, batendo várias vezes o seu adversário, inclusive, em setembro de 1918, se a frente colapsou em Dobro Pole, no Lago Doiran, as forças búlgaras travaram a ofensiva aliada.

Os vencedores tiveram resultados algo distintos. A Grécia foi o caso mais evidente de uma vitória que terminou em desastre e derrota e em que entre os objetivos da intervenção e o resultado final maior foi o desfazamento. Este resultado não derivou das consequências estritas da Primeira Guerra Mundial, nem dos tratados subsequentes, mas da objeção do derrotado em aceitar o veredito dos vencedores e da divisão destes em decidir o que fazer face a essa recusa – o que espelha de novo a relevância da recusa e da subsequente resistência como ato originário da guerra, evidenciando por isso, adicionalmente a sua natureza política. Isolados na luta pelo seu ideal nacional, os gregos esbararam com uma fortíssima resistência do nacionalismo turco em se submeter ao ditame geral dos vencedores e recorrendo à *ultima ratio*, aceitando pese os custos adicionais de uma nova guerra. A Turquia pode impor, assim, uma revisão do Tratado de Tréves de 1920, tendo o Tratado de Lausanne de 1923 retificado o anterior tratado. O jogo de interações entre as antigas potências da Entente, principalmente da Grã-Bretanha, da Turquia e da Grécia, para referir as mais diretamente envolvidas nesta problemática, fez com que Atenas perdesse muito do que tinha ganho em 1919-1920.

Pelo contrário, a Roménia e a Sérvia tiveram um ingente sucesso com a Paz de Versalhes, ampliando imensamente o seu território – a Roménia tornou-se o sétimo maior Estado europeu e passou a ter uma população de 12 milhões de habitantes, contra 7 milhões de antes da guerra; a Sérvia converteu-se na Jugos-

lávica, uma fórmula para a “Grande Sérvia” e integrou nesse novo Estado os sérvios, os croatas e os bósnios, outrora parte da Áustria-Hungria, além do seu aliado, o Montenegro – e nestes particulares casos, parte do sucesso deve-se a um dos mais interessantes argumentos de Clausewitz (1994), de que mais vale perder o país do que perder o exército; com este pode-se continuar a luta, manter a vitalidade da vontade nacional na porfia, mesmo fora do país, como aconteceu com os sérvios, mas não com os romenos, visto o seu exército se ter anichado numa pequena parte do território nacional. Os sérvios participaram na ofensiva final que libertou os Balcãs do jugo da Tríplice e reocupou Belgrado dias antes do armistício. O exército romeno pode reentrar em ação a 10 de novembro de 1918, e não sendo nada relevante para o desfecho da contenda nos Balcãs, foi essencial no esmagamento da revolução bolchevista em Budapeste, valorizando assim a posição da Roménia na mesa das negociações dos vencedores.

A Bélgica e Portugal contribuíram, cada um à sua medida, para o esforço de guerra da Entente na frente ocidental. O contributo belga, sustentado por uma gestão prudente, acabou por se prolongar por quatro anos ininterruptos, e conquanto pequeno no contexto das forças em presença, 350 mil mobilizados contra cerca de 9 milhões de forças britânicas e imperiais e 8 milhões de forças francesas e do seu império, acabou por ser de grande mais-valia e utilidade. No essencial, também, o objetivo belga era simples mas não necessariamente alcançável. Também aqui o papel do exército belga não foi despidendo, porquanto ao demonstrar ser qualificadamente eficiente e eficaz, assegurou poder negocial para a Bélgica afirmar a sua independência e soberania.

Portugal foi de todos os pequenos beligerantes aquele que menor esforço de mobilização desenvolveu em relação às suas possibilidades intrínsecas – cerca de 100 mil soldados foram mobilizados – todavia é também o único pequeno beligerante que para travar a guerra só pode contar com forças expedicionárias, o que era um grande constrangimento logístico a um levantamento nacional pleno. Não se pode dizer que foi um insucesso a intervenção, pese as derrotas das forças portuguesas em La Lys e em Moçambique. O simples facto de ser beligerante permitiu-lhe estar presente na conferência de paz e nela intervir e de ter de ser contabilizado como mais um vencedor, ou seja, a intervenção deu-lhe a possibilidade de interagir, de participar e de negociar com os outros vencedores da contenda. Os reais objetivos nacionais – não aqueles que Afonso Costa, na sua desmesura, propôs para o país – eram alcançáveis com esta presença e foram na verdade todos alcançados: a soberania de Portugal, a segurança das colónias e até a integração do Quionga no território nacional.

Os sucessos e insucessos dos pequenos países dependeram em boa medida do contributo de cada um para a luta comum e este contributo resultou tanto do jogo de interações que a guerra proporciona quanto da vontade de resistência

e de resiliência que cada um destes pequenos agentes demonstrou. Uma larga maioria dos pequenos beligerantes bateu-se mesmo quando o seu território foi quase todo ocupado pelo inimigo, evidenciando uma vontade nacional extraordinariamente resoluto e a permanência na porfia acabou por determinar o sucesso no final da guerra e os ganhos, às vezes enormes, com que entraram na paz. Esta vontade resoluto foi, igualmente, um elemento essencial na dimensão tático e estratégico-militar, permitindo sustentar com grande sacrifício lutas difíceis, obrigando os adversários e um empenho de meios e recursos que melhor seriam utilizados noutras frentes, mas que todavia promoveram o seu valor e prestígio e asseguraram um poder adicional nas negociações entre os aliados, fruto da relevância do contributo que deram para a luta comum. Deriva da capacidade de manusear bem os poucos recursos que cada pequeno Estado tem mais do que da pura quantidade a relevância que cada um destes atores adquire e o valoriza no sistema internacional.

Nesse sentido se explica, muitas das vezes, a natureza epopeica com que se lê posteriormente a participação de uma comunidade numa grande conflagração: é um espelho que ilumina a resolução, a resistência e o preço da sua intervenção numa Grande Guerra.

Em suma, O poder dos pequenos beligerantes advém de:

Guerra significa interação e inter-relação;

O poder deriva menos dos recursos do que do contexto em que opera um pequeno poder;

A chave da relevância de uma pequena potência resulta do contributo que dá aos seus aliados no contexto da guerra;

Pequeno não significa irrelevante, se a sua relevância for muito grande no teatro de guerra em que opera e ainda mais se, neste, for um ator decisivo para a evolução da contenda.

Bibliografia

- AAVV, s.d.. *Correspondência Literária e Política com João Chagas*. S/l.: Empresa Nacional de Publicidade, 3 Vols.
- Abramahovic, V., 2017. Sérvia. Em *Ciclo de Conferências Temporalidades e Fronteiras*, 24 de fevereiro. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Aksakal, M., 2014. O Império Otomano. Em R. Gerwarth e E. Manela, org., *Impérios em Guerra, 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 53-80.
- Alexandre, V., 1993. *Os Sentidos do Império – Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento.
- Antiquariat Daša Pahor. Greater' Yugoslavia / propaganda: Etnografska Karta. Zemlja Srba Hrvata Slovenaca. / Mapa Etnográfico de los Países Yugoslavos. / [Ethno-

graphic Map of Yugoslavia]. Disponível em <https://www.pahor.de/greater-yugoslavia-propaganda-etnografiska-karta-zemlja-srba-hrvata-slovenaca-mapa-etnografico-de-los-paises-yugoslavos-ethnographic-map-of-yugoslavia.html> [Consultado em 31 de julho de 2018].

Aron, R., 1976. *Penser la Guerre, Clausewitz*. Tome I, *L'âge Européen*. Paris: Éditions Gallimard.

Bach, A., 2010. La mort en 1914-1918. *Revue historique des armées* [en ligne], n° 259. Mis en ligne le 06 mai. Disponível em OpenEdition: <http://journals.openedition.org/rha/6979> [Consultado em 15 junho 2010].

Batakovic, D., 2013. Storm over Serbia. The Rivalry between Civilian and Military Authorities (1911-1914). *Balkanica*, n° XLIV, pp. 307-356.

Bechet, C., 2017. Pre-war Military Planning (Belgium). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918 Online. International Encyclopedia or the First World War*, pp. 1-13. Disponível em 1914-1918 Online: https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-pre-war_military_planning_belgium-2014-10-08.pdf [Consultado em 19 de junho de 2018].

Bell, W. F., 2014. Russo-Otoman War. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. Santa Barbara: ABC-CLIO, pp. 256-258.

Bjelajac, M., 2016a. Serbia. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-serbia-2015-10-01.pdf> [Consultado em 12 de maio de 2018].

Bjelajac, M., 2016b. War Aims and War Aims Discussion (South East Europe). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*, Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-war_aims_and_war_aims_discussions_south_east_europe-2016-03-22.pdf [Consultado em 11 de maio de 2018].

Bolt, J. et al., 2018. *Rebasing 'Maddison': new income comparisons and the shape of long-run economic development*. GGDC Research Memorandum 174 [online], January. Disponível em University of Groningen, Groningen Growth and Development Centre (GGDC), Maddison Project working papers, 10: https://www.rug.nl/ggdc/html_publications/memorandum/gd174.pdf [Consultado em 23 de setembro de 2018].

Borges, J. V., Marques, I. P. e Dias, E. G., 2018. *Diário de Campanha. General Fernando Tamagnini Comandante do CEP*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

- Caglioti, D. L., 2015. War and citizenship. Enemy aliens and the redrawing of the boundaries of citizenship in World War I. Em *Ciclo de Conferências, Portugal na Grande Guerra*, 23 de abril, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- Cain, D., 2014. Brătianu, Ion I.C.. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-bratianu_ion_ic-2014-10-08.pdf [Consultado em 21 de outubro de 2018].
- Candeias, A. e Simões, E., 1999. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, 1 (XVII), pp. 163-194.
- Chanoir, Y., 2014. Army of the Orient. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/army_of_the_orient [Consultada em 5 de setembro de 2018].
- Chavot, P. e Morenne, J. D., 2001. *L'ABCdaire de la Première Guerre Mondiale*. Paris: Flammarion.
- Clark, C., 2013. *The Sleepwalkers. How Europe went to war in 1914*. New York: Harper Collins.
- Clausewitz, C., 1999. *De La Guerra*. Madrid: Imprenta Ministerio de Defensa.
- Clausewitz, C., 1994. *On War*. Princeton: Princeton University Press.
- Clausewitz, C., 1976. *Da Guerra*. Lisboa. Perspetivas e Realidades.
- Couto, A. C., 2017. *Problemática Geral da Segurança: Uma Perspetiva*. Instituto da Defesa Nacional. Visita do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra do Brasil, 21 de setembro de 2017, Lisboa.
- Couto, A. C., 2004. Posfácio. Em A. H. Fernandes e F. Abreu, *Pensar a Estratégia: do Político-militar ao Empresarial*. Lisboa: Sílabo, pp. 215-230.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia*. Lisboa: IAEM, 2 Vols.
- Cravinho, J., 2006. *Visões do Mundo. As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: ICS.
- Curado, G., 2017. *Entre a Neutralidade e a Beligerância. A Europa do Sul Face à I Guerra Mundial*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Danforth, L., et al., 2018. Bulgaria: World War I. In *Encyclopedia Britannica Online*. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Bulgaria/World-War-I> [Consultada em 26 de julho de 2018].
- Debruyne, E., 2016. Entering the War: Small Powers. Em Conferência no Seminário Internacional, *Entering the War. The entrance of Small and Medium powers in the First World War*. 30 de março de 2016, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.

- Debruyne, E. e Ypersele, L. van, 2017. Belgium's Entry into the War: the Political Choice of Belligerency to Defend Neutrality. Em A. P. Pires, A. P. Duarte e B. C. Reis, coord., *Entering the First World War: the Experiences of Small and Medium Powers*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 9-23. Disponível em IDN: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_22.pdf [Consultado em 22 de setembro de 2018].
- Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa. Potência. In *Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [online]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/potência> [Consultado em 3 de outubro de 2018].
- Duarte, A. P., 2015. A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra. Em A. J. Telo, coord., *A Grande Guerra: Um Século Depois. Atas*. Lisboa: Academia Militar/Fronteira do Caos, pp. 77-99.
- Duarte, A. P., 2015a. O Pensamento Estratégico Português no Dealbar do Século XX. Em C. F. Afonso e V. R. Borges, coord., *Portugal e as Campanhas de África: Da imposição de soberania à Grande Guerra*. Lisboa: IUM, pp. 53-79.
- Duarte, A. P., 2013. Estratégia: Origem e Fundamento. *Nação e Defesa*, N.º 136, pp. 34-65.
- Duarte, A. P., 2005. A Visão da «Guerra Total» no Pensamento Militar. *Nação e Defesa*, N.º 112, pp. 33-50.
- Duarte, A. P., 2003. *O Equilíbrio Ibérico. Séc. XI-XX. História e Fundamentos*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Editors of Encyclopedia Britannica, 2018a. Congress of Berlin: European History. Alternative Title: Treaty of Berlin. In *Encyclopedia Britannica, Inc.* [online], 6 de junho. Disponível em <https://www.britannica.com/event/Congress-of-Berlin> [Consultada em 19 de julho de 2018].
- Editors of Encyclopedia Britannica, 2018b. Ruanda-Urundi. In *Encyclopedia Britannica, Inc.* [online]. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Ruanda-Urundi> [Consultado em 8 de novembro de 2018].
- Encyclopaedia Britannica Online, 2018. Bulgaria. In *Encyclopaedia Britannica Online*. Disponível em <https://www.britannica.com/place/Bulgaria/Bulgaria-at-the-end-of-the-19th-century> [Consultado em 11 de julho de 2018].
- Encyclopédie Larousse, s.d.a. Péninsule des Balkans. In *Encyclopédie Larousse* [en ligne]. Disponível em http://www.larousse.fr/encyclopedie/autre-region/p%C3%A9ninsule_des_Balkans/107278 [Consultado em 9 de julho de 2018, p. 5].
- Encyclopédie Larousse, s.d.b. Belgique: Histoire. In *Encyclopédie Larousse* [en ligne]. Disponível em https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/Belgique_histoire/185934 [Consultado em 22 de outubro de 2018].

- Fernandes, A. H., 2017. *Livro dos Contrastes. Guerra e Política (Homo Strategicus III)*. Fronteira do Caos: Porto.
- Fernandes, A. H., 2011. *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade (Homo Strategicus II)*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Ferreira, J. M., 1992. *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Fraga, L. A., 2010. Portugal e a Grande Guerra. Balanço e Estatísticas. Em Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, *Portugal na Grande Guerra, 1914-1918*. Matosinhos: Quidnovi, pp. 520-525.
- Hall, R., 2016. Bulgária. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer, and Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-bulgaria-2016-02-02.pdf> [Consultado 16 de novembro de 2017].
- Hall, R., 2014. Balkan War, First, 1912-1913. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 22-26.
- Hall, R., 2011. Bulgária in the First World War. *The Historian*, 73(2), pp. 300-315.
- Han, B. C., 2018. *A Expulsão do Outro*. Lisboa: Relógio de Água.
- Haslinger, P., 2014. A Áustria-Hungria. Em R. Gerwarth e E. Manela, org., *Impérios em Guerra, 1911-1923*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 149-180.
- Hassiotis, L., 2017. Greece during the First World War. Em A. P. Pires, A. P. Duarte e B. C. Reis, coord., *Entering the First World War: the Experiences of Small and Medium Powers*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 25-38. Disponível em IDN: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncadernos_22.pdf [Consultado em 21 de julho de 2018].
- Hassiotis, L., 2014. Greece. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/greece?version=1.0> [Consultada em 20 de julho de 2018].
- Heppner, H. e Gráf, R., 2014. Romania. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-bulgaria-2016-02-02.pdf> [Consultado 16 de novembro de 2017].
- Herodote.net, 2018. 14 juin 1830. Les Français débarquent en Algérie. *Herodote.net*, 27 de novembro, 10:54. Disponível em https://www.herodote.net/14_juin_1830-evenement-18300614.php [Consultado em 21 de outubro de 2018].

- Hilton, L., 2014. Romania in World War I. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 242-245.
- Hobsbawn, E., 1998. *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*. Lisboa: Terramar.
- Hoffman, J., 2007. *A Glossary of Political Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Hughes, M. e Philpott, W. J., 2005. *The Palgrave Concise Historical Atlas of the First World War*. Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan.
- Ivanov, I. S., 2012. *The Significance of the Bulgarian Senior Military Leadership in World War I: a Comparative Study of the Bulgarian Army Operations at Dobro Pole e Doiran in 1918*. Fort Leavenworth, Kansas: Faculty of the U. S. Army and General Staff College. Disponível em <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a563176.pdf> [Consultado em 16 de setembro de 2018].
- Jefferson, M., 1914. Population Estimates for Country of the World from 1914 to 1920. *Bulletin of American Geographical Society*, 46 (6), pp. 401-413, American Geographical Society. Disponível em JSTOR: <https://www.jstor.org/stable/pdf/201369.pdf?refreqid=excelsior%3A5eeb069d71501e6b1d01f172f093efa6> [Consultado em 13 de junho de 2018].
- Karabell, Z., 2014. Misleading Indicators. Why Our Economic numbers Distort Reality. *Foreign Affairs*, March-April, pp. 90-101.
- Kennedy, P., 1988. *The Rise and Fall of the Great Powers. Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. London, Sidney, Wellington: Unwin-Hyman.
- Kissinger, H., 1994. *Diplomacy*. New York: Simon & Shuster.
- Lebesgue, P., 1916. Portugal et France. *A Águia*, Portugal e a Guerra, n.º 52,53 e 54, abril, maio e junho, pp. 166-169.
- Lemonidou, E., 2014. Venizelos, Eleutherios. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/venizelos_eleutherios [Consultado em 21 de setembro de 2018].
- Levy, J. S e Snyder, J., 2015. Correspondence. Everyone's Favored Year for War or Not? *International Security*, 4 (39), pp. 208-217.
- Lima, M. R. S., 2002. Prefácio. Em V. C. Alves, *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um Envolvimento Forçado*. São Paulo: Loyola.
- Losano, M. G., 2009. Karl Haushofer (1869-1946). O Pai da Geopolítica das Ditaduras Europeias. *Geopolítica*, 3, junho, pp. 271-299.

- Luscombe, S., 2018. *Egypt* [online], britishempire.co.uk. Disponível em <https://www.britishempire.co.uk/maproom/egypt.htm> [Consultado em 21 de outubro de 2018].
- Macedo, J. B., 1987. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, 1.^a Edição. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Maddison, A., 2009. Historical Statistics of World Economy, 1-2006 AD 2009. *Groningen Growth and Development Centre (GGDC)* [online], University of Groningen. Disponível em <https://www.rug.nl/search/?currentPage=1&submitButton=&q=Historical+Statistics+of+the+World+Economy%3A+1-2006+AD&tab=all&offset=1&site=&count=10&language=&source=non-archived> [Consultado em 23 de setembro de 2018].
- Magalhães, J. C., 1990. *Breve História Diplomática de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Martinez, P. S., 1992. *História Diplomática de Portugal*, 2.^a ed.. Editorial Verbo.
- Meneses, F. R., 2015. *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Meneses, F. R., 2010. *Afonso Costa*. Alfragide: Texto.
- Miller, N., 1995. Two Strategies in Serbian Politics in Croatia and Hungary before World War I. *Nationalities Paper*, 2, pp. 327-350.
- Minkov, S. M., 2017. Neuilly-sur-Seine, Treaty of. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/neuilly-sur-seine_treaty_of?version=1.0 [Consultado em 12 de outubro de 2018].
- Neiberg, M. S., 2018. Creating a New World Order? Comunicação apresentada no Seminário Internacional, *O Fim da 1ª Guerra Mundial: Consequências para a Política Externa e a Política de Defesa de Portugal*, 29 de fevereiro de 2018, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- Newman, J., 2017. Civilian and Military Power (South-East Europe). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/pdf/1914-1918-Online-civilian_and_military_power_south_east_europe-2014-10-08.pdf [consultado em 31 de julho de 2018].
- Ozcan, A., 2014. Serbo-Otoman War, 1876. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 283-284.
- Palmeira, J., 2006. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Payne, S. G., 2011. *Civil Europe in War, 1905-1949*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Philpott, W., 2014. *Attrition. Fighting the First World War*. London: Little Brown.
- Prost, A., 2014. War Losses. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer Bill Nasson, eds., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/war_losses [Consultado em 22 de outubro de 2018].
- Ramos, R., 2008. A Revolução Portuguesa de 1910 e a Política Externa Portuguesa. Em J. M. Almeida e R. Ramos, coord., *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX e XX*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Cosmos, pp. 55-94.
- Raspopović, R., 2017. Montenegro. In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em <https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/montenegro> [Consultado em 3 de outubro de 2018].
- Romiscs, I., 2002. *The Dismantling of Historic Hungary. The Peace Treaty of Trianon, 1920*. Boulder, Colorado: Columbia University Press.
- Rosas, F., 2018. *A Primeira República. 1910-1926. Como Venceu e Porque se Perdeu*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Rosas, F., 2007. *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos conflitos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Samara, M. A., 2002. *Verdes e Vermelhos, Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Santiáñez, N., 2009. *Goya y Clausewitz Paradigmas de la Guerra Absoluta*. Barcelona: Alpha Decay.
- Sarenac, D., 2014. Revisitando os Balcãs no Centenário. *Relações Internacionais*, 42, junho, pp. 95-106.
- Schaepdrijver, S., 2010. Belgium. In J. Horne, ed., *A Companion to World War I*. Oxford: Wiley.
- Schaepdrijver, S., 2017. 1917: The Year of Fighting On. Conferência no Seminário Internacional, *1917, the First World War's Decisive Year?* 5 de dezembro de 2017, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.
- Shaw, S. J., 1978. The Ottoman Census System and Population, 1831-1914. *International Journal of Middle East Studies*, 3, October, pp. 325-338. Disponível em [http://psi424.cankaya.edu.tr/uploads/files/Shaw,%20Ott%20Census%20System%20and%20Pop,%201831-1914%20\(1978\).pdf](http://psi424.cankaya.edu.tr/uploads/files/Shaw,%20Ott%20Census%20System%20and%20Pop,%201831-1914%20(1978).pdf) [Consultado em 3 de outubro de 2018].
- Shrader, C., 2014. Montenegro in World War I. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 195-196.

- Simms, B., 2014. *The Longest Afternoon. The Four Hundred who Decided the Battle of Waterloo*. London: Allen Lane.
- Simoens, T., 2017. Warfare, 1914-1918 (Belgium). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/static/pdf/1914-1918-Online-warfare_1914-1918_belgium-2014-10-08.pdf [Consultado em 26 de julho de 2018].
- Skaltsogiannis, G., s.d.. 1915-1918. Organization of the Hellenic Army and Participation in the Operations. *Hellenic Army General Staff* [online], Army History Directorate. Disponível em <https://dis.army.gr/sites/dis.army.gr/files/unmanaged/pdf/1WWEn.pdf> [Consultado em 31 de julho de 2018].
- Soutou, G. H., 2014. La France et el problème des Nationalités pendant la Guerre de 1914-1918: le cas de la Serbie. *Balkanica*, pp. 369-398. Disponível em http://www.balkanica.rs/balkanica/uploaded/balkanica/balkanica_45/19%20Soutou.pdf [Consultado em 2 de novembro de 2018].
- Swejis, T., 2010. *The Role of Small Powers in the Outbreak of the Great Power War*. Ocasional Paper I-2010. Centre for Small States Studies Publication Series, University of Iceland. Disponível em https://hcss.nl/sites/default/files/files/reports/01.12._2010__The_Role_of_Small_Powers_.pdf [Consultado em 21 de outubro de 2017].
- Tallon, J., 2014. Albania in the Balkan Wars. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 5-7.
- Tasić, D., 2014. Warfare 1914-1918 (South East Europe). In Ute Daniel, Peter Gatrell, Oliver Janz, Heather Jones, Jennifer Keene, Alan Kramer e Bill Nasson, ed., *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/warfare_1914-1918_south_east_europe?version=1.0 [Consultado em 5 de setembro de 2018].
- Teixeira, N. S., 2015. *Heróis do Mar. História dos Símbolos Nacionais*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918, Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, A. e Salgado, A., 2018. *A Grande Guerra no Atlântico Português*, Vol. 1. Porto: Fronteira do Caos.
- Telo, A. e Sousa, P. M., 2016. *O CEP. Os Militares Sacrificados pela Má Política*. Porto: Fronteira do Caos.
- Tilly, C., 1994. *Coercion, Capital and European States. AD. 990-1992*. Cambridge, Oxford: Blackwell.

- U.S. Census Bureau, 2018. *US Population by Year* [online], US Population for Dec 2018. Disponível em <http://www.multpl.com/united-states-population/table> [Consultado a 14 de junho de 2018].
- U.S. Census Bureau, 2000. Historical National Population Estimates: July 1, 1900 to July 1, 1999. *U.S. Census Bureau* [online]. Internet Release, Revised Date, June 28, 2000. Population Estimates Program, Population Division. Disponível em <https://www.census.gov/data/tables/time-series/demo/popest/pre-1980-national.html> [Consultado a 14 de junho de 2018].
- Université de Perpignan, 2008. *Traités de Londres, 1839* [online]. Disponível em Université de Perpignan, Digithèque de Matériaux Juridiques et Politiques: <http://mjp.univ-perp.fr/constit/be1839.htm> [consultado em 19 de julho de 2018].
- Uyar, M., 2014. Greco-Ottoman War, 1897. In R. Hall, ed., *War in the Balkans. An encyclopedic history from the fall of the Ottoman Empire to the breakup of Yugoslavia*. ABC-CLIO, Santa Barbara, pp. 118-119.
- Veiga, F. e Martín, P., 2014. *Las Guerras de La Grande Guerra, 1914-1923*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Vlassopoulos, K., 2010. *Politics. Antiquity and his Legacy*. New York: Tauris.
- Vojinovic, M., 2013. Christopher Clark, *The Sleepwalkers – How Europe Went to War in 1914*. London: Harper, 2012, pp. 697. Reviewed by Milos Vojinovic. *Balkanica*, XLIV, pp. 422-432.
- White, M., 1997. World Literacy. 1900 Literacy. [online] Disponível em <http://users.erols.com/mwhite28/literacy.htm> [Consultado em 26 de setembro de 2018].
- Winter, J., 2004. L'empreinte de la Grande Guerre. En S. Audoin-Rouzeau e Jean-Jacques Becker, ed., *Encyclopédie de la Grande Guerre, 1914-1918*. Paris: Bayard.

A África Oriental e a Grande Guerra: Encontros Culturais Cíveis e Militares Moçambique (1914-1918)

Ana Paula Pires

Introdução

“O europeu, civilizado e culto, ainda tem de ir copiar as atitudes leais e os rasgos de carácter do soldado de cor. Embora isso lhe pese, não pode negar esta verdade, dura de mais para que muitos puritanos a possam engolir em seco”

(Simões, 1933, pp. 143-144).

Falar de África no início da Primeira Guerra Mundial implica ter presente as características específicas do sistema económico mundial durante a “Belle Époque”, bem como as características e interdependências que a partir do final das guerras napoleónicas marcaram as relações entre a Europa e o resto do Mundo. É então que assistimos à construção da primeira “economia global” integrada, assente num sistema de trocas que englobava regiões remotas do planeta.

Numa primeira fase, o interesse do Estado na promoção desta expansão ultramarina não foi acompanhado pela iniciativa privada que só se começou a interessar pelo potencial do continente na década de 90 do século XIX (Pires e Fogarty, 2014, p.41). A história desta ocupação introduz desde logo a questão da importância das regiões periféricas na geopolítica europeia das últimas décadas de oitocentos, problemática cujas consequências ganham maior relevância se enquadradas no contexto em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

Os dois impérios mais antigos do continente africano, Portugal e a Etiópia, apesar das ameaças constantes de alemães e britânicos, tendo em vista a respetiva partilha – a 16 de junho de 1894 uma força naval alemã tinha ocupado o posto português de Quionga e a zona envolvente a Sul do Rovuma; e de ser já a França quem controlava o acesso ao caminho-de-ferro da Etiópia – de um modo geral, ambos conseguiram sobreviver às investidas que se iam fazendo sentir.

Em 1914 apesar da presença europeia em África ser bastante expressiva, as principais potências ainda tentaram chegar a um entendimento por forma a conseguir que o continente se mantivesse neutral face à guerra que eclodira na Europa, esperando-se que as disposições do Tratado de Berlim de 1885 relati-

vas à neutralidade da bacia convencional do Congo permitissem evitar que a guerra se alastrasse à África Ocidental e Central. Contudo, os esforços tendo em vista a neutralidade do continente africano rapidamente saíram gorados: a 5 de agosto de 1914 tropas do Uganda atacaram os postos avançados alemães perto do Lago Vitória, e na União Sul Africana, cujos territórios faziam fronteira com a colónia alemã do sudoeste africano, o primeiro-ministro Louis Botha e o ministro da Defesa, Jan Smuts, cedo manifestaram o seu apoio ao governo britânico. A 23 de agosto o subsecretário alemão para os assuntos externos ainda tentou, por intermédio do embaixador norte-americano em Berlim, conseguir a neutralidade dos Camarões, África Equatorial francesa, África Oriental alemã, Uganda, Niassalândia e uma parte da Rodésia; contudo a proposta foi recusada tanto por britânicos como por franceses.

O primeiro incidente entre Portugal e a Alemanha em África aconteceu a 24 de agosto de 1914 a norte de Moçambique, em Maziúá, no Rovuma, quando o chefe do posto fronteiriço foi morto a tiro ao sair do quarto, surpreendido a meio da noite por forças alemãs vindas da vizinha África Oriental.

Este capítulo analisa o impacto e as consequências da Grande Guerra no quotidiano e na vivência de Moçambique, através de três perspetivas de análise: (i) recrutamento das populações africanas; (ii) êxodo dos europeus e os (iii) impactos económicos; ao fazê-lo avança uma síntese sobre a importância de Moçambique no contexto da Grande Guerra, para a beligerância portuguesa, mas também das repercussões sociais, políticas e económicas trazidas pelo conflito às relações Europa-África.

A historiografia da Primeira Guerra Mundial conheceu um sismo científico nos últimos 25 anos, que se traduziu numa viragem para o estudo da sociedade e da cultura. Este revitalizar de linhas de investigação privilegiou a análise comparativa e abordagens transnacionais, contribuindo para inovar temas clássicos como o papel da sociedade civil ou a moral das tropas (Jones, 2013). Recentemente emergiram novas metodologias em torno da história das emoções, graças aos trabalhos pioneiros de Ute Frevert (2011), e das geografias da memória (Johnson, 2003), que têm contribuído para uma nova análise de sistemas de valores e mentalidades, assim como para a descoberta de novas temáticas de análise: violência, raça e corpo.

A história da participação de Portugal na Grande Guerra tem sido dominada pela abordagem de aspetos militares e diplomáticos, sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 90 do século XX, quando foram publicados os trabalhos de Luís Alves de Fraga (1990) e Nuno Severiano Teixeira (1996). Esta natureza “bicéfala” da historiografia portuguesa ganha maior relevância se tivermos presente, a enorme lacuna em torno do estudo dos teatros de guerra africanos, em particular, a respetiva frente interna, onde os primeiros traba-

lhos surgiram apenas em 2011 (Pires, 2011), focando-se na economia de guerra e nos impactos económicos do conflito em Angola e Moçambique (Pires e Rollo, 2014).

A nova história militar tem dado algum enfoque ao estudo das mentalidades, dos quotidianos e das políticas de construção da memória, no entanto os trabalhos publicados – centrados no papel do Estado – estudam cenários de operações militares (Correia, 2015), ignorando a importância, por exemplo dos espaços de sociabilidade na construção de memórias individuais, lugares onde não só se construíram solidariedades e se tornaram públicos os laços de camaradagem cimentados na frente de combate, como se estabeleceram contactos entre militares e a população civil. As relações entre as tropas e os civis têm sido assim marginalizadas, trata-se todavia de uma dimensão importante para a compreensão da guerra, que tem tido contributos importantes do lado da ficção, como os trabalhos de William Boyd (1999) que retrata o quotidiano e a interação entre soldados e a população civil na África alemã, ou de João Paulo Borges Coelho (2010) sobre o imediato pós-guerra em Lourenço Marques, nos ajudam a compreender um pouco melhor estes contágios.

Como veremos, a Primeira Guerra Mundial contrastou em termos de objetivos, impacto, dimensão e duração com os muitos conflitos que tinham eclodido ao longo do século XIX. O próprio mapa de África acabaria por consubstanciar a passagem de uma Europa unipolar, onde a Grã-Bretanha era hegemónica, para um continente cada vez mais multipolar onde a presença de países como a Alemanha, a Rússia e a França se tinha tornando cada vez mais notória, através do estabelecimento de esferas de influência de intensidade e dinâmicas variáveis.

1. A Encruzilhada

A África Oriental conseguiu transformar-se a partir do final do século XIX numa região que, gradualmente, se foi tornando, estrategicamente, importante. A problemática da indivisibilidade do império português serve então, desde logo, como ponto de partida para sublinhar a importância e a centralidade adquirida pela questão colonial na história portuguesa ao longo dos últimos dois séculos, temática que, como identificou Valentim Alexandre, surgiu quase sempre indissociada da questão central da identidade e da sobrevivência nacional (Alexandre, 1995, p. 40). Na opinião de autores como Raul Rego (1987, p. 222) ou, mais recentemente, Vitorino Magalhães Godinho (2010, p. 16), o Partido Democrático, no poder quando o assassinio de Sarajevo teve lugar, defendeu a participação de Portugal na guerra na Europa, entre outros aspetos, porque teria tido conhecimento do teor do acordo secreto realizado,

em agosto do ano anterior, entre alemães e britânicos, tendo em vista precisamente a partilha das colônias de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe tornando, praticamente, inseparáveis questões coloniais e política externa, e colocando, uma vez mais, em evidência, a importância do continente africano no conjunto das relações internacionais portuguesas.

O Ultimato Britânico de 1890 foi um exemplo da natureza global do imperialismo europeu de finais de Oitocentos, que acabaria por empurrar Portugal para a posição de ter que disputar, de modo a assegurar, um lugar na geografia política tanto da Europa, como de África. Importa deste modo ter presente quando se analisa a mobilização da República para a frente africana de guerra, que a geração republicana, que estava no poder quando o conflito eclodiu na Europa no verão de 1914, era a mesma que tinha vivido o ultimato – exigindo que as forças militares chefiadas pelo major Serpa Pinto retirassem dos territórios compreendidos entre Moçambique e Angola – e que criticou publicamente a política de cedência aos interesses ingleses, protagonizada pelo rei D. Carlos, considerando-a uma verdadeira humilhação nacional. Esta ideia da indispensabilidade de se manter um império uno e indivisível, cuja defesa era preciso assegurar, assentou, desde logo, na ótica da propaganda republicana, num problema muito mais amplo e complexo ancorado na necessidade de se realizar uma mudança de regime político capaz de revitalizar o império. Recorde-se, apenas, a título de exemplo, a posição de António José de Almeida, que irá chefiar o governo de “união sagrada”, constituído na sequência da declaração de guerra, que tinha escrito, precisamente nessa ocasião, um texto onde criticou duramente a opção seguida pelo monarca português, posição que acabaria por lhe valer três meses de prisão, em Coimbra (Almeida, 1890, p. 1; Pires, 2010) ou Norton de Matos, que no verão de 1914 ocupava o cargo de Governador Geral de Angola e para quem o ultimato britânico representava, a par do convénio de 1870 negociado entre Andrade Corvo e Morier relativamente a Lourenço Marques e a Conferência de Berlim de 1884-1885, a “(...) triste certeza da nossa incapacidade governativa perante os problemas fundamentais da grandeza nacional” (Matos, 1944, p. 79). Num trabalho recente, Filipe Ribeiro de Meneses defendeu ter sido “(...) a visão de terceiros a disputar África (...)” que acabou por despertar “(...) Portugal da sua letargia colonial” (Meneses, 2014, pp. 333-334).

À semelhança da Grã-Bretanha, Portugal nunca criou um ministério encarregado de gerir especificamente as diversas possessões coloniais, encontrando-se os assuntos relacionados com a respetiva administração dispersos pelas pastas dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Ultramar e da Guerra. De resto, uma das principais novidades introduzidas pelo regime republicano foi justamente a criação de um ministério das Colônias, a 24 de agosto de

1911¹, medida que acabou por abrir caminho ao processo de descentralização administrativa do império, proclamado pela propaganda republicana, mas que, na sua grande maioria, e até ao final da República, se pautou pela apresentação de medidas de cariz avulso e muitas vezes desconexo. A exceção a esta tendência transversal foi a publicação, a 17 de abril de 1913, por iniciativa do então Governador de Angola Norton de Matos, do Regulamento das Circunscrições Administrativas, que mais do que uma mera divisão administrativa, procurava definir as competências de diferentes órgãos locais. De resto, na verdade, Colónias, Negócios Estrangeiros e Guerra, continuaram, até ao final de 1926, a intervir, separadamente, em assuntos relacionados com diferentes aspetos da realidade colonial.

Uma das questões mais discutidas ao longo destes anos prendia-se justamente com o desenvolvimento económico das colónias, problemática que, quanto ao essencial, girava em torno de três pontos principais:

1. a implantação de uma rede ferroviária que ligasse o litoral ao interior e permitisse o escoamento de produtos autóctones;
2. o desenvolvimento da agricultura e da pecuária;
3. a fixação de colonos europeus que promovessem o efetivo desenvolvimento económico e civilizacional.

A África Oriental era uma região estrategicamente importante, cujo controlo garantia, simultaneamente, ao Império Britânico, a segurança do Canal do Suez, e a existência de uma rota mais curta entre o Extremo Oriente e a Índia. Na véspera da Primeira Guerra Mundial a África Oriental era um mosaico de protetorados e colónias europeias. Ao norte encontravam-se as colónias francesas, a África Oriental britânica e o protetorado britânico do Uganda, encontravam-se ao centro, e ao Sul a África Oriental alemã (Tanganica) e a África Oriental Portuguesa (Moçambique). Dois Estados permaneciam independentes, a Abissínia e o Sultanato de Zanzibar. O Reino Unido era então o mais importante poder imperial em África, não apenas em termos de extensão territorial e população, mas, também, porque exercia o controlo sobre as principais rotas comerciais na região situada a sul do Sahara.

A região era frequentada por navegadores e mercadores portugueses há mais de 400 anos. Em 1913, 16,3% da produção interna portuguesa destinava-se aos mercados africanos; África ocupava, por esta altura, o terceiro lugar, atrás da Europa (59,8%) e da América do Sul (18,7%), entre os principais destinos das exportações portuguesas (Lains, 1998, p. 477). Vale a pena ter presente que, até 1884, o comércio alemão na costa oriental de África, onde tanto a presença de Portugal como da Grã-Bretanha eram preponderantes, consistia

¹ Decreto de 23 de agosto, *Diário do Governo*, n.º 197 de 24 de agosto de 1911.

apenas em algumas feitorias hamburguesas estabelecidas com base em convenções particulares negociadas com o Sultão de Zanzibar (Sarment, 1919). A verdade é que apesar da introdução de algumas novidades tecnológicas e da política de desenvolvimento e modernização do império iniciada a partir da década de 70 do século XIX, por iniciativa de Andrade Corvo – em 1881 era constituída a Empresa Nacional de Navegação com o objetivo de ligar a metrópole e as colónias da costa ocidental africana –, Portugal e África permaneciam afastados, sendo a soberania de Lisboa mais teórica que real. A partir de 16 de maio de 1912 todos os paquetes da Union Castle passaram a fazer escala em Porto Amélia, contribuindo assim para o desenvolvimento das relações comerciais entre Moçambique e o vizinho Zanzibar. A 1 de junho de 1914 a Deutsche Ost Africa Linie, de Hamburgo, que explorava as ligações entre a Alemanha e Moçambique tinha anunciado a organização de uma carreira marítima que devia fazer escala nos portos do Lobito e Moçâmedes (Sarmento, 1919, p. 285). Até meados de 1914 os esforços alemães para penetrar comercialmente em Angola seriam bem-sucedidos:

“A German line of freight and passenger steamers made regular calls at Luanda, Lobito and other ports, and, owing largely to its assistance, German export firms at Hamburg and Bremen had built up an important trade in Angola (...) At Luanda, for instance...there were no less than five representatives of German export houses (...)”².

A avaliar pela documentação depositada no Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, Angola era considerada “um dos elementos mais preciosos do seu futuro império colonial” em África³. No verão de 1915 foi a vez da empresa de navegação norueguesa Scandinavia East Africa Line anunciar estar para breve a realização de carreiras mensais para os portos da África Oriental. Aristides de Sousa Mendes, que no início dos anos 10 desempenhava funções de cônsul geral de Portugal no sultanato, em nota enviada ao cônsul de Portugal em Dar-es-Salaam, Casimiro Fernandes, dava conta do desenvolvimento comercial da África Oriental, nomeadamente das transações com a Alemanha e a Índia britânica, sublinhando o papel que Portugal poderia ocupar:

“(...) o nosso Portugal bem podia procurar aqui mercado para o seu azeite, manteiga, queijos, azeitonas, vinhos e conservas especialmente. Por ora umas latas de sardinhas e uns poucos de vinhos vêm aqui de Portugal; as

² National Archives and Records Administration (NARA), RG84, Lisbon, v.152:610 Boma, Report on trade of Angola, 9.9.15.

³ Ministère des Affaires Étrangères, Archives Diplomatiques de La Courneuve, CPC/CP/NS/42, Portugal, FML to MAE, 30.11.13

restantes indústrias são desconhecidas, mais por falta de conhecimento delas aqui como também das firmas portuguesas na metrópole”⁴.

Sousa Mendes vai também dar conta, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, da intenção de vários comerciantes portugueses residentes em Zanzibar de fundarem uma câmara portuguesa de comércio. O porto de Zanzibar era então um dos principais portos de África, polo centralizador das trocas entre a Arábia e a Índia, era ainda um nó importante na rede de cabos submarinos entre a Grã-Bretanha e o Império⁵.

“Immigration from western India into East Africa was sizable and encouraged informally by Indian employers and British agents. The German and British railways, inland shipping, postal and telegraph, banking and government administrative developments brought hundreds of Goanese men to East Africa where by 1911, their wives and families had begun to join them in the city coast, notably in Zanzibar, Mombasa, Tanga and Dar-es-Salaam.”

A emigração da Índia para a África Oriental era incentivada e até encorajada, informalmente, tanto por indianos como por britânicos (Hawley, 2008).

A população europeia que habitava o protetorado da África Oriental britânica era estimada em aproximadamente 3.000 pessoas, destas cerca de 2.000 eram naturais do Estado da Índia; habitavam a capital Nairobi e gozavam de uma situação económica próspera⁶. Na cidade portuária de Tanga, perto da fronteira com o Quênia, foi mesmo constituído, por iniciativa da comunidade goesa aí residente, um Grémio Literário Português⁷. Os 300 portugueses residentes em Dar-es-Salaam em 1912 eram todos originários de Goa, oriundos de distintas classes sociais, desempenhavam profissões de escriturários e comerciantes, esta presença era também visível, pelo seu dinamismo, em Mombaça e Nairobi⁸. Igualmente considerável era ainda o número de africa-

⁴ Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDME), Consulado de Portugal em Zanzibar, Caixa 718, nota enviada pelo cônsul de Portugal em Dar-es-Salaam, Casimiro Fernandes, ao Cônsul Geral de Portugal em Zanzibar, Aristides de Sousa Mendes.

⁵ AHDME, Consulado de Portugal em Zanzibar, Caixa 718, ofício de 1 de fevereiro de 1913 enviado por Aristides de Sousa Mendes ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto de Vasconcelos.

⁶ AHDME, Consulado de Portugal em Zanzibar, Caixa 718, relatório sobre o Protetorado da África Oriental inglesa referente ao ano de 1911 a 1912, elaborado por Aristides de Sousa Mendes a 16 de novembro de 1913.

⁷ AHDME, Consulado de Portugal em Zanzibar, Caixa 718, ofício de 28 de agosto de 1913 enviado por Aristides de Sousa Mendes ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

⁸ *Portuguese Possessions in India*, 1920, pp. 32-33.

nos do norte de Ibo que trabalhavam nas plantações alemãs localizadas a sul de Dar-es-Salaam.

Durante a guerra entre a Grã-Bretanha e o Transvaal, o comandante em chefe das tropas britânicas, Lord Roberts, tinha pedido autorização ao governo português para que as suas tropas atravessassem Moçambique de modo a possibilitar um ataque ao Transvaal pelo Norte. Muitos transvalianos, na sequência da guerra com a Grã-Bretanha, acabaram por se refugiar em Moçambique e aí permaneceram, uma vez terminado o confronto.

Em março de 1912, o então presidente do ministério, Augusto de Vasconcelos, quando questionado na Câmara dos Deputados relativamente à orientação a seguir em matéria de política externa, concluiu que Portugal cumpria os seus deveres de potência colonial em África, sublinhando o papel e a importância das iniciativas levadas a cabo pelas grandes potências: “Dão-nos (...) hoje o exemplo franqueando às mais audazes iniciativas o solo das suas ricas colónias, em que se semeiam capitais de todas as bolsas (...) o que temos é que caminhar com elas e não deixá-las trabalhar a sós, onde nós temos imperiosos deveres de civilização a cumprir e interesses a salvaguardar”⁹. Recorde-se que apesar da aliança secular que mantinha com Portugal, a Grã-Bretanha por duas vezes, em 1898 e em 1912/13, tinha discutido secretamente com a Alemanha a partilha das colónias portuguesas em África. O início da Grande Guerra tem sido apontado como uma das razões que impediu a divisão das colónias africanas entre britânicos e alemães (Samson, 2012).

Quando o herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, Francisco Fernando, foi assassinado em Sarajevo, viviam em Moçambique pouco mais de dez mil e quinhentos portugueses brancos. A população aproximada da colónia rondava então os dois milhões e oitocentos mil habitantes¹⁰.

Quadro 1

	Ano	Branços	Asiáticos	Mestiços	Nativos	Total
Inhambane	1908	206	539	-	540	1 285
Beira	1914	1 197	17 345	327	7 324	9 419
Chinde	1908	218	107	-	1 365	1 690
Quelimane	1911	165	397	-	2 182	2 744
Moçambique	1914	296	312	-	4 634	5 242

Fonte: *A Manual of Portuguese East Africa* (1920, p.87).

⁹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 76 de 15 de março de 1912, p.5. Igualmente, Rollo e Pires (2018).

¹⁰ *A Manual of Portuguese East Africa*, 1920, p.86.

No distrito de Moçambique viviam 296 brancos, 312 asiáticos e 4.634 negros¹¹. A cidade de Lourenço Marques concentrava a maioria da população branca, os bairros da Ponta Vermelha e da Polana, próximos da praia, eram o local onde viviam os mais abastados. A ligação de ambos os bairros ao centro da cidade era efetuada por elétrico e comboio¹². O centro comercial era formado pela Praça Mouzinho de Albuquerque, ponto principal de partida dos carros elétricos.

O censo publicado dois anos antes contabilizava em pouco mais de mil os estrangeiros europeus (Costa, 1934, p. 34) a viver em Lourenço Marques. O primeiro consulado alemão tinha sido aberto em 1889 e ao longo da década de 90 abriam representações diplomáticas na ilha de Moçambique, Beira, Chinde e Quelimane. Em 1907 era inaugurado em Lourenço Marques um centro cultural, cujo objetivo era:

“Fomentar as relações sociais entre os alemães residentes em Lourenço Marques e favorecer o uso da língua alemã e a conservação do espírito nacional” (Carvalho, 2015, p. 39).

A presença de britânicos e sul-africanos era também representativa, nomeadamente, nos portos da Beira e de Lourenço Marques.

Quadro 2 – Moçambique. População Estrangeira Branca em 1912

	Lourenço Marques	Beira	Chinde
Britânicos	668	268	31
Alemães	106	45	24
Chineses	300	-	-
Italianos	80	47	-
Gregos	149	123	-

Fonte: *A Manual of Portuguese East Africa* (1920, p. 88).

Para além de considerarem insuficiente o número de portugueses brancos que vivia no território, as autoridades coloniais, mostravam-se, igualmente, inquietas em relação à sua escassez de capitais e, conseqüentemente, à respetiva capacidade de investimento no desenvolvimento do território. Do total do capital investido em Lourenço Marques nove décimos era britânico, enquanto apenas três décimos tinha origem portuguesa. Foram por isso significativos os impac-

¹¹ National Archives of the United Kingdom (NAUK), WO 106/587, Notes on Mozambique District, Portuguese East Africa, pp.10-11.

¹² *Anuário de Lourenço Marques* (1914).

tos trazidos pela eclosão da guerra à população europeia que vivia em África; os homens que se encontravam em idade de recrutamento foram incorporados em unidades militares estacionadas no continente ou enviados para combater na frente europeia ocidental. Esta situação acabaria por dar origem a um significativo êxodo de europeus e, conseqüentemente, a uma diminuição muito significativa do número de funcionários que exerciam funções administrativas e comerciais. Por outro lado, do ponto de vista religioso, a guerra determinaria, ainda, o fim da hegemonia das missões cristãs; no pós-guerra as funções dos missionários alemães seriam ocupadas por africanos.

Igualmente importante continuava a ser a questão da delimitação de fronteiras. O governo chefiado por Bernardino Machado acabaria por autorizar que se investisse, no ano económico de 1914-1915, até 94 000\$00 na demarcação de fronteiras nas colónias. Os limites da fronteira norte da colónia de Moçambique eram ainda pouco conhecidos, em parte devido à dificuldade de entendimento entre Portugal e a Alemanha por causa da perda do triângulo de Quionga.

Apesar de possuir um vasto império colonial na véspera da Grande Guerra a opinião pública portuguesa continuava sem conhecer África e os africanos: solos e minas continuavam, em grande parte, por explorar, e as línguas nativas permaneciam por estudar. A maioria dos titulares da pasta das colónias, mais do que criar política, limitou-se a supervisionar, a partir de Lisboa, territórios que nunca chegou sequer a visitar. A literatura e a circulação de livros eram de resto um bom exemplo deste desconhecimento: “(...) África não lia África!” (Costa, 1934, p. 3). Nos primeiros anos da década de 30 os livros mais vendidos sobre Moçambique continuavam a ser os relatórios que António Enes e Mouzinho de Albuquerque haviam elaborado no final do século XIX. À chegada à Cidade do Cabo, o médico Américo Pires de Lima dava conta deste desconhecimento e do que representava o contacto com as populações africanas:

“No cais tomámos contacto pela primeira vez com as populações africanas: grandes diabos negros, vestidos da mais imprevista maneira, carregavam e descarregavam navios em grande azáfama. Mas, deixadas as docas, encontramos uma grande cidade de fisionomia europeia” (...) Ao desembarcar no Cabo não nos animava apenas a ansiedade de contemplar e visitar lugares incrustados na história e na alma portuguesa; não nos seduzia apenas o prazer material de pisar terra firme e de ver pinheiros, arvoredos, casas e uma paisagem sem o carácter movediço e incerto que vinha fazendo a nossa desesperação” (Lima, 1933, p. 14).

O testemunho de Pires de Lima não deve por isso ser lido isoladamente: entre 1911 e o início da Primeira Guerra Mundial, no verão de 1914, nenhum dos seis titulares da pasta das colônias português tinha visitado qualquer território ultramarino. A Primeira Guerra Mundial acabou por potenciar o colmatar desta falta de conhecimento, contribuindo para um aprofundar do relacionamento político, social e cultural entre o Portugal metropolitano e a realidade colonial (Rollo e Pires, 2015). Aristides de Sousa Mendes irá mesmo apontar a oportunidade que o início do conflito criou para o estabelecimento, pela Empresa Nacional de Navegação, de carreiras regulares para a África Oriental, preenchendo assim o vazio deixado pela falta de carreiras alemãs e fomentando, conseqüentemente, o comércio de exportação da colônia de Moçambique¹³: europeus e africanos conheceram-se através destes encontros, através de relações desiguais, mas sempre com base num processo complexo de conseqüências vastas. A Primeira Guerra Mundial representou um desses momentos.

2. *The Final Scramble*

A rivalidade crescente entre as potências europeias relativamente à extensão dos seus impérios coloniais, especialmente em África, apesar de causar tensões entre britânicos, franceses e alemães, nunca se revelou um argumento suficientemente forte para justificar a eclosão de uma guerra europeia. Ironicamente, em 1914, África acabaria por se converter no gatilho que transformou, nos primeiros dias de agosto, um conflito local numa guerra mundial, este argumento ganha ainda mais importância se tivermos presente que os primeiros tiros britânicos na Primeira Guerra Mundial foram disparados no Togo e não na Europa.

Apesar de nunca ter sido oficialmente declarada, a Primeira Guerra Mundial teve início na África Oriental, com o ataque ao porto de Dar-es-Salaam pela Grã-Bretanha, a 8 de agosto de 1914, numa tentativa de danificar a respetiva estação alemã de T.S.F. A Grã-Bretanha ainda tentou chegar a um entendimento que garantisse a neutralidade do continente africano, face à guerra na Europa, sem sucesso (Killingray, 1998, p. 92). De uma forma geral esperava-se que as disposições do Tratado de Berlim de 1885 relativas à neutralidade da bacia convencional do Congo permitissem evitar que a guerra se alastrasse à África Ocidental e Central (Samson, 2006, p. 33).

No início do verão de 1914 não existiam tensões entre colonos britânicos e alemães, as guarnições militares da África Oriental britânica e alemã eram

¹³ AHDMNE, Consulado de Portugal em Zanzibar, Caixa 718, ofício de 24 de agosto de 1915 enviado por Aristides de Sousa Mendes ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

pouco expressivas, totalizando respetivamente 2.400 oficiais e askaris e 216 oficiais e 2.540 askaris. O decreto que regia a organização militar de Moçambique tinha sido publicado a 14 de novembro de 1901 e a guarnição europeia que se encontrava na colónia cingia-se a um esquadrão e a poucas companhias indígenas, fracamente instruídas. Sabia-se, no entanto, que as forças europeias tinham ao seu dispor artilharia moderna, aviões e comunicações radiotelegráficas de grande alcance.

Apesar do início do conflito na Europa ter criado de imediato um clima de tensão e suspeita entre alemães e britânicos que viviam na colónia, o alastrar da guerra ao continente africano nunca foi questionado, nem debatido (Pires e Fogarty, 2014, pp. 41-61). Não se pensou muito nos contornos ou nas consequências deste envolvimento, apesar de alguns artigos publicados na imprensa deixarem já transparecer que as suas consequências iriam ter impacto na geografia do continente¹⁴; a União Sul Africana estava cada vez mais autónoma da coroa britânica, representando um perigo e uma ameaça crescente para o equilíbrio regional e para os interesses dos portugueses, desde logo em Moçambique (Arrifes, 2004).

As preocupações da União Sul Africana tinham uma dimensão dupla: (i) a União acreditava que os alemães estavam a utilizar Moçambique para contrabandear bens para as colónias alemães; e (ii) ambicionava tomar posse da colónia portuguesa, uma vez terminada a guerra. Esta preocupação foi expressa pelo comandante do cruzador Adamastor, José de Freitas Ribeiro, ao ministro dos Negócios Estrangeiros: “Finda a guerra, proceder-se-á à partilha do Mundo, e o ajuste de contas, bem poderá trazer-nos alguma espoliação. Admito, se a lealdade da Inglaterra não falhar, nos fique o sul de Moçambique visto ser incontestável que Lourenço Marques é hoje uma colónia que nos não envergonha, está ocupada por portugueses e marcha na senda do progresso arrastada pelo impulso da África do Sul”¹⁵.

A possibilidade do conflito se propagar a África era, no entanto, uma hipótese que não agradava à Alemanha. A estratégia de Guilherme II passava pela obtenção de uma rápida vitória militar na Europa que lhe abriria a possibilidade de constituir uma região geoestratégica – *Mittelafrika* – ligando os Camarões à África Oriental, estratégia cujo principal objetivo era eliminar o velho sonho britânico de construir um eixo ligando Cabo-Cairo. No Togo, o major Von Doering, comandante militar que exercia as funções de governador

¹⁴ “A guerra e nós” in *O Africano*, 16 de setembro de 1914, p.1.

¹⁵ AHDMNE, Piso 3, Armário 7, Maço 13, Guerra Mundial (1.ª). Moçambique. 1915-1916, ofício de 14 de fevereiro de 1916 enviado pelo comandante do cruzador Adamastor, José de Freitas Ribeiro ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

desta colônia alemã, ainda tentou, logo a 5 de agosto, chegar a um compromisso com os seus vizinhos da britânica Costa do Ouro e do Daomé francês para que a colônia se mantivesse neutra, “(...) para não dar aos africanos o espetáculo de brancos fazerem a guerra a brancos” (Crowder, 2010, pp. 324).

A iniciativa de Von Doering acabaria por ser encarada como uma manobra que procurava apenas garantir o funcionamento da estação T.S.F. de Kamina. No dia seguinte o comandante militar da Costa do Ouro, F.C. Bryant, enviava um ultimato a Von Doering tendo em vista a rendição do Togo. O governador da África Oriental alemã Heinrich Schnee teria uma atitude semelhante e quando, nos primeiros dias de agosto, dois navios britânicos iniciaram o bombardeamento da capital, Dar-es-Salaam, Schnee foi favorável à manutenção da neutralidade. A sua postura esbarraria, contudo, com a posição agressiva do comandante da *Schutztruppe*, Paul Lettow-Vorbeck, que, de imediato, defendeu que a atitude da Grã-Bretanha deveria ser objeto de retaliação. Numa posição de clara desobediência a Schnee, Lettow-Vorbeck comandando um exército composto por 260 alemães e 2.500 askaris, invadiu a África Oriental britânica, dirigindo-se ao Uganda. A 5 de agosto de 1914 tropas ugandesas atacaram os postos avançados alemães perto do Lago Vitória, e a União Sul Africana, cujos territórios faziam fronteira com a colônia alemã do sudoeste africano, acabariam por agir de igual modo.

Logo após a declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha, a 4 de agosto de 1914, uma das principais prioridades de Londres era controlar o potencial estratégico das possessões e colônias alemãs um pouco por todo o mundo, orientação que se fez sentir de forma particularmente ativa na América Latina e em África e que consistiu em capturar instalações portuárias e estações de cabos submarinos. Esse era, de resto, um dos objetivos que se encontrava inscrito no memorando elaborado pelo cônsul britânico Erroll Macdonell, acerca das possibilidades de a Grã-Bretanha resgatar os negócios alemães na África portuguesa, nomeadamente em Moçambique (Pires e Fogarty, 2014, pp. 41-61).

Pouco tempo após a eclosão da guerra na Europa, a diplomacia britânica afirmou não ser possível garantir a proteção das fronteiras terrestres dos territórios portugueses no continente africano. O envio de expedições militares para África, em particular para Moçambique, adquire assim uma importância acrescida se a colocarmos num cenário em que a União Sul Africana representava um perigo e uma ameaça crescente para o equilíbrio regional e para os interesses dos portugueses (Arrifes, 2004).

O ministro de Portugal em Londres, Teixeira Gomes, afirmou que o envio de tropas para África era a única garantia que Portugal teria “(...) de impor no

futuro algum respeito aos (...) vizinhos”¹⁶. No caso do Transvaal, Lourenço Marques era há muito procurada como saída do território para o mar. Nos primeiros meses do ano de 1914 o ministro das Colónias, Lisboa de Lima, numa conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa, concluía que a vida económica e financeira de Moçambique estava “(...) absolutamente dependente da vida do Transvaal (...) As pernas viradas para norte e leste dessa imensa rede ferroviária da África do Sul, que nasce nos portos de Natal e Cabo, estão a estender-se como as pernas de um polvo sobre o Transvaal, à custa da diminuição da zona do porto de Lourenço Marques (...)”¹⁷. No final do ano anterior a Deutsche Ost Africa Linie, de Hamburgo, que explorava as ligações entre a Alemanha e Moçambique, tinha anunciado a organização, a partir de 1 de junho de 1914, de uma carreira marítima que devia fazer escala nos portos do Lobito e Moçâmedes (Sarmiento, 1919, pp. 285).

3. Entre a Guerra e a Paz

A 21 de agosto de 1914 o primeiro-ministro português, Bernardino Machado, decretou a organização e o envio de dois destacamentos mistos – artilharia de montanha, cavalaria, infantaria e metralhadoras – com destino a Angola e Moçambique¹⁸. No preâmbulo do diploma o governo reconhecia a necessidade de “(...) nas atuais circunstâncias, serem devidamente guarnecidos alguns pontos das fronteiras Sul da província de Angola e Norte de Moçambique”. O ministro das Colónias informou o ministro dos Negócios Estrangeiros, através de ofício, de que existiam em Moçambique três secções de artilharia para peças de 7cm de montanha, bem como de 8 companhias de infantaria indígena, com cerca de 1.680 homens¹⁹. No total foram mobilizados 1.525 homens para Angola e 1.477 para Moçambique, o exército português tinha então pouco mais de 31 mil efetivos. Lancelot Carnegie já tinha pedido ao governo português que autorizasse a passagem de tropas através do Chinde (Moçambique) com destino à Niassalândia (atual Malawi)²⁰.

¹⁶ Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, Espólio de Manuel Teixeira Gomes, Esp.46., Caixa 14, ofício de 4 de setembro de 1916 enviado por Manuel Teixeira Gomes ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, p.3.

¹⁷ “Na Sociedade de Geografia. Conferência do Sr. Lisboa de Lima sobre a situação económica e financeira de Moçambique” in *Gazeta de Moçambique*, 1 de março de 1914, pp.75-78.

¹⁸ *Ordem do Exército*, n.º 19, I Série, 21 de agosto de 1914.

¹⁹ AHDME, Piso 3, Armário 7, Maço 13, Guerra Mundial (1.ª). Moçambique. 1915-1916, ofício de 27 de agosto de 1914 enviado pelo ministro das Colónias ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

²⁰ Carta de 14 de agosto de 1914 enviada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros português ao ministro de Inglaterra em Lisboa, *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, Tomo I...,p.32.

Na sequência deste pedido Teixeira Gomes, insinuou a Eyre Crowe que Portugal mantinha a ambição de reaver Quionga – o pequeno território situado na fronteira da África Oriental alemã ocupado por uma força naval germânica a 16 de junho de 1894 – sem contudo “(...) mostrar ser intenção nossa pedir compensação pelo favor dispensado”²¹.

A posição geográfica de Moçambique, a que já aludimos, foi um dos elementos que condicionou, alargando-os, os objetivos por trás do envio de uma expedição àquele território: a Sul os bóeres ameaçavam revoltar-se, enquanto na Niasalândia se desenhavam movimentos nativistas, cuja dimensão e contornos, pouco claros, era um dos grandes receios do Colonial Office. Daí que as metas a atingir pelas tropas portuguesas acabassem por ser principalmente três:

1. Reforço da guarnição da província de Moçambique;
2. Submissão da população indígena em caso de revolta instigada pelas tropas alemãs;
3. Cooperação com a Inglaterra nas operações a realizar, caso o auxílio português fosse solicitado.

Quadro 3 – Guarnição Provincial de Moçambique a 31 de Julho de 1914

Artilharia	1 Bateria mista de artilharia de montanha e guarnição	
	Duas secções de montanha e uma de guarnição	Oficiais: 4 Praças: 112
Cavalaria	1 Esquadrão de dragões	Oficiais: 5 Praças: 103
Infantaria indígena	13 Companhias	Oficiais: 77 Praças: 3 078
Companhia disciplinar	1 Companhia	Oficiais: 4 Praças: 134
Companhias de Departamento e Regimento	5 Companhias	Oficiais: 9 Praças: 107
	Guarda cívica de Lourenço Marques	Oficiais: 8 Praças: 226
Efetivo total		Oficiais: 107 Praças: 3 760
Unidades criadas depois desta data por motivo da guerra	Infantaria indígena	28 companhias Oficiais: 196 Praças: 7 700

Fonte: AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2.

²¹ *Idem*, p.34. Telegrama de 15 de agosto de 1914 enviado pelo ministro de Portugal em Londres ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

Quadro 4 – Composição da Expedição Comandada por Massano de Amorim

Quartel General	Oficiais	12
	Praças de pré	19
	Solípedes	13
Sapadores mineiros	Oficiais	1
	Praças de pré	14
	Solípedes	1
Telegrafistas de campanha	Praças de pré	14
	Solípedes	1
Uma bateria de artilharia	Oficiais	7
	Praças de pré	214
	Solípedes	104
Um esquadrão de cavalaria	Oficiais	9
	Praças de pré	180
	Solípedes	169
Um batalhão de infantaria	Oficiais	21
	Praças de pré	1 018
	Solípedes	21
Serviço de saúde	Praças de pré	2
Serviço de subsistências	Praças de pré	10
Serviço de equipagens	Praças de pré	14
	Solípedes	14
Total	Oficiais	50
	Praças de pré	1 477
	Solípedes	322
Chauffeurs e artífices contratados	<i>Chauffeurs</i>	10
	Serralheiros	1

Fonte: AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2.

Importa sublinhar a importância e o significado desta medida, colocando-a num contexto mais lato que enquadrava a posição ambígua em que Portugal se encontrava desde o início das hostilidades; não podendo, por pedido expresso da Grã-Bretanha, declarar-se nem neutral, nem beligerante, sublinhando, desde logo, que ambas as expedições foram organizadas pelo Ministério das Colónias, e não pelo Ministério da Guerra, porque desta ação não tinha resultado qualquer declaração de guerra à Alemanha ou aos seus aliados, deste modo as medidas tomadas por Portugal, com a aprovação da Grã-Bretanha, eram meras disposições preventivas de defesa colonial.

Em circular enviada aos restantes membros do Governo e aos ministros de Portugal em Londres e Madrid, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire

de Andrade, mostrando-se contrário a uma intervenção de Portugal na frente europeia de guerra, mencionou os inconvenientes de a atitude de Portugal poder resultar numa afronta à Alemanha e denunciou aquilo que considerou ser a utilização de uma “(...) linguagem por vezes ofensiva e até insultuosa de parte da imprensa contra os alemães e os dirigentes da Alemanha (...) sobretudo porque se pode pensar que o Governo com eles seja cúmplice ou os consinta sem qualquer reparo”²².

Aos vários consulados portugueses espalhados pela África Oriental e pela Índia chegavam pedidos, mais ou menos desesperados, em que se apelava às autoridades portuguesas que localizassem o paradeiro de goeses que se encontravam nas colónias alemãs em África, entretanto tomadas pelas forças dos exércitos aliados²³.

Sob o manto de uma neutralidade nunca declarada, Moçambique surgiu como uma zona tampão entre os territórios britânicos e alemães, local de passagem de matérias-primas (contrabando), alimentos e plataforma privilegiada para a aquisição de informações (espionagem) de importância vital para britânicos e alemães ao longo do desenrolar do conflito.

As autoridades britânicas, através do seu vice-cônsul em Porto Amélia denunciaram ao secretário de estado dos negócios estrangeiros, um grego naturalizado no Egipto, Christo Christophides, como espião alemão. Christophides teria sido enviado para Porto Amélia pelo cônsul alemão em Mombaça para “trabalhar em harmonia com o Governador”²⁴. Christophides tinha vindo do Uganda para Porto Amélia e aí adquiriu propriedades²⁵, acabou por ser detido pelas autoridades militares na região do Niassa, e enviado para o forte de Moçambique. O seu nome foi posteriormente incluído pelas autoridades britânicas na “Lista Negra”²⁶.

O governo britânico identificou ainda como espiões alemães a operar em território moçambicano, um chefe de posto, Tavares, apresentado como agente de um missionário alemão de seu nome Schenck, e o goês Max de Sousa, que se teria deslocado a Ibo com o pretexto de comprar especiarias e condimen-

²² *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As negociações diplomáticas até à declaração de guerra*, Volume I...,p.26.

²³ AHDMNE, Consulado de Portugal em Zanzibar, março 17, ofício de 21 de setembro de 1916 enviado por E. Mascarenhas ao cônsul geral de Portugal em Bombaim, Alfredo Casanova.

²⁴ NAUK, FO 371/2598, ofício confidencial de 25 de janeiro de 1916 enviado pelo consulado britânico em Lourenço Marques ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros.

²⁵ NAUK, FO 371/2598, Relatório de E.C. Baker, acting cônsul geral em Lourenço Marques, de 16 de dezembro de 1915.

²⁶ NAUK, FO 371/2598, Carta de 30 de maio de 1916 enviada por Maurice de Bunsen a Lancelot Carnegie.

tos²⁷. O vice-cônsul britânico apontou ainda como outros possíveis espões, vários funcionários encarregados da construção de linhas telegráficas nos territórios da Companhia do Niassa e o chefe da alfândega de Porto Amélia²⁸.

De acordo com a diplomacia britânica os navios da Empresa Nacional de Navegação estariam, também, a fazer o transporte de correspondência entre agentes de Lisboa e os territórios da África Oriental alemã, o vice-cônsul britânico na Beira apontou mesmo a existência de um considerável número de portugueses ao serviço da Companhia de Moçambique simpatizantes da Alemanha²⁹.

Em julho de 1916 a imprensa noticiava que quatro indivíduos da África oriental alemã tinham conseguido passar a fronteira portuguesa em Moçambique “(...) negociando uma revolta entre os vários régulos para assim nos distraírem forças das que temos no Niassa. Parece que alguns régulos se conformaram e aprestaram para a guerra com o prometimento de munições e vários armamento que devia passar oportunamente do território alemão para o português (...)”³⁰.

No ano anterior o secretário geral da província de Moçambique informava o governador que dois régulos – Samate e Chiteje – tinham levado preso para Likoma “(...) um indígena nosso que tinham prendido no nosso território por terem sabido que era portador de 120 cartuchos de dinamite, uma porção de rastilho, uma bandeira verde com um crescente vermelho e uma porção de cartas para vários indígenas todos maometanos”³¹.

Alfredo Lisboa de Lima, quando desempenhou funções de ministro das Colónias, encarregou o governador do Niassa de fiscalizar a fronteira do Rovuma, colocando, sob estreita vigilância, todos os navios alemães fundeados na colônia (Carvalho, 2015, pp. 39). A Grã-Bretanha pretendia que Portugal se mantivesse neutral sem, contudo, o declarar. Por trás desta tomada de posição do governo inglês estava a compreensão da importância estratégica dos portos atlânticos e de África poderem vir a ser utilizados pela Royal Navy, bem como a possibilidade de vir a ser autorizada a passagem de tropas britânicas pelos territórios coloniais portugueses.

A diplomacia britânica tinha já ordenado que fossem guarnecidos, com forças

²⁷ NAUK, FO 371/2598, ofício confidencial de 25 de janeiro de 1916 enviado pelo consulado britânico em Lourenço Marques ao secretário de estado dos Negócios Estrangeiros.

²⁸ *Idem*.

²⁹ NAUK, FO 371/2598, Carta de 27 de fevereiro de 1916 enviada por Percy Hirst, vice-cônsul britânico na Beira a Errol MacDonell, cônsul geral em Lourenço Marques.

³⁰ “Um caso grave. Espionagem em Moçambique” in *O Africano*, 22 de julho de 1916, p.1.

³¹ AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2, ofício de 17 de julho de 1915 enviado pelo secretário-geral da província de Moçambique ao Governador.

indígenas, os territórios da antiga Companhia do Niassa. Carnegie alertaria mesmo o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Edward Grey, para o transporte pela Empresa Nacional de Navegação de “(...) correspondence for enemy subjects residente both in Portuguese East Africa and in the neighbouring Germany Colony (...)”. O ministro britânico em Lisboa expressou ainda ao ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Soares, o desejo de que “(...) mails from and to Portuguese East Africa carried by the Company’s ships would be able to reach their destination without passing through the hands of the Censorship Authorities at Cape Town”³².

O primeiro incidente entre Portugal e a Alemanha em África tinha acontecido a 24 de agosto de 1914 a norte de Moçambique, em Maziúá. O Comissário do Governo português junto da Companhia do Niassa, em ofício enviado ao ministro das Colónias, deu conta do cenário de destruição que encontrou à chegada ao local: “(...) dependências do posto e palhotas das praças da guarnição, tudo queimado, tendo apenas ficado as paredes de algumas, por serem feitas de tijolos”³³.

A imprensa lisboeta, mais ligada ao Partido Republicano Português, apressou-se a justificar a necessidade de se enviarem tropas portuguesas para África: “É natural que a nossa aliança, sobretudo, depois de algumas afirmações trocadas entre os governos dos dois países sirva, de facto, para garantir a integridade das possessões portuguesas. Mas querer alcançar essa garantia de braços cruzados, sem se mostrar de um modo efetivo que somos capazes, por nossa parte, de empregar todos os possíveis esforços para defendermos aquilo que possuímos, é colocar o País numa situação humilhante e deprimente em face da grande nação inglesa que só há uma palavra para a traduzir: – protetorado”³⁴. Não deixa assim de ser curioso as dúvidas que o envio de expedições para África suscitou nas páginas da imprensa africana: “(...) não chegamos a compreender as razões poderosas decerto que levaram o governo a mandar para esta província e para a de Angola as expedições militares (...)”³⁵.

O comando do destacamento enviado para Moçambique foi entregue a Masano de Amorim, ficando subordinado ao Governo-geral da Província. As tro-

³² NAUK, FO 371/2598, ofício de 7 de fevereiro de 1915 enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey.

³³ Palavras Claras. Razões da intervenção militar de Portugal na guerra europeia. Relatório publicado no *Diário do Governo* n.º 9, 1.ª série, de 17 de janeiro de 1917, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p.19. Ver igualmente, AHDMNE, Piso 3, Armário 7, Maço 13, Guerra Mundial (1.ª). Moçambique. 1915-1916, ofício de 7 de setembro de 1914 enviado pelo Comissário do Governo português junto da Companhia do Niassa ao Ministro das Colónias.

³⁴ “A partida das expedições militares” in *A Capital*, 17 de agosto de 1914, p.1.

³⁵ “Para a guerra. As expedições portuguesas” in *O Africano*, 4 de novembro de 1914, p.2.

pas, transportadas no pacote inglês Durhan Castle, partiram de Lisboa, sem grande entusiasmo, a 11 de setembro e chegaram a Lourenço Marques a 16 de outubro de 1914, em plena época das chuvas³⁶. Na imprensa de Lourenço Marques a primeira notícia sobre a guerra na Europa foi publicada a 12 de agosto³⁷, mas os impactos do conflito no continente só seriam mencionados um mês mais tarde: “Qualquer que seja a sorte das armas, a guerra europeia há-de arrasar, uma por uma influência de condições da paz final, ou por uma ação local das armas, os marcos de algumas das fronteiras que hoje marcam as colônias das diferentes nações (...) Há quem pense, muito erradamente, que, só por um ataque direto, a África poderá sentir os efeitos duma guerra que se fere lá tão longe. Puro engano isso”³⁸.

4. Recontros

A viagem para Moçambique demorava cerca de um mês. A paragem na Cidade do Cabo era aproveitada por muitos soldados e oficiais para irem ao cinema, aos restaurantes ou simplesmente passear pela cidade. Frequentar restaurantes era também uma forma de voltar a tomar refeições de acordo com os padrões dos civis, as tropas regressavam assim, temporariamente à sua identidade civil, recriando comportamentos e interações sociais anteriores à guerra.

A guarnição militar da colónia era diminuta e fracamente preparada, a maioria dos seus membros não tinha frequentado sequer uma escola militar. A tudo isto havia que juntar a falta de instrução militar das unidades mobilizadas, tanto para Angola como para Moçambique, bem como a pouca robustez física dos homens que as integravam, na sua maioria incapazes de suportar os efeitos do clima tropical. De resto, seriam muitos os homens a chegar a África já doentes, incapazes de resistir às terríveis condições de higiene existentes durante a viagem.

A imprensa local dava conta da desorganização e da demora no desembarque das tropas: “O que se tem passado com a malfadada expedição ultrapassou tudo quanto até aqui se tinha visto (...) A expedição que devia gastar 23 dias gastou 35 (...) depois de muito passeadas as tropas que, seja dito de passagem, deixam muito a desejar a respeito de correção, porte e estado de asseio (...) E ainda havia indiferentes que adotando o princípio de que do mal o menos, sorriam divertidos gozando a contradança, julgando nada terem a perder com o desvairamento que lavra entre os coloniais de lá que dão leis aos de cá. Mas

³⁶ “Pró-Pátria. A expedição portuguesa” in *O Africano*, 15 de outubro de 1914, p.1.

³⁷ “A guerra na Europa” in *O Africano*, 12 de agosto de 1914, p.2.

³⁸ “A guerra e nós” in *O Africano*, 16 de setembro de 1914, p.1.

durou pouco o gozo. Sabe-se agora que quem paga esta expedição é a Província de Moçambique que teve mais uma vez a subida honra de merecer cuidados da metrópole”³⁹. Já quase no final da guerra o comandante militar das forças sul africanas, Van Deventer, iria tecer inúmeras críticas relativamente ao desempenho das tropas portuguesas afirmando que estas eram “(...) totally unreliable, and a source of grave danger to their Allies. The personnel, both European and African, is of the poorest possible quality.”⁴⁰

Os navios britânicos que transportavam as forças expedicionárias para África chegaram a deitar as respetivas cargas ao mar perto da praia, seguindo depois viagem, porque não podiam ficar semanas à espera de um desembarque que não havia sido preparado previamente. Alberto Simões descreveu em detalhe, nas suas memórias, as peripécias do desembarque:

“O barco ficou ao largo, no centro da baía, embezerrado, como bisarma apocalíptica, descomunal. (...) foi nesta altura que começaram a avançar pela água dentro pretalhões nus com um pedaço de pano sujo enrolado nos rins, de dentuça a luzir e bocarra aberta, para passarem os homens às costas. Houve uma indecisão na tropa branca que chegava e era recebida tão grotescamente; mas os mais animosos montaram ao dorso dos pretalhões, com a tringalhada às costas, agarrados desesperadamente à carapinha dos pretos que guinchavam como ratazanas perseguidas, mas que os iam colocar em terra enxuta. Não houve desastres pessoais nem banhos forçados. Uma, duas ou três horas bem puxadas durou esta cavalgada de entrudo, que provocou grande risota e alguns sustos sem conseqüências (...). A descarga dos transportes da expedição a Moçambique, tanto na nova base de Mocímboa da Praia, como nas anteriores bases de Porto Amélia e de Palma, foi feita por este rudimentar processo” (Simões, 1933, p. 27).

Américo Pires de Lima, um médico que integrou uma das expedições a Moçambique afirmou:

“Uma das recordações mais penosas que conservo da expedição é o espetáculo da chegada ao hospital de Palma dos estropiados e doentes (...) um grande número deles, interrogados sobre a doença que os afligia, respondia sombriamente: é só fome Sr. Doutor! E não raros se estatelavam no chão duro da secretaria, antes que eu pudesse atendê-los (...) E assim passaram diante dos meus olhos estarecidos, dez, vinte, cem, quatrocentos-

³⁹ João das Regras, “A expedição” in *O Africano*, 24 de outubro de 1914, p.1.

⁴⁰ NAUK, WO 158/474, telegrama cifrado de 24 de junho de 1918 enviado pelo general Van Deventer a Troopers.

tos desgraçados! Não há corte dos milagres, não há entrada de romaria com o seu estendal de mendigos, com as suas misérias sabiamente postas em cena para infundir piedade e horror, que dê uma longínqua ideia do espetáculo, que daquele dia, durante horas, desfilou diante dos meus olhos. E Portugal não sentiu a guerra...E era aquele batalhão de farrapos humanos que Lisboa queria empurrar para um combate sangrento... como se daqueles corpos mirrados pudesse tirar-se sangue que satisfizesse os fraternais desejos de Lisboa” (Lima, 1933, p. 53).

Pires de Lima relatou-nos, também, as dificuldades sentidas quando desembarcou do navio, descrevendo as peripécias que rodearam a expedição que integrou até chegar a terra:

“Com alguns oficiais, desembarquei numa lancha, que pelo seu calado, teve de ficar distante da praia. Para alcançar a terra só havia dois processos: ou de palanquim – processo assaz ridículo, aliás reservado aos magnates, ou então às cavaleiras dos carregadores pretos. Foi este último processo que utilizei, não sem um certo receio e repugnância: receio de que o preto tropeçasse e me estatelasse na água, e repugnância por ter de me agarrar a uma carapinha de perfume pouco aliciante (...) e o aspeto pouco tranquilizador quanto à provável fauna” (Lima, 1933, p. 53).

Descrições como esta são comuns em diversas memórias publicadas pelos oficiais que combateram em África; na verdade, após o final da Primeira Guerra Mundial em algumas publicações redigidas para acompanhar as reuniões e as pretensões das delegações durante a Conferência de Paz, dava-se mesmo conta da forma pouco abonatória com que Portugal olhava para as suas populações nativas: “(...) Portuguese seldom know much of the natives, neither studying their ethnology scientifically nor regarding their customs sympathetically, and rarely taking pains to learn their language”⁴¹. Van Deventer, comandante das Union Defense Forces, afirmou mesmo que os indígenas da África Oriental detestavam os portugueses:

“(...) to such an extent that we can get no help from them, when we act in conjunction with the Portuguese troops. When acting alone, removed from the Portuguese sphere of influence, the natives help us freely”⁴².

Em Lourenço Marques apelava-se à população que estivesse presente para receber as tropas, foi ainda distribuído o seguinte manifesto pela cidade:

⁴¹ *A Manual of Portuguese East Africa*, 1920, p.129.

⁴² NAUK, WO 158/474, telegrama cifrado de 24 de junho de 1918 enviado pelo general Van Deventer a Troopers.

“Chegam brevemente a esta cidade soldados e marinheiros da nossa Pátria, que vêm defender os nossos lares, as nossas vidas, a integridade desta colónia que tanto amamos. Ir esperá-los e manifestar-lhes todo o nosso entusiasmo pela sua chegada, é uma obrigação: são os representantes duma geração que deu mundos novos ao mundo, são os portadores do brio e dignidade Nacional que bastantes marcos (...) marcaram nas páginas cheias de cintilante glória dum Portugal audaz e heróico”⁴³.

Apesar de a 5 de novembro de 1914, em artigo publicado no jornal *República*, António José de Almeida, então líder do Partido Republicano Evolucionista justificar de forma bastante ilustrativa qual a razão de ser da mobilização de tropas portuguesas para o continente africano, afirmando: “Eles vão a África para um efeito único: defender a terra que nos legaram os nossos maiores. Vão combater para que permaneça sob a nossa bandeira a terra que é o ossuário dos nossos mártires e túmulo dos nossos heróis. Eles não vão talar, arrasar, conquistar o solo alheio; vão defender a própria terra. Eles não querem avassalar ninguém; querem apenas bater-se para que ninguém nos avassale. Eles não se sentem animados pela cobiça do que é dos outros; desejam apenas guardar para os portugueses aquilo que é deles, porque legitimamente o herdaram de quem o conquistou com a força dos seus braços e o sangue do seu corpo”⁴⁴. E de o unionista Brito Camacho, que se tinha mostrado contrário a uma intervenção de Portugal no teatro de guerra europeu, justificaria quais as principais diferenças entre manter uma campanha militar na Europa e em África:

“Guerrearíamos em África? Aí paga-se em notas do Banco de Portugal, em notas do Banco Ultramarino, e a judiaria financeira não tinha a margem de lucros que ambicionava. O mesmo não sucederia guerreando-se na França, porque aí teria de se pagar em ouro, e pois que o Estado o não tinha, carecia de o pedir emprestado” (Camacho, 1934, p. 170).

A verdade é que nas páginas de jornais como *O Africano*, diário publicado em Lourenço Marques, fundado pelo moçambicano João dos Santos Albasini, transpareciam as dúvidas quanto à necessidade de enviar tropas para a colónia:

“Porque também ainda não chegamos a compreender as razões poderosas decerto que levaram o governo a mandar para esta província e para a de Angola as expedições militares, alguém se lembrou de nos enviar um recorte de um jornal de Lisboa (...) Quem solicitou o auxílio português?”

⁴³ “Pró-Pátria. A expedição portuguesa” in *O Africano*, 15 de outubro de 1914, p.1.

⁴⁴ António José de Almeida, “Boa sorte!” in *República*, 5 de novembro de 1914, p.1. e também, António José de Almeida, “Em plena carnificina” in *República*, 7 de novembro de 1914, p.1.

Foi o governo britânico que aliás dispõe de forças bem superiores às nossas, ou foi o governo de Lisboa quem lho ofereceu para diretamente influir na contenda e assim preparar terreno para as futuras vantagens nas compensações, quando a guerra terminar? (...) Deus nos livre de nos exirmos ao cumprimento do dever. Nunca em tal pensamos e muito menos o aconselharíamos como jornalistas ou como particulares. O dever é sagrado e ao dever não se foge. Mas uma coisa é dever e outra é precipitação que se acoberta sob o seu nome. Assim o governo terá como restrita obrigação a despreocupada análise da nova medida, que se ainda não tem a sanção oficial, se julga promulgada, não passando esse “consta” mais ou menos pormenorizado das gazetas de um subterfúgio ou um jogo de alcance político, para preparar a opinião pública, de ir depondo os ânimos para o sacrifício que lhe impõem a bem dos interesses da Pátria (...) Se fomos solicitados, está muito bem; se não o fomos pense o governo de Portugal, do que como agente e defensor do partido republicano”⁴⁵.

Dúvidas e incertezas que, no final do ano, continuavam a transparecer nas páginas da imprensa: “Vieram para as colónias 6 ou 8 mil homens armados e equipados, para quê? Para defender a nossa soberania colonial, não é isso que dizem? Pois vão ver onde está essa defesa: as tropas que há meses vieram para esta província, ainda hoje se conservam, segundo as informações que temos, em Porto Amélia! Esperando o quê? (...) Portugal será sempre, até o momento mais crítico da sua história, a nação que se manteve fiel à sua aliada, esperando que ela solicitasse o seu auxílio, para então declarar guerra à Alemanha. O facto de territórios portugueses serem invadidos não é motivo para uma formal declaração de guerra à nação invasora!”⁴⁶. Albasini era um reputado intelectual e jornalista moçambicano, líder do grupo “Grémio Africano”, tinha sido o único negro membro da comissão nomeada em 1914 para estudar a aplicação do Direito em Moçambique (Penvenne, 1996, pp. 419-464). Ao longo dos anos da guerra assinaria artigos no jornal *O Africano*, em seu nome e sob os pseudónimos João das Regras e Chico das Pegas.

A 17 de outubro realizou-se no teatro Varieté uma festa de homenagem às tropas portuguesas, parte das receitas do espetáculo reverteram a favor das vítimas da guerra e da Delegação da Cruz Vermelha de Lourenço Marques⁴⁷. Um grupo de mulheres, liderado por Margarida Stella de Bulhão Pato, Gual-

⁴⁵ “Para a guerra. As expedições portuguesas” in *O Africano*, 4 de novembro de 1914, p.2.

⁴⁶ “Sempre neutros ! Portugal e a Alemanha” in *O Africano*, 30 de dezembro de 1914, p.2.

⁴⁷ “No “variété” in *O Africano*, 17 de outubro de 1914, p.1.

dina Ribeiro e Isaura Nunes de Sousa, fundaram a Comissão Feminina de Auxílio ao Soldado Português, cujo objetivo era “(...) proporcionar o maior número possível de socorros, e um pouco de conforto (...) aos soldados portugueses em campanha na África oriental”⁴⁸.

5. A Frente Interna: Escassez e Revolta

Foi durante a Primeira Guerra Mundial que os consumidores surgiram como um grupo reivindicativo novo na sociedade europeia, as suas exigências de preços mais justos emergiram quase sempre interligadas à necessidade de se proceder a uma reforma mais ampla do Estado e do tecido económico. O problema da escassez de subsistências e do abastecimento alimentar das populações, evocando um conjunto de problemáticas de natureza complexa, foi uma realidade a que o Estado português dedicou grande atenção, e, consequentemente, aquela onde de forma aprofundada e duradoura ocorreram maiores transformações no domínio das relações entre o Estado e a sociedade.

O abastecimento de espaços urbanos em tempo de guerra é um tema complexo, tanto pela diversidade de atores que nele interagem como pela, nem sempre clara, delimitação de poderes e de áreas de intervenção entre as mais tradicionais esferas de acção do Estado e dos municípios. A esta realidade devemos acrescentar o facto da identificação do decisor final não ser simples, nomeadamente, quando estamos perante um cenário marcado pela eclosão de um conflito global, como em 1914.

Nas páginas da imprensa de Lourenço Marques dava-se conta de alguns dos efeitos da carestia e do açambarcamento: “No mercado indígena (Mpamanini) o desaforo nestas últimas semanas não conheceu limites. Os revendedores monhés vão para as estradas de madrugada e apanham quanto podem. (...) Ora estamos numa situação medonha de carestia, em que as explorações devem ser proibidas”⁴⁹. A exportação de milho, amendoim, feijão, arroz, batata, coco, gado, ovos e galináceos, excepto para os territórios da União Sul Africana, já tinha sido proibida⁵⁰. Os comerciantes chineses, gregos e os indianos eram apontados, directamente, como os responsáveis pela especulação:

“(...) alguns agentes, por exemplo, que há muitos anos assentaram arraiais nesta praça, conseguiram ser os monopolizadores dos fornecimentos por atacado, fazendo as vendas a crédito e dando todas as facilidades bancá-

⁴⁸ “Obra Patriótica. Comissão feminina de auxílio ao soldado português” in *O Africano*, 27 de maio de 1916, p.1.

⁴⁹ “A carestia” in *O Africano*, 17 de fevereiro de 1915, p.1.

⁵⁰ Portaria n.º 1159, *Boletim Oficial da Província de Moçambique*, de 27 de agosto de 1914.

rias por meio de reformas de saques, a ponto de criarem uma tal situação de influência mercantil com o seu sistemático favoritismo, que puseram na sua dependência todos aqueles que hoje desejariam talvez libertar-se dos tentáculos indispensáveis dos povos que as absorvem e aniquilam. (...) Presentemente as vendas são feitas com pagamentos à vista, o que dificulta ainda mais a vida dos pequenos comerciantes”⁵¹.

Segundo Pires de Lima “Uma das instituições mais daninhas da costa de Moçambique é certamente o monhé, estranho animal oriundo da Índia inglesa, sanguessuga insaciável de todos os magros cobres que o indígena consegue haver à mão” (Lima, 1933, p. 65). Opinião que Carlos Selvagem partilha:

“Para quem desde já nutria um orgulhoso desprezo de raça por esta infecta canalha monhé, – tão pitoresca, e resto, nos seus balandraus e pantalonas de linho branco, nas suas babuchas de veludo bordado, no seu turbante ou “coffiah” vermelho, – esta absurda familiaridade europeia de homens brancos, oficiais do exército, com espécime tão evidentemente indígena, fazia logicamente arregalar um olho de espanto (...) Alimentam-se de arroz e peixe seco, doutras nauseabundas iguarias indianas, obrigadas a caril, o medonho caril nacional da Índia (...) Vêm todos da Índia Inglesa, de Bombaim, de Calcutá” (Selvagem, 1924, p. 88).

O aumento de preço dos ovos, de \$50 a dúzia para 1\$40, era apontado como exemplo para exigir a fiscalização rigorosa por parte das autoridades dos produtos de primeira necessidade. A 24 de março *O Africano* noticiava um motim em Moçamedes causado pela carestia de produtos alimentares⁵². No Centro Republicano Couceiro da Costa pediam-se providências ao Governador Geral da Província de Moçambique, Joaquim José Machado, contra a carestia de vida e o aumento dos géneros de primeira necessidade. Machado tinha tabelado o preço da farinha em 5\$50 a saca, que se tinha revelado insuficiente uma vez que o preço do pão continuava a aumentar, do comício saíu a necessidade de se nomear uma comissão “(...) composta de operários, funcionários, lojistas e um delegado de todas as associações operárias locais (...) para fazerem uma estimativa dos géneros de primeira necessidade e ficarem constituídos em comissão vigilante” e de ser criada uma padaria reguladora e uma cantina popular⁵³.

⁵¹ “Situação alarmante! O que justifica o exagero de preços nos géneros de primeira necessidade” in *O Africano*, 20 de fevereiro de 1915, p.2.

⁵² “Carestia de géneros” in *O Africano*, 24 de março de 1915, p.1.

⁵³ Cf. “A carestia de vida” in *O Africano*, 28 de abril de 1915, p.2.

De notar por isso os efeitos que a guerra desencadeou, sobretudo na colónia de Moçambique, criando condições e dando lugar ao surgimento de um conjunto de iniciativas tendo em vista o desenvolvimento das relações comerciais e económicas entre o território e a metrópole.

Quadro 5 – Moçambique Comércio Geral

	Valores		
	Importação	Exportação	Total
1.º Semestre de 1914	18 249 513\$48	15 324 935\$83	33 574 449\$31
2.º Semestre de 1914	12 560 999\$52	11 841 864\$17	24 402 863\$69
Soma	30 810 513\$00	27 166 800\$00	57 977 313\$00
1.º Semestre de 1915	10 567 233\$50	9 907 711\$38	20 474 944\$88
2.º Semestre de 1915	13 834 611\$50	12 553 566\$62	26 388 178\$12
Soma	24 401 845\$00	22 461 278\$00	46 863 123\$00
1.º Semestre de 1916	-\$-	11 800 920\$77	-\$-

Fonte: Castro (1917, p.30).

É neste sentido que devemos enquadrar o apelo dirigido pelo seu Governador-geral, Álvaro de Castro, um mês antes da declaração de guerra, à Câmara dos Deputados, convidando o seu Presidente a organizar e enviar uma missão à colónia, por forma a recolher os elementos indispensáveis à elaboração de um trabalho de inquérito que fosse (...) ao mesmo tempo de propaganda⁵⁴. No mesmo dia 4 de fevereiro foi ainda enviado um ofício aos representantes das associações industriais e comerciais dando-lhes conta das vantagens que decorreriam do estreitamento das relações económicas entre Moçambique e a metrópole, opção justificada, segundo Álvaro de Castro, pelas condições do mercado e pela variedade, valor e riqueza, dos produtos do território⁵⁵. Do lado do Governo-geral vinha a garantia de serem empregues todos os meios disponíveis por forma a divulgar adequadamente a iniciativa, através da organização de exposições e do envio de todo o tipo de elementos informativos. Não é, portanto, de estranhar que a Associação Industrial Portuense tenha encarado o investimento nos mercados da África Oriental com algum entusiasmo,

⁵⁴ Ver o ofício dirigido pelo Governo-geral de Moçambique ao Presidente da Câmara dos Deputados em: “Reforma das Pautas” in *O Trabalho Nacional*, n.º 15, de março de 1916, p.81. A proposta só chegou ao Parlamento alguns meses mais tarde, no início de maio: *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 79 de 2 de maio de 1916, p.4.

⁵⁵ *Idem*, pp.81-82.

acentuando a necessidade de se conciliarem forças e de se desenvolver uma ação conjunta com a Associação Comercial e o Centro Comercial do Porto⁵⁶.

Importa por isso ter presente que desde o início do ano, e numa iniciativa claramente descentralizadora, passara a ser da competência dos Governadores-gerais o envio às associações industriais da relação dos pedidos de exclusivo industrial dirigidos aos territórios ultramarinos e não ao Ministério das Colónias, como até então sucedia. Refira-se que os pedidos vinham conhecendo uma evidente dinâmica, ainda que as atividades a explorar fossem, com honrosas exceções, de natureza artesanal, recorrendo a técnicas e equipamentos quase sempre pouco adequados.

Quadro 6 – Relações Oficiais dos Pedidos para Exclusivos Industriais em Moçambique

Proponente	Tipo de Indústria	Duração do Exclusivo	Localização	Deliberação
Napoleão Luís Ferreira	Olaria	20 anos	Lourenço Marques	Anulado
Lúcio Veloso da Rocha e António Correia Pinto	Massas alimentícias, bolachas e biscoitos	10 anos	Lourenço Marques, Quelimane e Moçambique	Indeferido
Julius Antonius Aurelius Schultz	Fabrico de papel e pergaminho	20 anos	Toda a Província	Não há informação relativa ao andamento do processo
Paulino dos Santos Gil e Francisco Maria da Silva	Sabões e velas	20 anos	Toda a Província	<i>Idem</i>
José Joaquim de Moraes	Cimento hidráulico	20 anos	Toda a Província	<i>Idem</i>
Giuseppe Cavallari e Giuseppe Miglietti	Gelo	10 anos	Cidade e subúrbios de Lourenço Marques	<i>Idem</i>
Napoleão Luís Ferreira Leão	Fósforos	20 anos	Não há informação	<i>Idem</i>
Giuseppe Cavallari e Giuseppe Miglietti	Cerveja	20 anos	Toda a Província	<i>Idem</i>
Manuel de Jesus Martins e Aurélio Augusto Loureiro	Fibra vegetal	20 anos	Toda a Província	<i>Idem</i>

Fonte: “Exclusivos industriais nas colónias” in *O Trabalho Nacional*, n.º 15, de março de 1916, pp.70-71.

Pouco tempo depois, em abril, foi posto à discussão no Parlamento um projeto de lei cujo objetivo era autorizar o Governador Geral de Moçambique a contrair um empréstimo de 500 000\$00 destinado à realização de obras de fomento na colónia⁵⁷. Deve reconhecer-se, sem grandes surpresas aliás, que neste domínio específico toda a ação da República em relação a Moçambique se tinha resumido ao desenvolvimento das receitas mais diretamente dependentes das relações com os territórios vizinhos, particularmente com a África do Sul, opção que, entre outros aspetos, acabou por comprometer a valorização dos seus recursos próprios, o que a prazo lhe permitiria perspetivar um desenvolvimento progressivo e independente. A guerra, para além de todos os efeitos conjunturais que acarretou, expôs de forma crua algumas marcas desta orientação, que muitos apelidaram então de imprevidente⁵⁸.

O Parlamento português hesitou em dar expressão formal ao pedido de Álvaro de Castro, apoiando-se na inexistência de um plano de fomento cuidadosamente traçado que integrasse as obras propostas para financiamento⁵⁹. Após várias insistências da Câmara, o relator da proposta, Ernesto de Vilhena, acabou por avançar uma explicação, que poucos convenceu, acerca do rumo proposto e da orientação a seguir: “(...) não se deveria descrever taxativamente as obras de fomento a que o empréstimo de 500 000\$ é destinado, em primeiro lugar, porque não é costume; em segundo lugar porque não era conveniente; em terceiro lugar porque a inserção em nada aumentava para o Estado as garantias que o empréstimo representava nos termos da legislação em vigor; e, em quarto lugar, porque o Parlamento adotava uma orientação centralizadora, o que estava em desacordo com a sua própria deliberação⁶⁰.”

Na verdade o assunto era importante; daí que, apesar dos seus objetivos pouco definidos e integrados de forma pouco clara, a proposta acabasse por merecer o aval da Câmara dos Deputados⁶¹. Neste contexto, devem por isso destacar-se as expectativas e o interesse oficial que iam sendo colocados em torno da possibilidade das colónias abastecerem o Continente e a Madeira de produtos essenciais, opção que em certa medida se considerava ser capaz de travar o

⁵⁷ O empréstimo a contrair a uma taxa de juro de 6% destinava-se a “(...) montar uma linha telefónica para Joanesburgo, completar as linhas telegráficas e telefónicas da Zambézia e realizar algumas obras para iniciar a preparação de Lourenço Marques para estação de turismo e ainda abrir certas estradas na parte Sul da província”. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 64 de 3 de abril de 1916, p.16.

⁵⁸ Ver em particular a intervenção do deputado unionista Armando Ochoa. *Idem*.

⁵⁹ Mais detalhes sobre os contornos desta discussão em *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 66 de 5 de abril de 1916, pp.8-14.

⁶⁰ *Idem*, p.11.

⁶¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 68 de 7 de abril de 1916, p.14.

descontentamento e as manobras reivindicativas de uma população cada vez mais insatisfeita com a orientação que o poder político vinha seguindo, sobretudo em matéria de subsistências.

A depreciação do escudo face à libra esterlina foi um dos fatores que mais contribuiu para o aumento dos preços, contudo a vida local viu-se ainda agravada pela exportação, com fins especulativos, de ouro para a Índia britânica: “A abundância de ouro que circula nesta praça deve ser defendida por medidas tais que a Lourenço Marques dela advenham os benefícios cambiais que a Metrópole não pode esperar com a falta de ouro de que sofre”⁶².

Quanto ao essencial, impunha-se de forma acentuada a necessidade de se aproveitarem as matérias-primas coloniais, de modo a potenciar o investimento dos capitais portugueses em África; refira-se neste contexto a forma como, lentamente, as colónias tendiam a ser encaradas como elementos integrantes do espaço económico nacional. Até porque como tinha sintetizado o deputado José Barbosa, por ocasião da discussão do orçamento da despesa: “(...) as nossas colónias nunca foram um favor para a metrópole, mas antes o único mercado que tem mantido o nosso equilíbrio comercial e industrial”⁶³.

Quadro 7 – Reexportação de Produtos de Moçambique (1913-1916)

	1913	1914	1915	1916
Toneladas				
Matérias-primas	12	39	827	934
Substâncias alimentícias	1 749	120	-	89
Total	1 761	159	827	1 020
Contos				
Matérias-primas	6	4	66	71
Substâncias alimentícias	105	113	-	12
Total	111	117	66	84

Fonte: “Ainda a reexportação colonial” in *O Economista Português. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 10.º Ano, n.º 95, 8 de maio de 1920, p.156.

A Comissão Parlamentar de Colónias, por intermédio do seu Presidente Ernesto de Vilhena, pronunciou-se, em meados de maio, acerca do momento e da oportunidade de se enviar uma missão comercial e industrial a Moçam-

⁶² Íago Aires, “Exportação do ouro. Avultadas quantias que são enviadas para a Índia. Uma especulação a que é preciso por cobro” in *O Africano*, 29 de novembro de 1916, p.1.

⁶³ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 67 de 6 de abril de 1916, pp.13-14.

bique. E neste domínio importa equacionar ainda dois episódios marcantes, ocorridos precisamente nos meses de abril e maio de 1916: a tomada de Quionga e a ocupação de Xivinga, situação que se fez refletir inevitavelmente no desenrolar da vida quotidiana do território, levando a Comissão a concluir que, apesar de todos os benefícios de natureza política, económica e financeira que ficariam necessariamente associados à missão, o momento parecia não ser dos mais próprios à realização dos seus trabalhos⁶⁴. Do lado das “forças vivas”, a anuência parece ter sido total, mas o ânimo não esmoreceu.

6. África e a Guerra na Europa

Entre setembro de 1914 e janeiro de 1915 a importância da Península Ibérica para os Aliados estava relacionada com a monitorização das comunicações e transações comerciais dos Impérios Centrais no Atlântico e no Mediterrâneo (García Sanz, 2014, p. 502). Num artigo publicado na imprensa, Cáceres Cervantes comparava “o problema português” à “questão marroquina”: “(...) uma e outra afetam integralmente a nossa nacionalidade, por essas causas, nem nós podemos ignorá-las, nem a Europa nos deixa que abduquemos dos nossos direitos (...)”⁶⁵. De igual modo, a disputa luso-alemã em África que se tinha iniciado, em 1878, quando Bismarck anunciou que não iria reconhecer as pretensões de Portugal na região do Congo, desempenhou um papel importante ao incutir, logo que o conflito europeu se iniciou, a ameaça de uma possível invasão.

Ao longo de dois anos, por inúmeras vezes, Portugal tinha dado argumentos à Alemanha para evocar a rutura da neutralidade e avançar com uma declaração de guerra, mas a Alemanha nunca o fez temendo, justamente, perder não só os seus navios que se encontravam fundeados em portos portugueses, mas também a influência e os interesses comerciais e industriais estratégicos, que soubera conquistar tanto em Portugal continental como nas colónias; seria, de resto, durante estes anos, que o conceito de indivisibilidade do território nacional mais se enraizaria entre a elite (Zollmann, 2016, p. 52). A eclosão da Primeira Guerra Mundial colocou um ponto final à possibilidade de ser construída uma *Mittelafrika* alemã.

Na sequência da declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro, cerca de 734 navios alemães refugiaram-se em águas neutras; destes, cerca de 70 – aproximadamente 242 mil toneladas – encontravam-se em portos portugueses. No final de dezembro de 1915 a frota mer-

⁶⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 89 de 15 de maio de 1916, pp.29-30.

⁶⁵ Em *La Tribuna*, 4 de dezembro de 1914.

cante nacional era composta por apenas 471 embarcações, perfazendo um total de 91.859 toneladas brutas, e a capacidade de produção dos estaleiros navais portugueses – o maior era em Viana do Castelo – não excedia as 4.600 toneladas ano (Pires, 2011). A 23 de fevereiro de 1916, um destacamento da Armada Portuguesa subiu a bordo dos navios alemães e austríacos que se encontravam no estuário do Tejo e, com honras militares, fez içar a bandeira portuguesa.

A 9 de Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal. Dias mais tarde o chefe do Estado-Maior da Província de Moçambique tornava obrigatório o cumprimento do serviço militar a todas as praças licenciadas residentes no distrito de Lourenço Marques, que deveriam apresentar-se no Quartel-General da Província a 22 de março⁶⁶. O Conselho de Governo ordenou ainda a suspensão de garantias em toda a província de Moçambique, a imprensa passou a ser censurada, e todas as secções em landim dos jornais proibidas. No telegrama que enviou ao ministro das Colónias, o Governador-geral afirmava que a declaração de guerra tinha sido recebida “(...) com calma e serenidade (...)”⁶⁷, mas nas páginas da imprensa transparecia a desconfiança relativamente à comunidade alemã, recordando-se o que tinha acontecido durante o combate de Naulila:

“Proteger um alemão, auxiliá-lo, facilitar a sua liberdade de ação dentro do nosso território, é um crime de lesa-pátria, e, se nos for permitido criticar uma pequena disposição da lei, diremos que relativamente à liberdade condicional dos súbditos das nações inimigas deve tal liberdade ser concedida única e exclusivamente pelo Governador-geral (...) Que não haja tibezas nem sentimentos piegas da nossa parte porque está mais do que provado que os alemães não têm tido a mínima consideração ou respeito por nós, e bastará citar a forma repugnante e brutal como eles trataram os nossos prisioneiros de Naulila. (...) Não é com branduras que se faz a guerra e é indispensável que nos compenetrems desde já da ideia de que os alemães todos são nossos inimigos”⁶⁸.

É neste sentido que devemos entender a pressão que o Foreign Office exerceu junto do Governo português para que de imediato os alemães residentes em Portugal continental e nas colónias que se encontrassem em idade de cumprir o serviço militar fossem feitos prisioneiros de guerra, recomendando-se que os que não pertencessem a essa categoria fossem colocados sob estreita e apertada

⁶⁶ “Quartel-general da Província de Moçambique. Mobilização do exército chamada das reservas” in *A Cidade*, 18 de março de 1916, p.3.

⁶⁷ “Um telegrama para Lisboa” in *O Africano*, 15 de março de 1916, p.1.

⁶⁸ “Portugal na Guerra. A situação – notas e comentários – notícias diversas” in *O Africano*, 15 de março de 1916, p.1.

vigilância⁶⁹. Não se pode aliás ignorar o aspeto oportunista por trás desta iniciativa que de resto deixava antever a ambição e o desejo das autoridades britânicas estrangularem não só o comércio, mas toda a atividade económica alemã. Afonso Costa garantiu ao ministro inglês, em Lisboa, Lancelot Carnegie, que as autoridades britânicas poderiam contar com o apoio de Portugal, nem que para isso “(...) the interests of Portuguese citizens were temporarily affected (...)”⁷⁰.

A 14 de março a Sociedade de Instrução Militar Preparatória reuniu na sede da Associação dos Empregados do Comércio e Indústria, durante o encontro “(...) proclamou-se bem alto o seu apoio à atitude do nosso Governo perante a Alemanha, à causa dos aliados e sobretudo à defesa da nossa Pátria (...)”⁷¹. Foi ainda proposta a organização de uma manifestação de simpatia ao Governador-geral e aos Cônsules dos países aliados. A direção do Instituto Goano realizou, também, uma assembleia geral cujo principal objetivo foi demonstrar que “(...) todos os filhos da Índia aqui residentes e aptos para o serviço militar (...) estavam à disposição (...) do governo para tudo que possam ser úteis na defesa da Pátria portuguesa (...)”⁷².

Em Lourenço Marques começariam a surgir rumores quanto à alegada germanofilia da colónia indiana e à circulação da propaganda alemã junto dos muçulmanos residentes na colónia: “Disseram-nos que nas *mesquitas* dos indígenas amonhesados se vêm entoando cânticos em louvor do Exército Turco e dos seus aliados, ao mesmo tempo que anatematiza a causa dos contrários. Não acreditamos que no cérebro dos indígenas, inculto na generalidade, se conceba uma ideia como esta e por isso prevenimos as autoridades a fim de que evitem a pressão maometana por outras coisas não pode ser exercida sobre os indígenas portugueses, porque, ainda sob o aspeto religioso, ela pode causar sérios inconvenientes aos sentimentos do País (...). Lembramos a conveniência de não perder de vista os maometanos residentes em Lourenço Marques. São um bom esteio para a propaganda alemã, catequisando os pretos, de acordo

⁶⁹ NAUK, FO 371/2761, ofício de 20 de março de 1916 enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey, p.1. Em outubro a Legação de Portugal em Espanha dava conta da intenção do governo alemão chegar a acordo com Portugal relativamente a esta matéria. AHDMNE, Requisição dos Navios Alemães, 3.º Piso, Armário 7, Maço 24, ofício de 24 de outubro de 1916 enviado pelo chefe da Legação de Espanha em Lisboa ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares.

⁷⁰ *Idem*, p.2.

⁷¹ “A manifestação de ontem à noite. Uma sessão histórica” in *O Africano*, 15 de março de 1916, p.2.

⁷² “A colónia indiana desta cidade oferece os seus serviços ao Governo” in *O Africano*, 18 de março de 1916, p.2.

com as suas conveniências⁷³. Recorde-se que no norte de África, entre as populações muçulmanas, a conflagração europeia estimulou o desenvolvimento do nacionalismo potenciando o aparecimento de “guerras religiosas” *jihads* contra a Europa.

Seis dias mais tarde o ministro do Interior, António Pereira Reis, colocou todos os cidadãos alemães “(...) sob vigilância discreta da polícia (...)” e deu instruções aos Governadores Cívicos para que os fizessem comparecer perante a respetiva autoridade administrativa a fim de declararem os seus nomes, idade, lugar de nascimento, profissão e estado civil⁷⁴, em seguida foi regulamentado o serviço de passaportes e proibida a entrada no território nacional de todos os súbditos da Alemanha e das nações suas aliadas⁷⁵. Não é por isso difícil encontrar uma linha de continuidade entre esta orientação estratégica e a ordem de expulsão promulgada dias mais tarde por Afonso Costa⁷⁶. Recorde-se que no final do ano, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 1916, realizara-se em Bombaim o Congresso Nacional Indiano, encontro que contou com a presença de Mohandas Gandhi e onde foi debatida a admissão de indianos ao serviço militar⁷⁷.

A desconfiança e o tom crítico que tinham acompanhado o envio de tropas portuguesas para as colónias desde 1914 deu então lugar à justificação da opção seguida pelos dirigentes republicanos: “Se a guerra é uma calamidade não deixa por isso de ser uma necessidade, e não deve restar dúvida a nenhum português, que nós não podíamos permanecer na atitude dúbia e intolerável em que temos estado desde que a guerra foi declarada entre a Inglaterra e a Alemanha”⁷⁸.

A 24 de maio de 1916, o ministro da Guerra, Norton de Matos publicou um decreto que ordenava o recenseamento militar de todos os cidadãos, sem exceção, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. Foram então mobilizados o C.E.P. (Corpo Expedicionário Português) e o C.A.P.I. (Corpo de Artilharia Pesada Independente). Portugal abandonava a situação ambígua em

⁷³ “A quem competir” in *A Cidade*, 28 de março de 1916, p.1.

⁷⁴ Ver nomeadamente o cadastro dos súbditos alemães residentes em Portugal. DGARQ – TT, Ministério do Interior, Direção Geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 66, Circular de 20 de março de 1916 enviada pelo Diretor-geral da Administração Política e Civil aos Governadores Cívicos.

⁷⁵ Decreto n.º 2313, *Diário do Governo*, I Série, n.º 64 de 4 de abril de 1916.

⁷⁶ Não eram abrangidos pelo diploma os indivíduos do sexo masculino com mais de dezasseis anos e menos de quarenta e cinco, que poderiam ser mobilizados pelo Governo português. Decreto n.º 2350, Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 77, de 20 de abril de 1916.

⁷⁷ AHDME, Consulado de Portugal em Bombaim e Calcutá, Caixa 676.

⁷⁸ Portugal na Guerra. A situação – notas e comentários – notícias diversas” in *O Africano*, 15 de março de 1916, p.1.

que se encontrava, desde 1914, e entrava oficialmente na guerra ao lado dos Aliados, colocando um ponto final à “neutralidade” da Península Ibérica (Pires, 2015, pp. 207-220). A partida das tropas de Lisboa para África foi acompanhada por uma população resignada: “Princípio de Junho, à tarde, desfilou o batalhão de Campolide até ao Cais da Areia. Da parte da tropa, marcha resignada e fatalista para o desconhecido. Nem entusiasmo, nem desalento. Da parte do público, na longa travessia, a indiferença mais completa, como se se tratasse de um regimento que fosse fazer manobras nos arredores da cidade. Nenhum interesse, nem sequer curiosidade; um vácuo mais doloroso do que a própria hostilidade” (Lima, 1933, p. 7).

Na sequência da declaração de guerra foi criada também uma escola preparatória de oficiais milicianos, em Moçambique⁷⁹. Os diplomas fixavam em 9 semanas o período de instrução. Uma vez que as tropas portuguesas enviadas para África tinham dificuldade em adaptar-se ao clima, sofrendo inúmeras baixas, durante a terceira expedição improvisou-se a organização de dez companhias indígenas, cujo tempo de instrução tinha sido marcadamente curto, apenas 4 meses, numa altura em que se sabia já que o tempo mínimo para formar um bom soldado indígena rondava os quatro anos.

Os portugueses que se encontravam a residir na África do Sul acabaram, também, por se dirigir ao Quartel-General, em Lourenço Marques, voluntariando-se, para cumprir o serviço militar⁸⁰. Vale a pena ter presente que no início da guerra toda a África Oriental era cobiçada para o estabelecimento de uma colónia indiana.

Entre 1914 e 1918 cerca de dois milhões e meio de africanos foram mobilizados como soldados, trabalhadores ou carregadores, número que corresponde a, aproximadamente, 1% do total da população do continente (DAS, 2011, p. 4). No norte de Moçambique, onde as estradas eram escassas e a rede de caminhos-de-ferro inexistente, foi necessário recrutar um número elevado de carregadores. Neste território desde 23 de dezembro de 1876, quando foi publicado o Regulamento para a Administração e Fiscalização das Obras Públicas, que o estudo da construção e conservação de estradas, pontes, caminhos-de-ferro e telégrafos vinha sendo equacionado, numa tentativa de fomentar o desenvolvimento de infraestruturas económicas ultramarinas (Mano, 1941, p. 47). Nesse mesmo ano D. Luís I outorgou ao britânico

⁷⁹ Decreto n.º 3120 – A, *Boletim Oficial de Moçambique*, 4 de agosto de 1917, Decreto n.º 3165, *Boletim Oficial de Moçambique*, 4 de agosto de 1917.

⁸⁰ Ver “Umás perguntas” in *A Cidade*, 28 de março de 1916, p.2. e “Pela defesa da pátria! Oferecimentos patrióticos. Voluntários que pedem para se alistar” in *O Africano*, 18 de março de 1915, p.2.

George Pigot Moodie a concessão da construção e exploração de uma linha férrea e telegráfica destinada a ligar Lourenço Marques ao Transvaal, contudo o projeto acabaria por ser adiado.

A primeira linha telegráfica do território, fazendo a ligação Tangalene-Quelimane, entrou em funcionamento apenas em 1879. O primeiro regulamento dos correios e telégrafos de Angola foi aprovado em 1877, e em 1885 instalaram-se os primeiros 50 telefones na colónia. Na Câmara dos Deputados os novos meios de comunicação eram apresentados como um instrumento indispensável à manutenção da soberania nacional, encurtando distâncias entre espaços metropolitanos e coloniais e permitindo o acesso à informação quase em “tempo real”⁸¹. Havia, de resto, sobretudo nos corredores da diplomacia internacional, a ideia de que as principais colónias portuguesas se encontravam decadentes e que, para valorizá-las, Portugal teria que recorrer a empréstimos externos, em particular junto da praça londrina (Almada, 1972, pp. 9-10).

Por outro lado, vale a pena ter presente que, por esta altura, e ainda que as colónias portuguesas não representassem um encargo financeiro considerável para o governo de Lisboa, um pouco por toda a Europa as principais potências colonizadoras começavam a equacionar formas de investimento nos territórios coloniais que não sobrecarregassem as respetivas metrópoles com os seus *deficits* orçamentais, uma vez que se entendia que o desenvolvimento económico da metrópole não poderia, nunca, ficar subalternizado relativamente à modernização das respetivas possessões coloniais (Roberts, 1986, p. 26; Capela, 1975). Portugal surgia assim, na síntese de Valentim Alexandre, como um País criador de “(...) vastos domínios desproporcionados em relação ao peso político e económico da metrópole no sistema internacional (...)” (Alexandre, 2004, p. 960; Clarence-Smith, 1985, p. 86; Axelson, 1967).

Os efeitos do recrutamento em massa de carregadores fizeram-se sentir, rapidamente, na produção agrícola; apesar das mulheres terem continuado a semear e a colher, sem os homens para lavrar a terra, as produções decresceram e cedo se revelaram insuficientes para suprir as respetivas necessidades alimentares. Os preços dos escassos alimentos disponíveis aumentaram rapidamente e a fome fez-se sentir de forma generalizada um pouco por todo o continente, só sendo suprimida, em parte, pela importação de alimentos da Índia e da África do Sul.

No último dia de maio de 1917 os empregados do porto e dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques iniciaram uma greve; na sequência do movimento

⁸¹ Cf. *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão de 17 de julho de 1882, p. 2144. Veja-se igualmente Headrick (1981; 1991).

o Governador-geral deliberou a, 6 de junho, a ocupação militar das estações e linhas do caminho-de-ferro, bem como as instalações do cais, com o argumento da respetiva indispensabilidade para o regular funcionamento da economia da província, bem como a salvaguarda dos seus interesses militares⁸². Na véspera era declarado o estado de sítio na província e o governo da cidade foi entregue ao comandante da Guarda Nacional Republicana, tenente-coronel José de Almeida Vasconcelos⁸³. O governo concedeu ainda o prazo de 48 horas para que os funcionários se apresentassem ao trabalho “(...) findo este prazo os que se não apresentarem serão, respetivamente, demitidos ou despedidos”⁸⁴. O encarregado do governo, Pedro Luís de Bellegarde da Silva, apelou “(...) a todos e em especial para os habitantes da cidade de Lourenço Marques sem distinção alguma, pedindo que a sua colaboração e esforços concorram para voltarmos à situação normal e tranquila em que estamos, dentro da qual tanto há a produzir para o bem geral desta colónia”⁸⁵. As principais reivindicações dos grevistas eram as seguintes:

1. Aumento geral de todo o pessoal do quadro e assalariados, sem distinção de raças;
2. Oito horas de trabalho;
3. Manutenção de três dias do Boletim;
4. Contagem para efeitos de reforma, de todo o tempo de serviço prestado aos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques;
5. Pagamento integral dos dias de greve;
6. Fornecimento a todos os ferroviários, pelas farmácias do Estado, dos medicamentos manufacturados ou por manufacturar, com 50% de desconto.

O governador acabou por ceder, concedendo aos ferroviários os 3 dias de boletim reivindicados, mostrando-se “(...) disposto uma vez que todos regressassem ao trabalho, a apreciar os restantes pedidos, de acordo com uma comissão delegada pela Associação do Pessoal do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques”⁸⁶.

Em Moçambique faltou mão-de-obra “(...) nas fábricas e nas fazendas, e o recrutamento provoca mesmo a fuga das populações. As companhias reclamam, e uma delas queixa-se que o prazo Luabo está sendo despovoado, devido

⁸² “A ocupação militar” in *O Africano*, 6 de junho de 1917, p.1.

⁸³ “A Situação. É proclamado o estado de sítio com suspensão de garantias” in *O Africano*, 6 de junho de 1917, p.2. Igualmente, o “Edital” in *O Africano*, 6 de junho de 1917, p.2.

⁸⁴ “A ocupação militar” in *O Africano*, 6 de junho de 1917, p.1.

⁸⁵ “Proclamação” in *O Africano*, 6 de junho de 1917, p.1.

⁸⁶ “Terminou a greve dos ferroviários” in *O Africano*, 23 de junho de 1917, p.1.

a fazer-se o recrutamento à mão armada”⁸⁷. É bom de ver que os carregadores, que por esta altura eram ainda voluntários, disponíveis para integrar e satisfazer as necessidades crescentes dos exércitos em campanha, começaram a escassear muito rapidamente; durante os anos de guerra, só na África Oriental, morreram cerca de 100 mil carregadores. Álvaro Rosas equiparou-os a escravos e deixou um relato das condições em que fizeram a guerra nas suas memórias: “Aqueles filas macabras de carregadores de ventre deprimido e ossos a furarem a pele, negros espectros ambulantes, com gargalheiras de arame ao pescoço se vislumbra no olhar a ânsia da fuga libertadora, guardados como animais por sipaios ferozes, é um friso horroroso que se crava para sempre na memória de todo o homem sensível” (Rosas, 1935, p. 40). As autoridades coloniais portuguesas autorizaram, também, o recrutamento de carregadores em Moçambique, para serviço das forças britânicas: “O pedido do General Hoskins para recrutamento de 12.000 carregadores até fim de Agosto e 6.000 mensais e daí em diante foi diferido pelo Governador”⁸⁸.

Nas páginas da imprensa lamentava-se a desorganização militar das colónias portuguesas e questionava-se o papel da tropa indígena: “Se a tropa indígena é necessária – como nos parece que é – nada mais urgente do que a sua organização. Se não é e se se mantém essa fantochada apenas para justificar o mumificante quadro do ultramar que lembra um passado de lenda, o melhor é acabar-se com ela”⁸⁹. Portugal utilizou cerca de 60 mil carregadores durante a guerra e forneceu aproximadamente 30 mil às forças britânicas (Newitt, 1995, p. 367). O preconceito racial e o racismo, figuravam como elemento integrante das políticas de governação colonial dos impérios europeus, de que Portugal não era exceção. Como sublinhou Robert McNamara, apesar de em teoria a ideologia da igualdade do republicanismo francês ter sido aplicada, a partir de 1910, às possessões coloniais portuguesas, a verdade é que o racismo continuava a estar muito disseminado (McNamara, 2015, p. 274). Imagem que o escritor Carlos Selvagem irá difundir:

“E é pensando, com desgosto, no prazer orgulhoso dos meus camaradas que mantém já em Palma, públicos concubinatos com várias Fatimas deste rincão do Islam, que eu recolho à minha barraca, atordado ainda

⁸⁷ AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2, ofício de 5 de dezembro de 1917 enviado por Ernesto Vilhena, Direção-geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, ao Ministro de Inglaterra em Portugal, Lancelot Carnegie.

⁸⁸ AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processos n.º2, ofício de 5 dezembro de 1917 enviado pela Direção-geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos ao ministro de Inglaterra em Portugal, Lancelot Carnegie.

⁸⁹ “Recrutamento militar” in *O Africano*, 23 de fevereiro de 1916, p.1.

pelo ressoar do tan-tan e pela estranha visão de pesadelo, lá em baixo, sob as mangueiras. Pela primeira vez, medito, com tédio, no nosso desprezo dos pudores da raça – espécie de inconsciência pelos superiores instintos de defesa do nosso sangue ariano” (Selvagem, 1924, pp. 106-107).

Imagem que contrasta com a apresentada por vários goeses em documento dirigido ao cônsul de Portugal em Zanzibar:

“We are quite alive to the fact that in a cosmopolitan place like Zanzibar it is difficult to draw the line between citizens of one race and those of another”⁹⁰.

As autoridades coloniais tinham um entendimento, bastante pragmático, de resto, do que era a população negra:

“(…) the Portuguese, throughout the centuries of their occupation of East Africa, have never viewed him in any but a proper and practical light: for them he is first and last the *mão-de-obra* (labouring hand) (...)”⁹¹.

Segundo a nota elaborada em novembro de 1918 pelo secretário de Estado das Colónias, Vasconcelos e Sá, Portugal forneceu cerca de 30 mil carregadores à Grã-Bretanha⁹², num processo que esteve envolto em dificuldades, face às necessidades, crescentes, de mão-de-obra sentidas pelas forças militares portuguesas para debelar a revolta que entretanto eclodira no Barué, como a Direção-geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos expôs ao ministro de Inglaterra em Portugal, Lancelot Carnegie:

“A província está onerada com o recrutamento de carregadores e soldados para as forças portuguesas no norte e no Barué, e de trabalhadores indispensáveis para evitar a paralisação completa agrícola e industrial. A mão-de-obra falta, porém, já nas fábricas e nas fazendas, e o recrutamento provoca mesmo a fuga das populações. As companhias reclamam, e uma delas queixa-se de que o prazo Luabo está despovoado, devido a fazer-se o recrutamento à mão armada”⁹³.

⁹⁰ AHDMNE, Consulado de Portugal em Zanzibar, Maço 19, ofício de 18 de dezembro de 1915 enviado ao cônsul geral de Portugal em Zanzibar.

⁹¹ *A Manual of Portuguese East Africa*, 1920, p.129.

⁹² AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2, Nota de novembro de 1918 elaborada pelo secretário de Estado das Colónias, Alexandre José Botelho de Vasconcelos e Sá.

⁹³ AHDMNE, 3.º Piso, Armário 6, M.18, Processo n.º 2, ofício de 5 de dezembro de 1917 enviado por Ernesto Vilhena, Direção-geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos, ao Ministro de Inglaterra em Portugal, Lancelot Carnegie.

Simões Alberto nas suas memórias da campanha em Moçambique enaltecia a bravura dos soldados negros e descrevia as condições difíceis em que combateram:

“Fez toda a campanha descalço, de pernas nuas; nunca se queixou da fadiga, embora em certas ocasiões os olhos se lhe injetassem de laivos sangrentos, como querendo estoirar por um esforço violento; e quando enrodilhado o cavername na terra dura, descansava o corpo lasso, suado, catinguento, olhava enternecidamente o chefe, não hesitando em sacrificar a própria vida para que a do seu “senhor”, a do “mesugo”, fosse poupada” (Alberto, 1933, p. 143).

Junto à costa recebiam quinze centavos por dia, enquanto nas regiões do interior apenas lhes eram pagos cinco centavos por dia⁹⁴. Testemunhos como este ajudam-nos a traçar uma linha que distingue colonizadores e colonizados, por outro lado ajudam-nos, também, a ter uma percepção clara da utilização de negros para combater em África.

Conclusões

O armistício marcou o fim da experiência colonial alemã e o redesenho do mapa do continente. Apesar do Império Africano fazer parte do imaginário nacional e de Portugal se afirmar como um país colonial, a intervenção portuguesa na frente de guerra africana ficou sempre subalternizada pelo envio de tropas para a Flandres, a partir de janeiro de 1917. Esta realidade foi de resto descrita por alguns combatentes, como António de Cértima, que numa pequena síntese literária publicada em 1925, deu conta do seu descontentamento: “Olha o que vai lá por fora ! É o 9 de Abril”, – é a apoteose do teu irmão que morreu na Flandres, mais rico e mais nobre do que tu, cheio de honras e medalhas e citações gloriosas, ao serviço, decerto, de melhor Pátria que a tua...(…) Soldado de África ! Quantas medalhas te puseram no peito?” (Cértima, 1925, pp. XI).

Na verdade, o próprio envio de tropas para África acabou por gerar algum consenso apenas junto da elite política dirigente, suscitando dúvidas à generalidade da população colonial e metropolitana, quanto à sua efetiva necessidade, incertezas que animaram vários debates nas páginas da imprensa. Esta atitude sofreu, contudo, uma inflexão a partir de março de 1916 quando a Alemanha declarou guerra a Portugal e se deu início à preparação e envio de um Corpo Expedicionário Português para França, a entrada de Portugal aca-

⁹⁴ NAUK, WO 106/587, *Notes on Mozambique District, Portuguese East Africa*.

bou por suscitar uma mudança no modo e na forma como políticos e industriais passaram a encarar a necessidade de se estreitarem relações entre o território metropolitano e o espaço colonial, aproveitando possibilidades e recursos que se revelavam decisivos para alimentar um esforço de guerra crescente. Ou, como à época sintetizou o engenheiro Lisboa de Lima, só podíamos enfrentar as dificuldades, “conjugando os esforços de todos e cada um (...) quer na Metrópole quer nas colónias, para trabalhar numa mesma orientação não se procurando salvaguardar de preferência os interesses metropolitanos ou coloniais, porque todos eles são portugueses (...)”⁹⁵.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE).
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas.
Ministère des Affaires Étrangères, Centre des Archives Diplomatiques de La Courneuve.
National Archives of the United Kingdom (NAUK).
National Archives and Records Administration (NARA), Washington.

Bibliotecas

Biblioteca Nacional de Portugal.
Biblioteca Pública de Nova Iorque.
Biblioteca do Congresso, Washington.
Boldeian Library, Universidade de Oxford.
Cecil Green Library, Universidade de Stanford.

Jornais

A Capital
A Cidade
O Africano

Bibliografia

A Manual of Portuguese East Africa, 1920. London: His Majesty's Stationery Office.
Alberto, M. S., 1933. *Condenados. A Grande Guerra vivida às portas do degredo*. Aveiro: Tipografia Lusitânia.

⁹⁵ “Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 8 de maio de 1916 feita por Lisboa de Lima” in *Revista Colonial*, Ano 4.º, n.º 41, 25 de maio de 1916, pp.120-121.

- Alexandre, V., 2004. O Império Português (1825-1890): ideologia e economia. *Análise Social*, nº 169, pp. 959-979.
- Alexandre, V., 1995. A África no Imaginário Português. *Penélope*, nº 15, pp. 39-52.
- Almada, J., 1972. *Reflexões sobre as convenções Anglo-Alemãs relativas às colónias portuguesas, 1898-1914*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Almeida, A. J., 1890. “Bragança, o último” in *O Ultimatum*, 23 de Março, p. 1.
- Arrifes, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional.
- Axelson, E., 1967. *Portugal and the scramble for Africa*. Johannesburg: Witwatersrand University Press.
- Boyd, W., 1999. *An ice-cream war*. New York: Vintage Books.
- Camacho, B., 1934. *Portugal na Guerra*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- Carvalho, M., 2015. *A Guerra que Portugal Quis Esquecer*. Porto: Porto Editora.
- Castro, Á., 1917. *África Oriental Portuguesa. Notas & Impressões*. Lisboa: Livraria Académica.
- Cértima, A., 1925. *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido de África*. Lisboa: s/ed..
- Clarence-Smith, G., 1985. *O terceiro império português (1825-1975)*. Lisboa: Teorema.
- Coelho, J. P. B., 2010. *O olho de Hertzog*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, S., 2015. *Entre a morte e o mito. Políticas da Memória da I Guerra Mundial (1918-1933)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Costa, M., 1934. *Cartas de Moçambique (de tudo um pouco)*. Lisboa: s. ed.
- Costa, M., 1932. *É o inimigo que fala. Subsídios inéditos para o estudo da Campanha da África Oriental 1914-1918*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Crowder, M., 2010. A Primeira Guerra Mundial e suas consequências. In A. Bohem, ed., *História Geral da África sob dominação colonial, 1880-1935*, Vol. VII. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, pp. 324-340.
- Das, S., 2013. *Race, Empire and First World War Writing*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- Fraga, L. M. A., 1990. *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional 1914-1916*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Frevort, U., 2011. *Emotions in History – Lost and Found*. Budapest/ New York: Central European University Press.
- García-Sanz, C., 2014. British Blacklists in Spain during the First World War: the Spanish case study as a belligerent battlefield. *War in History*, 21, pp. 496-517.

- Godinho, V. M., org., 2010. *Correspondência da Grande Guerra. Coronel Manuel Maia Magalhães*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Hawley, J. C., ed., 2008. *India in Africa. Africa in India. Indian Ocean Cosmopolitanisms*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press.
- Johnson, N. C., 2003. *Ireland, the Great War and the Geography of Remembrance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, H., 2013. As the centenary approaches: the regeneration of First World War historiography. *Historical Journal*, 56, pp. 857-878.
- Killingray, D., ed., 1998. *The War in Africa in Hew Strachan, The Oxford Illustrated History of the First World War*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Lains, P., 1998. Causas do colonialismo português em África: 1822-1975. *Análise Social* (146/147), pp. 463-496.
- Lima, A. M., 1933. *Na costa d'África. Memórias de um expedicionário*. Gaia: Edições Pátria.
- Maguire, A., 2015. Colonial Encounters. *History Today*, December, pp. 39-44.
- Mano, M. L., 1941. *Os serviços dos correios e telégrafos na colónia de Moçambique: notícia histórica*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Matos, N., 1944. *Memórias e trabalhos da minha vida. Factos, acontecimentos e episódios que a minha memória guardou. Conferências, discursos e artigos e suas raízes no passado*, Vol. I. Lisboa: Editoria Marítimo-Colonial.
- McNamara, R., 2011. Os Impérios Europeus Ultramarinos durante a Primeira República Portuguesa. Em P. Oliveira e F. R. Meneses, coord., *A I República Portuguesa: Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-china, pp. 267-297.
- Meneses, F. R., 2014. O Império Português. In R. Gerwarth e E. Manela, org., *Impérios em Guerra (1911-1923)*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 331-360.
- Mozambique*, 1920. London: H.M. Stationery Office.
- Newitt, M., 1995. *História de Moçambique*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- O'Neill, H. C., 2013. *The War in Africa and the Far East 1914-17*. Yardley: Welschtholme Publishing.
- Penvenne, J. M., 1996. João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in colonial Mozambique. *The Journal of African History*, 37, pp. 419-464.
- Pires, A. P., 2015. Between War and Peace: the Portuguese Experience in the Great War. In J. L. R. Sánchez, I. C. Olivero e C. García-Sanz, coord., *Shaping Neutrality throughout the First World War*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, pp. 207-220.

- Pires, A. P., 2011. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Pires, A. P. e Fogarty, R., 2014. África e a Primeira Guerra Mundial. *Ler História*, 66, pp. 41-61.
- Pires, A. P. e Rollo, M. F., 2015. War and Empire: Portugal and the Portuguese Colonies in Africa in a Global War. In A. Biagini e G. Motta, ed., *The First World War: Analysis and Interpretation*, Vol. II. Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, pp. 311-323.
- Porter, A., 2011. *O Imperialismo Europeu (1860-1914)*. Lisboa: Edições 70.
- Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). As negociações diplomáticas até à declaração de Guerra*, 1997, Volume I. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Rego, R., 1987. *História da República – O Firmar do Regime*, Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rollo, M. F. e Pires, A. P., 2018. *A Grande Guerra no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República/Divisão de Edições.
- Rollo, M. F. e Pires, A. P., 2015. *Manuel de Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento*. Lisboa: Assembleia da República/Divisão de Edições.
- Rollo, M. F. e Pires, A. P., 2014. Coordenação do número especial I Guerra Mundial. Globalização e Guerra Total. *Ler História*, 66, pp. 11-159.
- Rosas, A., 1935. *Terras Negras (impressões de uma campanha)*. Porto: Empresa Industrial do Porto.
- Samson, A., 2012. *World War I in Africa: the forgotten conflict among the European powers*. s.l.: IB Tauris.
- Samson, A., 2006. *Britain, South Africa and the East Africa Campaign, 1914-1918*. London/New York: Tauris Academic Studies.
- Sarmiento, M., 1919. *A expansão alemã: causa determinante da guerra de 1914-1918. Suas tentativas e perigos na África Portuguesa*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores.
- Selvagem, C., 1924. *Tropa d'África*. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Simões, A. M., 1933. *Condenados. A Grande Guerra vivida às portas do degredo*. Aveiro: Tipografia Lusitânia.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Zollmann, J., 2016. *Naulila 1914. World War I in Angola and International Law. A study in (post)-colonial border regimes and interstate arbitration*. Baden-Baden: Nomos.

Conclusão

Ana Paula Pires
António Paulo Duarte
Bruno Cardoso Reis

A abordagem à Primeira Guerra Mundial a partir do papel das pequenas e médias potências, das potências emergentes e das potências submergentes, pode gerar leituras da realidade significativamente originais e preencher um vazio importante na literatura académica sobre este conflito e em geral sobre o papel dos beligerantes miúdos no quadro daquilo a que se pode denominar sistema internacional. A despeito de um interesse acrescido sobre o papel dos pequenos beligerantes, os estudos respeitantes inserem-se mais no quadro das narrativas históricas e focam-se mais em estudar o papel desses Estados na guerra e na sua relação com as grandes potências, raramente saindo da historiografia para abraçar dimensões teóricas e comparativas. Acresce que uma grande multiplicidade de histórias sobre os pequenos beligerantes são no essencial obra das escolas historiográficas nacionais respetivas, focadas quase que exclusivamente na ação de cada um desses poder no contexto da grande conflagração. A literatura comparativa sobre o papel das pequenas potências na Primeira Guerra Mundial é muito rara – na verdade, resultando mais de coletâneas de textos em que cada pequeno poder surge individualizado – assim como aquela que enquadra teoricamente o papel dos pequenos Estados na Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, esta obra tem algo de pioneira, ao procurar desbravar um trilho ainda hoje pouco explorado.

A leitura comparativa do papel dos pequenos Estados beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial permitiu além disso estabelecer uma ligação com os debates historiográficos sobre a participação portuguesa no conflito e com os debates mais relevantes internacionalmente sobre a eclosão e o desenvolvimento desta conflagração, assim como sobre a sua conclusão, hoje objeto até de uma mudança de temporalidade, com efeito, pelo menos no sudeste e no leste da Europa, cada vez mais observado como só tendo terminado efetivamente em princípios da década de 20 do século XX, ademais, também precocemente iniciada, em 1912, com a Primeira Guerra Balcânica dos Balcãs.

Esta obra resulta do Projeto de Investigação do Instituto da Defesa Nacional “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, desenvolvido por este instituto em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de

Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo sido suportado pela Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial. Ao longo deste quinquénio, o Instituto da Defesa Nacional levou a cabo numerosas atividades de discussão e debate sobre esta problemática, e que perpassam amiudadamente pelas páginas dos textos que aqui se expõem à leitura de um potencial leitor. O resumo possível destes debates conceptuais sobre como classificar potências como pequenas, grandes, emergentes ou decadentes, é que se está longe de alcançar consenso. Aquilo que se denomina como pequeno deriva de um contexto em que operam agentes de diferentes dimensões, mas não basta olhar para o diferencial de poder, medido em termos de recursos, para definir reais capacidades de ação, que muito dependem do quadro geral em que cada ator político-estratégico se move, e como melhor potencia os seus meios materiais e morais, assim como os outros intervenientes, que com ele se relacionam. Relação e interação parecem ser palavras-chaves na delimitação e configuração das capacidades com que cada ator age no sistema internacional e estas duas dimensões são uma chave quer para as maiores potências, quer para as mais pequenas potências.

Parece existir hoje uma tendência crescente, quer na História, quer nas Relações Internacionais, para reconhecer que há que tirar conclusões na forma de conduzir a análise de eventos da Primeira Guerra Mundial, e em consequência, que nem as pequenas potências são irrelevantes, nem as grandes potências são onnipotentes.

A Primeira Guerra Mundial foi verdadeiramente global, também por causa das pequenas e médias potências cuja análise é indispensável para melhor se perceber toda a sua globalidade. É assim com pequenas potências na Europa, mas grandes em África – Bélgica, Portugal –, ou potências emergentes fora do continente europeu como os domínios britânicos, desde logo a África do Sul, ou algumas das raras potências não-ocidentais como o Japão e a China – seria uma grande ou média potência, ou como se defendeu num dos seminários realizados no Instituto da Defesa Nacional no âmbito deste projeto, efetivamente uma pequena potência¹ – que têm os seus objetivos próprios.

Esta globalização do conflito também se manifestou na importância da dimensão naval que nos leva ao Brasil, cuja principal modalidade de intervenção no conflito foi o envio de uma divisão naval, mas também a Cabo Verde e aos Açores, ocupando posições geoestratégicas vitais no quadro do conflito no Atlântico. Estes dois últimos casos são bons exemplos de como, mesmo territórios pequenos podem ter grande importância na guerra global e que toca

¹ Conferência posteriormente publicada. Ver Pinto (2015).

todo o mundo. A importância do Mediterrâneo assim como dos Balcãs, zonas tradicionalmente vistas como relativamente periféricas no equilíbrio de poder na Europa, assim como da Sérvia e da Grécia ou da Bulgária em particular, mais uma vez foi apontada como exemplo de como regiões e potências frequentemente consideradas marginais e menores ou emergentes podem tornar-se zonas vitais e atores fundamentais num conflito militar global. Foi assim no crescendo de crises militares que da invasão italiana da Líbia, em 1911, passando pelas guerras Balcânicas de 1912-1913 e 1913, das quais emergiu uma Sérvia reforçada e política e militarmente radicalizada, que se correlaciona com a crise de junho/julho de 1914 que levou à eclosão da guerra. Todavia, seria impensável que por si só a Sérvia impusesse à Europa uma guerra global se as próprias rivalidades entre as potências europeias e a natureza cada vez mais evidente de um embate apontado ao próprio núcleo essencial à preservação do seu ser não as tivesse levado a assumir, cada uma por si, da necessidade de uma luta devida ou morte, e em consequência a aceitação de ter de se bater numa “guerra de aniquilamento” pela sua própria identidade e liberdade. A espoleta Sérvia percutiu em pólvora pronta a incendiar-se. As ondas de fogo ainda tinham de há muito mata seca pronta a consumir-se velozmente pelo fogo. Uma pequena potência agiu no quadro em que sentia que o contexto do sistema internacional lhe dava garantias de liberdade para uma atitude drástica e radical, considerando as grandes potências que lhe davam respaldo. Estas suportaram-na em boa medida porquanto ela parecia servir-lhe os seus próprios interesses. O sistema internacional é um composto de inter-relações e interações e compreender as suas ações recíprocas é instrumental à integração das pequenas potências neste e à ampliação da margem de manobra e de liberdade de ação que em consequência podem adquirir.

A importância para um Estado, grande ou pequena potência, em pensar e em implementar uma estratégia total, também designada por grande estratégia no mundo anglo-saxónico, é fundamental, à luz do que se narra nas páginas anteriores. A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra cada vez mais total, o que exigiria a máxima mobilização de recursos humanos e materiais, por cada um dos contendores.

A sua importância deve ser sublinhada, nomeadamente para perceber qual o resultado do conflito em 1918, em que foi clara a vantagem das potências aliadas no campo dos recursos humanos e materiais, e até morais, desde logo como as principais potências marítimas, também na maior capacidade de captação para o seu lado de pequenas e médias potências, e de poderes emergentes como o Japão e os Estados Unidos da América. É verdade verdade que as pequenas e médias potências numa Grande Guerra têm necessidade de aliados entre as grandes potências. Também é verdade que num conflito a exigir

máxima mobilização de homens e recursos, mesmo a adição de pequenas potências a um dos blocos de grandes potências em conflito pode fazer diferença, forçando a dispersão do adversário ou fornecendo acesso a recursos ou posições estratégicas.

A neutralidade foi uma opção para algumas pequenas potências, e também médias potências – como a Holanda ou a Espanha – sobretudo por questões de localização, não tanto para outras – como a Bélgica ou Grécia – a que o contexto da guerra obrigou à beligerância, embora, mesmo nestes casos, lhes tenha sido deixada ainda uma escolha crucial, a de resistir ou a de colaborar com a intervenção de grandes potências no seu território.

A neutralidade trouxe algumas vantagens económicas importantes para os países neutros. Mas mesmo nesses casos eles não deixaram de ter de suportar também grandes custos da guerra ao nível de perturbação das importações ou dos créditos vindos do exterior, afetando significativamente o custo e também a disponibilidade de alimentos básicos resultando em crescentes tensões sociais. Viram também a sua imagem no exterior afetada negativamente por serem frequentemente retratados como países que beneficiavam economicamente com uma guerra terrível.

A questão da autoria de si própria, aquilo que em língua inglesa se define por *agency*, das pequenas e médias potências é igualmente de sublinhar. Ser pequeno ou médio em dimensão e poder não significa necessariamente que se é pacífico. As potências balcânicas manipularam múltiplos meios de coação, assim como de sugestionamento, muitos deles, de carácter não convencional, como hoje em dia se denominaria: por estas páginas passaram várias vezes a problemática do grau de conhecimento e de concordância de diferentes elementos e setores do Estado sérvio e da política sérvia com o atentado, atualmente visto como terrorista, que assassinou o herdeiro do trono austro-húngaro e sua esposa, em junho 1914 em Sarajevo, e que é a espoleta que ígnea a Primeira Guerra Mundial. Mas durante a própria guerra, e para prosseguir os seus próprios objetivos estratégicos, estas pequenas potências souberam aproveitar de outras tantos meios não convencionais para atingir os seus objetivos – a propaganda foi um deles, assim como os grupos de pressão e influência que por exemplo, a Sérvia mobilizou para suportar os seus interesses em múltiplas capitais aliadas. Portugal foi outro país que pôs ao serviço da beligerância a diplomacia, e não só para sustentar os seus interesses, mas também para assegurar a capacitação combativa das suas forças militares expedicionárias, principalmente no que respeita ao teatro de guerra europeu.

Um dos factos mais relevantes a considerar, é o resultado da Primeira Guerra Mundial, um verdadeiro paradoxo, depois de mais de 9 milhões de mortos militares e talvez outros tantos milhões de civis, e quatro anos de conflitos, os

maiores derrotados foram quatro grandes impérios, sendo que no caso de três deles houve um colapso do Estado – otomano, russo e austro-húngaro. Pelo contrário, algumas das pequenas potências que pareciam derrotadas militarmente, que sofreram ocupação de boa parte do seu território, no entanto, surgiram como as grandes vencedoras do conflito – começando pela própria Sérvia que mais do que duplicou de tamanho transformando-se na Jugoslávia. Foi também sublinhado neste contexto que ao nível do próprio processo de paz que se seguiu ao fim da guerra, as pequenas e médias potências pesaram mais do que se poderia supor no desenhar de uma nova ordem internacional que ao afirmar o princípio da autodeterminação dos povos e ao procurar limitar o direito dos Estados a declarar guerra, apesar das limitações, teria um grande impacto futuro, nomeadamente na proliferação de pequenos e médios Estados no último século.

Um problema particularmente atual está no modo de como olhar para a intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial e, em particular na frente ocidental, como a utilização das Forças Armadas essencialmente no apoio a objetivos de política externa: obviamente que por detrás dos objetivos estritamente estratégicos, estavam outros de carácter reputacional, nomeadamente sobre a credibilidade do país nos *fora* internacionais, que todavia se combinavam com outros de interesse político-partidário, nomeadamente no que respeita à legitimidade de uma determinada forma de República, hoje lida como mais radical politicamente, e que defrontava-se com a renitência do seu principal aliado em a subscrever. Assim, legitimidade e credibilidade interna e externa mesclavam-se e justificam efetivamente o desejo e a vontade, conseguida, de Portugal ter em França, uma força militar expedicionária. Sublinhe-se que o caso grego tem muitas parecenças com o português, e que a intervenção militar na guerra servia igualmente para legitimar uma política liberal, suportada apenas por uma parte da sociedade grega. Os casos são contudo distintos no que se refere à intervenção das grandes potências da Entente. No caso grego, a Grã-Bretanha e a França uniram esforços para suportar a beligerância grega e o bloco político grego que a subscrevia, ligado ao primeiro-ministro Eleutherios Venizelos.

Em Portugal pelo contrário, contando a beligerância portuguesa, pelo menos inicialmente, com o apoio e a benevolência francesa, foi todavia, quer a declaração de guerra, quer o envio de uma força expedicionária para França, conseguida efetivamente contra a resistência da Grã-Bretanha. Sublinhou-se que, sobretudo neste contexto, era preciso garantir um amplo consenso político de apoio ao uso da força, algo que falhou em Portugal. Isso explicaria a resiliência de pequenas potências como a Sérvia ou a Bélgica face ao colapso de grandes potências. É igualmente indispensável garantir que o uso da força seja cali-

brado em função dos meios realmente existentes ou mobilizáveis, de outra forma independentemente do heroísmo dos soldados, o resultado será no mínimo arriscado, e potencialmente desastroso. A procura de grande visibilidade externa por uma pequena potência como Portugal deve ser vista com prudência, ela só interessa se o que for visível tenha eficácia operacional. Igualmente sublinhado foi como era essencial a boa coordenação entre lideranças políticas e militares, entre a dimensão militar e outras, um problema que se coloca de forma aguda em Portugal entre 1914-1918, mas que também existe nas grandes potências.

Resiliência e resistência é uma palavra-chave no contexto de uma guerra, e ainda mais para os poderes médios e pequenos, mas vulneráveis e atreitos à atrição da luta. Um estudo, em tempos evidenciou que uma pequena horta pode ser uma fonte de poder e resiliência – sob a forma de *Victory Gardens* nos EUA (Rodrigues, 2015), mas também em Portugal da promoção da horticultura e da jardinagem como dever patriótico e a sua associação à recolha de fundos para a guerra. Efetivamente, para se sustentar numa longa guerra é essencial a cada Estado dispor de resistência e resiliência material e moral, sendo esta muito relevante na forma de vontade. O sucesso sérvio não se mede exclusivamente pela sua resistência em 1914 e 1915 e que obrigou a Áustria-Hungria e a sua aliada Alemanha a investir muito mais em meios militares que obviamente faziam falta em outras frentes, com o custo respetivo que esse empenho exigia, mas também pela resiliência que lhe permitiu conservar no ativo um exército de uma centena de milhar de efetivos, mesmo com todo o território nacional ocupado pelo inimigo, e que teve um papel relevante na rutura da frente sul, o que possibilitou que fossem as próprias forças sérvias a libertar Belgrado quase no fim da contenda e a controlar boa parte dos Balcãs e dos territórios do sul e sudeste do Império Habsburgo, com óbvios efeitos na mesa de negociações em 1919, em Paris.

Em suma, uma pequena potência não é desprovida de meios e de capacidades para intervir no mundo e no sistema internacional. Cada ator contém a possibilidade de ser autor de si próprio, de agenciamento, com o qual se pode relacionar com os outros atores, grandes, médias e pequenas potências, para atingir os seus objetivos. Relacionar-se inteligentemente com os outros e deles extrair poder é um dos elementos fundamentais para atingir os objetivos a que um pequeno ator se propõe. Esta relação existe em tempos de paz e em tempos de guerra, sempre, e mesmo débil, um ator pode adquirir vantagens ao por ao seu serviço o poder de outros atores, principalmente, se da outra parte se julgar haver benefícios.

Uma estratégia mais global – estratégia total, integral ou uma grande estratégia – é essencial, para que um ator, e principalmente, um pequeno ator, con-

siga mobilizar os seus próprios recursos e os dos seus aliados com vista a alcançar os seus desideratos. Por último, é igualmente fundamental a resiliência, a resistência para se sustentar em tempos duros, principalmente no quadro de grandes conflitos armados, e que possa, independentemente do peso dos sacrifícios por que tem de atravessar, sustentar a vontade necessária para prolongar a luta, na esperança de que o seu lado o ajude, e no fim, alcançar os seus objetivos.

Bibliografia

- Pinto, R. V., 2015. China and the Great War: Resilience of a «Minor» Asian Power. Em A. P. Pires, A. C. Pinto, A. P. Duarte, B. C. Reis e M. F. Rollo, coord., *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 119-128. Disponível em IDN: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_18.pdf [Consultado em 12 de novembro de 2018]
- Rodrigues, A. D., 2015. The “Small” Power of Small Gardeners during the Great War. Em A. P. Pires, A. C. Pinto, A. P. Duarte, B. C. Reis e M. F. Rollo, coord., *Uma Pequena Potência é uma Potência? O Papel e a Resiliência das Pequenas e Médias Potências na Grande Guerra de 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 129-143. Disponível em IDN: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/idncaderno_18.pdf [Consultado em 12 de novembro de 2018]

Notas Biográficas

Ana Paula Pires

Doutorada em História, com especialização em História Económica e Social Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa.

Atualmente frequenta um programa de pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Stanford, e coordena o grupo “Economia, Sociedade, Património e Inovação” do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Entre os principais trabalhos publicados destacam-se: *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra* (2011); *António José de Almeida. O Tribuno da República* (2011); *Brito Camacho um Intelectual republicano no Parlamento* (2015) e *A Grande Guerra no Parlamento* (2018) em coautoria com Maria Fernanda Rollo.

É co-fundadora da International Network for the Study of the Great War in Africa.

António Paulo Duarte

Investigador do Instituto da Defesa Nacional (IDN). Doutor em História Institucional e Política Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005) e Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (1997). Licenciado em História Pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1990).

Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova.

Coordenador do Projeto de Investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, promovido pelo Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apoiado pela Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional.

Publicou *A Política de Defesa Nacional 1919-1958* (2010) além de diversos artigos sobre temas estratégicos dos quais se destacam, “Estratégia: Origem e Fundamento” (Nação e Defesa, 2013), “Guerra total e abolição da guerra: para uma genealogia do conceito de segurança” (2014), “A Guerra Civil Lar-

var e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra”, (A Grande Guerra: Um Século Depois. Atas, 2015).

Bruno Cardoso Reis

Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e em Historical Studies pela Universidade Cambridge. Doutor em War Studies pelo King’s College. É professor auxiliar e subdiretor do Centro de Estudos Internacionais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, Instituto Universitário de Lisboa.

É assessor associado do Instituto da Defesa Nacional, tendo nomeadamente feito parte do grupo de trabalho para a revisão do *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. É investigador associado do Michael Howard Center for the History of War no Kings College.

Tem lecionado cadeiras de História das Relações Internacionais, Estudos de Segurança, Globalization e Global Governance, Leadership and Grand Strategy.

Tem publicado sobre estes temas, nomeadamente: (com R. Egnell), *Counter-insurgency*, in H. Meijer, M. Weiss (Eds.), *The Handbook of European Defence Policies and Armed Forces* (Oxford: Oxford U.P.); *Realismo, ainda a teoria dominante?* in R. Duque, D. Noivo e T. de A. e Silva (Eds.), *Segurança Contemporânea* (Lisboa: Pactor, 2017); *Brazil versus NATO? a long-term view of maritime security in the Atlantic*, in Smith-Windsor, B. A. (Eds.), *Enduring NATO, rising Brazil: managing international security in a recalibrating global order* (Rome: NATO Defense College/Fundação Getúlio Vargas/Konrad Adenauer Foundation, 2016); (com A. Mumford) (Eds.), *The Theory and Practice of Irregular Warfare*. (London: Routledge, 2013).

COLEÇÃO ATENA

1. Portugal no Contexto Internacional. Opinião Pública, Defesa e Segurança.
Maria Carrilho
2. O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica?
António Horta Fernandes
3. Imperativo Humanitário e Não-Ingêrência. Os Novos Desafios do Direito Internacional.
Isabel Raimundo
4. Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX.
Fernando Pereira Marques
5. Indústria em Tempo de Guerra (Angola, 1975-91).
Manuel Ennes Ferreira
6. O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas.
Coordenação de Jorge Miranda e Carlos Blanco de Moraes
7. Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41).
Télmo Faria
8. O Interesse Nacional e a Globalização.
Coordenação Científica de Nuno Severiano Teixeira, José Cervaens Rodrigues e Isabel Ferreira Nunes
9. As Forças Armadas em Tempo de Mudança. Uma Sondagem à Opinião Pública nas Vésperas do Século XXI.
Luís Salgado de Matos e Mário Bacalhau
10. Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares. 3.^a Edição.
Sebastião Telles
11. Mulheres em Armas. A Participação Militar Feminina na Europa do Sul.
Helena Carreiras
12. O Conceito de Fronteira na Época da Mundialização.
Maria Regina Marchueta

13. Segurança Colectiva. A ONU e as Operações de Apoio à Paz.
Vitor Rodrigues Viana
14. Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais.
Nuno Mira Vaz
15. Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-45). 2.^a Edição.
Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho
16. O Equilíbrio Ibérico – Séc. XI-XX. História e Fundamentos.
António Paulo Duarte
17. As Guerras Liberais – Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal.
José Manuel Freire Nogueira
18. A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa – Angola e Moçambique (1914-1918).
Marco Fortunato Arrifes
19. As Armas das Vítimas – Um Novo Prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados.
Francisco da Silva Leandro
20. Pensar a Segurança e Defesa.
Coordenação de José Manuel Freire Nogueira
21. O Pensamento Estratégico Nacional.
Organização de José Manuel Freire Nogueira e João Vieira Borges
22. Raymond Aron – A Paz e a Guerra no Século XXI.
Coordenação de Nuno Severiano Teixeira, João Marques de Almeida e Carlos Gaspar
23. Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX
João Marques de Almeida e Rui Ramos (Coord.)
24. Contributos para uma Estratégia Nacional.
Jorge Sampaio, Mário Soares e Ramalho Eanes
25. Pilares da Estratégia Nacional.
António José Telo, António Martins da Cruz e António Vitorino (Coord.)

26. Entre Ceres e Marte – A Segurança e Defesa na Europa do Século XXI.
Pedro Ferreira da Silva
27. Uma Estratégia de Segurança Energética para o Século XXI em Portugal.
Teresa Ferreira Rodrigues, Catarina Mendes Leal e José Félix Ribeiro
28. Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional.
António Figueiredo Lopes, Nuno Severiano Teixeira e Vítor Rodrigues Viana (Coord.)
29. A Prevenção e a Resolução de Conflitos em África.
Augusto Nascimento e Carlos Coutinho Rodrigues (Coord.)
30. Segurança Internacional – Perspetivas Analíticas.
Isabel Ferreira Nunes (Coord.)
31. Conceito Estratégico de Defesa Nacional 2013 – Contributos e Debate Público.
Vítor Rodrigues Viana (Coord.)
32. O Pacto Ibérico, a Nato e a Guerra Colonial.
María José Tíscar
33. Segurança e Desenvolvimento União Europeia-África: o Caso da Guiné-Bissau.
Luís Eduardo Saraiva
34. Sociedade em Rede, Ciberespaço e Guerra de Informação: Contributos para o Enquadramento e Construção de uma Estratégia Nacional da Informação.
Paulo Viegas Nunes
35. Paz e Guerra em Raymond Aron: Ontologia e Epistemologia da Ordem Internacional.
Vítor Ramon Fernandes
36. Políticas Públicas e o Papel do Estado no Século XXI – Ciclo de Mesas Redondas ‘Ter Estado’.
Vítor Rodrigues Viana (Coord.)
37. A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974.
Aurora Almada e Santos

38. Segurança Europeia.

Vitor Rodrigues Viana e Isabel Ferreira Nunes (Coord.)

39. O Brasil e os Desafios do Sistema Internacional.

Pedro Seabra e Carmen Fonseca (Coord.)

A abordagem à Primeira Guerra Mundial a partir do papel das pequenas potências pode gerar leituras da realidade significativamente originais e preencher um vazio importante na literatura académica sobre este conflito e em geral sobre o papel dos beligerantes menores no quadro daquilo a que se pode denominar sistema internacional.

Os estudos respeitantes às pequenas potências na Primeira Guerra Mundial inserem-se mais no quadro das narrativas históricas e focam-se mais em estudar o papel desses Estados na contenda e na sua relação com as grandes potências, muito raramente saindo da historiografia para abraçar dimensões teóricas e comparativas. A literatura comparativa sobre o papel das pequenas potências na Primeira Guerra Mundial é, por isso, muito rara, na verdade, resultando quase sempre mais de coletâneas de textos em que cada pequeno poder surge individualizado. Nesse sentido, esta obra procura desbravar um trilha ainda hoje pouco explorado.

Esta obra resulta do Projeto de Investigação do Instituto da Defesa Nacional “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, desenvolvido em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo sido apoiado pela Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial.